

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ sobre
Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 01/2022

1 de dezembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2022



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Editorial: O que serão os Cadernos em 2022 –	<i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>
06	Apresentação -	<i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>
11	Saúde global e diplomacia da saúde: O que esperar em 2022? –	<i>Paulo M. Buss</i>
15	Fracasso –	<i>Santiago Alcázar</i>
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
20	A partitura do SG –	<i>Santiago Alcázar</i>
22	Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU –	<i>Armando De Negri</i>
33	O Ecossistema OMS, OPS e outras instituições em saúde -	<i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermúdez</i>
39	Agenda Ambiental na Saúde Global -	<i>Danielly P Magalhaes, Luiz Cláudio Meirelles, Fatima Moreira, Léo Heller, Carlos Machado, Guilherme Franco Neto, Luiz Augusto Galvão</i>
50	Saúde pública e a redução de risco de desastres -	<i>Carlos Machado de Freitas</i>
53	Migrações internacionais e refúgio como desafio da saúde global -	<i>Deisy de Freitas L. Ventura, Jameson V. Martins da Silva e Ananda Melo King</i>
64	Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescentes: o Brasil e os desafios e as soluções globais -	<i>Maria Auxiliadora S. M. Gomes, Maria Teresa R. Massari, Marcos Augusto B. Dias, Livia Almeida de Menezes e Tom Meirelles</i>
73	Começar 2022 com esperança de restaurar a conexão entre solo-terra-água no desenvolvimento global de sistemas alimentares -	<i>Denise Oliveira e Silva</i>
76	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde -	<i>Isis Pillar Cazumbá</i>
82	Saúde, Comércio e Propriedade Intelectual: Os Desafios do Terceiro Ano da Pandemia -	<i>Claudia Chamas</i>
<u>Movimentos sociais globais</u>		
85	Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde –	<i>Armando De Negri Filho</i>
95	Instituições da sociedade civil com atuação na saúde global -	<i>Lara Daibert, Laurenice de Jesus Alves Pires e Luis Eugenio de Souza</i>
<u>Multilateralismos regionais e grupos de países</u>		
98	G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde -	<i>Regina Ungerer</i>
108	G7 e G20: Novas lideranças; OCDE: novas adesões -	<i>Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vinicius Roland e Júlia A.M. Abbud Ribeiro</i>

- 116 BRICS na Diplomacia da Saúde e Saúde Global - *Claudia Hoirisch*
- 126 Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger*
- 135 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg*
- 146 A Europa entre a Rússia e a Ômicron - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 149 *Me mahi tahi tātou u mo te oranga katoa* - Trabalhamos juntos para o bem-estar de todos – deveria ter sido a máxima dos últimos dois anos! - *Lúcia Marques*
- 159 EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - Luiz Augusto Galvão
- 162 China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - André Lobato
- 165 Autores destes Cadernos
- 168 **Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS
- 169 ***Para citações, ver 'Ficha catalográfica'

Editorial

O que esperar dos Cadernos CRIS de Saúde e Diplomacia da Saúde em 2022

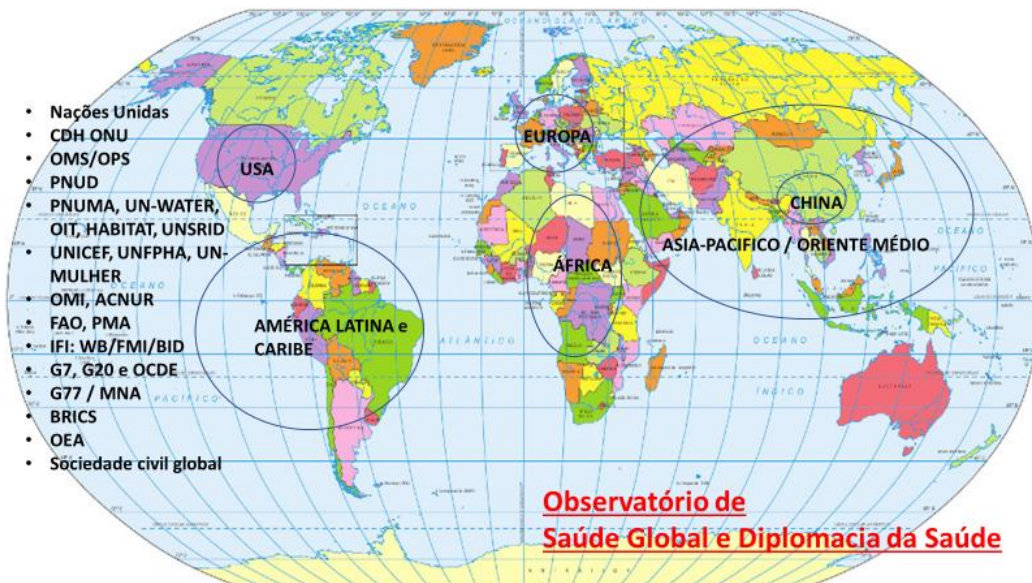
Com esta edição dos **Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, número 01/22, iniciamos o terceiro ano da série de publicações quinzenais, que visam dialogar como os leitores sobre este campo de conhecimentos e práticas mais necessário do que nunca. Os comentários favoráveis, críticas e sugestões de dezenas de leitores nos estimularam a continuar o projeto.

O **Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS/Fiocruz** foi criado em março de 2020 como instância do CRIS e do *Centro Colaborador OPAS/OMS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul* para o *acompanhamento da conjuntura política internacional*, com ênfase nos campos da *saúde global e diplomacia da saúde*, visando *internalizar o debate internacional* nestas áreas e difundir um ponto-de-vista sobre as mesmas à sociedade brasileira, com foco nas comunidades políticas, técnico-científicas e de práticas da saúde pública, das relações internacionais e da diplomacia, assim como da sociedade civil em geral. Tal iniciativa se materializa no âmbito do mandato regimental da Fiocruz conferido ao CRIS, o que foi reiterado pela comunidade da instituição no IX Congresso Interno recém realizado.

Como resultado dos *22 meses de atuação do Observatório*, o CRIS foi construindo um processo sistemático de reunião e análise crítica dos principais espaços e momentos da agenda política global e da diplomacia da saúde, cobrindo 16 instituições-chave, atores e territórios geopolíticos, que se materializou na produção coletiva dos **Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (CC-SGDS)**, que já alcançou *42 edições*, entre março de 2020 e dezembro de 2021, sendo *22 edições em 2020*, e *20 em 2021*. Para acessar todos os números, disponíveis para download gratuito, ver: <https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris-informe-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude>

A título de registro, informe-se que os 42 Cadernos somaram cerca de 3 mil páginas (média de 75 páginas por edição), produzidas por cerca de 25 autores (mais convidados, cerca de 10), e contém mais de 200 hiperlinks que dão acesso direto a declarações, informes, relatórios e outros documentos relevantes dos mais importantes atores políticos da governança global e da governança da saúde global, no biênio 2020-2021.

Abaixo, encontra-se mapa que oferece uma dimensão visual deste trabalho.



Neste número inauguramos um **novo conjunto de colaborações**, de diversos grupos e autores da Fiocruz e de fora, cobrindo **novas áreas geopolíticas e atores e agências globais**, ampliando substancialmente a visão da saúde global e da diplomacia da saúde que passamos a focar.

De um lado, ampliamos o espectro das Nações Unidas, passando a cobrir **o ecossistema OMS** mais amplamente, incluindo Unaid, Unitaid, Cepi, Gavi e tantas outras que compõem a complexa constelação da saúde global e diplomacia da saúde.

Da mesma forma, passamos a tratar do vastíssimo **ecossistema de ambiente e desenvolvimento** nas suas intrincadas e fundamentais relações com a saúde humana, incluindo o PNUD, PNUMA, OIT, UN-Habitat, UN-Water e o singularmente denominado WASH (água, saneamento e higiene), as COPs e as Convenções firmadas desde pelo menos a Rio 92.

As áreas da **saúde da mulher, criança e adolescente, e da saúde reprodutiva**, passam a ser cobertas pela competente equipe do Instituto Fernandes Figueira da Fiocruz, o instituto nacional desta área fundamental da saúde, enfocando o Unicef, ONU-Mulher, UNFPA e a área materno-infantil e de saúde reprodutiva da OMS. Com todos os problemas levantados pela pandemia, também decidimos cobrir as áreas de **alimentação, nutrição e segurança alimentar**, por meio da análise em torno da FAO e do Programa Mundial de Alimentação.

O campo doloroso e desafiador da **migração e refugiados**, nomeadamente OIM e ACNUR, mas não apenas, passa a ser coberto pelos nossos colegas do programa de saúde global e sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, iniciando uma colaboração interinstitucional com o CRIS que certamente crescerá ao longo de 2022.

Ampliamos também a cobertura da área de **comércio e propriedade intelectual em saúde** (OMC, OMPI e UNCTAD, mas não apenas), e com a colaboração da Casa de Oswaldo Cruz, passamos a cobrir **cultura e saúde**, incluindo a Unesco.

Uma especial e dedicada atenção será dada aos **movimentos sociais globais atuantes na saúde global e diplomacia da saúde**, em duas dimensões principais: o dos movimentos da sociedade civil e as grandes instituições e ONGs atuantes neste campo político e técnico desafiador e decisivo para os destinos do planeta, que tanta relevância ganhou nos últimos anos.

Boas-vindas a todos os colegas que se incorporam ao nosso esforço e uma saudação especial aos novos leitores que passam a nos ler, não apenas pela ampliação do escopo dos **Cadernos**, como pelo aumento do número de destinatários em nossas listas e mídias sociais. A relação completa e respectivos créditos e acadêmicos dos autores que trazem suas análises à consideração dos leitores está

Boa leitura, na expectativa de nos encontrarmos nas próximas quinzenas, com os **23 Cadernos**, complementados pelos outros tantos **Seminários de Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, programados até dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 1º. de fevereiro de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger, editores

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 1/2022 – 02 de fevereiro de 2022

Apresentação

Ao nos aproximarmos de uma floresta, antes de mirar cada árvore ou suas folhagens, temos a impressão da floresta como um todo. Adentra-la, então, por cautela, exige que avaliemos as ameaças e oportunidades que a floresta nos proporcionaria. Assim é, analogamente, a saúde global e a diplomacia da saúde. Antes de ver cada árvore, precisamos mirar o bosque.

Este primeiro número de 2022 dos **Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde** procura seguir esta orientação, examinando primeiro, ainda que a *vol d'oiseau*, as grandes questões que a nosso ver marcam o cenário geral e a agenda política global, para depois examinarmos seus componentes, atores, agências, territórios.

Dois artigos tratam, com olhares distintos, a grande floresta que se descortina ante nossos olhos de observadores. **Paulo Buss**, coordenador do CRIS, aponta que superar a pandemia e a imensa desigualdade socioeconômica e sanitária existente, buscar uma recuperação social e econômica em bases verdadeiramente mais equitativas e estabelecer relações definitivamente mais sustentáveis e amigáveis com o planeta continua a ser o grande desafio dos atores políticos globais para 2022. Alerta que esses enormes desafios ocorrem em um cenário geopolítico que se deteriorou em 2021 e que aborda sumariamente. Expõe também o que considera a agenda política multilateral global e regional mais importante no transcorrer deste ano.

Santiago Alcazar, no seu informe que recebe o sugestivo título de '**Fracasso**', sugere que esta é a palavra síntese para o multilateralismo global representado pelas **Nações Unidas**. Não exatamente por falhas ou faltas de alerta do seu Secretário-Geral e, mesmo, de seus departamento e instâncias principais, mas por um flagrante descompromisso dos seus Estados-membros, particularmente dos mais poderosos, com a efetividade das decisões da governança global.

O ano de 2022 começa no **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, agora presidido pelo Embaixador Francisco Villegas da Argentina, com a expectativa em torno da 49ª Sessão, a realizar-se entre 28 de fevereiro e 1º de abril, com as tensões geradas pela evolução recente da pandemia de Covid-19 que tanto afetaram os direitos humanos em 2020 e 2021, conforme reporta nosso analista **Armando de Negri**. O chamado do Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, em setembro de 2021, por *Nossa Agenda Comum*, apontou o imperativo de melhorar governança, priorizar a renovação do contrato social baseada em direitos humanos, a reconstrução da confiança e coesão social, e se reflete nos informes do SG e da Alta Comissária para os Direitos Humanos. Os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais sobre o pleno gozo dos direitos humanos, da especialista independente Attiya Waris, e o informe do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência e a inteligência artificial, Gerard Quinn, que segue a linha da preocupação da UNESCO sobre a adoção de um código de ética sobre inteligência artificial também são analisados pelo analista.

Só depois destas visões mais gerais do Sistema ONU, é que **Guto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez** destrinçam o primeiro grande momento político da saúde global de 2022, que ocorreu na semana de 24 a 29 de fevereiro: a reunião do Conselho Executivo da **Organização Mundial da Saúde**, que definiu a agenda da 75ª Assembleia Mundial da Saúde, de maio de 2022. Tedros Adhanom foi indicado para mais 5 anos de mandato (2022-2027) e o Conselho estendeu o 13º Plano de Trabalho da OMS (<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/324775/WHO-PRP-18.1-eng.pdf>), com uma agenda muito diversificada, digna de uma sindemia, como se tem caracterizado a Covid-19, foi debatida pelos representantes dos 34 Estados-membros que compõem o Conselho que comanda a OMS.

Neste primeiro número de 2022 dos Cadernos, inicia-se também o monitoramento de **políticas ambientais globais**, com enfoque na saúde global. **Magalhães, Meirelles, Moreira, Heller, Freitas, Franco Netto e Galvão** selecionaram algumas agendas ambientais reconhecidas como relevantes para a saúde-humana, sendo elas: *mudanças climáticas, biodiversidade, poluentes químicos, desenvolvimento sustentável em saúde e ambiente, água, desastres e saúde do trabalhador*. Este informe inicial apresenta uma primeira aproximação sobre o contexto das áreas de mudanças climáticas, biodiversidade, poluentes químicos e desenvolvimento sustentável, ambiente e saúde global. No mesmo *cluster*, **Freitas** se debruça sobre a **saúde pública e a redução de risco de desastres**, primeira área destacada pelo grupo para um artigo em separado da ampla área em questão.

O primeiro informe sobre **migrações internacionais e refúgio** na perspectiva da saúde global, produzido por **Ventura, Silva e King**, pesquisadora e alunos da Faculdade de Saúde Pública da USP, é composto de três partes. A primeira oferece uma síntese do marco conceitual que orienta o trabalho do grupo. A segunda descreve os principais atores e documentos relacionados à temática no plano global, seguidos de um panorama crítico da governança global da saúde de migrantes e refugiados. A terceira parte reporta dois relatórios publicados em dezembro de 2021 pela Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas e pela Organização Internacional das Migrações, que enfatizam o impacto desproporcional da pandemia de Covid-19 sobre migrantes e refugiados.

O capítulo preparado pela **equipe do Instituto Nacional da Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira da Fiocruz** conta com uma síntese e breve análise de documentos publicados entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, com foco nas agências **UNFPA, ONU MULHER, UNICEF e OMS**. Segundo os autores, a ONU Mulher e a UNFPA apresentaram seus planos estratégicos 2022-2025, ambos com forte apelo ao empoderamento de meninas e mulheres. A OMS apresenta um relatório sobre violência contra a mulher, enquanto a ONU traz a mesma discussão com enfoque na criança. Por fim, a UNICEF apresenta estratégias lidar com o impacto da Covid-19 na vida de crianças e jovens.

O ano de 2022 se inicia na **Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO-ONU) e para o Programa Mundial de Alimentos (PMI)** com ações, projetos e mensagens de esperança para a reversão da situação de insegurança alimentar e nutricional no mundo. Segundo **Oliveira-e-Silva**, as crises e as catástrofes humanitárias geradas por fatores climáticos e os conflitos armados são a base das ações destas Organizações neste começo de ano.

Segundo **Cazumbá**, Nos meses de dezembro de 2021 a janeiro de 2022, as **instituições financeiras multilaterais** mostraram o seu compromisso para mitigar os efeitos negativos da

pandemia nos países, com o FMI promovendo uma revisão aos limites de acesso dos seus mecanismos flexibilizados, o Banco Mundial e o levantamento de recursos para os países mais pobres e o BID com projetos no setor da saúde, amparados pela agenda “Visão 2025”.

Conforme **Chamas**, na **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, as negociações sobre a suspensão de direitos de propriedade intelectual na pandemia de Covid-19 continuam lentas e polarizadas. A **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** aderiu ao Grupo de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Rebeca Grynsperg, Secretária-Geral da **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)**, alerta para a relevância de cadeias de suprimentos globais funcionais e resistentes, uma vez que itens críticos para o funcionamento das economias e sobrevivência das pessoas são dependentes do seu bom funcionamento.

Contudo, não são apenas de organizações internacionais intergovernamentais que se nutre o campo da saúde global e da diplomacia da saúde. Cada vez mais os **movimentos e as organizações da sociedade civil** adquirem proeminência da agenda da saúde global e da diplomacia da saúde.

No sempre prolífico espaço dos **movimentos e organizações não governamentais de interesse público que lidam com a saúde global e temas associados**, 2021 terminou com o lançamento da pesquisa realizada pelo G2H2 sobre o Tratado Pandêmico e suas complexidades e 2022 começou com os informes sobre as desigualdades no Mundo da OXFAM e do Laboratório de Desigualdades liderado por Thomas Piketty – para não esquecer as desigualdades que se aceleraram e seguem acelerando em tempos de pandemia. Em torno aos debates no Conselho Executivo da OMS, destacam-se as notas do TWN – Third World Network, analisando criticamente as iniciativas em torno ao Acelerador de Ferramentas COVID-19 e sobre as propostas de reforma dos Regulamentos Internacionais de Saúde – IHR, assim como outra nota sobre as reformas fracassadas na OMC. Finalmente, o analista **De Negri Filho** destaca os debates promovidos pelo G2H2 na semana que antecedeu o WHO EB e artigos do Global Social Justice sobre a captura política das proteções sociais por parte do neoliberalismo.

Ainda na esfera da sociedade civil, mas agora do ângulo das **grandes organizações corporativas**, **Daibert e Luis Eugênio de Souza** destacam a iniciativa do Sustainable Health Equity Movement (SHEM), associado a World Federation of Public Health Associations (WFPHA), junto ao Comitê Executivo da OMS, ao qual pediram que a Assembleia Geral da ONU realizasse uma reunião de alto nível na sua sessão anual de setembro, sobre multicausalidade e multiresposta intergovernamental e da sociedade civil à sindemia de Covid-19. A seguir, descrevem iniciativas recentes – posteriores a novembro de 2021 – de outras nove instituições, identificadas nas buscas em websites de 16 instituições, das quais sete não informavam atividades recentes, relevantes para o acompanhamento da conjuntura global da saúde.

Adentramos, a seguir, o campo dos grandes **‘clubes’ de países** e dos **espaços políticos continentais**, ou seja, dos **multilateralismos regionais**.

Para **Ungerer**, o destaque principal do UNOSSC – Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul – para 2022 é a 11ª *Global South-South Development Expo* (GSSD Expo) 2022, cujo tema será: “Avanços da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente”, a ser realizada entre os dias 12 e 14 de setembro de 2022, em Bangkok, Tailândia. Lançada em 2008, a GSSD Expo é o principal evento organizado pelo UNOSSC para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSTrC), com um mandato da AGNU para mostrar sistematicamente o avanço sustentável de soluções vindas

do Sul Global. O início de 2022 também marca o início da presidência do Paquistão à frente do **G-77 + China**. Em seu discurso inaugural, o Ministro de Relações Exteriores foi contundente e destacou que nos últimos quarenta e cinco anos, o G-77 e a China contribuíram significativamente para o avanço dos objetivos econômicos e sociais dos países em desenvolvimento e que o mundo está enfrentando agora, uma crise tripla – a pandemia de Covid-19; a desaceleração econômica relacionada; e a ameaça representada pelas mudanças climáticas e que todos os países devem se unir para enfrentar estes desafios. Já o **Movimento dos Não-Alinhados** tem-se concentrado em divulgar o tratado de Não Proliferação de Armas e na escalada da violação do direito internacional e conflitos armados em que os agressores gozam de imunidade

No ‘mundo dos ricos’, examinado por **Burger, Esteves, Cury, Roland e Ribeiro** a Alemanha assumiu a presidência do **G7**, com expectativas de que vá liderar o grupo com foco na agenda de ação climática, defesa da agenda multilateral para preparação contra futuras pandemias e desenvolvimento sustentável das economias. Neste período, o **G20** iniciou suas atividades sob a nova presidência da Indonésia. Entre as reuniões iniciais, destacam-se: primeiro encontro dos *sherpas*, primeira reunião dos ministros das finanças e bancos centrais e encontro da força tarefa conjunta das finanças e saúde. Uma importante conferência no âmbito do Think Tanks do G20, Inception Conference, terá lugar nos dias 9 e 10 de fevereiro.

Em dezembro e janeiro, no âmbito da **OCDE**, dois eventos merecem destaque: a abertura dos debates acerca do ingresso do Brasil (e de outros cinco países – Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia) na organização, e a publicação de relatório sobre a efetividade dos certificados de vacina. Tais eventos produzem impactos sobre a inserção internacional do Brasil (incluindo aqui a saúde global) e sobre suas políticas públicas no campo da saúde.

A China assumiu a presidência do **BRICS** em 1/1/2022 com o tema “Promover a Parceria BRICS de Alta Qualidade Inaugurando uma Nova Era para o Desenvolvimento Global” e serão organizados durante o ano uma série de eventos setoriais e reuniões, incluindo as ministeriais e a 14ª Cúpula dos BRICS. Segundo **Hoirisch**, dentre todos os assuntos, o que surpreendeu mais no período foi saber do tipo de ajuda que vem dos países ricos: 240 milhões de doses de vacina Covid-19 em nações ricas (G7 e nações da EU) irão expirar até março, lançando uma nova luz sobre os estoques excedentes das nações ricas que poderiam ter sido usadas em países mais pobres, onde milhões ainda estão para receber suas primeiras doses.

A **América Latina e Caribe** está passando por mudanças políticas em diversos países, o que gera expectativas de melhora na integração, mesmo diante das persistências de conflitos políticos já conhecidos. Os resultados das eleições do Chile e de Honduras e as expectativas para as eleições presidenciais no Brasil e Colômbia, trazem ventos de uma possível nova *onda rosa* na região. O Mercosul continua tendo problemas e seus Estados-parte seguem apresentando interesses divergentes a respeito da realização de acordos extrabloco e tarifas externas comum, enfrentando a maior crise de sua existência. **Tobar, Minayo, Bermudez e Linger** analisam alguns momentos políticos regionais no período: XXII Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC; Primeira Reunião das Autoridades Reguladoras Nacionais da Região de 2022; o 182º. Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Destacam também algumas publicações: Relatório anual da CEPAL que observa que a região da América Latina e do Caribe desacelerará sua taxa de crescimento em 2022; o Relatório Anual Panorama Social da América Latina da CEPAL; e o Compendio de Estratégias, Ferramentas e Ações implementadas pelos Serviços de Emergência para enfrentar a Covid-19, publicado pela OEA.

Na **África**, a União Africana concede prioridade máxima ao fabrico de vacinas no continente, fortalecida com entrada em vigor do Tratado de Agência Africana de Medicamentos (AMA). Ainda segundo nossos analistas **Silva, Cá e Rosenberg**, construir uma Nova Ordem de Saúde Pública no continente foi o lema da Primeira Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África. Já a OMS AFRO considera o 2021 o mais desafiante e a CPLP realiza a IX Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, a primeira de 2022 sob a presidência *pro tempore* de Angola.

Na **Europa**, a virada de ano foi marcada pelo avanço da variante Ômicron e pela crise de segurança que se instaurou com o posicionamento militar da Rússia ao longo da fronteira com a Ucrânia e na Bielorrússia. Segundo **Freire**, com milhares de tropas, tanques e vasto arsenal bélico, a Rússia nega que esteja preparando uma invasão militar, mas diz que o Ocidente deve levar em conta suas demandas de segurança, que incluem a previsão de garantias vinculantes de que a Ucrânia e a Geórgia não se tornem membros da Otan.

Ásia Pacífico e Oriente Médio se dividem na tensa e crescente disputa geopolítica entre o Oriente e o Ocidente, com chances de virar uma guerra. A região também é sacudida por protestos no Kazaquistão, terremotos no Afeganistão, erupção vulcânica e tsunamis no Pacífico (Tonga), temperaturas extremas (Síria abaixo de zero), inundações na Malásia, apagões em pleno inverno na Ásia Central, violência na Palestina e Myanmar, economias em colapso e milhares de refugiados no Afeganistão e Myanmar. Ásia Pacífico e Oriente Médio têm aliados no Oriente e no Ocidente, mas a geografia da vizinhança e falta de confiança nos EUA, depois do Afeganistão e da traição à França no acordo AUKUS, podem falar mais forte, como reporta nossa analista **Lúcia Marques**. A iniciativa RCEP (Parceria Econômica Abrangente Regional), liderada pela China, pode pesar na balança. E um novo arranjo financeiro/sistema bancário entre Irã, Rússia e China que podem atrair o Sul Global e até a Europa.

Os **EUA** passam por uma das maiores crises de recuperação dos últimos tempos e que muito provavelmente será reproduzida em muitos outros países que terão de enfrentar as incertezas da pandemia e a reconstrução de vários mecanismos nacionais, conforme aponta nosso analista **Guto Galvão**. Apesar do enorme desafio, o governo americano não tem titubeado na implementação das medidas com base científica de enfrentamento da Covid-19, fortalecimento da cobertura de saúde e nos investimentos na recuperação da infraestrutura, coerentes com os compromissos das agendas estabelecidas no Acordo de Paris e na Agenda 2030. Os desafios da geopolítica global tem também marcado várias políticas do governo, incluindo algumas relacionadas a saúde global.

Na **China**, Pequim, primeira cidade a sediar jogos olímpicos de inverno e de verão, prepara um grande esquema sanitário para prevenir a disseminação do vírus sars-cov-2 durante o evento. Conforme **André Lobato**, a China cresceu 8.1% em 2021 e sua moeda, pela primeira vez, foi a quarta mais comercializada no mundo, com 2.7% do mercado global. O dólar representa 41% do volume total. O Produto Interno Bruto per capita foi de US\$ 12,5 mil dólares, se aproximando de um país de “alta renda”.

Produzido por 41 autores, este Caderno 01-2022 contém 22 capítulos, 179 páginas, 194 referências e quase uma centena de hiper links. Espero que o agrade, querido leitor! Boa leitura, esperando que compartilhe conosco suas opiniões e comentários.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 02 de fevereiro de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Saúde global e diplomacia da saúde: O que esperar em 2022?

Paulo M. Buss

Havia uma expectativa generalizada de que no final de 2021 e início de 2022 chegasse a esperada retração da pandemia. No entanto, a emergência da nova variante Ômicron do coronavírus deu novo gás à pandemia e nos distanciou da luz do fim do túnel pela qual todos ansiávamos. Diversos países, incluindo aqueles com melhores condições de vida e sistemas de saúde e altos níveis de vacinação, estão batendo recordes de contágio dia após dia: o mundo se aproxima oficialmente dos 400 milhões de casos e de 6 milhões de mortes, enquanto 10 bilhões de doses de vacinas foram aplicadas, mas com enormes desigualdades entre países.

O que se apresenta, por enquanto, como o mais gritante desafio para 2022, é superar a pandemia e a imensa desigualdade socioeconômica e sanitária existente, buscar uma recuperação social e econômica em bases verdadeiramente mais equitativas e estabelecer relações definitivamente mais sustentáveis e amigáveis com o planeta.

Esses enormes desafios ocorrem em um cenário geopolítico que se deteriorou em 2021. A disputa EUA-China parece agora ter se definido mais claramente como uma disputa Leste-Oeste, com uma aliança ainda tímida, mas a caminho, entre China e Rússia, versus um Ocidente com os EUA claramente enfraquecidos, e uma Europa vacilante.

Ucrânia, Taiwan e o Mar da China estão no espectro dos desacordos mais profundos entre os três gigantes mundiais atuais, frentes que merecem ser monitoradas com extrema atenção, porque podem ser palco de confrontos muito duros para o mundo, até mesmo militares. A frente doméstica nos EUA, onde os planos de recuperação de Biden estão sofrendo grandes erosões das próprias hostes democratas, não o favorece no cenário internacional, e o governo ainda deve enfrentar eleições legislativas decisivas em novembro próximo.

Na Ásia-Pacífico, o poderoso *Acordo Regional de Parceria Econômica Abrangente (RCEP)*, o maior bloco comercial do mundo, entrou em vigor a partir do primeiro dia de 2022. O acordo RCEP foi assinado em novembro de 2020 por 15 países da Ásia-Pacífico: dez membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e China, Japão, República da Coreia, Austrália e Nova Zelândia, após oito anos de negociações. Incluirá a gestão de materiais médicos. A China se consolida em suas vizinhanças.

Na América Latina, um possível retorno da *'onda rosa'* começa a tomar forma em 2022 com a eleição de Gabriel Boric no Chile, que se junta aos já eleitos presidentes progressistas do México, Argentina, Bolívia, Peru e Honduras, onde as aspirações da direita e da ultradireita foram bloqueadas em processos democráticos. Em junho, as eleições presidenciais na Colômbia e, em outubro, no Brasil, podem vir a consolidar mais dois governos progressistas na região. É possível que isso restaure, inclusive na saúde, uma cooperação regional efetiva e uma forte ação conjunta dos países da região no cenário internacional. Confirmada esta tendência, pode-se esperar o fortalecimento da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) e até mesmo a restauração da UNASUL, em novas bases. A Argentina preside a CELAC em 2022, enquanto o Brasil permanece fora da maior multilateral regional, que vem priorizando muitas questões de saúde, com o apoio da CEPAL, incluindo a produção cooperativa de vacinas e outros insumos, na busca da soberania regional nesta área agora crítica do complexo médico-industrial. Em setembro de 2022, a Conferência Pan-americana de Saúde elegerá o novo Diretor da OPAS, para mandato de 5 anos, que se estenderá de 01/02/2023 a 31/01/2028.

Por outro lado, em meados de 2022, será realizada a *IX Cúpula das Américas*, nos Estados Unidos, a partir da qual se pode esperar um redesenho das relações hemisféricas; com o enfraquecimento dos EUA no cenário global e a aproximação da China com a América Latina, por meio de acordos com a CELAC, é possível que a Cúpula produza uma redefinição pragmática da política dos EUA mais favorável à região.

Como tudo isso pode impactar a saúde global por meio da diplomacia da saúde?

Não precisa ser um agudo observador para perceber a crescente presença de saúde no cenário global. A pandemia, sua evolução e novas possíveis ameaças estão nos cálculos de todos os líderes mundiais e de todas as dimensões multilaterais existentes, globais ou regionais. É o que vamos debater a seguir.

O primeiro momento relevante em saúde global em 2022 foi a recém realizada reunião do *Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (CE/OMS)*, instância máxima de poder da entidade, composto por 34 Estados-membros, que define a agenda e as resoluções a serem adotadas na 75ª. Assembleia Mundial da Saúde (AMS), em maio de 2022. Tedros Adhanom, atual DG da OMS, foi indicado pelo Conselho para novo mandato de mais 5 anos (até agosto de 2027), decisão que deve ser referendada na AMS de maio próximo.

A agenda proposta pelo CE/OMS é o componente mais relevante da agenda da saúde global. Ela inclui a revisão dos resultados da Sessão Especial da 73ª. AMS, realizada em novembro de 2021, para considerar a adoção de convenção, acordo ou outro instrumento internacional sobre preparação e resposta a pandemias no âmbito da OMS. Embora comemorada como um êxito por muitos, consideramos que, diante da gravidade da situação atual, estabelecer um processo negociador, com duração de mais de dois anos, visando apresentar uma proposta de tratado apenas no distante ano de 2024, por ocasião de 77ª. AMS, parece-nos mais próximo da incompetência ou irresponsabilidade.

Além da pandemia, muitos outros temas foram elencados: doenças crônicas não transmissíveis; saúde mental; saúde bucal; câncer do colo do útero; epilepsia e outros distúrbios neurológicos; obesidade; abuso de álcool; nutrição de mães, bebês e crianças e segurança alimentar. No campo das doenças infecciosas, além da Covid-19, o Conselho definiu propostas e resoluções sobre preparação e resposta a emergências em saúde pública; HIV, hepatite viral e doenças infecciosas sexualmente transmissíveis; tuberculose; vacinas e programas de imunização; poliomielite; e gripe. Neste sentido, sim, acertou o Conselho, pois foi além da pandemia e propôs uma abordagem da sindemia que assola o mundo. Para o leitor curioso e detalhista recomendamos o exame de todas e cada uma das resoluções e declarações da agenda global da saúde em: https://apps.who.int/gb/e/e_eb150.html

O Movimento pela Equidade Sustentável na Saúde (SHEM), por meio da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), e com patrocínio da Argentina e outros Estados-membro, solicitou ao Conselho que propusesse à Assembleia Geral das Nações Unidas 2022 a realização de uma reunião de alto nível para discutir respostas multisetoriais governamentais e da sociedade civil diante da multicausalidade da pandemia-sindemia e da própria saúde, fazendo chegar, enfim, aos Chefes de Estado e de Governo, na ONU, em setembro, o tema da determinação social da saúde. Será necessária grande mobilização de todos nós para alcançar este objetivo.

Saúde, ambiente e desenvolvimento

De 5 a 15 de julho de 2022, por ocasião da reunião anual do **Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)**, acontece a 10ª. Reunião do High-level Political Forum sobre a Agenda 2030. O tema do HLPF 2022 será “Reconstruindo melhor da COVID-19, enquanto avança a implementação completa da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, e os ODS a serem debatidos em maior profundidade serão 4 (educação de qualidade), 5 (igualdade de gênero), 14 (vida na água), 15 (vida na terra) e 17 (parcerias para os ODS).

Antes disso, em abril, realiza-se na China a segunda parte da **COP15 da Biodiversidade**, na qual espera-se a adoção do Quadro de Biodiversidade pós-2020. Entretanto, caso a COP se revele um fracasso, já sabemos que novas doenças pandêmicas de origem zoonótica acometerão a humanidade, resultantes da perda da diversidade biológica natural, de modelos de produção eco-agressivos e das mudanças climáticas.

Comemorando os 50 anos da histórica Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, realiza-se dias 2 e 3 de junho de 2022 o esperado encontro **Estocolmo+50**, abordando “um planeta saudável para a prosperidade de todos – nossa responsabilidade, nossa oportunidade”, muito significativo porque pretende discutir a evolução da questão ambiental desde 1972 e projetar o que precisa ser feito para salvar o mundo do cataclisma ecológico para chegarmos a 2072.

De 7 a 18 de novembro de 2022, Sharm El-Sheik, no Egito, recebe a **COP27 sobre Mudanças Climáticas**, depois da frustrante COP26 de Glasgow.

Seguramente o tema da saúde humana e a própria sobrevivência da espécie estará em questão em todos estes espaços políticos, constituindo-se em ponto alto dos desafios da saúde global e da diplomacia da saúde em 2022.

Clubes de países: G7, G20 e G77

O poderoso **G7** vai realizar sua Cúpula 2022 nos Alpes Bávaros sob a presidência da Alemanha, de 26 a 28 de junho. Progresso para um mundo equitativo será o objetivo do G7, com base em cinco áreas de ação: *planeta sustentável; estabilidade e transformação econômica; juntos mais fortes; e investimento em um futuro melhor*, promovendo a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, que terá saúde e segurança alimentar entre seus focos.

O componente saúde global é encontrado na quinta área de ação intitulada-se ‘*vidas saudáveis*’, visando expandir o compromisso do G7 com a prevenção e controle da pandemia, bem como melhorar a arquitetura internacional de saúde. Para atingir a meta da OMS de vacinar 70% da população mundial contra o coronavírus até meados de 2022, compromete-se a apoiar todos os pilares do ACT Accelerator – incluindo seu pilar de vacinação COVAX – bem como a produção local de vacinas nos países em desenvolvimento.

O **G20**, clube dos 20 países mais ricos do mundo vai reunir sua Cúpula 2022, em novembro, em Bali, sob a presidência da Indonésia, com o tema “Recuperar juntos, recuperar mais forte”. Arquitetura da saúde global; Transição energética sustentável; e Transformação digital são os subtemas programados.

O **G77**, que reúne mais de 130 países em desenvolvimento junto à ONU, ainda não tem uma agenda formalmente aprovada. Contudo, manifestações do representante do Paquistão, país que em 2022 preside o G77, identificam como prioridades temas centrais da agenda da

saúde global, como a distribuição justa e equitativa das vacinas e a superação das barreiras ao desenvolvimento e distribuição de equipamentos médicos, incluindo aspectos relacionados à propriedade intelectual, transferência de tecnologias e ampliação das capacidades de fabricação locais e regionais. Ademais, buscará a geração de recursos financeiros para a recuperação de suas economias; a universalização do acesso à proteção social; investimentos em infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente; materialização das decisões do Acordo de Paris e do Pacto de Glasgow; e o enfrentamento do racismo e a busca da igualdade. A Reunião Anual de Ministros das Relações Exteriores do G77, principal evento anual do grupo, está agendada para outubro-novembro de 2022.

Concluindo

A pandemia Covid-19 mostrou, na verdade, que é uma sindemia, porque tem origem de múltiplas causas combinadas, que transcendem a relação agente-hospedeiro tradicional (coronavírus - ser humano), e porque tem consequências, para além do adoecer e morrer, sobre praticamente todas as dimensões da vida humana.

De outro lado, existem diferentes cenários de como a pandemia pode se desenrolar em 2022, mas não é difícil imaginar que a Ômicron não será a última variante que surgiu, ou que estamos no final do jogo. Pelo contrário, globalmente as condições continuam ideais para que surjam mais variantes, restando-nos a certeza de que para mudar o curso da pandemia, devemos mudar as condições que a geraram e impulsionam: sociais, econômicas, ambientais, políticas, ambientais, éticas e sanitárias.

O ano de 2022 é decisivo. Voltar ao ‘velho normal’, que nos trouxe até aqui, torna certa a eclosão de novas e talvez mais letais pandemias e a permanência das injustiças sociais, econômicas, políticas, ambientais e sanitárias¹. Para superar este quadro são necessárias respostas que articulem *todos os setores do governo e toda a sociedade*, bem como agregar às respostas nacionais, respostas globais devidamente coordenadas no âmbito de todos os espaços multilaterais, globais e regionais.

¹ Ver: Oxfam. *A desigualdade mata*. Acesso: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/#:~:text=Um%20novo%20bilion%C3%A1rio%20surge%20a,de%20Covid%2D19%20no%20mundo>

Fracasso

Santiago Alcázar

Entrando em seu 3º ano, o impacto da pandemia da Covid-19 poderia ser medido pela quantidade de vezes que as palavras a ela associadas são usadas na mídia, nas conversas diárias, nos pronunciamentos oficiais, nos documentos que emanam dos diferentes corpos do sistema das Nações Unidas. Se alguém levantasse esses dados, certamente não se surpreenderia com o absoluto domínio daquelas palavras, faladas ou escritas. Todos, do paciente ao médico, do jornalista ao feirante, do funcionário ao presidente, do esportista ao hoteleiro, em Brasília, Cabo Frio, Calcutá ou Tombuctu, Paris, França ou Paris - Texas, Norte, Sul, Leste e Oeste – todos as emitem, diariamente, em português, espanhol, chinês ou japonês, francês ou inglês, adaptadas aos sotaques e ritmos de Ouagadugu, Baku, Moscou ou Alma Ata. Covid-19! Ouve-se, enquanto a pandemia esmaga e muda, talvez para sempre, a paisagem.

Em dezembro de 2019, quando as economias com maior participação no PIB global exsudavam pérolas do receituário neoliberal, seria inimaginável imaginar que pouco depois adotariam medidas de socorro de natureza intervencionista. Na mais clara demonstração de que os valores do mundo moderno passaram dos bilhões aos trilhões, estes governos liberaram montantes exorbitantes às famílias e empresas, com o intuito de destravar o funcionamento da economia. Não se fala em nacionalização, mas é evidente que à mão invisível do mercado sobrepôs-se o dirigismo estatal, com ampla aceitação, inclusive por parte de cardeais alérgicos a fórmulas que evoquem algum sabor socialista.

Os resultados parecem ter sido coroados de êxito. Com efeito, segundo o semanário *The Economist*, o índice do mercado de capitais está 40% acima da marca pré-pandemia, enquanto o gasto de capital das 500 maiores empresas do mundo é 11% superior. O Washington Post, por sua vez, registra a “poderosa” retomada desde 2020, quando a economia se contraiu 3.4%, o pior resultado desde 1946. O crescimento robusto de 5,7% em 2021 criou um recorde de 6.4 milhões de postos de trabalho, mas trouxe a reboque a inflação mais alta dos últimos 40 anos e um emaranhado de complicações, e atrasos, nas cadeias de suprimento provocado pela avidez dos consumidores. O Federal Reserve, o Banco Central americano, deverá elevar as taxas de juros, o que tem inquietado Wall Street com a perspectiva de encarecimento das dívidas contraídas. Há dúvidas e incertezas. Há medo, talvez com a volta do Estado dominante. Deve-se registrar que o fenômeno da inflação é mundial e o nervosismo dos mercados é generalizado.

Em outros quadrantes, a realidade talvez seja diferente, por falta de excedentes ou de recalitrâncias, não importa. Na dança do par Estado-empresa, nas principais economias, a condução ficou a cargo do primeiro.

Não é a primeira vez. Foi assim no pós-guerra marcado pelas tensões Leste-Oeste. Nos anos '80, com a moda do *deregulation*, a dança ficou solta e a empresa passou a conduzir. Não fosse a pandemia, alguém que entrasse no salão provavelmente encontraria o Estado sentado, com olhar distraído. A imagem, certamente caricatural, sugere um movimento pendular. Logo, logo, pensarão alguns, voltar-se-á ao status quo ante e o Estado, encolhido, voltará a sentar-se, acompanhando com olhar desinteressado as evoluções dos passos dançantes. O pêndulo, no entanto, parece ter-se quebrado desta vez, para o bem de todos. A condução do Estado durante a pandemia terá que repetir-se com mais ênfase diante do quadro desolador da mudança climática e, conseqüentemente, de emergências sanitárias graves.

A pandemia da Covid-19, que certamente é a primeira da história a fazer jus ao prefixo *pan* e por isso é verdadeiramente global, vai muito além da concepção sanitária agente-hospedeiro, adoecimento e morte. Mais que uma pandemia, a Covid-19 é uma *sin-demia*, conceito novo que reúne causas sanitárias, ambientais, econômicas, comerciais, sociais e políticas, bem como suas possíveis consequências, naquelas mesmas áreas ou em outras. A um só tempo, ponto de chegada e ponto de partida, a sindemia é a porta de entrada para uma nova realidade caracterizada pela complexidade. O mundo simples e previsível talvez seja coisa do passado.

O mundo novo será essencialmente *sindêmico* e reclama uma nova ordem e uma nova postura que enfatiza a relação causa e efeito. Até ontem, o mundo parecia desconectado da relação causal. Afirmção exagerada, certamente, mas fora das ciências e da filosofia, essa relação é reduzida aos aspectos pragmáticos, deixando de fora toda uma complexidade. A queima do carvão e do petróleo moveram a economia. Sistemas de irrigação aumentaram a produção de algodão na Ásia Central. As folhas de cacau colhidas na Côte d'Ivoire são processadas e vendidas muito longe daqueles calores insuportáveis. A equação parece simples com resultados satisfatórios.

A equação, no entanto, não é simples, nem os seus resultados satisfatórios. A indústria do carvão e do petróleo produz também áreas ambientalmente degradadas e poluição atmosférica, que afetam a saúde humana, animal e vegetal. O aumento da produção de algodão na Ásia Central veio acompanhada do encolhimento dramático do Mar de Aral, provocando um dos maiores desastres ecológicos, com perdas econômicas imensas. Os colhedores das folhas de cacau na África Ocidental provavelmente nunca provaram o sabor estonteante de uma barra de chocolate vendida nas grandes capitais.

Ao contrário da sindemia, que é um ponto conectado a passados e futuros, rico em complexidades intrincadas, a relação causal reduzida da economia é apenas um ponto abstrato, talvez fixado no gráfico de uma curva que mede custo contra lucro. Mais custo, mais lucro, mas como se conseguirá mais lucro baixando o custo? Esfolando, excluindo, ignorando. Em todos esses gerúndios há quebras da relação causal.

Dizem que a beleza do capitalismo reside na simplicidade de seu motor: produzir para obter lucro. Relação causal simples, sem complicações. Ignora tudo o que não contribui para o seu único objetivo: observação e respeito aos direitos humanos e conservação do meio ambiente. Nesse sentido, o capitalismo é apenas uma busca com um único objetivo. Pode produzir-se em qualquer lugar, não se limita a nenhuma geografia e pode assumir qualquer idioma ou sotaque. Em qualquer hipótese é uma ameaça contra o fator humano e contra o planeta.

É ao menos animador que o lema da Agenda 2030, essa promessa dos líderes feita em 2015, expresse o anseio de não deixar ninguém para trás. Tentativa de restabelecimento da relação causal ampla, não limitada a interesses tacanhos? Os resultados até aqui alcançados na implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sugerem avanços tímidos, granulados, desiguais, sem visão de conjunto. Em última análise, trata-se de uma visão desconectada, como as outras, ainda que carregada de promessas. A pandemia da Covid-19 fez retroceder os poucos avanços alcançados e lançou no ar dúvidas sobre a sinceridade dos líderes. Uma parte do sentimento de frustração e revolta que se observa hoje é resultado dessa decepção.

Há uns quinze anos, falava-se da lente da saúde pela qual deveriam ser examinadas as políticas de desenvolvimento. O argumento consistia em considerar na formulação das políticas possíveis impactos sobre o setor saúde, estabelecendo assim uma relação causal até então inexistente. As crises, no entanto, eram, como agora, multicausais, com ressonâncias múltiplas e globais. Eram sindêmicas *avant la lettre*. Ninguém, contudo, se dava conta. Em todas as crises, o setor saúde foi sempre o mais afetado, justamente por conta de políticas que não lhe consideravam ou, na melhor das hipóteses, que não a priorizavam. São conhecidos os resultados da exclusão da saúde na formulação das políticas. São todos catastróficos.

A ideia de uma lente da saúde nunca foi debatida entre os representantes políticos. A razão é simples. Existe um vazio entre representados e representantes, que impede a boa comunicação e o encaminhamento de soluções para o bem comum da coletividade. Dizem que alguns representantes são eleitos pelos representados, mas obedecem a obscuros oráculos de algum bezerro de ouro idolatrado. A hipótese não é absurda. Os seguidos fracassos, ao menos para a coletividade, das conferências sobre meio ambiente, propriedade intelectual, entre outros, apenas confirmam que são regidas por interesses estreitos, reunidos sob a rubrica “mercado”, às vezes travestidos de nacionais, mas em realidade desconectados de impactos sobre a saúde e o meio ambiente.

Como se recordará, a coisa toda teria tomado impulso com a moda do *deregulation* dos anos oitenta. O propósito era romper as pesadas correntes causais, com vistas a simplificar a arte de legislar. Aprovar leis que não levassem em consideração danos ao meio ambiente, à saúde e aos direitos humanos, que são muitos e tudo complicam. E assim, de fracasso em fracasso, pareceria que ao invés da meta 2030 estejamos nos encaminhando para o fracasso, senão de todos, ao menos da quase totalidade.

Voltando à imagem da dança Estado-empresa, o primeiro, quando dominante, assumia o custo; quando não, a segunda embolsava o lucro. Em ambos os casos, causa e efeito não se suportavam e sequer se olhavam. A relação havia-se quebrado.

Mariana Mazzucato, a respeitada economista da *University College* de Londres, propõe reestabelecer a relação perdida e com isso dar um sentido concreto, e ético, à chamada economia sustentável.

De que se trata? As grandes empresas, aquelas listadas nas bolsas de valores, são comandadas pelos interesses de seus respectivos conselhos de acionistas. Estes apostam onde aplicar recursos financeiros com o único objetivo de maximizar lucros. Suas decisões são baseadas em algoritmos de grande complexidade e algum faro natural (que nada mais é que o velho instinto animal). Os algoritmos são desenhados com esse fim. Matematicamente intrincados e cheios de voltas, são em realidade simples ao deixarem de fora a ética e o meio ambiente, por exemplo. São a construção mais acabada do objetivo capitalista: tudo que escapa à obtenção do lucro é excluído ou ignorado, não mais como gerúndios, mas como adjetivos que definem o fator humano dentro do sistema. O homem excluído e ignorado; mas neste caso há também o planeta, igualmente ignorado e excluído da equação.

A Agenda 2030 fala da necessidade de adjetivar a produção e o consumo de modo a torná-los sustentáveis – produção e consumo sustentáveis. Mazzucato indica o caminho. Os governos podem exigir que as corporações sejam abertas ao interesse de outras partes interessadas. Ao invés de definir que elas sejam comandadas exclusivamente pelos acionistas (*shareholders*), que sejam orientadas pelas partes interessadas (*stakeholders*). Destas, ademais do setor privado, fariam parte o setor público e a sociedade civil. De igual modo, a relação

governo-empresa deve basear-se na construção de parcerias, com o intuito de garantir que os incentivos fiscais e qualquer assistência financeira sejam utilizados somente para a produção sustentável de longo prazo, em consonância com as decisões das partes interessadas.

O caminho proposto por Mazzucato parece sugerir a democratização do capitalismo. É mais que isso. Ao incluir entre as partes interessadas a sociedade civil, principalmente os defensores de direitos humanos e os ambientalistas, supostamente garante o reestabelecimento das relações causais – produção-direitos humanos, produção-meio ambiente, consumo-direitos humanos e consumo-meio ambiente – e assim impõe um freio à corrida frenética em busca do lucro, custe o que custar. Supostamente, porque imagina-se que o foco da maximização do lucro teria que passar antes pela lente dos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente. Os governos podem, de fato, fazer isso, afinal de contas são eles que impõem as condições para o estabelecimento de empresas.

Podem, mas não será suficiente, pois não se trata de modificar as regras de funcionamento das empresas. O problema é muito maior e mais complexo. Em realidade, tomando o exemplo da lente da saúde, a ideia seria redirecionar todo o aparelho político-econômico de modo a orientá-lo para o bem da vida, humana, animal e vegetal, ou para ser mais concreto, para a saúde humana, animal e vegetal, como sugere esse outro novo conceito “Uma Saúde” (*One Health*).

Alguns dirão que essa história de redirecionamento é coisa de jovem sonhador. Certamente. Afinal, são eles que irão herdar esse admirável mundo novo, doente até a medula. A eles cabe reclamar transformações profundas que garantam, e não apenas prometam, um futuro melhor para todos. Um futuro que inaugure um mundo adjetivado, transformado em solidário.

É possível que essa qualidade de ser solidário se manifeste com mais clareza nos momentos mais agudos de um desastre ou de uma crise. Frente à eminente ameaça de morte não é incomum assistir a gestos de desprendimento e de generosidade. A pandemia, sobretudo em 2020 e o primeiro semestre de 2021, produziu cenas de empatia comovedoras. Houve, e o tempo verbal é importante, um sentimento de união em torno à dor, como se estivéssemos diante de uma tragédia universal. Havia, por isso mesmo, uma consciência coletiva de pertença a uma coletividade. A consciência coletiva de se estar diante de um desastre de dimensão planetária produziria, quem sabe, o estado de ânimo necessário para dar partida à inauguração daquele novo mundo solidário, como vagamente prometido pelos líderes em 2015 e como reclamam imperativamente os jovens de hoje.

É provável, contudo, que por estarmos mais calejados ou pela percepção, certa ou errada, da “suavização” da pandemia, o sentimento de estarmos diante de uma tragédia definitiva se tenha diluído em algo menos grave que não mais acarreta o sentimento de eminente desastre. Afrouxa-se assim o laço comunitário, dando ocasião para fugas individuais sob a égide de bandeiras libertárias, que não são as de liberdade, mas de prisões com correntes e grillhões novinhos em folha, e talvez por isso, fácil de confundir com joias ornamentais.

O caso das vacinas ilustra bem essa tendência de descompromisso com a comunidade, que nada mais é que pura irresponsabilidade. Age-se como se a liberdade fosse uma coisa da que se pode ser proprietário, como de uma raquete de tênis ou um boné. Não há, contudo, liberdade fora da comunidade, ainda que a afirmação pareça paradoxal.

É preciso dar-se conta que a Covid-19 inaugurou uma nova etapa na história. A pandemia, que em verdade é uma sindemia, pôs por terra todas as certezas e mudou para sempre o mundo, como nenhum fenômeno anterior. A novidade com a qual temos que nos ater é a natureza multicausal de todo acontecer, seja no campo da política, economia, saúde, meio ambiente, com impactos diversos sobre o tecido social. A nossa realidade é por essa razão sindêmica.

Ante essa nova circunstância ameaçadora é ilusório pensar em soluções individualistas ou nacionalistas, como se não fizessem parte da mesma realidade. O mantra, repetido uma e outra vez, incansavelmente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Diretor Geral da OMS – ninguém está a salvo enquanto todos não estiverem a salvo – deve guiar todos os passos daqui para frente. Toda a agenda política e econômica tem que ser guiada por esse princípio. Um bom começo poderia ser a convocação imediata de uma reunião de chefes de Estado ou de Governo com o propósito de examinar a *multicausalidade* das políticas e estratégias com possível impacto sobre a saúde, humana, animal e vegetal. O foro adequado teria que ser a Assembleia Geral das Nações Unidas, a mais alta e inclusiva plataforma política que existe.

O pessimismo da razão e o otimismo da vontade têm pesos distintos diante desta nova realidade. Há muita vontade, sobretudo entre os jovens, de um mundo melhor, mas as tensões em torno à questão da Ucrânia e à ocupação de espaços por parte da China parecem sobrepor-se ao sentimento de desastre eminente por conta de pandemias ou mudança climática. O resultado esperado é o afrouxamento do laço comunitário e o estímulo para aventuras individualistas ou nacionalistas que levarão, como sempre, ao desastre. As palavras associadas à pandemia da Covid-19 e à mudança climática cairão no esquecimento e serão substituídas por outras, velhas com roupagens novas. E assim, de fracasso em fracasso nos encaminharemos com certeza ao fracasso.

A partitura do SG:

Nações Unidas na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

No período coberto por este informe, a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações adotou 240 resoluções em dezembro de 2021 e 1 em janeiro deste ano. Das aprovadas em dezembro, quatro fazem referência à Covid-19 em seus títulos: [A/RES/76/184](#); [A/RES/76/175](#); [A/RES/76/174](#); [A/RES/76/133](#).

Em janeiro deste ano a AGNU adotou dez resoluções. Nove fazem referência a assuntos de orçamento. Uma, adotada em 20 de janeiro, intitula-se “Negação do Holocausto” ([A/RES/76/250](#)).

O documento merece ser lido com atenção. O parágrafo preambular 16 recorda os 80 anos da realização da conferência de Wannsee, do nome de um palácio à beira daquele lago, localizado a pouco quilômetros de Berlim. Em 1942, quinze oficiais do regime nazista aí se reuniram para decidir sobre a chamada “Solução Final para a Questão dos Judeus”. A decisão e a reunião tomaram 90 minutos. O filme *Conspiracy* (2001), de produção norte-americana e britânica, relata os acontecimentos da Conferência de Wannsee. Interpretada por grandes atores como Kenneth Branagh, Stanley Tucci e Colin Firth é um clássico que merece ser visto.

Os eventos futuros da AGNU, do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social constam do informe sem título, com data de 10 de janeiro, distribuído para a reunião de coordenação do CRIS, realizada dois dias depois.

Com relação ao Secretariado, cabe mencionar o Relatório do Secretário-Geral ([A/76/1](#)), que foi apresentado à AGNU em 21 de janeiro. Em sua apresentação, o SG fez um chamamento aos países para que se mobilizem contra “cinco alarmes de fogo”, que são a Covid-19, a crise climática, o sistema financeiro desregulamentado, o espaço cibernético desprovido de leis e o surgimento de conflitos violentos.

Os cinco avisos de fogo já são conhecidos de todos e causa surpresa que os bombeiros não tenham sido chamados, porque o edifício inteiro está em chamas. O SG não pode ser visto como um ativista radical, entende-se, mas repetir fórmulas surradas não ajudam a mexer os pauzinhos, como se diz.

2021 como se sabe foi rico em fracassos. Não há razão para imaginar que no ano novo tenhamos inaugurado um admirável mundo novo.

O Capítulo IV, artigo 20 da Carta das Nações Unidas habilita o SG a convocar sessão especial da UNGA, a pedido do Conselho de Segurança ou da maioria dos Estados membros. Compreende-se que se aqueles órgãos não tiverem iniciativa, o SG permanecerá de mãos atadas. Poderá fazer intervenções chamando a atenção para a gravidade da situação, elevando o tom e dando mostras de indignação, mas sem apoios, nada feito.

A AGNU pode reunir-se em sessão especial de emergência em caso de iminente ameaça à paz ou à segurança. O problema é que ameaça à paz ou à segurança sempre vem associadas ao uso de forças armadas e por essa razão não haveria condições para que o SG tentasse convocar uma reunião de emergência para tratar de seus cinco incêndios.

Em ambos os casos, o que se tem é uma inadequação de instrumentos para tratar da mais grave crise da história recente. A Covid-19 revelou tratar-se de uma sindemia, fenômeno

de múltiplas causas que reclamam tratamento orquestrado. A resposta à Covid-19, assim como a resposta às ameaças provocadas pela mudança climática parecem confinadas em compartimentos estanques, devidamente separadas umas das outras.

O conceito de segurança, preso a ameaças de cunho militar, deve ser ampliado para conter outras ameaças, de que são exemplo a mudança de clima, a erosão ambiental, a perda de biodiversidade, pandemias e, evidentemente, as ameaças cada vez mais grave e gritantes aos direitos humanos. A lembrança da Conferência de Wannsee deveria ter sido evocada pelo SG na listagem de seus avisos de incêndio.

A apresentação do SG e a reação de alguns delegados pode ser conhecida acessando <https://www.un.org/press/en/2022/ga12401.doc.htm> .

As referências à Covid-19, espaço cibernético desregulamentado e surgimento de conflitos violentos não contém novidades. Não assim os comentários reservados para a desregulamentação do setor financeiro que mereceu o qualificativo moralmente falido (*morally bankrupt global financial system*). Não á dúvida de que se trata de uma crítica dura e acerba. Ao mesmo tempo, é uma crítica legítima e necessária. O SG foi recentemente reeleito para um novo período. Há um certo conforto nisso.

Como não há causa sem efeito, o SG fez também crítica à falta de freios na emissão de gases de efeito estufa, que segundo advertiu, deverá aumentar 14% nesta década, piorando muito a perspectiva otimista de crescimento controlado.

De modo geral, a apresentação do SG mereceu elogios por parte dos delegados. A impressão que fica, no entanto, é que os cinco alarmes de incêndio do SG são como referências comuns para o início dos trabalhos neste começo de ano, mas a indignação que sobressai não é da de um condenado, mas a de um senhor que deve dirigir-se por ofício a uma plateia de distraídos. A gravidade da situação não parece refletida com toda ênfase e dramaticidade na apresentação do SG. É como se tivesse apresentado uma partitura que ninguém entenderá porque faltou a orquestra para dar-lhe vida e densidade.

Não se pode esquecer que o SG dirige uma organização que tem um orçamento de pouco mais de US\$ 3 bilhões. As orquestras custam caro e não frequentam as Nações Unidas, o que é uma pena. Os problemas que atormentam a humanidade, situam-se na casa das dezenas de trilhões de dólares. O que pode o SG quando os próprios Estados contribuem tão pouco, quando contribuem e não atrasam os seus compromissos financeiros?

Pobre SG que pode elevar o tom de voz o suficiente para ser ouvido por delegados e ninguém mais.

Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

O ano de 2022, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, começa com a expectativa em torno da 49ª Sessão, [OHCHR | Session49 49th regular session of the Human Rights Council: Reports](#), a realizar-se entre 28 de fevereiro e 1º de abril, com as tensões geradas pela evolução recente da Pandemia de Covid19 que tanto afetaram os Direitos Humanos em 2020 e 2021, aumentando as desigualdades no mundo todo e questionando a capacidade do multilateralismo em superar os poderes fácticos do capital e dos seus monopólios econômicos que exerceram sem pena seu poder sobre as respostas urgentes que necessitava a Humanidade e a Natureza. Destacamos o fato da Presidência deste 16º período do CDH ser exercida pela Argentina, pelo Embaixador Federico Villegas, o que aumenta nossa expectativa sobre suas repercussões para o Sul Global e a América Latina em particular.

O chamado do Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, em setembro de 2021, por “Nossa Agenda Comum”, apontou o imperativo de **melhorar governança; priorizar a renovação do contrato social baseada em direitos humanos, a reconstrução da confiança e coesão social**. [Relatório da ONU, “Nossa Agenda Comum”, propõe respostas a desafios globais | ONU News](#)

O documento apresentado na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2021 [Common Agenda Report English.pdf \(un.org\)](#), [informe-nuestra-agenda-comun.pdf](#) contém a visão e as recomendações do chefe da ONU aos líderes mundiais para renovar, fortalecer e inovar a ação da organização. Guterres destacou o tempo de pandemia como um ponto de inflexão da história que serve de alerta, para a qual “o mundo está demasiadamente adormecido”. Segundo ele, a pandemia demonstrou o fracasso coletivo na união e tomada de decisões pelo bem comum, mesmo diante de uma emergência global imediata colocando em risco a vida. A agenda e suas metas, é de alto interesse para a Saúde Global, pois sua ênfase na capacidade de materializar um novo contrato social está fortemente impregnada pelas necessidades desveladas pela pandemia, em particular o fortalecimento das proteções sociais baseadas nos direitos humanos e no desenvolvimento soberano dos povos com o objetivo de enfrentar as enormes e injustas desigualdades que afetam o mundo. Ele destacou ainda que essa estagnação no combate às desigualdades vai muito além da Covid-19 apontando a crise climática, a destruição da natureza e o colapso da biodiversidade como problemas que vêm tendo uma resposta global muito baixa e tardia.

Já veremos como na Agenda da 49ª Sessão os informes do Secretário Geral da ONU e da Alta Comissária para os Direitos Humanos refletirão as demandas derivadas das metas da “Nossa Agenda Comum”. Dos poucos informes já constantes no site do programa da 49ª Sessão do CDH, destacamos dois documentos que abrem velhas e novas questões para a saúde global em sua relação com os Direitos Humanos:

1. O informe da Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo dos direitos humanos, particularmente direitos econômicos, sociais e culturais, Attiya Waris. [A/HRC/49/47 - E - A/HRC/49/47 -Desktop \(undocs.org\)](#) . Attiya afirma que os direitos humanos exigem recursos financeiros para sua materialização mediante intervenções fiscais orientadas pelo princípio da justiça redistributiva;

2. O informe do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência e a inteligência artificial, Gerard Quinn. [A/HRC/49/52 - E - A/HRC/49/52 -Desktop \(undocs.org\)](#), entrando em um tema de suma complexidade para toda a Humanidade e que emergiu com ainda mais força durante a pandemia e afetando de forma ainda mais desigual e deletéria as pessoas com deficiência.

Na mesma linha de preocupação sobre os impactos ainda não completamente dimensionados da inteligência artificial, cada vez mais presente no espaço da saúde, apontamos o esforço da UNESCO para a adoção de um código de ética sobre inteligência artificial, em particular nos países do Sul Global que estão muito desprotegidos em termos de legislações nacionais. [Draft Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence - UNESCO Biblioteca Digital](#)

Extratos dos documentos mencionados

1. [Relatório da ONU, “Nossa Agenda Comum”, propõe respostas a desafios globais | ONU News](#) . 10 setembro 2021.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, lançou um relatório propondo metas para dar resposta aos desafios globais designado “Nossa Agenda Comum”. [Common Agenda Report English.pdf \(un.org\)](#), [informe-nuestra-agenda-comun.pdf](#)

O documento apresentado na Assembleia Geral da ONU, contém a visão e as recomendações do chefe da ONU aos líderes mundiais para renovar, fortalecer e inovar a ação da organização. Ao apresentar a agenda, Guterres destacou o tempo de pandemia como um ponto de inflexão da história que serve de chamada alerta, para a qual “o mundo está demasiadamente adormecido”.

Segundo ele, a pandemia demonstrou o fracasso coletivo na união e tomada de decisões pelo bem comum, mesmo diante de uma emergência global imediata colocando em risco a vida.

A base do relatório são os 12 compromissos da Declaração Política, aprovada em 2020, no 75º aniversário das Nações Unidas. Foi na mira do reforço da governança global que os Estados-membros solicitaram as novas recomendações ao secretário-geral.

Ele destacou ainda que essa estagnação vai muito além da Covid-19 apontando a crise climática, a destruição da natureza e o colapso da biodiversidade como problemas que vêm tendo uma resposta global muito baixa e tardia.

O chefe da ONU destacou que o relatório sobre “Nossa Agenda Comum” é um ponto de partida para os esforços conjuntos para melhorar a governança, tendo como bases a confiança, a solidariedade e os direitos humanos, para alcançar as esperanças e expectativas das pessoas servidas pela organização.

O documento que defende ações coletivas destacando que com a crise climática iminente, o “mundo vive o maior teste compartilhado desde a Segunda Guerra Mundial”. Nestas circunstâncias, a escolha urgente colocada à humanidade é entre o colapso, marcado por um futuro de crises perpétuas, ou o “avanço para um futuro melhor, mais sustentável e pacífico para as pessoas e o planeta”.

Como opções para acelerar os avanços, a agenda sublinha que é preciso reconhecer que o futuro da humanidade depende da solidariedade, confiança e capacidade de trabalho em conjunto “como uma família global para alcançar objetivos comuns.”

O papel da organização é considerado “mais necessário que nunca em tempo marcado por divisão, fratura e desconfiança”.

A “Nossa Agenda Comum” quer inspirar ideias e iniciativas com base em conquistas dos últimos 75 anos. Entre elas estão a prevenção de uma terceira guerra mundial, a erradicação da varíola e conserto do buraco na camada de ozônio.

Outro objetivo é promover ação para fortalecer e acelerar acordos multilaterais, em particular a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, e “fazer uma diferença tangível na vida das pessoas”.

As recomendações do secretário-geral se resumem em quatro grandes áreas, sendo a primeira a renovação do contrato social. O fundamento são “os direitos humanos, para reconstruir a confiança e a coesão social”.

A análise destaca ainda questões como pobreza, fome, falta de acesso a cuidados de saúde, educação e segurança de rendimentos, crescentes desigualdades e injustiças, bem como desinformação e falta de confiança nas instituições.

As principais recomendações incluem lidar com a “infodemia”, ou crise de desinformação no mundo, encerrando a “guerra contra a ciência” e introduzindo um código de conduta global que promove a integridade das informações públicas.

A “Nossa Agenda Comum” prevê ainda uma nova estrutura conjunta sobre integridade financeira. A motivação seria lidar com questões como evasão e omissão fiscais, a lavagem de dinheiro e os fluxos financeiros ilícitos.

Outro componente é “renovar o pensamento em torno dos direitos humanos, inclusive na vida online”. O relatório defende a cobertura de proteção social universal, incluindo saúde e o fim da violência contra mulheres e meninas, além de se garantir uma participação plena e igualitária em campos com planos de resposta a emergências. O plano também defende que essas iniciativas sejam mais robustas “com uma campanha global para eliminar normas sociais prejudiciais.

2. Informações gerais e elementos da agenda da 49ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU [OHCHR | Session49 49th regular session of the Human Rights Council: Reports](#)

O Conselho de Direitos Humanos realizará sua 49ª sessão de 28 de fevereiro a 1 de abril de 2022 na Sede das Nações Unidas em Genebra. A composição do Conselho de Direitos Humanos em sua 49ª sessão é a seguinte (entre parênteses o termino do mandato de cada Estado Membro): Argentina (2024); Armênia (2022); Benim (2024); Bolívia (Plurinacional de) (2023); Brasil (2022); Camarões (2024); China (2023); Costa do Marfim (2023); Cuba (2023); Eritreia (2024); Finlândia (2024); França (2023); Gabão (2023); Gâmbia (2024); Alemanha (2022); Honduras (2024); Índia (2024); Indonésia (2022); Japão (2022); Cazaquistão (2024); Líbia (2022); Lituânia (2024); Luxemburgo (2024); Malawi (2023); Malásia (2024); Ilhas Marshall (2022); Mauritània (2022); México (2023); Montenegro (2024); Namíbia (2022); Nepal (2023); Países Baixos (2022); Paquistão (2023); Paraguai (2024); Polônia (2022); Catar (2024); República da Coreia (2022); Federação Russa (2023); Senegal (2023); Somália (2024); Sudão (2022); Ucrânia (2023); Emirados Árabes Unidos (2024); Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (2023); Estados Unidos da América (2024); Uzbequistão (2023); e Venezuela (República Bolivariana)

(2022). Os Estados com mandato até 2024, indicam que foram eleitos ou reeleitos para um segundo mandato seguido em 2021. Os EUA voltaram ao Conselho para este 16º período.

Preocupa que a atual Presidência do Movimento dos Não Alinhados – Azerbaijão, não esteja no CDH, que a Presidência anterior – Venezuela, termine seu mandato em dezembro de 2022 e Uganda - a próxima Presidência do MNA tampouco esteja no CDH, o que pode debilitar a liderança direta do Movimento em um período em que se almeja avançar dois tratados no CDH que são fundamentais para uma nova ordem econômica mundial e que afetam diretamente o futuro da Saúde Global, a saber os tratados sobre Direito ao Desenvolvimento [OHCHR | The Intergovernmental Working Group on the Right to Development](#) sobre a questão dos direitos humanos e corporações transnacionais e outras empresas [OHCHR | Working Group on business and human rights](#) .

Em suas reuniões organizacionais realizadas em 6 de dezembro de 2021 e 12 de janeiro de 2022, o Conselho de Direitos Humanos elegeu os seguintes membros da Mesa para seu décimo sexto ciclo, que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022: Presidente - Federico Villegas (Argentina); Vice-Presidentes: Andranik Hovhannisyan (Armênia), Katharina Stasch (Alemanha); Tamim Baiou (Líbia); Vice-Presidente e Relator: Ulugbek Lapasov (Uzbequistão).

De acordo com o parágrafo 42 do anexo da resolução 16/21 do Conselho de Direitos Humanos, o Conselho realizará um painel de discussão para interagir com chefes de órgãos e secretarias de órgãos das Nações Unidas dentro de seus respectivos mandatos sobre temas específicos de direitos humanos com o objetivo de promover a integração dos direitos humanos em todo o sistema das Nações Unidas. 5. Em sua sessão organizacional, realizada em 6 de dezembro de 2021, o Conselho de Direitos Humanos decidiu que o tema da discussão do painel de 2022 seria "A contribuição da participação universal para a integração dos direitos humanos em todo o sistema das Nações Unidas por ocasião do décimo aniversário do Fundo Voluntário de Assistência Técnica para Apoiar a Participação dos Países Menos Desenvolvidos e dos Estados em Desenvolvimento das Pequenas Ilhas no trabalho do Conselho dos Direitos Humanos".

A agenda da 49ª Sessão inclui o Relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral da ONU. Todos os relatórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) e do Secretário-Geral são apresentados sob o item 2 da agenda, que permanece um item aberto durante toda a sessão. O Conselho de Direitos Humanos considerará os relatórios sob os itens relevantes da agenda, conforme apropriado. O tempo específico de sua introdução será refletido no programa de trabalho.

Na Agenda da Sessão são de especial interesse para a Saúde Global e a Diplomacia em Saúde aqueles tópicos relacionados aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, incluindo o Direito ao Desenvolvimento:

Em sua resolução 46/10, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Secretário-Geral que preparasse e submetesse ao Conselho, em sua quarenta e nona sessão, um relatório sobre a questão da realização em todos os países dos direitos econômicos, sociais e culturais, com foco especial na importância de políticas públicas robustas e eficientes e de serviços devidamente recursos e pleno funcionamento para a proteção da economia, direitos sociais e culturais para enfrentar o impacto negativo da pandemia da doença coronavírus (COVID-19) e contribuir para os esforços de recuperação. O Conselho analisará o relatório do Secretário-Geral

([A/HRC/49/28](#)) durante um painel de discussão sobre as conclusões e recomendações feitas pelo Secretário-Geral em seu relatório;

Garantindo acesso equitativo, acessível, oportuno e universal para todos os países às vacinas em resposta à pandemia COVID-19 22. Em sua resolução 46/14, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado, que elaborasse um relatório sobre as implicações dos direitos humanos da falta de acesso e distribuição acessíveis, oportunos, equitativos, universais e de distribuição de vacinas COVID-19 e o aprofundamento das desigualdades entre os Estados, incluindo as vulnerabilidades relacionadas, desafios e o impacto sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental, para submissão ao Conselho em sua 49ª sessão. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissariado ([A/HRC/49/35](#)) durante um painel de discussão de meio dia;

Direito à previdência social. Em sua resolução 42/13, o Conselho de Direitos Humanos decidiu convocar um painel intersessional sobre o direito à seguridade social no mundo do trabalho em mudança, com vistas à identificação de desafios e melhores práticas, e solicitou ao Alto Comissário que elaborasse um relatório sumário sobre a discussão do painel para submissão ao Conselho em sua quarenta e sexta sessão. Em consonância com a decisão do Conselho 45/113, a discussão do painel de dia inteiro foi realizada em 1º de novembro de 2021. O Conselho terá antes disso o relatório sumário do Alto Comissariado ([A/HRC/49/33](#));

Acesso a medicamentos e vacinas no contexto do direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental. Em sua resolução 41/10, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Alto Comissariado que convocasse um seminário intersessional de dia inteiro sobre boas práticas, desafios fundamentais e novos desenvolvimentos relevantes para o acesso a medicamentos e vacinas como um dos elementos fundamentais do direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental, e submeter um relatório sumário sobre o seminário ao Conselho em sua quarenta e sexta sessão. De acordo com a decisão do Conselho 45/113, o seminário intersessional de dia inteiro foi realizado em 8 de dezembro de 2021. O Conselho analisará o relatório do Alto Comissariado ([A/HRC/49/34](#)).

3.Extratos do Relatório da Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo dos direitos humanos, particularmente direitos econômicos, sociais e culturais, Attiya Waris. [A/HRC/49/47 - E - A/HRC/49/47 -Desktop \(undocs.org\)](#)

Conselho de Direitos Humanos 49ª sessão 28 de fevereiro a 1 de abril de 2022. Agenda item 3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. “Fazer um balanço e identificar áreas prioritárias: uma visão para o trabalho futuro do titular do mandato Relatório da Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo dos direitos humanos, particularmente direitos econômicos, sociais e culturais, Attiya Waris”.

“Resumo. O presente relatório estabelece o plano de trabalho preliminar da Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais, em consonância com as resoluções 43/10 do Conselho de Direitos Humanos, 46/8 e 46/11.

A Especialista Independente pretende focar seu trabalho nas seguintes seis áreas temáticas: (a) Legitimidade fiscal e direitos humanos; b Engajar a natureza e o papel em evolução do Estado; c Crises, emergências naturais e obrigações financeiras; d O meio ambiente, os fluxos financeiros ilícitos, as dívidas e as transações financeiras; e Transparência das informações financeiras e fiscais e dos sistemas digitais; f O sistema fiscal global e suas implicações para os direitos humanos. De acordo com seu mandato do Conselho de Direitos Humanos, a Especialista Independente se envolverá ativamente, inclusive com os Estados membros, em vários fóruns, bem como com o Comitê de Especialistas em Cooperação Internacional em Assuntos Fiscais, o Grupo de 20 e o Grupo de 77, instituições financeiras internacionais, entidades das Nações Unidas e outras organizações internacionais, organizações da sociedade civil, do setor privado e da academia. Ela também desempenhará um papel ativo na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e eventos relacionados.

A Especialista Independente realizará visitas oficiais ao país, a convite dos governos, para identificar boas práticas, obter uma compreensão aprofundada das tendências atuais que afetam os direitos humanos relacionadas ao seu mandato e, em particular, em relação às seis áreas temáticas identificadas acima. Ela buscará uma visão de longo prazo, incluindo programação e planejamento das Nações Unidas, bem como auxiliará os governos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável acordados internacionalmente, e abordará a dívida externa e outras políticas relacionadas às obrigações financeiras internacionais, conforme informado pelo direito e normas internacionais de direitos humanos. O Especialista Independente também prestará assessoria e, se necessário, realizará a advocacia e levantará preocupações através dos métodos de trabalho estabelecidos dos titulares do mandato do procedimento especial.

Ao longo de seu trabalho, ela se concentrará no impacto das políticas fiscais nos níveis internacional, nacional e local em grupos populacionais marginalizados. O Especialista Independente fornecerá recomendações de aconselhamento e políticas baseadas no direito internacional dos direitos humanos e nas evidências empíricas existentes, com o objetivo de demonstrar que colocar o direito e a política dos direitos humanos no centro do desenvolvimento e do direito fiscal, políticas e sistemas levam a resultados melhores e mais sustentáveis e uma melhoria geral nos padrões de vida.

“III. Interligações entre direitos humanos e obrigações financeiras internacionais 21. A Especialista Independente define abaixo os principais temas que sustentarão e orientarão sua abordagem ao trabalho sob seu mandato durante seu mandato, seguido por uma descrição de áreas de pesquisa específicas e projetos que deseja.

A. Os direitos humanos exigem recursos 22. Tendo considerado padrões socioeconômicos emergentes, o importante trabalho de muitas partes interessadas e a evolução no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais de forma mais geral, a Especialista Independente inicia seu mandato com a compreensão de diversos desafios fundamentais para a realização fiscal dos direitos humanos e o reconhecimento de oportunidades emergentes, que ela pretende abordar e se engajar à medida que realiza novas consultas. 23. Central às obrigações partidárias do Estado no que diz respeito à realização dos direitos humanos, nos termos do artigo 2º (1) do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, cada parte do Estado é obrigada a "tomar medidas, individualmente e por meio da assistência e cooperação internacionais, especialmente econômicas e técnicas, ao máximo de seus recursos disponíveis, com vistas a alcançar realização dos direitos reconhecidos no Pacto por todos os direitos apropriados significa, incluindo, particularmente, a adoção de medidas legislativas". Na

implementação e cumprimento dessas obrigações, no entanto, há desafios particulares para os organismos internacionais de direitos humanos, bem como para os tribunais nacionais, no desenvolvimento de requisitos precisos para o cumprimento da responsabilidade emanada de todos os elementos estabelecidos no artigo 2º (1) do Pacto.

24. Em relação à assistência e cooperação internacionais: Os Estados muitas vezes possuem mecanismos limitados para a avaliação das obrigações financeiras internacionais, inclusive em relação à legislação, políticas ou compromissos assumidos em relação aos fluxos financeiros ilícitos e à dívida externa, bem como decisões orçamentárias relevantes ou decisões administrativas proporcionais. Instituições globais, continentais, regionais, nacionais e subnacionais, incluindo instituições fiscais e órgãos de direitos humanos, precisam ser fornecidas com evidências e dados confiáveis sobre restrições de recursos e necessidades concorrentes. As abordagens participativas dos processos de tomada de decisão orçamentária e fiscal precisam ser fortalecidas e ampliadas para garantir que todas as partes interessadas, incluindo grupos marginalizados, sejam capazes de ter suas vozes ouvidas. Todos os três braços de governo – legislativo, executivo e judiciário – devem considerar colocar mecanismos de legitimidade fiscal em vigor e trabalhar em parceria com todas as partes interessadas para melhorar a legislação e as políticas e garantir a legitimidade fiscal.

25. Em relação ao uso dos recursos máximos disponíveis: obrigações fiscais e baseadas em recursos devem ser avaliadas não apenas em relação à lei e à sociedade, mas também aos sistemas raciais, étnicos, históricos, econômicos, políticos, ideológicos e de crenças nos quais existem. Esse contexto, incluindo a compreensão dos recursos disponíveis, das necessidades concorrentes, da política econômica e da cooperação e assistência internacional, bem como da solidariedade, é a base sobre a qual o apoio aos direitos humanos deve ser visto. Não há uma fórmula simples para definir a lei fiscal precisa, políticas ou medidas de execução necessárias para determinar as alocações orçamentárias necessárias em todos os países. No entanto, o fato de que o cumprimento de aspectos dos direitos humanos só pode ser avaliado no contexto de circunstâncias específicas não deve levar à falta de responsabilização por violações dos direitos humanos, à desconsideração de tais violações ou mesmo ao mau uso dos elementos subjacentes à legitimidade fiscal.

26. No que diz respeito à realização progressiva dos direitos humanos por meio de intervenções fiscais: a legitimidade fiscal inclui sete princípios fundamentais: a prestação de contas; transparência; responsabilidade; eficiência; eficácia; justiça tributária e justiça fiscal. Indiscutivelmente, o elemento da justiça deve ter primazia sobre todos os outros elementos. O Especialista Independente reconhece que os Estados devem tomar medidas positivas para a realização fiscal dos direitos humanos. Tais medidas não devem ser tomadas apenas a nível estadual, mas também por meio da cooperação internacional e da assistência em apoio aos esforços do Estado.

27. A natureza das obrigações do Estado em diferentes circunstâncias deve ser esclarecida por meio de procedimentos e mecanismos e obrigações contextuais. As obrigações vinculadas à realização progressiva dos direitos humanos, como os recursos máximos disponíveis e as medidas legislativas adequadas, devem continuar a ser desenvolvidas por órgãos e mecanismos de direitos humanos, bem como pelos tribunais, a fim de esclarecer seu escopo e conteúdo em circunstâncias específicas. A abordagem do Especialista Independente incluirá olhar para os aspectos práticos do que ela chama de "realização fiscal progressiva de todos os direitos humanos".

28. Os recursos fiscais são essenciais para o investimento em habitação, saúde, seguridade social, alimentação, educação e outros direitos econômicos e sociais. Para que os direitos humanos sejam efetivamente respeitados, protegidos e promovidos, são necessários recursos. Em seu trabalho, a Especialista Independente explorará como as obrigações financeiras internacionais devem ser gerenciadas para garantir que a realização dos direitos humanos e o cumprimento dos compromissos assumidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sejam cumpridos. Embora as auditorias cidadãs e o orçamento baseado em gênero tenham sido formas eficazes de destacar práticas fiscais ilegítimas, responsabilizando os governos locais e nacionais por processos orçamentários e aumentando a transparência, é necessário ampliar esse discurso para incluir não apenas grupos marginalizados, mas também para o orçamento baseado em direitos humanos em instituições internacionais em todo o mundo.”

Relatório do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência e a inteligência artificial, Gerard Quinn. [A/HRC/49/52 - E](https://undocs.org/A/HRC/49/52-E) - [A/HRC/49/52 -Desktop \(undocs.org\)](https://undocs.org/A/HRC/49/52-Desktop)

Conselho de Direitos Humanos 49ª sessão 28 de fevereiro a 1 de abril de 2022 Agenda item 3 Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. Direitos das Pessoas com Deficiência Relatório do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência.

“Resumo. O presente relatório é submetido ao Conselho de Direitos Humanos nos termos da resolução 44/10 do Conselho do Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência, Gerard Quinn. Fornece um panorama das atividades realizadas em 2021 e contém um estudo temático sobre inteligência artificial e os direitos das pessoas com deficiência. O mundo está passando por um crescimento sem precedentes e rápido no uso por Estados de inteligência artificial, tomada de decisões automatizadas e tecnologias de aprendizado de máquina. Essas novas tecnologias podem ser de enorme benefício para as pessoas com deficiência e impulsionar a busca por igualdade inclusiva em uma ampla gama de áreas como emprego, educação e vida independente.

No entanto, há muitos impactos discriminatórios bem conhecidos. Embora exista uma crescente conscientização sobre os amplos desafios dos direitos humanos que essas novas tecnologias podem representar, é urgente um debate mais focado sobre os desafios específicos dessa tecnologia para os direitos das pessoas com deficiência. Em seu estudo temático, o Relator Especial pretende iniciar e informar tal debate. Nele, ele descreve os riscos que essa tecnologia constitui para o gozo dos direitos humanos das pessoas com deficiência, conforme previsto na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ele afirma que os direitos humanos das pessoas com deficiência devem ser colocados no centro do debate sobre essas tecnologias. Uma vez que esses riscos são abordados, então os benefícios práticos da inteligência artificial podem ser realizados. Para isso, recomendações práticas sobre como isso pode ser alcançado estão definidos na seção final do relatório.”

“Recomendações 75. O Relator Especial estabelece as seguintes recomendações para garantir que a comunidade internacional esteja posicionada para tirar o melhor da inteligência artificial e evitar o pior no contexto da incapacidade. 76. Os Estados são encorajados a: (a) Ampliar, informar e aprofundar seus debates nacionais de inteligência artificial com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência explicitamente em mente; b. As normas nacionais de inteligência artificial incluam princípios e normas de direitos humanos e uma proibição explícita contra usos ou impactos discriminatórios e nocivos da inteligência artificial em relação às pessoas com deficiência. As estratégias nacionais de inclusão digital devem levar em conta

explicitamente a necessidade de ferramentas de inteligência artificial compatíveis com direitos humanos, em especial no que se trata da deficiência; c. Considere impor uma moratória sobre a venda e o uso de sistemas de inteligência artificial que representem o maior risco de discriminação, a menos e até que sejam em vigor salvaguardas adequadas para proteger os direitos humanos. Isso pode incluir uma moratória sobre tecnologias de reconhecimento facial e de emoções.

O risco excepcional de discriminação contra pessoas com deficiência que elas representam parece particularmente agudo neste contexto e os Estados devem considerar o adiamento de qualquer implantação até que uma auditoria completa dos efeitos possa ser conduzida de forma participativa com organizações representativas de pessoas com deficiência; d. Garantir que a legislação de *due diligence* de direitos humanos seja abrangente e inclusiva da deficiência, inclusive garantindo que seja conduzida por empresas quando sistemas de inteligência artificial são adquiridos, desenvolvidos, implantados e operados, e antes que os big data mantidos sobre indivíduos sejam compartilhados ou utilizados. Os Estados que estão considerando a promulgação de legislação que exija a devida diligência dos direitos humanos sobre inteligência artificial implantada por atores do setor privado devem garantir que essa legislação leve em conta explicitamente o impacto da inteligência artificial sobre os direitos das pessoas com deficiência; (e) Insista na obrigação de acomodação razoável na operação de sistemas de inteligência artificial, inclusive incorporando acomodações razoáveis em ferramentas de inteligência artificial. Explore formas positivas de usar ferramentas de inteligência artificial para destacar ou sinalizar quando uma acomodação razoável é necessária - sujeita sempre ao direito de privacidade do indivíduo.

Coerentes com o artigo 8º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, os Estados devem educar o setor privado (desenvolvedores e usuários de inteligência artificial), bem como o setor público e instituições estatais que utilizam inteligência artificial, em total colaboração com pessoas com deficiência e especialistas em inteligência artificial, sobre sua obrigação de fornecer acomodações razoáveis; f. Aderir às normas de compras públicas inclusivas por incapacidade. A aquisição pelo Estado (e todas as suas extensões) de sistemas ou ferramentas de inteligência artificial deve ser condicionada a que esses sistemas sejam compatíveis com os direitos humanos; g. Apoiar a capacitação de organizações representativas de pessoas com deficiência para monitorar efetivamente o impacto da inteligência artificial sobre os direitos das pessoas com deficiência. Os Estados devem considerar formas de apoiar organizações representativas de pessoas com deficiência, fortalecendo sua capacidade de defender inteligência artificial responsável e inclusiva por deficiência, interagir efetivamente com todas as partes interessadas, incluindo o setor privado, e destacar usos nocivos ou discriminatórios da tecnologia; A/HRC/49/52 19 (h) Considere informar sobre os avanços feitos na identificação e retificação dos impactos discriminatórios da inteligência artificial nas pessoas com deficiência e na utilização de ferramentas e serviços de inteligência artificial para o avanço dos direitos das pessoas com deficiência, utilizando os espaços disponíveis para o diálogo com os Estados para enfrentar os avanços, obstáculos encontrados e soluções inovadoras encontradas em relação à deficiência e inteligência artificial.

Por exemplo, os Estados podem considerar a inclusão de informações sobre como a inteligência artificial está sendo usada para avançar as disposições da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em seus relatórios periódicos aos órgãos do tratado e à revisão periódica universal, bem como em seus relatórios voluntários sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 77. As instituições nacionais de direitos humanos devem: (a)

Informar os debates nacionais sobre a política de inteligência artificial utilizando a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e outras normas de direitos humanos, e aumentar seu engajamento em políticas relacionadas à inteligência artificial, para que a política nacional possa se basear na melhor compreensão do direito internacional dos direitos humanos, incluindo a Convenção; b Considere a nomeação de membros especificamente encarregados de examinar o amplo impacto dos direitos humanos da inteligência artificial, inclusive sobre os direitos das pessoas com deficiência.

78. As empresas e o setor privado devem: (a) Operar com transparência e fornecer informações sobre como funcionam os sistemas de inteligência artificial. Isso deve incluir o alinhamento com padrões de dados abertos e abertos e a publicação de informações acessíveis sobre como os sistemas de inteligência artificial operam; (b) Implementar avaliações de impacto dos direitos humanos inclusivos por incapacidade da inteligência artificial para identificar e corrigir seus impactos negativos sobre os direitos das pessoas com deficiência. Todas as novas ferramentas de inteligência artificial devem passar por tais avaliações do ponto de vista dos direitos das pessoas com deficiência. As empresas de inteligência artificial devem realizar suas avaliações de impacto em estreita consulta com organizações que representam pessoas com deficiência e usuários com deficiência; c. Use a devida diligência de direitos humanos corporativos para levar em conta explicitamente a deficiência e a inteligência artificial. Os atores do setor privado que desenvolvem e implementam tecnologias de aprendizagem de máquina devem realizar a devida diligência corporativa de direitos humanos para identificar e gerenciar proativamente potenciais e reais impactos dos direitos humanos nas pessoas com deficiência, para prevenir e mitigar riscos conhecidos em qualquer desenvolvimento futuro; d Garantir recursos não judiciais acessíveis e eficazes e reparação de danos aos direitos humanos decorrentes dos impactos adversos dos sistemas de inteligência artificial nas pessoas com deficiência.

Isso deve complementar os recursos legais existentes e alinhar-se aos Princípios e Diretrizes Internacionais de Acesso à Justiça para pessoas com deficiência; e Garantir que os conjuntos de dados se tornem muito mais realistas e representativos da diversidade da deficiência e consulte ativamente as pessoas com deficiência e suas organizações representativas na construção de soluções técnicas desde os primeiros momentos do ciclo de negócios. Isso inclui contratar proativamente desenvolvedores de inteligência artificial que tenham vivido experiência de deficiência, ou consultar organizações de pessoas com deficiência para obter a perspectiva necessária.

79. O sistema das Nações Unidas e as agências especializadas devem: (a) Incluir a deficiência dentro de suas estratégias de inteligência artificial e buscar lidar proativamente com o impacto da inteligência artificial nas pessoas com deficiência no âmbito de suas responsabilidades, a fim de fornecer um levantamento útil de todos os benefícios e armadilhas que possam existir; b Garantir que a aplicação da inteligência artificial inclusiva à deficiência seja um elemento da Estratégia de Inclusão da Deficiência das Nações Unidas. A Estratégia deve ser refinada a/HRC/49/52 20 para incluir requisitos de que sistemas de inteligência artificial e outros produtos de tecnologia emergentes comprados e usados pelo sistema das Nações Unidas sejam inclusivos.

80. Os órgãos de monitoramento do tratado das Nações Unidas e os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, incluindo o Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outras empresas empresariais, devem: (a) Continuar seu valioso trabalho em inteligência artificial e ampliá-lo para avaliar impactos específicos da deficiência; b Garantir a cobertura das dimensões dos direitos das pessoas com

deficiência ao considerar a adoção ou revisão de comentários gerais ou orientações legais e políticas de direitos humanos que abordam a inteligência artificial.

81. Em particular, a Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência deve considerar o desenvolvimento de um comentário geral esclarecendo as obrigações dos Estados (e suas responsabilidades regulatórias em relação aos atores privados) decorrentes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no que diz respeito à inteligência artificial.

82. Os acordos comerciais internacionais não devem dificultar a justiça da inteligência artificial. As organizações de comércio internacional envolvidas na promoção e regulação do comércio mundial devem considerar explicitamente os direitos das pessoas com deficiência, pois são impactadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias, como inteligência artificial e machine learning. Deve-se encontrar formas de reequilibrar os direitos de propriedade intelectual com a garantia de igualdade de tratamento e não discriminação para as pessoas com deficiência.

83. Devem ser desenvolvidas pesquisas, em parceria ativa e coprodução com organizações de pessoas com deficiência: a. Investigar os usos da inteligência artificial e seus impactos sobre os direitos das pessoas com deficiência, inclusive para: (a) identificar usos positivos da inteligência artificial para implementar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; (b) Esclarecer e identificar impactos negativos (sejam eles pretendidos ou não); e (c) explorar formas de corrigir esses impactos e evitá-los no futuro; b. Analisar o impacto da inteligência artificial nas pessoas com deficiência em domínios como saúde, educação, emprego, vida independente, transformação de serviços, habitação e serviços financeiros; c. Avaliar o impacto dos acordos comerciais internacionais sobre a capacidade dos Estados de regular efetivamente os impactos discriminatórios da inteligência artificial e sobre como o reequilíbrio pode ser alcançado quando necessário.”

Recomendação da UNESCO para um código de Ética nos usos da Inteligência Artificial
[Recommendation on the ethics of artificial intelligence \(unesco.org\)](https://unesco.org)
[Draft Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence - UNESCO Biblioteca Digital](#)

Em 24 de novembro de 2021, a Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial foi adotada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 41ª sessão. A UNESCO iniciou um processo de dois anos para elaborar este primeiro instrumento global de definição de padrões sobre a ética da inteligência artificial na forma de uma Recomendação, seguindo a decisão de sua Conferência Geral em sua 40ª sessão em novembro de 2019. Em 2020, o foco foi a elaboração do texto da recomendação com o auxílio de um Grupo de Especialistas Ad Hoc (AHEG). Esta fase incluiu consultas inclusivas e multidisciplinares com uma ampla gama de stakeholders. Essas consultas amplas foram extremamente importantes para garantir que o texto fosse o mais inclusivo possível. No final de 2020 e em 2021, o foco foi um processo intergovernamental e negociações sobre o texto do projeto de lei para produzir uma versão final da Recomendação para possível adoção pela Conferência Geral da UNESCO em sua 41ª sessão no final de 2021. O trabalho da UNESCO sobre a Recomendação está se baseando no estudo preliminar sobre ética da inteligência artificial da Comissão Mundial de Ética do Conhecimento e Tecnologia Científica (COMEST) da UNESCO [preliminary study on ethics of artificial intelligence of UNESCO's World Commission on the Ethics of Scientific Knowledge and Technology \(COMEST\)](#). Este estudo enfatiza que atualmente nenhum instrumento global abrange todos os campos que orientam o desenvolvimento e a aplicação da IA em uma abordagem centrada no ser humano.

O Ecossistema OMS, OPS e outras instituições em saúde

Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermúdez

Embora não haja uma definição única ou padronizada, a saúde global refere-se à saúde das populações em todo o mundo, preocupa-se com as questões que transcendem as fronteiras nacionais ou têm o potencial de impactar as economias e as construções políticas mundiais.

A saúde global, como um conceito, ambiciona o futuro no qual as nações trabalhem juntas em esforço para a remissão de situações críticas. Futuro este, que surge através das construções e articulações ativas no presente.

A pandemia de Covid-19 é apenas um exemplo de vários cenários que, se não abordados, podem ameaçar vidas em todo o mundo. A saúde global enfatiza a prevenção no nível da população e é vital para ajudar a manter a segurança global. É ainda importante porque visa melhorar a saúde mundial, o acesso aos serviços de saúde e a qualidade dos cuidados para todos.

Apesar de terem o potencial disruptivo em qualquer nação, adversidades em saúde global impactam em maior magnitude os países com menor subsídio financeiro, os quais são mais vulneráveis devido ao enfraquecimento de suas infraestruturas socioeconômicas e nebulosidades de fomento científico.

No ano de 2022, visamos ampliar o campo de prospecção de análise e reverberação do Observatório CRIS dentro das atuações da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO), da Organização Panamericana da Saúde (OPS/PAHO) e dos demais atores pertinentes à saúde global e à governança. Incluindo nestas vigilâncias, contaremos com monitoramento de stakeholders centrais às manifestações científicas, organizações não-governamentais atuantes e demais agências, tais como UNITAID, UNAIDS, FIND, GAVI, CEPI, the Global Fund, as quais destrincharemos ao longo dos cadernos produzidos.

Esforços globais exigem coordenação no mesmo nível. Em entremeios de ano eleitoral no *headquarter* da OMS, as nuances das discussões sobre o papel da organização, os atritos multilaterais, velhos e novos acordos, a persistente pandemia e, sobretudo, as ressaltadas iniquidades no acesso à saúde seguirão como motriz aos atores da área.

A gerência de pautas que tangenciam questões humanas requer celeridade e impulso de exercícios conjuntos em pesquisa e desenvolvimento (P&D ou research and development/R&D). Um dos olhares do material que construiremos será dado ao R&D Blueprint, estratégia global da OMS baseada no plano de preparação que permite a ativação rápida de atividades de pesquisa e desenvolvimento durante epidemias. Foi tonificada no contexto pandêmico atual e cursa com expectativas de garantir ampla coalizão global de especialistas/institutos médicos, científicos e regulatórios.

Algo já foi feito, porém a cooptação de recursos e reforços é continuamente necessária para o enfrentamento dos desafios em saúde global. Deve maciçamente ser ampliada, de forma justa e equânime.

A reunião do Comitê Executivo da OMS e os planejamentos para os próximos 5 anos

De 24 a 29 de janeiro aconteceu em Genebra, Suíça, a 150ª sessão do Comitê Executivo da OMS (#EB150), o qual consiste no conglomerado dos 34 estados-membros (Brasil inclusive)

que na prática traçam as pautas em saúde global, e que se unem previamente à Assembleia Mundial da Saúde (a acontecer em maio) para discutir os caminhos a serem seguidos.

Já ao início do evento, os questionamentos começam: qual o respaldo, a relevância e a representatividade que aqueles reunidos ali têm para traçar as demandas em saúde global? Em um mundo no qual 70% dos profissionais de saúde são mulheres, apenas 9% dos presentes na sala de controle do #EB150 o são.

Como de se esperar, Covid-19 ainda permeia boa parte das discussões, e continua trazendo tempero às conversas e exposições sobre a reforma da OMS, que traz a faceta sobre a governança em saúde global. Antes da pandemia, o tema já era quente e segue sendo item da agenda a se observar.

O primeiro evento oficial híbrido da OMS no ano foi aberto por palavras fortes do Dr Tedros, que como candidato único ao cargo de DG, continua pontuando o fortalecimento da OMS como mecanismo catalisador de ideias, ações e recursos, impactando em melhores resultados nacionais. A fala completa pode ser consultada na página da OMS - [WHO Director General's opening remarks at the 150th Session of the Executive Board](#). Com esse discurso, visa mitigar o crescimento de gestores nacionalistas e isolacionistas, que mesmo diante da pandemia, ainda refutam a sobriedade do multilateralismo.

Ponderando o discurso eleitoral (sem tom pejorativo), Ghebreyesus caracteriza o plano quinquenal sobre o fomento à promoção de saúde e repete alguns pontos de seu planejamento apresentado em 2017, ano de sua eleição. O combo atenção primária em saúde e cobertura universal de saúde seguem como elementos fulcrais na prevenção do adoecimento e na redução de custos diretos. Ademais, as ferramentas para preparação e resposta a epidemias/pandemias continuaram a ser pontuadas com impulso global de conexão e coordenação da OMS.

Nesta seara, é inegável a menção ao ACT Accelerator (Access to Covid-19 Tools Accelerator), estabelecido há 18 meses, unindo OMS e parceiros (academia, setor privado e iniciativas governamentais), e visto como mecanismo central da gestão genebrina sobre as áreas de vacinação, equipamentos de proteção individual, testes e tratamentos.

O ACT-A lançou um novo plano estratégico que prioriza as lacunas de equidade em relação às metas globais em suas áreas de foco. Além disso, uma nova estrutura de financiamento está sendo construída, reforçando que o valor monetário necessário para acabar com a pandemia é menor do que os valores gastos a cada nova onda de casos de Covid-19. Além de financiamento, a equipe técnica fez um apelo aos estados-membros para que abordem seus gargalos individuais e projetem soluções específicas para reduzir e controlar a incidência de infecção e para a prevenção, diagnóstico e tratamento.

Dentro das muitas pressões à candidatura de Ghebreyesus, alguns apontam que o apoio já recebido venha por reflexo de medo à mudança de curso de gestão ao longo da pandemia. Outros ponderam que sua postura firme sobre a desigualdade das vacinas e sua pressão por um acordo pandêmico podem ter funcionado a seu favor. Inegável é reconhecer a estatura que Dr Tedros assumiu, administrando tensões políticas evidentes.

Ao longo da sua arguição eleitoral, dois pontos atraíram atenção e ambos se ligam à sustentabilidade: financeira e ambiental. Diante de um questionamento do delegado paraguaio, acerca da história do mecanismo de financiamento da OMS, Ghebreyesus comentou a evolução da origem do dinheiro, em que 80% dos fundos à organização vinham da contribuição dos países

na década de 1970, contra os 20% atuais. Afirmou que quer mudar esse percentual para 50%, objetivando financiamento equitativo dos programas da OMS em todas as regiões. Essa questão disparou questionamentos sobre a presença dos grandes stakeholders globais, como Bill and Melinda Gates Foundation, The Wellcome Trust, The Global Fund, dentre outros. A resposta do DG pode sinalizar uma tentativa de maior independência de gestão ou de redução dos ruídos dos que elencam a OMS como regida por tais atores financeiros. Outrossim, alguns estados-membros levantaram a bandeira de que as contribuições devem ser equiparáveis e proporcionais às condições socioeconômicas pertinentes.

Adicionalmente e que posiciona Dr Tedros dentro de clamores das mudanças climáticas, foi a sua resposta à Coreia do Sul, na qual se comprometeve em liderar a agenda de mitigação e adaptação climática, marcando o clima como determinante em saúde central.

O #EB150 e a inquietude sobre uma governança global eficiente

Existia uma grande expectativa da Reunião do Conselho Executivo sobre os itens da agenda sobre a sustentabilidade financeira da OMS e o estabelecimento de um novo acordo sobre saúde global, focado na pandemia que contribuiria para aumentar a governabilidade da Organização sobre futuras crises sanitárias mundiais. O #EB150 não conseguiu estabelecer um consenso sobre o financiamento sustentável da OMS nem sobre o futuro da proposta de um novo marco jurídico, tendo apenas *solicitado* sugestões de alterações ao Regulamento Sanitário Internacional.

Mas nem todas as esperanças estão perdidas. Houve ao final a decisão de prorrogar o mandato do Grupo de Trabalho sobre finanças sustentáveis da OMS até a Assembleia Mundial da Saúde, o que deixa no ar um otimismo de até maio se conseguir um acordo adequado sobre esse ponto.

Outra questão relevante foi acerca do Grupo de Trabalho sobre o fortalecimento da Preparação e Resposta à Emergências da OMS, e as recomendações de painéis e comitês sobre uma nova arquitetura de governança. Infelizmente, também não houve avanço nesse tema, já que não houve um acordo sobre aspectos essenciais como o reforço do mandato da OMS.

É lamentável esse resultado em um momento crítico da saúde global. É importante que até a assembleia mundial exista uma convergência de opiniões que evite a fragmentação do sistema de governança internacional em saúde. Propostas como a dos EUA de criar um novo mecanismo de financiamento - alojado no Banco Mundial - como garantia de fonte confiável de investimentos e de colaboração aos países para aumentar o preparo nacional para emergências devem ser analisadas. O objetivo é que o entendimento local das demandas reduza a dependência de ajuda externa, devendo ser consideradas para compreensão das implicações reais ao sistema global. Esse tipo de mecanismo se assemelha à experiência de projetos que apoiaram a criação de sistemas nacionais de vigilância como o Vigisus e o Vigiar, os quais contaram com apoio coordenado de várias agências como o CDC, a OPS e o Banco Mundial.

Uma queixa histórica que voltou à tona, talvez por ser a primeira retomada do funcionamento do conselho nos moldes tradicionais, foi sobre a necessidade de aumentar a eficiência dos trabalhos do conselho por parte dos estados-membros e uma melhor organização dos documentos e temas por parte do secretariado da OMS.

Entre os vários temas que foram debatidos, tem especial relevância a proposta de realizar-se ao nível da ONU uma sessão especial sobre equidade em saúde e determinantes sociais da saúde.

Dentre os posicionamentos de entidades não governamentais, menciona-se o construído pela Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), apoiado pelos Ministérios da Saúde do Peru, Argentina e Timor-Leste, e também mencionando o Movimento de Equidade Sustentável em Saúde (SHEM). No documento, advogou-se sobre a importância da garantia ao acesso equitativo às vacinas contra a Covid-19; à adoção do Tratado Pandêmico, que melhore a preparação global e a resposta a emergências em saúde; e o reconhecimento de que a Covid-19 é mais do que uma pandemia e pode ser caracterizada como uma *Sindemia*, ou seja, uma sinergia da infecção pelos SARS CoV 2 e outras doenças, com macroprocessos econômicos, políticos e ambientais.

A carta também pediu que a OMS recomende ao Presidente da Assembleia Geral da ONU (UNGA) e ao Secretário-Geral da ONU a realização de uma Reunião de Alto Nível sobre "Determinação complexa e uma resposta integral e colaborativa à síndica COVID-19". e pode ser acessada [WFPHA - A letter to the EB150](#).

Assim, a 150ª sessão do Comitê Executivo teve balanço dúbio quanto ao seu alcance, e posterga muitas discussões e expectativas sobre a Assembleia Mundial da Saúde em maio. Será esta mais uma frustração?

Os seis dias de discussão foram marcados por longas apresentações retóricas dos estados-membros, e pouco espaço para discussões propositivas, o que certamente enfraquece o papel resolutivo a que a OMS se presta. A crítica é que a falha de governança, não seria por parte do Secretariado da OMS, mas sim por estados-membros que não conseguem agir em conjunto sobre como implementar uma melhor gestão global. Essa movimentação é arriscada e pode contribuir negativamente para que a organização se torne menos relevante, permitindo que haja ocupação a esse vazio ostensivo, como os painéis do G-20.

Por fim, a modernidade exigida à diplomacia da OMS urge. Os documentos do EB são densos e pouco intuitivos. Por um lado, a oratória rebuscada e com floreios permite críticas mais polidas e indiretas. Por outro, há pouca transparência e ação. Qual o caminho a seguir mantendo o decoro e garantindo que a mensagem-chave seja compreendida e executada?

A movimentação em torno das vacinas e a atuação de outras entidades em saúde

O Mecanismo [COVAX](#), criado no âmbito do ACT-A com o objetivo de acelerar o desenvolvimento e produção de vacinas contra Covid-19 e garantir o acesso justo e equitativo por todos, recebeu o [prêmio Norte-Sul](#) (North-South Prize) do Conselho Europeu. Apesar de diversas críticas e de estar muito aquém das 2 bilhões de doses prometidas até o fim de 2021, o prêmio é um reconhecimento dos esforços e da colaboração de diversos atores para garantir o acesso a vacinas em todo o mundo, principalmente em países de baixa renda.

O [Conselho](#) do *Gavi, the Vaccine Alliance*, um dos coordenadores do Mecanismo COVAX, se reuniu no início de dezembro e um dos temas em pauta foi a estratégia do organismo em relação ao COVAX em 2022, que consiste principalmente em focar os esforços em países de baixa renda para que os mesmos atinjam a cobertura vicinal necessária. O Conselho também levantou a necessidade do estabelecimento de uma estrutura de coordenação de entregas do COVAX aprimorada e unificada, o que levou a criação de um Comitê Diretor (*Steering*

Committee) temporário responsável pelas estratégias e decisões relacionadas às entregas do mecanismo, como alinhamento na estratégia de alocação, capacidade de absorção do país receptor e financiamento.

Apesar dos diversos contratempos iniciais no fornecimento de vacinas, as entregas do COVAX seguem aumentando. Até o momento, o mecanismo entregou aproximadamente 1 bilhão de doses para 144 países (Ver [aqui](#)). Em dezembro, o Gavi também anunciou um [acordo](#) com a farmacêutica Moderna para o fornecimento adicional de 150 milhões de doses da vacina contra Covid-19 para o COVAX. O Gavi já tinha um acordo de compra antecipada com a Moderna, e com esse adicional, o acordo chega a um total de 650 milhões de doses da vacina disponíveis para o COVAX até 2022.

No entanto, existe uma parcela importante da população mundial sem acesso à vacinas, o que levou os líderes das organizações que coordenam o COVAX, como Gavi, OMS, Unicef e CEPI (Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias) a fazerem um [chamado](#) para o financiamento adicional de pelo menos US\$ 5.2 bilhões para o COVAX. Deste valor, US\$ 3.7 bilhões seriam para financiar um *Pandemic Vaccine Pool* de pelo menos 600 milhões de doses para incertezas e possíveis riscos, US\$ 1 bilhão seriam para apoiar a distribuição rápida e segura de doses sem prejudicar as atividades de imunização de rotina, e cerca de US\$ 545 milhões seriam para cobrir outras despesas como seringas e transporte seguro para as doações (Mais informações [aqui](#)).

Outra importante ação de enfrentamento da Covid-19 foi o anúncio por parte da CEPI de uma quinta parceria para avançar no desenvolvimento de uma vacina amplamente protetora contra o coronavírus com a fabricante franco-tailandesa Bionet Asia. A empresa criou uma nova vacina utilizando a plataforma de RNA mensageiro que muitos veem como promissora, pois pode fornecer ampla proteção contra variantes do SARS-Cov-2 e também contra outros beta-coronavírus, como MERS. O interesse em uma vacina contra o coronavírus amplamente protetora vem crescendo bastante e, neste sentido, a CEPI fornecerá até US\$ 17 milhões para o programa, elevando o total investido no desenvolvimento de vacinas amplamente protetoras para US\$ 80,7 milhões.

A CEPI celebrou seu quinto aniversário no final de janeiro, desde sua criação em Davos em 2017. Nesta ocasião, a Coalizão recebeu a promessa de financiamento de US\$ 300 milhões da Fundação Bill & Melinda Gates e da Wellcome para o financiamento de seu plano de trabalho, que tem como objetivo finalizar a fase aguda da pandemia e evitar ameaças de futuras pandemias. No início de dezembro a CEPI lançou uma campanha denominada #100DaysMission, que faz alusão ao plano ambicioso da Coalizão de reduzir o tempo de desenvolvimento de vacinas para 100 dias, e faz a contagem regressiva para a Cúpula Global de Preparação para Pandemias da CEPI, que será realizada no Reino Unido em março de 2022.

Seriam os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento o portal de *Ghebreyesus* para garantir as finanças e o prestígio da OMS?

As discussões centrais dentro do R&D Blueprint da OMS ainda seguem a temática Covid-19. Com a crescente distribuição da variante Omicron, perpetuam-se ainda algumas incertezas consideráveis, sobretudo: (1) quão transmissível é a variante e se quaisquer aumentos estão relacionados ao escape imune, transmissibilidade aumentada intrínseca ou ambos; (2) quão bem as vacinas protegem contra infecção, transmissão, doença clínica de diferentes graus de gravidade e morte; e (3) a variante apresenta um perfil de gravidade diferente. A vigilância

aprimorada das características clínicas, modalidades de diagnóstico e estratégias terapêuticas para entender melhor a Covid-19 segue, portanto, ainda uma prioridade global.

Até o momento, a concepção tida é de que, embora os casos registrados pela variante mais recente sejam menos críticos, a infecção viral segue tendo potencial de gravidade, especialmente naqueles não vacinados. Ademais, muito pouco ainda se sabe sobre acometimentos a longo prazo da doença.

Para lidar com as interrogações, a OMS segue a política de massificar o alcance aos estados-membros, profissionais clínicos ao redor do mundo e grandes centros de pesquisa, com o intuito de coletar dados que sejam representativos, assertivos e em maior velocidade de análise. Lançado ainda no primeiro ano da pandemia, a Plataforma - WHO Global Clinical Platform for COVID-19- é fruto do esforço para coleta de informações em tempo real, de forma simplificada e ágil.

Mesmo com a maior difusão dos programas associados a pesquisa e desenvolvimento local potenciados pela OMS, os entraves centrais de estímulo à coleta das informações e acesso (linguístico, cultural, tecnológico) seguem esbarrando na representatividade das amostras analisadas. Como mostrado no mapa abaixo, o continente africano, sudeste asiático e oriente médio seguem sendo regiões subjugadas.

A base de dados mencionada é um dos exemplos de estratégias de pessoalizar as interações e a própria estrutura da OMS em si. Busca-se por maior comunhão da prática clínica à elaboração de declarações políticas. E mais, em ambiente de tweets, likes e compartilhamentos, há também dentro da OMS a estratégia de que outras pautas entrem em órbita e possam atrair maiores financiamentos. Do muito distante endereço na Av. Appia, 20, Genebra-Suíça, o escritório central da OMS passou a se hospedar nos diversos telejornais e pequenas telas touch mundo à fora. Nunca se conheceu tanto a imagem de um diretor-geral (DG), como a do Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus. Seria essa popularidade um fator benéfico ou não a sua recandidatura ao cargo?

Agenda Ambiental na Saúde Global

Danielly de P Magalhaes, Luiz Cláudio Meirelles, Maria de Fátima Ramos Moreira, Léo Heller, Carlos Machado, Guilherme Franco Neto, Luiz Augusto Galvão

Apresentação

Inicia-se em 2022 o monitoramento de políticas ambientais globais com enfoque na Saúde Global para integrar o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS Fiocruz. A princípio, foram selecionadas algumas agendas ambientais reconhecidas como relevantes para a saúde-humana, sendo elas: **mudanças climáticas, biodiversidade, poluentes químicos, desenvolvimento sustentável em saúde e ambiente, água, desastres e saúde do trabalhador**. Este informe inicial apresenta uma primeira aproximação sobre o contexto das áreas de mudanças climáticas, biodiversidade, poluentes químicos e Desenvolvimento sustentável, ambiente e saúde global.

Governança

Foram identificadas as autoridades globais responsáveis pela governança, como as agências das Nações Unidas, incluindo seus programas e coordenações; as organizações civis e programas intergovernamentais; além de tratados, acordos e convenções para as áreas mudanças climáticas, biodiversidade, poluentes químicos e desenvolvimento sustentável (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais agências, atores e tratados de governança dos temas ambientais no nível de Nações Unidas e outros

TEMA	NAÇÕES UNIDAS	SOCIEDADE CIVIL E PROGRAMAS INTERGOVERNAMENTAIS	TRATADOS GLOBAIS
Mudanças Climáticas	PNUMA OMS UNFCCC OMM	IPCC Climate Alliance CCCCC CAN	Convenção das partes de Mudanças climáticas
Biodiversidade	PNUMA OMS	IPBES Greenpeace Health and Environmental Alliance WWF Nature conservancy	Convenção da Diversidade Biológica
Poluentes químicos	PNUMA IOMC	DDT Global Alliance ² Global Alliance to Eliminate Lead in Paint ³ Global Mercury Partnership ⁴ PCB Elimination Network ⁵	Basel, Rotterdam and Stockholm Conventions Secretariat Minamata Convention on Mercury Montreal Protocol and Vienna Convention
Desenvolvimento sustentável, ambiente e saúde global	PNUD PNUMA OMS ONU-HABITAT ECOSOC	CSTD TFM	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

² [DDT Global Alliance](#)

³ [Global Alliance to Eliminate Lead in Paint](#)

⁴ [Global Mercury Partnership](#)

⁵ [PCB Elimination Network](#)

* **Abreviações/traduzões:** CAN = Climate Action Network; CCCC = Caribbean Community Climate Change Center; CSTD = The Commission on Science and Technology for Development/ Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento; DDT = Diclorodifeniltricloroetano; ECOSOC = Conselho Econômico e Social das Nações Unidas; IOMC = Inter-Organization Programme for the Sound Management of Chemicals/ Programa Inter-Organização para o Gerenciamento de Som de Produtos Químicos; IPBES = Plataforma Intergovernamental de Política Científica em Serviços Ecológicos; IPCC = Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima; OMM = Organização Mundial de Meteorologia; OMS = Organização Mundial de Saúde; PCB = bifenilas policloradas; PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; PNUMA = Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; TFM = Technology Facilitation Mechanism/ Mecanismo de Facilitação de Tecnologia.

Governança sobre Mudanças Climáticas

A governança das mudanças climáticas é compartilhada pela Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA - *Climate Action*⁶), que trata da poluição atmosférica, desmatamento e do monitoramento das emissões e pela Organização Mundial de Meteorologia (OMM⁷). Em 1988, o PNUMA e a OMM estabeleceram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁸, encarregado de fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre o estado atual do conhecimento sobre mudanças climáticas. Seu Primeiro Relatório de Avaliação em 1990 forneceu a base científica para a negociação um acordo multilateral, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC⁹), criada em 1992, no contexto da Rio-92, com a responsabilidade de implementação e revisão das políticas. Ambos, o IPCC e a UNFCCC, possuem secretariados independentes, porém o IPCC possui escritórios juntos à OMM. Dentro da OMS as questões de saúde relacionadas ao clima são tratadas pelo Departamento de Ambiente, Mudanças Climáticas e Saúde¹⁰.

Governança sobre Biodiversidade

As políticas globais em biodiversidade dão-se no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica (CDB)¹¹, um tratado multilateral criado em 1988 pelo PNUMA. O Secretariado da CDB, com sede em Montreal, Canadá, opera sob o PNUMA. Suas principais funções são organizar reuniões, redigir documentos, auxiliar os governos membros na implementação do programa de trabalho, coordenar com outras organizações internacionais e coletar e divulgar informações. O órgão dirigente da convenção é a Conferência das Partes (COP), composta por todos os governos (e organizações regionais de integração econômica) que ratificaram o tratado. Essa autoridade final analisa o progresso da convenção, identifica novas prioridades e define planos de trabalho para os membros. A COP também pode fazer emendas à convenção, criar órgãos consultivos especializados, revisar relatórios de progresso dos países membros e colaborar com outras organizações e acordos internacionais. A Conferência das Partes utiliza a experiência e o apoio de vários outros órgãos estabelecidos pela convenção, além dos comitês ou mecanismos estabelecidos de forma *ad hoc*.

A Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecológicos (IPBES) é um órgão intergovernamental independente estabelecido pelos Estados para fortalecer a interface ciência-política para biodiversidade e serviços ecológicos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, bem-estar humano de longo prazo e desenvolvimento sustentável. Foi estabelecido na Cidade do Panamá, em 21 de abril de 2012,

⁶ <https://www.unep.org/explore-topics/climate-action>

⁷ <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate>

⁸ <https://www.ipcc.ch/>

⁹ <https://unfccc.int/>

¹⁰ <https://www.who.int/teams/environment-climate-change-and-health/about>

¹¹ <https://www.cbd.int/>

por 94 governos. Não é um órgão das Nações Unidas. No entanto, a pedido do Plenário do IPBES e com autorização do Conselho de Administração do PNUMA em 2013, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) presta serviços de secretaria ao IPBES.

A OMS reconhece a importância dos serviços ecossistêmicos da biodiversidade para a saúde humana e desde 2012, estabeleceu junto à CDB um Programa de Trabalho Conjunto sobre Biodiversidade e Saúde¹² através do Grupo de Ligação Interagências sobre Biodiversidade e Saúde (2015-2020)¹³. Em 2021, juntamente com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e a rede Amigos da Adaptação Baseada em Ecossistemas (FEBA), foi estabelecido um novo grupo de trabalho de especialistas (EWG)¹⁴ em Biodiversidade, Clima, Saúde Única e Soluções Baseadas na Natureza. O EWG expande o programa anterior e tem como objetivo desenvolver orientações e ferramentas para apoiar a operacionalização de abordagens *One Health* e soluções baseadas na natureza: (1) identificando co-benefícios e compensações para a saúde humana e do ecossistema, (2) fortalecendo a resiliência social e ecológica e (3) apoiando uma recuperação saudável, verde e justa do COVID-19.

Governança sobre poluentes químicos

No que tange à governança dos poluentes químicos, O PNUMA lidera o desenvolvimento e apoio a acordos internacionais relacionados a produtos químicos e resíduos, além de liderar alianças globais que reúnem empresas, governos e sociedade civil. A implementação dessas políticas se dá pelo Programa Inter-organizacional para a Gestão de Produtos Químicos (IOMC)¹⁵. O IOMC foi estabelecido em 1995 como um grupo de coordenação internacional para promover a gestão de produtos químicos em todo o mundo, seguindo as recomendações da Rio-92 e, em particular ao Capítulo 19 da Agenda 21 sobre produtos químicos tóxicos. FAO, OIT, PNUMA, UNIDO, OMS¹⁶ e OCDE foram os primeiros a ingressar no IOMC, seguidos pelo UNITAR em 1997, o Banco Mundial em 2010 e o PNUD em 2012. O IOMC ajuda os países a identificar as ações nacionais mais apropriadas e eficientes para abordar problemas específicos relacionados à gestão de produtos químicos. O os parceiros do IOMC trabalham juntos para alcançar as metas de ODS sobre minimizar os efeitos adversos dos produtos químicos na saúde humana e no meio ambiente.

Governança sobre desenvolvimento sustentável, ambiente e saúde global

A agenda 2030 estabelece as políticas globais, incluindo os objetivos de desenvolvimento sustentável e suas metas específicas. Apesar de ser um documento intergovernamental, suas características multilaterais e internacionais atraíram a participação ativa do setor privado, agências especializadas do sistema da ONU, entidades acadêmicas e organizações não governamentais as quais em muitas instâncias tem mantido o avanço nos debates e o comprometimento da sociedade com o desenvolvimento sustentável, centrado no ser humano e no bem-estar das suas comunidades.

Os avanços da Agenda 2030 e seus ODS no que tange os objetivos comuns de saúde, ambiente e desenvolvimento serão acompanhados referindo-se a temas da Agenda 2030 nos informes específicos dos temas do cluster como água, saneamento e higiene, mudança

¹² <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/biodiversity-and-health>

¹³ <https://www.who.int/news/item/01-01-2020-biodiversity-and-health-the-who-cbd-joint-work-programme>

¹⁴ <https://www.who.int/news/item/30-03-2021-who-iucn-expert-working-group-biodiversity>

¹⁵ <https://iomctoolbox.org/>

¹⁶ <https://partnership.who.int/iomc>

climática, biodiversidade e trabalho, e no que se refere aos avanços e eventos de relevância em iniciativas integradas como a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável¹⁷ e os informes da secretaria da Agenda 2030.

MARCO HISTÓRICO E ESTADO DA ARTE

O marco histórico das políticas globais em ambiente é a **Conferência de Estocolmo de 1972**¹⁸, o primeiro grande encontro internacional com representantes de diversas nações para discutir os problemas ambientais (5 e 16 de junho de 1972). Teve como desdobramentos a elaboração da Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Na conferência, além da poluição atmosférica que já preocupava a comunidade científica, foram tratadas a redução do uso de materiais tóxicos, a poluição da água e a do solo provenientes da industrialização e a pressão do crescimento demográfico sobre os recursos naturais. A partir daí, uma série de conferências específicas foram criadas frente à complexidade dos temas ambientais. Destacamos abaixo os principais marcos regulatórios dos temas escolhidos.

Mudanças climáticas

Para contextualizar a o tema de Mudanças Climáticas, destacamos os seguintes documentos/ eventos:

- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima¹⁹- ANUAL
- Protocolo de Quioto (2005)²⁰
- Acordo de Paris (2015)²¹
- Relatório de Lacuna das Emissões (em inglês *Emissions Gap Report 2020*)²²
- Relatórios IPCC: AR6 Mudança do Clima (2021)²³,
- OMS: COP26 Special Report on Climate Change and Health-The Health Argument for Climate Action (2021)²⁴

A COP da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima iniciou-se em 1995. O Protocolo de Quioto (adotado em 1997, mas em vigor somente em 2005 quando alcançou o mínimo de 55 países signatários) foi o primeiro documento internacional que impôs metas e prazos para a redução de emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos - os países em desenvolvimento, como exemplo da China, não foram incluídos. Em 2001, Estados Unidos e Canadá saíram do acordo.

O Acordo de Paris (UNFCCC, 2015) marcou a primeira vez na história em que todos os países (industrializados e em desenvolvimento) finalmente se uniram para tentar manter o aumento da temperatura média global até 2030 abaixo de 2°C, mais próximo de 1.5°C em relação aos níveis pré-industriais.

¹⁷ UNSDSN, Acesso em 28/1/22 em: <https://www.unsdsn.org/health-for-all>

¹⁸ <https://www.un.org/es/conferences/environment/stockholm1972>

¹⁹ <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>

²⁰ https://unfccc.int/resource/docs/publications/08_unfccc_kp_ref_manual.pdf

²¹ <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>

²² <https://www.unep.org/emissions-gap-report-2020>

²³ <https://www.ipcc.ch/assessment-report/ar6/>

²⁴ <https://apps.who.int/iris/handle/10665/346168>

No entanto, o último Relatório de Lacuna das Emissões (2020) aponta que as atuais Contribuições Nacionalmente Determinadas (em inglês *Nationally Determined Contributions - NDCs*) permanecem seriamente inadequadas para atingir os objetivos climáticos do Acordo de Paris e levariam a um aumento de temperatura de 3,2°C (3,0-3,5°C) próximo ao final século (66% de probabilidade), ou de 2,5-2,6°C no melhor cenário, se todos as NDCs forem implementadas e os países alcançarem emissões líquidas zero.

O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (AR6) de 2021 corrobora esses dados mostrando que as mudanças climáticas causadas pelas ações humanas são irrefutáveis, irreversíveis e vão se agravar nos próximos anos e décadas se nada for feito para mudar o quadro da crise climática e ambiental.

Os efeitos na saúde são reconhecidos pela OMS no documento *O Argumento da Saúde para a Ação Climática*, publicado durante a COP 26. O documento busca ordenar os argumentos sanitários em favor das ações frente à crise climática. Ele inclui evidências e soluções que podem beneficiar a saúde no combate às mudanças climáticas e prescreve um conjunto de solicitações à comunidade global de saúde e aos formuladores de políticas sobre mudanças climáticas que participaram da COP 26. O relatório está baseado no relatório especial COP 24 sobre saúde e mudanças climáticas (OMS, 2018).

Biodiversidade

Para contextualizar a o tema biodiversidade, destacamos os seguintes documentos/ eventos:

- Convenção da Diversidade Biológica
- Convenção de Cartagena²⁵
- Protocolo de Nagoya (2011-2020)²⁶
- Metas de Aichi (2011-2020)²⁷
- Connecting global priorities: biodiversity and human health²⁸

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) foi assinada no âmbito das Nações Unidas em 1992 e conta com 196 Estados membros. É um tratado internacional para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos componentes da biodiversidade e a equitativa repartição dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

O Protocolo de Cartagena, ratificado por 173 Partes e em vigor em setembro de 2003, visa proteger a biodiversidade dos riscos apresentados por organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna.

O Protocolo de Nagoya, ratificado por 131 Partes por ocasião da 10ª Conferência das Partes da CDB (COP 10), e em vigor em outubro de 2014, visa compartilhar os benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos de forma justa e equitativa, inclusive por meio de acesso aos recursos genéticos e pela transferência apropriada de tecnologias relevantes. Nesta ocasião foi aprovado o Plano Estratégico de Biodiversidade para o período de 2011 a 2020 (PNUMA/CBD/COP/DEC/X/2, 2010) que estabelecia 20 metas, denominadas Metas de Aichi. As Partes da CDB, 193 países (incluído o Brasil) e a União Europeia, se comprometeram a trabalhar

²⁵ <https://www.unep.org/cep/who-we-are/cartagena-convention>

²⁶ <https://www.cbd.int/abs/>

²⁷ <https://www.cbd.int/sp/targets/>

²⁸ <https://www.cbd.int/health/SOK-biodiversity-en.pdf>

juntos para sua implementação até 2020. Em outubro de 2020, as Nações Unidas apresentaram um balanço do Plano, o Panorama Mundial sobre a Diversidade Biológica, aponta que apesar dos avanços, como a redução do desmatamento, nenhuma das 20 Metas de Aichi foram totalmente alcançadas pelos países signatários.

Finalmente, em 11 a 15 de outubro de 2021 ocorreu a primeira parte da COP 15 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) que resultou em um documento inicial de reconhecimento, porém sem metas. A segunda parte, contendo as principais negociações, será realizada de 25/04 a 8/05 de 2022, em Kunming, China.

O documento “Connecting global priorities: biodiversity and human health” de 2015 é um relatório independente, reconhecido pela OMS e pela CDB, no qual é abordada a importância da biodiversidade para a saúde humana.

Poluentes químicos

Para contextualizar a o tema Poluentes Químicos, destacamos os seguintes documentos/ eventos:

- Protocolo de Montreal (1987)
- Convenção de Basileia (1989)
- Convenção de Roterdã (1998)
- Convenção de Estocolmo (2001)
- Convenção de Minamata sobre Mercúrio (2009)
- International Conference on Chemicals Management (2006) – TRIENAL (2021 foi adiada)
- SAICM - Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Produtos Químicos (2006)
- OMS Chemicals Road Map

Assinado em 16 de setembro de 1987, o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio é considerado um dos mais bem sucedidos, pois contou com a adesão de mais de 150 países. Desde então, passou por nove revisões, em 1990 (Londres), 1991 (Nairóbi), 1992 (Copenhaga), 1993 (Bangkok), 1995 (Viena), 1997 (Montreal), 1998 (Austrália), 1999 (Pequim) e 2016 (Kigali). Como resultado do acordo internacional, o buraco na camada de ozônio na Antártida está se recuperando lentamente.

A Convenção de Basileia foi realizada em 22 de março de 1989. Esta Convenção define os resíduos considerados perigosos e aqueles passíveis de controle e reconhece, ainda, o direito soberano de qualquer país definir requisitos para a entrada e destinação, em seu território, de outros resíduos considerados ou definidos como perigosos em sua legislação nacional. A convenção procura coibir o tráfico ilegal e prevê a intensificação da cooperação internacional para a gestão ambientalmente adequada desses resíduos. Até 2018, contava com 187 países signatários. A Convenção de Basileia desempenhou um papel decisivo na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - redução da pobreza, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, garantia da sustentabilidade ambiental.

A Convenção de Roterdã foi adotada em 10 de setembro de 1998, mas entrou em vigor em 24 de fevereiro de 2004. Estabelece o Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC) para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos. Em 2018 contava com 161 países signatários. Tem como objetivo promover responsabilidade compartilhada e esforços cooperativos entre as Partes no comércio internacional de certos produtos químicos perigosos, a fim de proteger a saúde humana e o meio ambiente de possíveis

danos. A Convenção de Roterdã (PIC) decorreu do Código Internacional de Conduta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre a distribuição e uso de pesticidas, de 1985 e das Diretrizes de Londres, estabelecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1987, para o intercâmbio de informações no comércio internacional de substâncias químicas. As informações sobre as substâncias abrangidas na lista PIC se encontram na Circular PIC, documento atualizado semestralmente pelo Secretariado da Convenção.

A Convenção de Estocolmo sobre banimento e restrição de doze Poluentes Orgânicos Persistentes foi assinada em 22 de maio de 2001 por 92 países e pela Comunidade Europeia. A Convenção entrou em vigor em 17 de maio de 2004. Em janeiro de 2018, a Convenção de Estocolmo possuía 183 países signatários, ou países partes.

As convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo possuem um secretariado conjunto e reúnem-se a cada seis meses em uma conferência única. As convenções de Basileia, Roterdã e Estocolmo mas com políticas individuais e complementares. Atualmente a convenção de Basileia e Estocolmo estão em sua COP 10 e a Convenção de Roterdã está em sua COP 15, com a primeira parte ocorrida em 26 a 30 de julho de 2021 e a segunda será em 6 a 17 de junho de 2022.

A Convenção de Minamata²⁹ sobre Mercúrio passou a vigorar em agosto de 2017 e tem 128 signatários, fornece padrões para controles e reduções em uma série de produtos, processos e indústrias onde o mercúrio é usado, liberado ou emitido. Recebeu o nome de uma cidade no Japão onde ocorreram sérios danos à saúde como resultado da poluição por mercúrio em meados do século XX. A Convenção de Minamata sobre Mercúrio tem sua origem nas discussões que ocorreram no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sobre os riscos do uso de mercúrio. A partir da Decisão 25/5 UNEP/GC de 2009, que convocou os governos a elaborar um instrumento legalmente vinculante para o controle do uso de mercúrio visando proteger à saúde humana e ao meio ambiente, foi iniciado um processo de negociação global.

A primeira Conferência Internacional sobre Gestão de Produtos Químicos (ICCM)³⁰ foi realizada em Dubai de 4 a 6 de fevereiro de 2006. A reunião de alto nível e multissetorial contou com a presença de mais de 600 participantes de mais de 140 governos e inúmeras organizações intergovernamentais e não governamentais. Sob a presidência do Sr. Mariano Arana Sanchez, Ministro do Meio Ambiente do Uruguai, os participantes concluíram as negociações e adotaram a Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos, que consiste na Declaração de Dubai sobre Gestão Internacional de Produtos Químicos (SAICM - Abordagem Estratégica para Gestão Internacional de Produtos Químicos)³¹, a Estratégia Política Global e o Plano Global de Ação, juntamente com resoluções sobre arranjos de implementação”. O SAICM estabelece um roteiro para alcançar a meta dos ODMs 2002-2020 para a gestão sólida de produtos químicos de forma a minimizar impactos adversos significativos no ambiente e na

²⁹ Para mais informações sobre a Convenção de Minamata sobre Mercúrio, acesse o link: <http://www.mercuryconvention.org/>. Para mais informações sobre Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil, acesse o link <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/conven%C3%A7%C3%A3o-minamata.html>.

³⁰ O relatório do Boletim de Negociações da Terra sobre o ICCM está disponível em: <http://www.iisd.ca/unepgc/unepss9/>

³¹ O relatório da reunião, documentos do SAICM e informações sobre a implementação do SAICM estão disponíveis no site do SAICM em: <http://www.chem.unep.ch/saicm>

saúde humana, e inclui o estabelecimento de um "Programa de Início Rápido" com um Fundo Fiduciário para iniciar rapidamente o trabalho de implementação em nível nacional. Após a adoção bem-sucedida da Abordagem Estratégica, a Conferência solicitou que ela fosse encaminhada aos órgãos dirigentes das organizações intergovernamentais relevantes para consideração. A mesma ocorre a cada 3 anos, porém a última prevista para 2021, encontra-se adiada. O Alcance do SAICM Representa um compromisso dos Governos, em nível mundial, para realizar uma gestão racional das substâncias químicas, para que as exposições às substâncias químicas de uso agrícola e industrial não causem danos significativos à saúde humana e ao meio ambiente, compromisso até 2020 e além de 2020. Compreende todos os aspectos ambientais, econômicos, sociais, sanitários e laborais da segurança química. As resoluções do SAICM se alinham com a Agenda 2030.

Em maio de 2017, a 70ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) aprovou o "OMS Chemical Road Map" – um roteiro para aumentar o envolvimento do setor da saúde na Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Substâncias Químicas (SAICM) rumo à meta de 2020 e além, considerando a Agenda 2030 (ODS – 17). O roteiro foi concebido para ser aplicável e utilizado pelos Estados-Membros em todas as fases de desenvolvimento, bem como por um vasto leque de partes interessadas. Os Estados Membros e as partes interessadas podem usar o roteiro para identificar áreas de foco principal para engajamento e ações adicionais relevantes para a gestão de produtos químicos nos níveis nacional, regional e internacional.

Desenvolvimento sustentável, ambiente e saúde global³²

Para contextualizar a o tema Desenvolvimento Sustentável, Ambiente e Saúde Global, destacamos os seguintes documentos/ eventos:

- Nosso futuro comum³³
- Estocolmo 1972 (United Nations Conference on the Human Environment)³⁴
- Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, 1992³⁵
- Declaração do Milênio e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), (2000-2015)³⁶
- Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), (2015-2030)³⁷

O termo 'desenvolvimento sustentável' tem uma longa e valiosa história associada à ideias inovadoras de projeção do futuro da natureza e da humanidade. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU lançou o relatório "Nosso futuro comum", mais conhecido como *Relatório Brundtland*, em homenagem à presidente da comissão, a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Esse relatório inclui o

³² Galvao, LAC. A Saúde Pública na Era do Desenvolvimento Sustentável: Análise de sua Evolução e Evidências. Tese de doutorado. IESC/UFRJ. 2015 acesso em 28/1/2022: <http://objidig.ufrj.br/96/teses/827309.pdf>

³³ UN. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. acesso em 28/1/22 em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

³⁴ UN. United Nations Conference on the Human Environment. acesso em 28/1/22 em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>

³⁵ https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf

³⁶ <https://www.un.org/millenniumgoals/>

³⁷ UN. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Acesso em 28/1/22: <https://sdgs.un.org/2030agenda>

que é agora uma das definições mais amplamente reconhecidas de desenvolvimento sustentável: “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”. Ainda, afirma que esse conceito inclui o de necessidades, em particular àquelas essenciais das populações mais pobres do mundo, às quais se deveria dar a mais alta prioridade, como também a noção de limitações que devem ser impostas ao uso de tecnologias e ao tipo de organização social para não superar a capacidade do ambiente e garantir que seja possível atender às necessidades das gerações atuais e futuras.

Em 1972, foi realizado a primeira grande conferência sobre desenvolvimento e ambiente, conhecida como Estocolmo 1972 (*United Nations Conference on the Human Environment*). Nela foram adotados princípios para uma “boa gestão do meio ambiente”, incluindo a Declaração de Estocolmo e o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano. A Declaração de Estocolmo contém 26 princípios, e foi responsável por promover as questões ambientais como preocupações internacionais, marcando o início (tenso) do diálogo entre países industrializados e em desenvolvimento. O Plano de Ação contém um Programa Global de Avaliação Ambiental (plano de vigilância), Atividades de gestão ambiental; e Medidas internacionais de apoio. Essas categorias foram divididas em 109 recomendações e para implementar foi criado do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)³⁸.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) lançou a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, que diz: “Os seres humanos estão no centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a Natureza”. Outro documento essencial da conferência foi o plano de ação conhecido como Agenda 21 (ONU, 1992) para o desenvolvimento sustentável, no qual foram identificados princípios, objetivos e ações que poderiam ajudar a orientar os países a alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, ambiental e social. A saúde foi debatida durante a conferência de 1992 e grande parte dessas discussões ficou registrada na Agenda 21, em particular no capítulo 6, referente à saúde, no qual se reconhece a necessidade de prover acesso universal aos serviços básicos de saúde e promover a redução de riscos à saúde decorrentes da poluição e dos perigos ambientais.

Em 2000, a Declaração do Milênio e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) assumiram o protagonismo dos acordos internacionais sobre desenvolvimento. Ao término de seus quinze anos de implementação e depois de um longo e inédito processo de construção coletiva iniciado na Rio+20 os países membros da ONU adotaram em setembro de 2015 a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³⁹. Esse novo acordo internacional sobre desenvolvimento sucedeu os acordos anteriores, incluindo aqueles da Reunião de Estocolmo de 1972, para servir como referência aos líderes e à burocracia da governança global na superação dos grandes desafios, inclusive a reconstrução pós-pandemia. É o marco mais abrangente com aval de todos os países membros da ONU que se compromete com um futuro mais equitativo, justo, sustentável e em paz. Diferente dos processos anteriores, cada país deve decidir os objetivos e metas que podem adotar segundo as prioridades nacionais,

³⁸ UNEP. United Nations Environment Program. Acesso em 28/1/22 em: <https://www.unep.org/explore-topics/sustainable-development-goals>

³⁹ UN. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Acesso em 28/1/22: <https://sdgs.un.org/2030agenda>

os indicadores que serão utilizados para avaliar e monitorar o progresso de sua implementação como contribuição as aspirações globais da Agenda 2030.

No âmbito da Agenda 2030, vários objetivos, metas, indicadores e atividades clamam pela ativa contribuição da saúde global, particularmente no referente aos temas relacionados ao ambiente, como água e saneamento, trabalho, agricultura, consumo e urbanização, os quais tem um potencial inovador de influir nas políticas no âmbito da saúde global e da saúde ambiental.

Governança da Saúde do Trabalhador e Saúde Global

O organismo central que coordena a governança da saúde do trabalhador é a Organização Internacional do Trabalho⁴⁰, ainda que existam inúmeras outras instâncias relevantes a esse processo, como a OMS e a Agenda 2030. A OIT é a única agência tripartite do sistema da ONU, reunindo representantes de governos, empregadores e trabalhadores em seus órgãos executivos. Ela teve seu início em 1919, por meio de uma Comissão do Trabalho, presidida pelo chefe da Federação Americana do Trabalho (AFL) nos Estados Unidos, e composta por representantes da Bélgica, Cuba, Tchecoslováquia, França, Itália, Japão, Polônia, Reino Unido e Estados Unidos.

As decisões da OIT são tomadas durante as reuniões dos seus corpos diretivos que se reúnem três vezes por ano, em março, junho e novembro, nas quais são decididas a política da OIT, a agenda da Conferência Internacional do Trabalho, o projeto de Programa e Orçamento da Organização para submissão à Conferência, e a eleição do Diretor-Geral.

A OIT tem programas específicos sobre saúde e segurança dos trabalhadores, que são implementados em coordenação com os ministérios do trabalho, associações sindicais e empresas ao redor do mundo.⁴¹

Acontecimentos em dezembro de 2021 e janeiro de 2022

Em 11 de Janeiro de 2022, a **Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) assinaram um Memorando de Entendimento (MOU)**⁴² de cinco anos. O acordo dá continuidade à colaboração da EPA-OMS em uma ampla gama de questões ambientais e de saúde específicas e transversais, particularmente poluição do ar, água e saneamento, saúde infantil e riscos à saúde devido às mudanças climáticas. O acordo atualizado inclui novas ações em questões transversais, incluindo infraestrutura e justiça ambiental. Nos próximos cinco anos, a EPA e a OMS se concentrarão em abordar os impactos da mudança climática na saúde. Esforços em andamento abordarão os impactos das mudanças climáticas na saúde, incluindo ar limpo e água potável. A colaboração também continuará a se concentrar na proteção das crianças, reduzindo a exposição a substâncias tóxicas, em particular tintas à base de chumbo.

⁴⁰ OIT. acesso em 28/1/22 em: <https://www.ilo.org/global/topics/sdg-2030/lang--en/index.htm>

⁴¹ OIT. Safety and health at work. acesso em 28/1/22 em: <https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/lang--en/index.htm>

⁴² https://cdn.who.int/media/docs/default-source/environment-climate-change-and-health/who-epa-mou-2022_final.pdf?sfvrsn=c24b697_5

De 24 a 28 de Janeiro de 2022 aconteceu a **17ª Reunião do Comitê de Revisão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPRC.17)**⁴³ em Genebra, Suíça, na qual o Comitê adotou com sucesso decisões seis produtos químicos e transferiu-os para o próximo fase do processo de revisão ou recomendações adotadas para a Conferência das Partes (COP) para listá-los sob a Convenção. O pesticida metoxicloro, que foi o único na fase final e deverá ser listado no Anexo A da Convenção, sem isenções, o que eliminaria sua produção e uso.

De 27 a 28 de janeiro de 2022 aconteceu o **40º aniversário do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe** e contou com mais de 17 delegações chefiadas por ministras e ministros do Meio Ambiente e autoridades de alto nível. O fórum teve como objetivo acelerar a ação multilateral diante da tríplice crise planetária de mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição e resíduos. Houve troca de ideias para serem apresentadas na 5ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que acontecerá a partir do dia 28 de fevereiro a 2 de março, no Quênia. Serão dadas mais informações no próximo informe.

Agenda 2022

Apesar da complexidade e da variedade de temas, o cluster ambiente, irá reportar as ações com impacto específico na saúde, podendo fazer um panorama mais abrangente quando grandes eventos envolvendo múltiplos atores ocorrerem. Na tabela 3 pode ser encontrado os principais eventos a serem monitorados e relatados durante o ano de 2022.

Janeiro	
24 -28	17ª Reunião do Comitê de Revisão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPRC.17). Genebra, Suíça
27 a 28	Sessão Especial — 40º aniversário do Fórum de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe (PNUMA)
Fevereiro	
28 a 02	UNEA-5.2 - A Quinta Sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Março	
3 a 4	UNEP@50 ⁴⁴
13 a 29	CBD - Terceira reunião do Grupo de Trabalho Aberto sobre a Estrutura Global de Biodiversidade Pós-2020 (WG2020-3)
21 a 25	COP Minamata
21 a 26	9º Fórum Mundial da Água
Abril / Maio	
25 Abril-8 Mai	COP 15 Biodiversidade
Junho	
2 a 3	Estocolmo+50 ⁴⁵ : um planeta saudável para a prosperidade de todos – nossa responsabilidade, nossa oportunidade
6 a 16	Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas – 1ª sessão de preparação para a COP27
6-17	segunda parte - Reuniões das Conferências das Partes nas Convenções de Basileia, Roterdão e Estocolmo (Genebra)
Outubro	
TBC	Evento de alto nível de ação climática global
Novembro	
7 a 18	COP 27 UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE 2022 -Egito

⁴³ Os documentos resultantes da reunião podem ser encontrados em <http://chm.pops.int/TheConvention/POPsReviewCommittee/Meetings/POPRC17/Overview/tabid/8900/Default.aspx>

⁴⁴ [UNEP@50](http://www.unep.org/unep50/)

⁴⁵ <https://www.stockholm50.global/>

Saúde pública e a redução de risco de desastres

Carlos Machado de Freitas

No final da primeira década do século XXI e no início da segunda década a região das Américas e Caribe vivenciou dois desastres que são frequentes na mesma e resultaram nos mais graves registrados para o tipo de evento que envolveram. No dia 12 de janeiro de 2010, o Haiti registrou um dos mais severos terremotos em termos de impactos, afetando diretamente as condições de vida e saúde de mais de 2 milhões de pessoas (cerca de 15% da população do país) e com uma estimativa de cerca de 300 mil óbitos segundo fontes oficiais um ano depois, além de severos danos às estruturas de saúde. Um ano depois, no dia 12 de janeiro de 2011, o Brasil registrou um dos mais severos deslizamentos de terra resultado de chuvas intensas que resultou em situação de calamidade pública em toda uma região e atingindo pelo menos sete municípios. Afetou diretamente as condições de vida e saúde de mais de 30 mil pessoas e resultou em cerca de mil óbitos imediatos⁴⁶.

A região das Américas, uma das mais desiguais do mundo, possui países entre os mais ricos (EUA), os mais pobres (Haiti) e os de maior desigualdade social (Brasil). Encontra-se também como uma das mais vulneráveis à uma diversidade de tipos de desastres, como terremotos e erupções vulcânicas, ciclones e furacões, inundações e secas, incêndios florestais e ondas de frio e calor, além de ter sido uma das mais duramente atingidas pelos impactos da pandemia por COVID-19.

No final de 2021, entre os dias 1 a 4 de novembro, foi realizada na Jamaica a 7ª Plataforma Regional de Redução de Risco de Desastres nas Américas e no Caribe (RP21), fazendo parte da programação a Quarta Reunião de Alto Nível de Ministros e Autoridades sobre a Implementação da Estrutura de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030⁴⁷.

Destacamos importantes pontos presentes na Declaração dos Ministros nessa reunião, bem como no Plano de Ação Regional para Implementação do Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030 nas Américas e Caribe. E, para isso, destacamos o significado do Marco de Sendai na convergência dos temas que envolvem desastres, emergências em saúde pública, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável como partes de uma agenda global.

O Marco de Sendai (aprovado em uma reunião organizada pelo Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastre, no Japão, em 2015, com a presença de representantes de 187 países), tem uma grande importância para a Saúde Pública no mundo, assim como nas Américas e no Caribe. Primeiro, por contribuir para uma maior convergência entre as agendas de Emergências em Saúde Pública, Desastres e Mudanças Climáticas. E esta convergência veio seguida de três mudanças importantes. Em primeiro lugar a expansão da definição de desastres, incluindo aqueles envolvendo as emergências em saúde pública definidas no Regulamento Sanitário Internacional (biológicas, químicas e radioativas/radiológicas), aprovadas em 2005. Em segundo lugar o reconhecimento do setor

⁴⁶ Freitas, Carlos Machado de et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2012, v. 17, n. 6 [Acessado 1 Fevereiro 2022], pp. 1577-1586. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600021>>. Epub 12 Jun 2012. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600021>

⁴⁷ <https://rp-americas.undrr.org/programmeRP21#4nov>

saúde como contribuidor e beneficiário das estratégias de Redução de Riscos de Desastres (RRD), com o aumento do número de referências diretas ao setor saúde. Em terceiro lugar, a incorporação de mudanças climáticas como um potencial de ampliação e agravamento dos riscos de desastres e de emergências em saúde pública, em sintonia com o Acordo de Paris, aprovado também em 2015⁴⁸.

Ainda no sentido de convergências e transformações, destacamos também a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os ODS também constituem uma contribuição importante ao incluir os temas relacionados aos desastres (ODS 1, 2 e 11) e às mudanças climáticas (ODS 13), com os que envolvem a necessidade de “Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde” para assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades (ODS 3)⁴⁹.

No Marco de Sendai a saúde ganhou grande destaque, sendo citada mais de 30 vezes, representando um avanço para a perspectiva de “saúde em todas as políticas”. É destacado a importância do setor saúde nas ações de respostas, prevenção de desastres futuros e redução dos riscos existentes, envolvendo medidas que reduzam a exposição da população e sua vulnerabilidade aos desastres, bem como aspectos de bem-estar e saúde mental.

Tanto a Declaração dos Ministros como o Plano de Ação Regional para Implementação do Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030 nas Américas e Caribe reforçam a necessidade de integrar a redução do risco de desastres no centro das agendas políticas e técnicas de desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, bem como na nova agenda urbana, sendo este um ganho importante em uma perspectiva regional. Porém, considerando que o Marco de Sendai aponta como a pobreza e as desigualdades estão entre os fatores subjacentes ao risco de desastres é por demais preocupante a ausência dos temas diretamente relacionados à redução da pobreza e das desigualdades em uma das regiões onde se encontram países muito pobres e extrema desigualdade entre os países e dentro dos países.

Por fim, considerando o papel fundamental da Saúde Pública na redução da morbidade e mortalidade através de políticas, planos, estratégias e ações que envolvem a estruturação e o fortalecimento dos sistemas de saúde, a Declaração dos Ministros e o Plano de Ação Regional se apresentam como bastante limitados também neste tema. Não só para a pandemia por COVID-19 (destacada em ambos os documentos), como para todos os outros tipos de desastres, não é possível estruturar políticas, planos, estratégias e ações sem reforçar a importância dos sistemas de saúde, em particular dos sistemas universais de saúde em uma das regiões que envolve muitos países e populações pobres, como também extremas desigualdades.

Sistemas de saúde universais e redução da pobreza e das desigualdades são dois temas centrais e fundantes da Saúde Pública / Saúde Coletiva no Brasil, devendo ser abordados com

⁴⁸ UNFCCC (The United Nations Framework Convention on Climate Change). Opportunities and Options for Integrating Climate Change Adaptation with the Sustainable Development Goals and the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015–2030; UNFCCC Secretariat: Bonn, Germany, 2017.

⁴⁹ Freitas CM e col. Mudanças climáticas, redução de riscos de desastres e emergências em saúde pública nos níveis global e nacional. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. Relatório Oficina Saúde Amanhã. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/02/FREITAS-CARLOS-et-al-Mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-redu%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-desastres-e-emerg%C3%Aancias-em-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica.pdf>

maior vigor e intensidade no sentido de avançarmos efetivamente para uma Agenda Global e Regional de Redução de Risco de Desastres e Emergências em Saúde Pública.

Migrações internacionais e refúgio como desafio da saúde global:

O impacto da pandemia de covid-19 sobre a mobilidade humana

Deisy de Freitas Lima Ventura,

Jameson Vinícius Martins da Silva

e Ananda Melo King

A liberdade de circulação internacional de pessoas é uma das promessas não cumpridas da globalização econômica. Mesmo antes da pandemia de covid-19, dois terços da população mundial estavam impedidos de circular livremente em razão da exigência de vistos e outras autorizações de viagem⁵⁰. Migrar exige recursos financeiros; vínculos familiares, inserção em redes ou em nichos de trabalho; conhecimentos de algum idioma que torne viável a circulação; e saúde suficiente para realizar deslocamentos que frequentemente implicam esforço físico e até risco de morte. Logo, apesar da intensa propaganda contrária às migrações e aos migrantes, a realidade é que 94,6% da população mundial reside no país onde nasceu⁵¹.

Além das dificuldades intrínsecas aos deslocamentos, a atualidade é marcada pelo fechamento de fronteiras em razão de políticas migratórias restritivas; pela detenção de pessoas em situação migratória irregular em centros de “retenção” que oferecem condições desumanas de abrigo; por campos de refugiados que abrigam centenas de milhares de pessoas, e em certos casos por períodos tão longos que acolhem a terceira geração de famílias neles nascidas; além da banalização das políticas de dissuasão, que incluem a indiferença recorrente ao adoecimento e à morte massiva de migrantes – como ocorre há anos, por exemplo, na travessia do Mar Mediterrâneo, referido pelo Papa Francisco como o “cemitério de migrantes”⁵².

Portanto, a pandemia de covid-19 agravou um cenário que já era dramático, produzindo efeitos em dois planos: a adoção de novas restrições de circulação internacional de pessoas por razões sanitárias, e o impacto desproporcional da crise sobre migrantes e refugiados. Logo, a covid-19 amplia de forma expressiva a interface entre mobilidade humana e saúde global.

Com o intuito de preparar o terreno para o acompanhamento deste tema complexo, o primeiro informe sobre migrações internacionais e refúgio na perspectiva da saúde global é composto de três partes. A primeira oferece conceitos essenciais para a compreensão do trabalho do grupo, procurando expor de forma didática noções teóricas que animam um campo acadêmico multidisciplinar, rico e controverso. A segunda descreve os principais atores e documentos relacionados à temática no plano global, seguidos de um panorama crítico da governança global da saúde de migrantes e refugiados. A terceira parte reporta dois documentos publicados em dezembro de 2021 pela Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas e pela Organização Internacional das Migrações, que enfatizam o impacto desproporcional da pandemia de covid-19 sobre migrantes e refugiados, e é seguida de algumas

⁵⁰ WITHOL DE WENDEN, Catherine. Les dynamiques migratoires dans le monde. *Humanitaire*, n.33, 2012 <http://journals.openedition.org/humanitaire/1412>

⁵¹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). World Migration Report 2022. 1º de dezembro de 2021. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>

⁵² Migrações: “Mediterrâneo tornou-se o maior cemitério da Europa”, diz o papa Francisco. IHU Online, 15 de junho de 2021. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/610181-migracoes-mediterraneo-tornou-se-o-maior-cemiterio-da-europa-diz-o-papa-francisco>

considerações finais sobre as perspectivas da interface entre saúde e mobilidade humana internacional.

Um referencial crítico da governança global das migrações e do refúgio

Ser considerado nacional de um país ou “estrangeiro” é uma questão de perspectiva⁵³. Qualquer pessoa, a depender das circunstâncias, pode se encontrar em outro país, temporária ou definitivamente, e pode se tornar “migrante” ou “refugiada”. Embora banal, esta constatação transgride a postura institucional predominante sobre a migração contemporânea: a clivagem entre nós e os outros, que classifica seres humanos em nacionais e estrangeiros como um critério implacável de alocação de recursos alegadamente escassos, e tem impedido que o direito de migrar se torne um direito humano sistematicamente reconhecido. Assim, palavras que parecem tão corriqueiras correspondem a conceitos complexos, em relação aos quais existe confusão, mas também grandes embates políticos que ocorrem por intermédio da linguagem, principalmente da divulgação estratégica de dados sobre a mobilidade humana que se utilizam desta linguagem.

A diferença entre migrantes e refugiados será utilizada neste informe em razão da necessidade de diferenciar as normas vigentes, tanto no plano internacional como no Brasil, e de apresentar dados estatísticos que são coletados e organizados a partir dessa clivagem. Assim, referiremos:

como “migrantes” as pessoas que buscam provisória ou definitivamente a residência em outro país, pelas mais diversas razões, sendo a mais frequente delas a busca de trabalho; e como “refugiados” aqueles que deixam o seu país de domicílio porque nele não podem permanecer, geralmente por fundado temor de morte ou perseguição (política, étnica, religiosa etc.)⁵⁴.

Porém, alertamos para o fato de que a separação contundente entre migrantes e refugiados pode resultar numa crescente desproteção dos direitos das pessoas migrantes, principalmente a frequente diferenciação entre migrações econômicas e migrações forçadas, como se a pobreza absoluta, por exemplo, deixasse alguma escolha entre ficar e partir.

Por fim, quando nos referirmos aos dois fenômenos, migrações e refúgio, utilizaremos a expressão mobilidade humana.

Seja qual for o conceito utilizado, o deslocamento humano, forçado ou livre, é objeto de diversos enfoques no âmbito internacional, sendo predominantes as abordagens teóricas e práticas que consideram as migrações internacionais e o refúgio como uma “ameaça” ou um “problema” econômico, humanitário ou de segurança.

O acompanhamento desta temática sob o prisma da saúde global pode ser decisivo para o futuro das migrações e do refúgio pois o enfoque da saúde muda automaticamente os termos do debate sobre mobilidade humana. A mera referência à saúde obriga a reconhecer o migrante ou o refugiado como uma pessoa cuja integridade física e mental deve ser levada em

⁵³ VENTURA, Deisy; SILVA, Jameson; CALDERON, Leticia; EGUILUZ, Itzel. Migration, Migrants, and Health in Latin America and the Caribbean. In: David McQueen et al. (Org.). Oxford Research Encyclopedia of Public Health. Oxford University Press, 2021. <https://oxfordre.com/publichealth/view/10.1093/acrefore/9780190632366.001.0001/acrefore-9780190632366-e-323>

⁵⁴ VENTURA, Deisy e YUJRA, Veronica. Saúde de migrantes e refugiados. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2019.

consideração. Quando analisadas sob a perspectiva sanitária, as políticas restritivas adotadas pelos Estados, cada vez mais pressionados pela ascensão de movimentos nacionalistas xenófobos, revelam sua verdadeira natureza: são promotoras de violações sistemáticas de direitos humanos. Ainda que as extremas direitas não ocupem o governo, em muitos países a agenda conservadora acaba por influenciar negativamente o conjunto dos programas de governo nas disputas eleitorais, fazendo com que as políticas migratórias restritivas constituam o denominador comum de grande parte das forças políticas no mundo desenvolvido

As respostas humanitárias promovidas pela comunidade internacional, por sua vez, vistas sob o prisma da saúde, revelam sua incipiência diante dos imensos desafios cotidianos que migrantes e refugiados enfrentam, assim como os governos e as sociedades. De modo geral, os programas internacionais enfrentam resistências dos Estados. Muitas ações carecem de sustentabilidade e frequentemente limitam-se ao assistencialismo, fundado em valores que atentam contra a dignidade humana. A compaixão diante do sofrimento pode ser despolitizada, e acompanhada de uma espécie de condescendência ao agir "em nome da humanidade", sem reconhecer as inequidades e a violência que acompanham o cuidado em numerosas ações humanitárias⁵⁵. No campo específico da migração e do refúgio, a "caridade" é uma justificativa frequente para a ação, muitas vezes despolitizando as lutas dos migrantes e refugiados pelo reconhecimento de seus direitos, o que dificulta a médio e longo prazo a sua inclusão como cidadãos em seus países de destino.

Principais atores e referências da governança global da mobilidade humana

As migrações e o refúgio estão presentes em uma das agendas mais importantes da história das relações internacionais, que é a dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030⁵⁶. A meta 10.7 consiste em "Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas". O objetivo 3, dirigido à saúde, não faz referência a migrantes e refugiados. Infelizmente, ainda estamos longe de alcançar esta meta, e diversas outras em que as migrações e o refúgio aparecem direta ou indiretamente⁵⁷.

No âmbito internacional, as principais agências relacionadas à governança global da migração e do refúgio são o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). A família das Nações Unidas criou recentemente uma rede a fim de implementar os mais recentes compromissos internacionais relativos ao tema. Os limites desta governança, recentemente remodelada, são criticados particularmente no âmbito da saúde global.

O ACNUR e o Pacto Global sobre os Refugiados

⁵⁵ Biehl, João. Theorizing global health. *Medicine Anthropology Theory*, 3(2), 2016. Disponível em <https://doi.org/10.17157/mat.3.2.434>

⁵⁶ Ver ONU Brasil. Portal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

⁵⁷ É o caso, por exemplo, da meta 17.18, segundo a qual "Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais". *Ibid.*

O ACNUR é o órgão encarregado de implementar a célebre convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) que é conhecida como o Estatuto do Refugiados, e seu protocolo adicional de 1967⁵⁸. Adotada em 1951 e desde então ratificada por 146 Estados⁵⁹, esta convenção institui o princípio de “não-devolução” (*non-refoulement*), segundo o qual uma pessoa reconhecida como refugiada que consegue chegar ao território de um país que ratificou essa convenção não pode ser devolvida ao seu país de origem, devendo ser acolhida ou enviada a um país seguro. A dificuldade atual está em obter o reconhecimento como refugiado, o que é dificultado em grande parte dos países por longos processos onde se sucedem incontáveis barreiras regulamentares ou práticas.

Em 17 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral da ONU aprovou um novo Pacto Global sobre Refugiados, desprovido de caráter obrigatório para os Estados, com o objetivo de ampliar a cooperação internacional nesta matéria⁶⁰. Em novembro de 2021 foi publicado o primeiro relatório de acompanhamento do cumprimento deste pacto⁶¹.

A OIM e o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular

Também criada em 1951, a OIM é a agência da ONU encarregada das migrações. Seu paradigma da mobilidade humana corresponde não à defesa do direito humano à migração, e sim da defesa da migração segura, ordenada e regular. Portanto, tem por foco aperfeiçoar a gestão das migrações em apoio aos Estados (e não necessariamente às pessoas).

Diferentemente dos refugiados, os migrantes são protegidos pela Convenção das Nações Unidas sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias⁶², adotada em 1990 e ratificada por apenas 56 Estados⁶³. A convenção não reconhece o direito de migrar, ou seja, o direito de entrar e permanecer em um país. No entanto, representa um importante avanço porque garante que os direitos humanos de quem se encontra no território de um país signatário sejam respeitados, inclusive os direitos trabalhistas, seja qual for a sua situação migratória. Infelizmente, nenhum país desenvolvido ratificou esta Convenção.

A OIM foi uma das principais artífices do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, aprovado na conferência de Marraquexe (Marrocos) em dezembro de 2018⁶⁴. Trata-se de um mecanismo de cooperação entre os Estados que não possui caráter obrigatório, razão pela qual cada Estado mantém intacta sua soberania para criar e aplicar regras sobre ingresso, permanência e saída de seu território. Assim como o novo pacto sobre refugiados, é muito modesto em matéria de saúde⁶⁵. O mais recente informe sobre sua implementação será comentado na terceira parte deste texto.

⁵⁸ Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>

⁵⁹ ONU. Status of Ratification. Convention relating to the Status of Refugees. Disponível em <https://treaties.un.org/> Consultado em 31/02/2022.

⁶⁰ Disponível em <https://globalcompactrefugees.org/>

⁶¹ ACNUR. 2021 Global Compact on Refugees Indicator Report. Novembro de 2021. Disponível em https://www.unhcr.org/global-compact-refugees-indicator-report/wp-content/uploads/sites/143/2021/11/2021_GCR-Indicator-Report_spread_web.pdf

⁶² Disponível em <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/cmw.aspx>

⁶³ ONU. Status of Ratification. International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their Families. Disponível em <https://indicators.ohchr.org/> Consultado em 31/02/2022.

⁶⁴ Disponível em <https://www.iom.int/global-compact-migration>

⁶⁵ BOZORGMEHR Kayvan e BIDDLE Louise. New UN compact for migration falls short on health BMJ 2018; 363 :k5327 <https://doi.org/10.1136/bmj.k5327>

A OMS e o Plano de Ação Global Promovendo a saúde de refugiados e migrantes 2019-2023

Como agência internacional especializada na área da saúde, a OMS é principal referência de uma abordagem de saúde pública da migração e do refúgio que, como já foi dito, concorre com as abordagens predominantes no sistema internacional que são as econômicas e de segurança. Embora uma Resolução “Saúde dos Migrantes” tenha sido adotada em 2008 pelo órgão deliberativo máximo da OMS, a Assembleia Mundial da Saúde⁶⁶, a literatura científica identifica uma negligência histórica da OMS em relação ao impacto das migrações e do refúgio sobre a saúde⁶⁷.

Entre os documentos da OMS mais recentes, destaca-se a Resolução da Assembleia Mundial da Saúde n. 15, de maio de 2017, pela qual a OMS aprovou um marco de referência para promoção da saúde dos migrantes e refugiados⁶⁸. Nesse documento, a OMS reconhece o direito à saúde dos migrantes e refugiados, definido como o direito de possuir o melhor estado de saúde física e mental que eles são capazes de alcançar, como figura no preâmbulo da Constituição da OMS, de 1946. Além de defender que os migrantes sejam tratados de acordo com os princípios da igualdade, da não discriminação e do acesso equitativo aos serviços de saúde, a Resolução sublinha que os sistemas de saúde devem oferecer atenção compatível com a cultura, a língua, a idade e o sexo das pessoas; e que as doenças que acometem os migrantes não podem servir como pretexto para a aplicação de restrições arbitrárias à liberdade de movimento, à estigmatização, à deportação e outras práticas discriminatórias. O texto pondera ainda que os migrantes devem participar dos processos de tomada de decisões de saúde que lhes dizem respeito. Entre as prioridades definidas pela Resolução, encontram-se a defesa de que a saúde dos migrantes e refugiados seja levada em conta na agenda política mundial, regional e nas agendas nacionais; a ação sobre os determinantes sociais da saúde nos países de origem, de trânsito e de destino; e o fortalecimento dos sistemas de acompanhamento e de informação sanitários para compreender as tendências da interface entre saúde e mobilidade humana, além de compartilhar experiências entre Estados.

Em 2020, foi adotado o “Plano de Ação Global da OMS: Promovendo a saúde de refugiados e migrantes 2019-23”⁶⁹. Entre as prioridades de ação deste plano encontram-se os objetivos previstos pela Resolução acima citada, além da promoção de medidas de saúde pública e segurança do trabalho; o fomento de políticas de saúde sensíveis às necessidades de refugiados e migrantes e sua proteção jurídica e social, com atenção especial para mulheres, crianças e adolescentes, a promoção da igualdade de gênero, e a coordenação intersetorial e inter-institucional; a aceleração dos avanços para realização dos ODS, em particular a cobertura universal de saúde; e o apoio a medidas para melhorar a comunicação sanitária baseada em evidências para enfrentar as concepções equivocadas sobre a saúde dos migrantes e refugiados.

⁶⁶ OMS. Resolução WHA61.17 Health of migrants, maio de 2008. Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/25937?locale-attribute=en&>

⁶⁷ Gostin, Lawrence. WHO Global Action Plan to Promote the Health of Refugees and Migrants. *Milbank Q.* 2019 Sep;97(3):631-635. Disponível em <https://www.milbank.org/quarterly/articles/who-global-action-plan-to-promote-the-health-of-refugees-and-migrants/>

⁶⁸ Disponível em https://www.who.int/migrants/about/framework_refugees-migrants.pdf

⁶⁹ OMS. A72/25: Promoting the health of refugees and migrants. Draft global action plan, 2019–2023. Report by the Director-General, 2019. Disponível em <https://www.who.int/publications-detail/promoting-the-health-of-refugees-and-migrants-draft-global-action-plan-2019-2023>

A literatura acadêmica destacou as “boas intenções” deste plano, mas apontou importantes deficiências no plano da exequibilidade e da *accountability*⁷⁰.

Em 2020, a OMS criou o “Programa de Saúde e Migração”⁷¹. Conduzido por uma equipe multidisciplinar, o programa possui entre suas principais funções exercer a liderança global nesta temática, promover a coordenação de políticas, estabelecer normas e diretrizes para apoiar a tomada de decisão dos Estados, monitorar tendências e oferecer assistência técnica especializada. Por exemplo, em 3 de setembro de 2021 a OMS publicou orientações sobre a vacinação de migrantes e refugiados contra a covid-19⁷².

A Rede das Nações Unidas para a Migração

A fim de implementar o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, foi criada a Rede das Nações Unidas para a Migração, que busca articular os diferentes órgãos da ONU relacionados ao tema e é coordenada pela OIM⁷³. A OMS faz parte do comitê executivo desta rede, juntamente com o ACNUR, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC ONU)⁷⁴.

Por ocasião do dia internacional do migrante, em 17 de dezembro de 2021, a rede emitiu uma nota que apresenta um balanço bastante crítico da implementação do Pacto, e cobra dos Estados uma série de providências⁷⁵.

Integra o DESA da ONU a Divisão de Populações, que fornece as principais estatísticas utilizadas pela comunidade internacional, inclusive a muito citada estimativa de que existiam 281 milhões de pessoas migrantes em 2020, das quais dois terços se deslocariam em razão do trabalho⁷⁶.

A ONU possui ainda uma Relatoria Especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes, atualmente exercida pelo chileno Felipe González Morales⁷⁷. Em 2021 esta Relatoria dedicou

⁷⁰ ONARHEIM, Kristine e RACHED, Danielle. Searching for accountability: can the WHO global action plan for refugees and migrants deliver? *BMJ Global Health* 2020;5:e002095. Disponível em <https://gh.bmj.com/content/5/6/e002095>

⁷¹ Site disponível em <https://www.who.int/teams/health-and-migration-programme>

⁷² OMS. Interim Guidance ‘COVID-19 immunization in refugees and migrants: principles and key considerations’. Disponível em <https://www.who.int/news/item/03-09-2021-who-issues-an-interim-guidance-on-covid-19-immunization-in-refugees-and-migrants>

⁷³ Plataforma disponível em <https://migrationnetwork.un.org/>

⁷⁴ ONU. Migration Network. Annex II- Network Membership Disponível em: https://migrationnetwork.un.org/sites/g/files/tmzbdl416/files/docs/annex_ii_-_network_membership.pdf Consultado em 31/01/2022.

⁷⁵ ONU. Statement of the UN Migration Network. Migration Needs More Than Just Collective Attention; It Needs Collective Action. 17 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.iom.int/news/international-migration-needs-more-just-collective-attention-it-needs-collective-action>

⁷⁶ Ver site oficial em <https://www.un.org/development/desa/pd/>

⁷⁷ Site disponível em <https://www.ohchr.org/en/issues/migration/srmigrants/pages/srmigrantsindex.aspx>

seu informe anual ao tema do impacto da pandemia de covid-19 sobre os direitos humanos dos migrantes⁷⁸.

Os limites da governança global das migrações e do refúgio sob o prisma da saúde global

Uma vasta literatura acadêmica vem sendo dedicada à interface entre saúde global e mobilidade humana internacional. Um marco desta produção é o relatório da Comissão University College Londres (UCL)-Lancet sobre Migração e Saúde⁷⁹. Fez parte desta comissão o eminente sanitarista brasileiro Maurício Lima Barreto. Publicado quase simultaneamente com os novos pactos já citados, ao final de 2018, este documento oferece uma crítica fundamentada e incisiva da governança global da mobilidade humana, que infelizmente não se modificou desde então. A mais importante característica deste relatório é que ele não apresenta a mobilidade humana como uma ameaça ou um problema para a comunidade internacional. Bem ao contrário, sustenta que os migrantes contribuem mais para a riqueza das sociedades do que o seu custo de acolhimento. O documento insta os Estados, agências multilaterais, organizações não-governamentais e sociedade civil a abordar a saúde dos migrantes de maneira positiva e eficaz, com liderança, responsabilidade e transparência. Sugere à ONU que designe um Enviado Especial (“Special Envoy on Migration and Health”) e que os governos nomeiem pontos focais nacionais para migração e saúde, facilitando assim a coordenação entre os dois níveis. Entre diversas outras propostas, clamam por maior destaque para os temas de saúde nos fóruns de alto nível sobre migração. Consideram que o racismo e o preconceito devem ser enfrentados com uma abordagem de “tolerância zero”, e que governantes têm a responsabilidade política, social e jurídica de se opor à xenofobia e ao racismo que alimentam o preconceito e a exclusão das populações migrantes. Defendem a sensibilização dos profissionais de saúde para o tema da mobilidade humana, por meio de cursos de formação contínua, entre outros. A cobertura universal de saúde precisa ser estendida às populações migrantes, independentemente da idade, sexo ou estatuto legal.

Em meio à farta produção científica recente sobre a temática relacionada à pandemia de covid-19 destacamos extensa revisão de literatura que conclui ter o advento da COVID-19 exposto falhas e perigos do sistema, particularmente no que diz respeito a três aspectos⁸⁰: (1) a vulnerabilidade dos migrantes e refugiados, pois suas necessidades de saúde foram frequentemente muito mal atendidas, geralmente os deixou em último lugar na fila de proteção, diagnóstico e tratamento da infecção; (2) a falta de inclusão de migrantes e refugiados nos serviços de saúde e programas de saúde pública, por sua vez, teria contribuído a expor a população em geral a riscos crescentes de novas ondas da pandemia; e (3) esta vulnerabilidade cruzada se estende muito além do setor de saúde, afetando elementos de segurança humana tanto para migrantes e refugiados quanto para a população em geral.

Como contribuição específica na interface com questões ambientais, registramos que em dezembro de 2021 dois pesquisadores da Universidade de Boston defenderam a

⁷⁸ ONU. Informe del Relator Especial sobre los derechos humanos de los migrantes, Felipe González Morales - Un año y medio después: el impacto de la COVID-19 en los derechos humanos de los migrantes. Julho de 2021 Disponível em <https://undocs.org/es/A/76/257>

⁷⁹ ABUBAKAR et al. UCL–Lancet Commission on Migration and Health. The UCL-Lancet Commission on Migration and Health: the health of a world on the move. The Lancet. vol. 392, n. 10164. 5 dez. 2018. Disponível em [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(18\)32114-7.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(18)32114-7.pdf)

⁸⁰ Matlin, Stephen A et al. COVID-19: Marking the Gaps in Migrant and Refugee Health in Some Massive Migration Areas. International journal of environmental research and public health vol. 18,23 12639. 30 Nov. 2021, doi:10.3390/ijerph182312639.

necessidade de utilização do enfoque “One Health” (“Saúde Única”) nos estudos sobre a saúde dos refugiados, em um comentário publicado pela revista Lancet⁸¹. Este enfoque é liderado pela OMS conjuntamente com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)⁸². De acordo com a “Saúde Única”, reconhece-se que a saúde humana está relacionada com a saúde dos animais e ambas as populações (homens e animais) afetam o ambiente em que coexistem, sendo igualmente afetados por ele⁸³. Ao sustentar a importância deste enfoque em matéria de mobilidade humana internacional, os citados pesquisadores argumentam que os refugiados são particularmente vulneráveis aos efeitos do desmatamento e ao contato com as zoonoses, o que deve ser considerado em especial no que se refere à prevenção de doenças infecciosas emergentes e reemergentes.

Principais relatórios publicados no período coberto pelo informe

Em dezembro de 2021, a OIM lançou sua mais importante publicação, de frequência bianual, o Informe sobre as Migrações Mundiais 2022 (“World Migration Report 2022”)⁸⁴, que procura expor e interpretar as tendências migratórias mais importantes do momento. O relatório revela um aumento expressivo dos deslocamentos internos (dentro de um mesmo país) causados por desastres naturais e conflitos armados, enquanto a mobilidade internacional ficou mais lenta em razão da pandemia de covid-19.

Quanto às viagens internacionais, o documento indica uma queda de 60% no número de passageiros aéreos, passando a 1,8 milhão em comparação aos 4,5 milhões registrados em 2019. Já os deslocamentos forçados (inclusive internos) passaram de 31,5 milhões em 2019 a 40,5 milhões em 2020. Um resumo das estatísticas trazidas pelo relatório pode ser observado na figura 1.

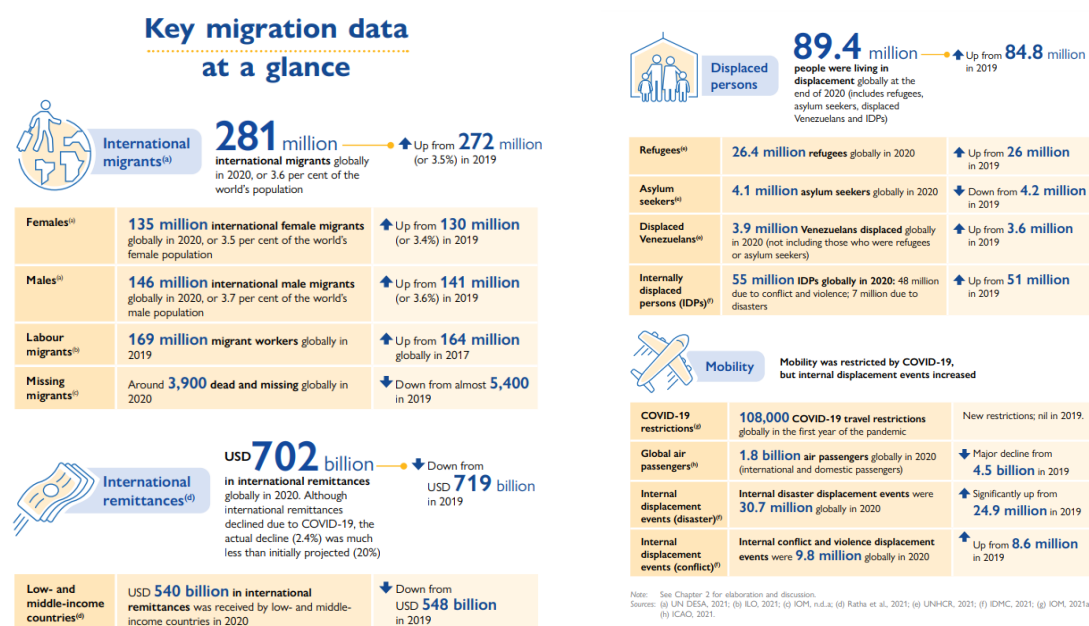
⁸¹ SUTRADHAR, Indorica e ZAMAN, Muhammad. One Health approaches to improve refugee health. Lancet Glob Health. 2021 Dec;9(12):e1646-e1647. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(21\)00416-2](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(21)00416-2)

⁸² Ver nota conjunta de 1º de dezembro de 2021: FAO, OIE, WHO e PNUMA. Joint Tripartite (FAO, OIE, WHO) and UNEP Statement Tripartite and UNEP support OHHLEP’s definition of “One Health”. Disponível em <https://www.fao.org/3/cb7869en/cb7869en.pdf>

⁸³ LIMONGI, Jean e OLIVEIRA Oliveira, Stefan (2020). COVID-19 e a abordagem One Health (Saúde Única): uma revisão sistemática. Vigilância Sanitaria Em Debate, 8(3), 139-149. Disponível em <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1610>

⁸⁴ OIM. World Migration Report 2022. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>

Quadro 1 – Síntese estatística do Relatório da OIM sobre as Migrações Mundiais em 2022



Fonte: OIM. World Migration Report 2022. Disponível em <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>

Segundo a OIM, as tendências de longo prazo até então previstas no campo das migrações foram profundamente modificadas pelo advento da pandemia. A covid-19 pode ter reduzido o número de migrantes internacionais em 2 milhões de pessoas. Uma das mais importantes contribuições do documento é trazer dados sobre as medidas restritivas de circulação adotadas no mundo em razão da pandemia, que teriam totalizado cerca de 108 mil apenas no primeiro ano da pandemia, das quais 25 mil estariam vigentes ainda em novembro de 2021. O documento traz ainda análises de fundo sobre temas específicos como a mudança climática, paz e desenvolvimento, tráfico de pessoas, impactos da covid-19, desinformação e inteligência artificial.

Sob o prisma da saúde, o trecho mais importante do relatório é o Capítulo 5, consagrado ao impacto da pandemia sobre a migração, apresentada como uma “grande perturbação” (“The Great Disrupter”). Focado no primeiro ano da pandemia, constata que além do próprio adoecimento, muitos migrantes foram atingidos pelas restrições de circulação, pelo desemprego e pela falta de mecanismos de proteção social, concluindo que a pandemia provocou o desamparo em grande escala das populações migrantes, incluindo a indignância, a detenção e situações de abuso.

Por outro lado, segundo a OIM, a pandemia tornou claro que normas amplamente aceitas, outrora consideradas “pedras angulares” da mobilidade internacional, podem ser rapidamente descartadas. A covid-19 também evidenciou as desigualdades profundamente arraigadas nas sociedades, pois os migrantes são em grande parte trabalhadores da linha de frente das atividades essenciais.

Finalmente, em dezembro de 2021 foi lançado o Relatório do Secretário Geral da ONU sobre o acompanhamento do já citado Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, adotado em 2018. O documento traz subsídios importantes para o Foro de Exame da Migração Internacional (FEMI), que ocorrerá em Nova Iorque entre 10 e 13 de maio de 2022, conforme a Resolução 73/326 da Assembleia Geral da ONU. Previsto pelo referido Pacto, trata-

se de uma reunião que ocorrerá a cada quatro anos, no mais alto nível político, para analisar os progressos realizados na implementação do Pacto, e identificar desafios existentes ou novos que dificultam sua aplicação.

O relatório destaca três âmbitos de atuação da ONU. O primeiro trata das possibilidades de dar novo impulso às sociedades inclusivas em relação aos migrantes, e como assegurar que os migrantes se integrem de forma mais efetiva às comunidades e às economias, sejam elas de destino, de trânsito, ou origem – e que eles não sejam definidos apenas por sua situação migratória. O segundo âmbito diz respeito a como seguir fomentando a migração regular por meio de vias diversificadas, oportunidades de regularização e reintegração sustentável, em um momento em que estão em pauta as repercussões da pandemia, os preparativos para os efeitos das mudanças climáticas e a evolução das sociedades e das economias nacionais. Por fim, o terceiro âmbito estaria relacionado à redução das vulnerabilidades que comprometem os direitos e o bem-estar dos migrantes, de suas famílias e das sociedades, inclusive as “tragédias” derivadas da migração irregular e precária, e as respostas a ambas.

O documento reconhece que a pandemia de covid-19 reconfigurou em muitos sentidos a migração internacional. As restrições de circulação alteraram profundamente a mecânica e as oportunidades de ingresso e permanência nos territórios dos países de destino, nas condições de trabalho e nas de retorno aos países de origem. No entanto, muitos destes problemas antecedem a pandemia, como a discriminação, a xenofobia, a desinformação e a estigmatização dos migrantes e das minorias associadas à migração, que continuam “virulentas”. Nestes ambientes, os migrantes são vilipendiados e considerados como ameaças.

Segundo a ONU, desde a adoção do Pacto a migração internacional continua sendo um fenômeno onipresente e de grande importância, o que a pandemia pôs em relevo, “para o bem e para o mal”. A população de migrantes foi uma das mais afetadas, seja pelo maior risco de ser infectada pela covid-19, seja pelo acesso restrito ou inexistente a serviços de saúde e proteção social, pela perda de emprego, discriminação, prolongadas separações familiares, falta de acesso à aprendizagem remota, e ainda aos retornos inseguros ou em condições indignas aos países de origem. Em compensação, alguns Estados interromperam os processos de deportação e providenciaram alternativas à detenção de imigrantes.

A Secretaria Geral traz no relatório diversos exemplos bem-sucedidos de iniciativas nacionais de implementação do Pacto, que ensejaram a criação de mais de 50 redes nacionais compostas, em mais de um terço, por pessoal da ONU. Entre as realizações da Rede está a criação de um fundo que seria o primeiro instrumento de financiamento interinstitucional da ONU para as migrações, que é presidido pelo Diretor Geral da OIM. Até o final de novembro de 2021, 12 programas conjuntos foram financiados por este fundo. O relatório é concluído com recomendações aos Estados e o reconhecimento de que os direitos humanos dos migrantes, a prosperidade e o bem-estar das comunidades devem estar no centro de todas as ações do sistema onusiano.

Considerações finais: Perspectivas da interface entre saúde global e mobilidade humana

As agências internacionais enfrentam resistências crescentes em matéria de implementação dos pactos firmados em 2018, cujas ambições já eram modestas mesmo quando de sua adoção. Focados em uma gestão mais eficiente dos deslocamentos, eles jamais afirmaram um direito à migração, tampouco enfrentaram as causas dos principais fluxos migratórios que notoriamente se desenrolam em condições desumanas, sob os olhos de uma opinião pública mundial indiferente.

Retomando os dois planos de repercussão da pandemia de covid-19 sobre o tema, constatamos que, quanto às restrições de mobilidade humana, a adoção de diferentes formas de “passaportes vacinais” como requisito de entrada em diversos países é potencialmente nociva, considerando a assimetria global de acesso às vacinas, que já foi referida como um “apartheid sanitário” pela própria Direção Geral da OMS. Quanto à repercussão desproporcional da covid-19 sobre os migrantes e refugiados, demonstrada por uma vasta literatura baseada em evidências científicas⁸⁵, após dois anos de pandemia o que se constata é a ausência de políticas públicas de saúde específicas para minimizar este impacto na maior parte dos Estados. Ao contrário, crescem a estigmatização e as denúncias de violação de direitos de migrantes e refugiados em razão da crise sanitária.

⁸⁵ Ver, por exemplo, entre muitos outros, Kluge H.H.P., Jakab Z., Bartovic J., D’Anna V., Severoni S. Refugee and migrant health in the COVID-19 response. *Lancet*. 2020;395:1237–1239; Greenaway C., Hargreaves S., Barkati S., Coyle C.M., Gobbi F., Veizis A., Douglas P. COVID-19: Exposing and addressing health disparities among ethnic minorities and migrants. *J. Travel Med.* 2020;27:taaa113. doi: 10.1093/jtm/taaa113; e Hargreaves S., Kumar B.N., McKee M., Jones L., Veizis A. Europe’s migrant containment policies threaten the response to COVID-19. *BMJ*. 2020;368:m1213. doi: 10.1136/bmj.m1213.

Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescentes: O Brasil e os desafios e as soluções globais

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes, Maria Teresa Rossetti Massari, Marcos Augusto Bastos Dias, Livia Almeida de Menezes e Tom Meirelles

O Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), definido como órgão auxiliar do Ministério da Saúde, atua no desenvolvimento, na coordenação e na avaliação das ações integradas para a saúde da mulher, da criança e do adolescente no Brasil, tendo como atribuições:

- assessorar o Ministério da Saúde no planejamento, organização, coordenação, supervisão e avaliação de planos, programas, projetos e atividades, em âmbito nacional, relacionados à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento de agravos na área de saúde da mulher, da criança e do adolescente;
- gerar e difundir conhecimento para a implantação de políticas e programas de saúde inerentes às suas atividades, baseados no cenário demográfico e epidemiológico e na melhor evidência científica disponível;
- planejar, coordenar e realizar pesquisa clínica, básica, aplicada, biomédica e em ciências sociais em saúde sobre desenvolvimento, avaliação, incorporação e difusão de tecnologias e serviços no campo da saúde da mulher, da criança e do adolescente;
- formar profissionais para o Sistema Único de Saúde para qualificação da gestão e atenção à saúde da mulher, da criança e do adolescente; e
- coordenar redes colaborativas nacionais e internacionais na área de saúde da mulher, da criança e do adolescente e desenvolver atividades assistenciais de referência no âmbito do Sistema Único de Saúde de modo integrado ao Sistema Nacional de Inovação em Saúde.

No contexto do papel nacional do IFF, a disseminação do conhecimento para a melhoria de práticas clínicas e de gestão de redes de atenção tem sido uma prioridade nas ações institucionais. Dentre as estratégias para disseminação de conhecimento destacamos o Portal de Boas Práticas (<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/>) com mais de 4 milhões de usuários de todo o país. Considerando o impacto dos desafios e soluções globais sobre a saúde e a vida de mulheres, crianças e adolescentes brasileiros, a esse esforço somamos, agora, a divulgação bimensal de uma síntese sobre esses temas encontrados nos informes, relatórios e publicações de agências internacionais como United Nations Population Fund - UNFPA, United Nations Women – UN Women, World Health Organization - WHO e United Nations International Children's Emergency Fund - UNICEF. Esse informe abrange o período dezembro de 2021 a janeiro de 2022 e apresenta os destaques selecionados por uma equipe de pesquisadores com atuação nas Ações Nacionais e de Cooperação do Instituto, diante de sua relevância para a qualidade de vida e morbimortalidade de mulheres, crianças e adolescentes.

United Nations Population Fund (UNFPA)

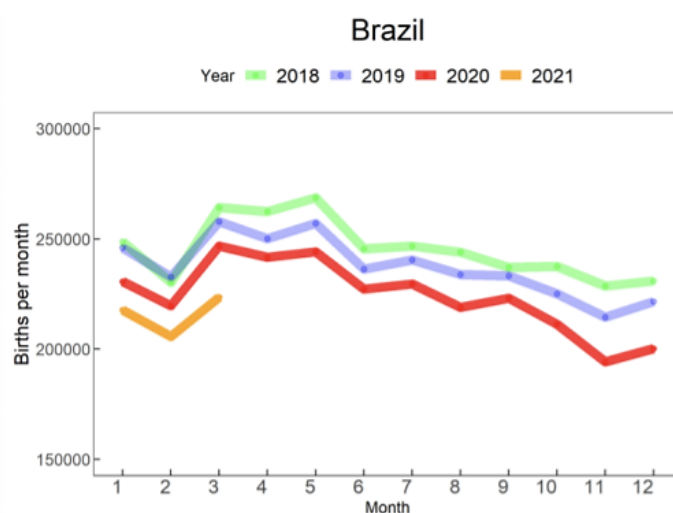
“Como a Pandemia vai afetar os nascimentos?”

A UNFPA lançou, em 22/12/21 uma publicação sobre os **Impactos da Pandemia na Fertilidade**. Assim como na época da epidemia de Zika, no Brasil, as mulheres/casais estão revendo seu planejamento reprodutivo e adiando temporariamente os planos de uma gestação. Em um fenômeno também verificado nos países europeus as incertezas provocadas pela pandemia da Covid19 provocaram uma queda da taxa de natalidade. No Brasil estima-se que no ano de 2020 ocorreram cerca de 300.000 nascimentos a menos do que o esperado. Segundo estimativas do IBGE, no país associado à queda do número de nascimentos houve um aumento

do número de mortos o que reduziu o crescimento populacional em cerca de 415 mil pessoas em 2020. Com o avanço da pandemia ao longo do ano de 2021 a queda no número de nascimentos no Brasil deve se repetir. (Para consultar a referência, [clique aqui](#)).

Os principais pontos abordados no documento foram:

- Com base em dados disponíveis até o momento, não há sinais de aumentos ou diminuições dramáticas na fertilidade devido à Pandemia de Covid-19. Efeitos de curto prazo foram observados em uma série de países desenvolvidos, mas estes reverteram os níveis e tendências pré-pandemia logo em seguida. Dados de países de baixa e média renda sugerem semelhanças com os de países desenvolvidos. Dados de nascimento dos países menos desenvolvidos permanecem tão incompletos que não há conclusões que podem ser tiradas sobre o impacto da Covid-19 nos nascimentos.
- O declínio de curto prazo nos nascimentos observado em muitos países é consistente com outras crises históricas, como a Grande Depressão ou a crise econômica de 2008, quando a insegurança econômica e incerteza sobre o futuro levaram a declínios temporários na fertilidade. No caso do COVID-19, esses declínios foram mais curtos do que em crises anteriores.
- A escassez de dados de registro civil nos países menos desenvolvidos, especialmente no continente africano, significa que esses governos carecem de projeções populacionais sólidas, e meios limitados para planejar o desenvolvimento a nível local.
- O Brasil aparece no grupo de países com tendências estáveis nos nascimentos, junto com Colômbia, Irã, Cuba, Geórgia e Mongólia, sem impacto evidente da pandemia de Covid-19. Observa-se que o número de nascimentos vem caindo consistentemente cada ano, com padrões sazonais consistentes nos últimos quatro anos (2018-2021).



Fonte: UNFPA, 2021.

Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

“Plano Estratégico UNFPA 2022-2025”

Outro documento relevante na perspectiva da saúde de mulheres, crianças e adolescentes é o plano estratégico lançado pela UNFPA, em janeiro de 2022, apontando para três resultados potencialmente transformadores diante das necessidades não atendidas:

planejamento familiar; acabar com as mortes maternas evitáveis; e acabar com a violência de gênero e práticas nocivas.

O documento ainda aponta que, embora os objetivos do plano de 2018-2021 sejam os mesmos, as estratégias utilizadas para alcançar os resultados estão mudando. Ele considera que há seis caminhos a serem percorridos e considerados neste momento: cenário político, qualidade no atendimento dos serviços, gênero e normas sociais, mudanças e dados sobre as populações, ação humanitária e adolescentes e jovens.

Como saídas para alcançar os resultados esperados nos próximos anos estão

- Abordagens transformadoras pautadas em direitos humanos e gênero
- Inovação e digitalização
- Parcerias Sul-Sul de cooperação e financiamento
- Uso de dados e evidências
- Não deixar ninguém para trás, mas buscar pelo último primeiro
- Resiliência e adaptação, buscando cooperação entre desenvolvimento, atenção humanitária e esforços para alcançar a paz.

Para acompanhar o desenvolvimento das estratégias, o Plano ainda propõe aprimorar indicadores de monitoramento para acompanhar e acelerar o progresso dos três objetivos principais, considerando stakeholders e fatores que podem representar riscos ao desenvolvimento dos programas.

Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

ONU-Mulheres

“Plano Estratégico ONU Mulheres 2022-2025”

Em uma época na qual o progresso global dos objetivos sustentáveis do milênio pela equidade de gênero já se encontra comprometido, as autoridades mundiais tem ressaltado o impacto negativo da pandemia de Covid19 no avanço dos esforços para empoderar mulheres e meninas. Nesse contexto, a ONU-MULHERES acaba de desenvolver um plano estratégico para os próximos 4 anos (2022-2025) com vistas a viabilizar que as metas do desenvolvimento sustentável possam ser atingidas até o prazo final em 2030.

O Plano está ancorado, dentre outros marcos, da luta pela equidade de gênero, na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres, paz e segurança. Esse planejamento contribui para a implementação atenta as questões de gênero da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bem como os compromissos com a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres feitos em outros instrumentos e resoluções relevantes da ONU.

Os principais pontos do plano estão sintetizados abaixo:

Dada a natureza interconectada dos desafios globais, a ONU Mulheres se concentrará em abordagens integradas com sete resultados sistêmicos para abordar as causas da desigualdade e afetar a mudança de sistemas mais amplos, em suas áreas de foco temático:

- governança e participação na vida pública;
- empoderamento econômico das mulheres;

- acabar com a violência contra mulheres e meninas; e
- mulheres, paz e segurança, ação humanitária e redução do risco de desastres.

Figure 1: Proposed results structure of the Strategic Plan 2022-2025 IRRF



Fonte: Plano Estratégico ONU Mulheres 2022-2025

Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde (OMS)

A OMS publicou um importante relatório da situação global sobre o **Enfrentamento da Violência Contra a Mulher nas Políticas de Saúde e Multissetoriais**. O objetivo deste relatório é apresentar uma avaliação do grau em que as políticas dos países se alinham com as recomendações da OMS, estratégias baseadas em evidências e com as normas e padrões internacionais relacionados aos direitos humanos e igualdade de gênero.

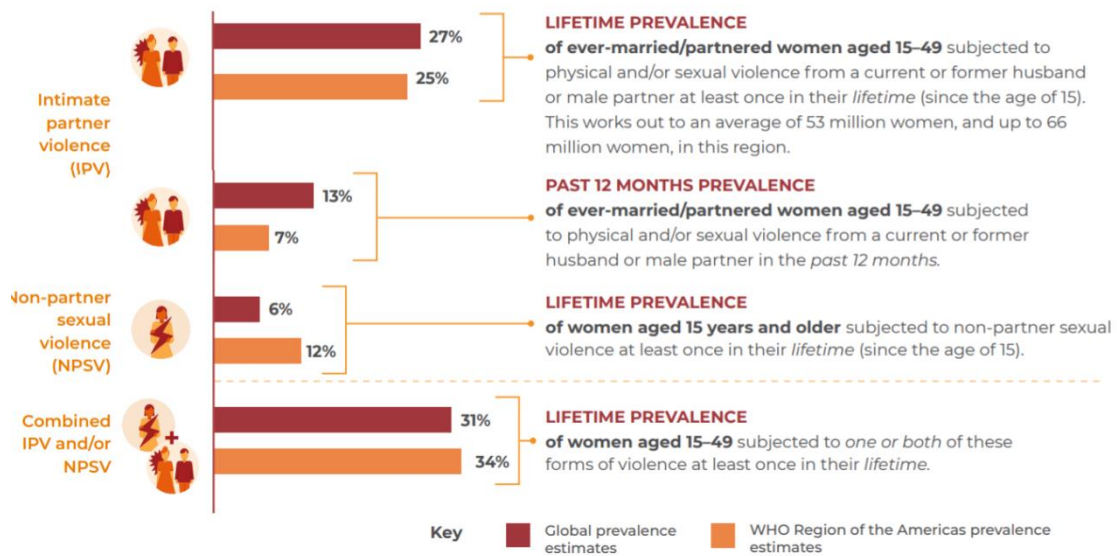
Esse relatório cresce em importância uma vez que uma das consequências secundárias mais preocupantes da pandemia do Sars-Cov-2 é o aumento da violência contra as mulheres, que segundo o diretor da OMS é “endêmica em todos os países e culturas, mas que ao contrário da Covid19 não pode ser interrompida pela vacina”.

Estimativas globais publicadas pela OMS indicam que aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida, o que representa cerca de 736 milhões de mulheres. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública no Brasil 4,3 milhões de mulheres brasileiras de 16 anos ou mais (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Isso significa dizer que a cada minuto, 8 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. (Para consultar a referência, [clique aqui](#)).

São questões críticas:

A violência contra as mulheres é uma crise sanitária global, de proporções pandêmicas. Tem graves consequências sociais e econômicas para países e sociedades. Dados coletados de 2000 a 2018. Consideram que este número é ainda maior.

2018 GLOBAL AND REGION OF THE AMERICAS INTIMATE PARTNER VIOLENCE AND NON-PARTNER SEXUAL VIOLENCE ESTIMATES



Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2021.

Ação urgente é necessária:

Políticas e leis - Instituir e implementar leis e regulamentos que promovam a igualdade de gênero (por exemplo, acesso equitativo de meninas e mulheres ao ensino médio educação, emprego remunerado e propriedade/direitos de herança, bem como leis para lidar com a violência contra as mulheres).

Dados – Fortalecer a coleta, o relatório e o uso de dados. Investir em pesquisas de alta qualidade sobre violência contra mulheres e melhorar a medição das diferentes formas de violência as quais as mulheres são submetidas.

Prevenção – Apoiar e ampliar a nacionalização e programas e estratégias baseados em prevenção da violência. Promover e apoiar os esforços de organizações comunitárias e de mulheres para acabar com violência contra a mulher.

Serviços – Ampliar o acesso à serviços de qualidade centrados em mulheres afetadas por violência e seus filhos, por meio da capacitação de prestadores de serviços em todos os setores (saúde, judiciário, educação, social), inclusive em crises humanitárias. Fortalecer respostas multissetoriais conjuntas para melhores responder e prevenir a violência contra as mulheres.

Apoio – Capacitar e investir na autonomia de organizações de direitos das mulheres para aplicar seus conhecimentos no enfrentamento da violência contra a mulher e orientar tomada de decisão na programação e na formulação de políticas.

Sociedade – Erradicar normas e atitudes que discrimine mulheres e meninas, especialmente sobre a aceitação da violência contra mulheres, inclusive por meio de programas e intervenções nas escolas e na comunidade.

Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

Outros temas e publicações de interesse para a Saúde da Mulher alvo de novas publicação da Organização Mundial da Saúde (OMS):

Recomendações da OMS para Prevenção da Pré-Eclâmpsia

No esforço contínuo para a redução global da mortalidade materna a OMS publicou uma atualização das recomendações sobre a **prevenção da pré-eclâmpsia**, uma das principais complicações obstétricas responsáveis pelas mortes de mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal. O público-alvo principal desta recomendação inclui profissionais de saúde responsáveis pelo desenvolvimento de protocolos de saúde nacionais e locais (particularmente aqueles relacionados à pré-eclâmpsia e eclâmpsia e nutrição para mulheres não grávidas e grávidas e meninas adolescentes) e aqueles que prestam assistência direta às mulheres grávidas e seus recém-nascidos, incluindo parteiras, enfermeiras, médicos generalistas, obstetras, gestores de programas de saúde materno-infantil e pessoal relevante nos ministérios da saúde, em todos os contextos.

Visa ajudar a aumentar a capacidade dos países para responder às suas necessidades de intervenções antes e/ou no início da gravidez para prevenir o risco de pré-eclâmpsia durante a gravidez e priorizar ações essenciais nas políticas, estratégias e planos nacionais de saúde.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

Curso de atualização: Aconselhamento alimentar de lactentes e crianças pequenas: um curso integrado (OMS, 2ª ed, 8 módulos). Para acessar o curso completo, [clique aqui](#).

Guideline: Triagem e tratamento de lesões pré-cancerosas do colo do útero para prevenção do câncer do colo do útero, segundo uso de testes de mRNA para papilomavírus humano (HPV). Para acessar o guia completo, [clique aqui](#).

UN Women - Artigo: 16 momentos definidores para igualdade de gênero em 2021 Para acessar artigo completo, [clique aqui](#).

United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF)

Prevenir uma década perdida: ação urgente para reverter o impacto devastador do COVID-19 em crianças e jovens

O início da pandemia de COVID-19 foi marcado por incertezas em relação ao o papel da criança e do adolescente na transmissibilidade da doença. Da mesma forma, os relatos iniciais e os estudos realizados nos países do hemisfério norte não apontavam para riscos elevados de doença grave nesse grupo. Entretanto os alertas sobre as consequências da pandemia de COVID-19 sobre a saúde de crianças e adolescentes no Brasil e outros países logo se fizeram presentes. As consequências incluíram impacto negativo maior do que o que vinha sendo relatado em países da Europa e América do Norte. Alguns fatores foram considerados e se mantem como relevantes em relação ao maior risco de morbimortalidade e de aumento de vulnerabilidade de crianças e adolescente: (a) a composição demográfica da população brasileira com alto número de crianças e adolescentes incluindo grupos de maior risco em função de comorbidades com controle insuficiente; (b) desafios no acesso e qualidade do cuidado na Atenção Primária à Saúde; (c) desafios no acesso e qualidade do cuidado pediátrico de maior complexidade, particularmente em tempos de grande pressão no sistema hospitalar, levando, inclusive, à desativação de leitos pediátricos, (d) desafios no acesso e qualidade das estruturas educacionais considerando tanto a educação mediada por tecnologia quanto as necessidades impostas ao retorno das atividades presenciais e (e) o aumento da vulnerabilidade social e pobreza. O fortalecimento da capacidade de atenção à saúde da criança e adolescente no âmbito do

Sistema Único de Saúde (SUS) articulado a outras políticas de proteção social deve ser a prioridade central no país.

O lançamento do documento **COVID-19 e Saúde da Criança e do Adolescente, elaborado por pesquisadores e especialistas do IFF**, em 2020 com uma segunda edição em 2021, foi uma das estratégias voltadas para o enfrentamento do impacto da pandemia sobre a saúde de crianças e adolescentes e incluiu subsídios para a abordagem dos aspectos clínicos e epidemiológicos da doença; as questões referentes à imunização; seu impacto no cuidado clínico e cirúrgico de condições neonatais e pediátricas em perspectiva integral – das internações ao cuidado ambulatorial e domiciliar; as limitações impostas pela pandemia nas atividades lúdicas e suas repercussões presentes e futuras na saúde mental; as desigualdades sociais e o papel das políticas públicas nesse contexto; os aspectos nutricionais e a atividade física em tempos de COVID-19 e também os desafios no campo da pesquisa para a obtenção de respostas sobre os mecanismos de transmissão, prevenção e tratamento da doença.

No documento **“Prevenir uma década perdida: ação urgente para reverter o impacto devastador do COVID-19 em crianças e jovens”**, lançado pela UNICEF, em dezembro de 2021, encontramos, mais uma vez, uma convocação para maior atenção às consequências da pandemia na vida das crianças. O documento levanta alguns pontos que devem orientar o planejamento e as decisões de equipes e gestores de políticas públicas:

A COVID-19 é a maior crise para crianças nos 75 anos de história do UNICEF, revertendo o progresso duramente conquistado. Sem ação, o mundo enfrenta uma década perdida para as crianças, tornando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável um sonho impossível.

Em menos de dois anos, mais 100 milhões de crianças caíram na pobreza, um aumento de 10% desde 2019.

Em um cenário de melhor caso baseado em tendências passadas, levará de sete a oito anos para se recuperar e retornar aos níveis de pobreza infantil pré-COVID.

A profunda disparidade na recuperação da pandemia está aumentando a distância entre os países mais ricos e os mais pobres. Enquanto os países mais ricos estão se recuperando, os países mais pobres estão sobrecarregados com dívidas e os ganhos de desenvolvimento estão ficando para trás. A taxa de pobreza continua a aumentar nos países de baixa renda e nos países menos desenvolvidos.

O perigo: Para que o melhor cenário se torne realidade, devemos agir agora. Mesmo antes da pandemia, cerca de 1 bilhão de crianças em todo o mundo e metade de todas as crianças em países em desenvolvimento sofriam pelo menos uma privação grave, sem acesso a níveis mínimos de educação, saúde, moradia, nutrição, saneamento ou água.

O mundo está numa encruzilhada. Devemos decidir proteger e expandir os ganhos conquistados pelos direitos da criança ao longo dos anos, ou sofrer as consequências do progresso reverso e uma década perdida para as crianças e jovens de hoje, que serão sentidas por todos nós, em todos os lugares.

Mas há esperança: longe de se sentirem impotentes diante do desafio, as crianças e jovens de hoje acolhem mudanças e desafios, avançando com resiliência e coragem. Em vez de se entregar a um futuro já determinado, eles estão agindo. A geração jovem de hoje está mais esperançosa e confiante de que o mundo está se tornando um lugar melhor.

As crises de hoje também apresentam uma janela de oportunidade única para o mundo se reimaginar – como justo, seguro e interdependente, no qual o potencial de cada criança tem a mesma chance de realização. Este não é um momento para ser cauteloso. Este é o momento de trabalharmos juntos e construirmos um futuro melhor.

O que deve acontecer: fazer com que nosso futuro coletivo: as crianças – sejam as primeiras na fila de investimentos e as últimas na fila de cortes. Para responder e recuperar e reimaginar o futuro de cada criança, o UNICEF está pedindo:

- Investir em proteção social, capital humano e gastos para uma recuperação inclusiva e resiliente;
- Acabar com a pandemia e reverter o retrocesso alarmante na saúde e nutrição infantil;
- Reconstruir (mais forte), garantindo educação de qualidade, proteção e boa saúde mental para todas as crianças;
- Construir resiliência para melhor prevenir, responder e proteger as crianças de crises

Para acessar o documento completo COVID-19 e Saúde da Criança e do Adolescente, [clique aqui](#).

Para acessar o relatório da UNICEF, [clique aqui](#).

Organização das Nações Unidas (ONU)

O Conselho de Direitos Humanos da ONU publicou seu **Relatório Anual sobre Violência Contra as Crianças**.

O documento resume os efeitos prejudiciais dos dois anos de pandemia, no que se refere à proteção e bem-estar das crianças. O relatório estabelece um caso baseado em evidências, centrado no investimento em serviços fortalecidos e integrados para crianças e seus cuidadores, destacando o papel fundamental das crianças como agentes de mudança. Com base nas lições aprendidas com a pandemia e outras crises em curso (incluindo conflitos, mudanças climáticas e desastres naturais), o relatório descreve como esses serviços integrados são essenciais para a garantia do direito das crianças à liberdade da violência e para acelerar implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tal investimento proporciona um alto retorno para as crianças, famílias e sociedade, em busca de um caminho para uma sociedade sustentável, justa, inclusiva e resiliente durante e após a pandemia.

O relatório ainda aponta possíveis rumos e pontos de atenção para um melhor investimento na proteção e bem-estar das crianças:

- Necessidade urgente: a violência contra as crianças aumentou e tornou-se menos visível;
- Importância de uma mudança de paradigma: de abordagens isoladas para abordagens fortalecidas e sistemas integrados;
- Investimento para a prevenção da violência;
- Maiores investimentos: são essenciais, viáveis e rentáveis.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Outros temas e publicações de interesse para a Saúde da Criança:

Artigo - 2021: Um ano marcado por conflitos, COVID e mudanças climáticas – crianças estão sofrendo por situações que elas não tem controle

Crise educacional induzida pelo COVID - Em setembro, o UNICEF anunciou que crianças em idade escolar em todo o mundo perderam cerca de 1,8 trilhão de horas (e aumentando) de

aprendizado presencial desde o início da pandemia de COVID-19 e bloqueios subsequentes. Como resultado, os jovens alunos foram excluídos de sua educação e de outros benefícios vitais que as escolas oferecem.

Equidade de vacinas – países ricos avançam no acesso às vacinas enquanto países em desenvolvimento são deixados para trás.

Crise climática = crise dos direitos das crianças - A medida que eventos climáticos extremos, como ciclones e ondas de calor, aumentam em frequência e ferocidade, eles ameaçam a vida das crianças e destroem infraestruturas críticas para seu bem-estar. As inundações comprometem as instalações de água e saneamento, levando a doenças como a cólera, às quais as crianças são particularmente vulneráveis.

Para acessar o artigo completo, [clique aqui](#).

Começar 2022 com esperança de restaurar a conexão entre solo-terra-água no desenvolvimento global de sistemas alimentares

Informe sobre as atividades da FAO e do Programa Mundial de Alimentos (PMI)

Denise Oliveira e Silva

O ano de 2022 se inicia na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO-ONU) e para o Programa Mundial de Alimentos (PMI) com ações, projetos e mensagens de esperança para a reversão da situação de insegurança alimentar e nutricional no mundo. As crises e as catástrofes humanitárias geradas por fatores climáticos e os conflitos armados são a base de ações destas Organizações neste começo de ano.

A degradação dos solos e dos oceanos foi apresentada no Fórum Global para Alimentação e Agricultura pelo Diretor-Geral da FAO, Qu Dongyu, em evento que ocorre em Berlim todos os anos e que contou com a participação de mais de 70 ministros da agricultura de todo o mundo. Nesta oportunidade ele apontou que “até 95% da produção global de alimentos depende do solo. Mas que as práticas agrícolas estão insustentáveis devido a superexploração dos recursos naturais e o crescente aumento populacional”.

Este processo afeta um terço do solo e a erosão do planeta e pode contribuir para perda de 10% na produção agrícola até 2050. A reversão do modelo de desenvolvimento dos sistemas alimentares contemporâneos hegemônicos, baseados na mercantilização da produção e do consumo de alimentos em massa pela maximização do lucro está em disputa. A resiliência de sistemas alimentares familiares e tradicionais que alimentam o mundo sem usar agroquímicos é priorizada como estratégia para a reversão da degradação dos solos e oceanos do planeta.

Em 20 de janeiro, a FAO lançou a nova política de dados que facilitará acesso de forma ampla a pesquisadores, jornalistas, acadêmicos (<https://www.fao.org/3/ca7570en/ca7570en.pdf>).

Lançou também seis publicações sobre perda e desperdício de alimentos por ano, país, mercadoria, estágio da cadeia de valor:

O Estado da Alimentação e da Agricultura 2021: Tornando os sistemas agroalimentares mais resilientes a choques e tensões (<https://www.fao.org/3/CB4476EN/online/CB4476EN.html>)

O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2021: Transformando os sistemas alimentares para a segurança alimentar, melhor nutrição e alimentação saudável acessível para todas as pessoas (<https://www.fao.org/3/cb4474en/online/cb4474en.html>)

Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras: documento de referência (<https://www.fao.org/3/cb2395en/online/cb2395en.html>)

Revisão científica do impacto das mudanças climáticas nas pragas de plantas (<https://www.fao.org/3/cb4769en/online/cb4769en.html>)

O Estado da Terra e dos Recursos Hídricos para Alimentação e Agricultura 2021: Sistemas em um ponto de ruptura (SOLAW 2021) (<https://www.fao.org/3/cb7654en/online/cb7654en.html>)

Avaliação global da poluição do solo (<https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4894en>)

Em janeiro ocorreram a trigésima sexta sessão dos Oficiais Superiores da Conferência Regional para o Oriente Próximo, entre 10 a 13 de janeiro, em Bagdá, e a quadragésima segunda reunião da Comissão Europeia de Agricultura (ECA), em Budapeste, Hungria, de 19 a 21 de janeiro.

Neste início de ano o Programa Mundial de Alimentação (PMI) atuou com ajuda humanitária alimentar em catástrofes ambientais: o tufão RAI nas Filipinas, e a erupção do vulcão submarino Hunga Tonga Hunga Ha-apai, no Pacífico. Como também na assistência alimentar a famílias que vivem conflitos intercomunitários e refugiadas na Etiópia e no Afeganistão.

O PMI e a FAO lançaram “Alertas antecipados da FAO-WFP sobre a insegurança alimentar aguda dos *hotspots* de fome - Perspectivas de fevereiro a maio de 2022” (https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000136243/download/?_ga=2.60018029.1165898984.1643536386-548313026.1643031442&_gac=1.182998228.1643626956.Cj0KCQiArt6PBhCoARIsAMF5wai07U5RAQCWI3Ed4EKiFt2XiGJDKPObToFCAqZZtDGL9P2Ah4ISMoaAj8dEALw_wcB).

Nesta publicação são apontadas que a insegurança alimentar piorará em 20 países entre fevereiro a maio de 2022, o que determina a preparação de estratégias de ação de emergência humanitária. Com destaque para Etiópia, Nigéria, Sudão do Sul e Iêmen para evitar a fome e a morte nestes países.

No Brasil os reflexos de ações da FAO podem ser observados em projetos de fortalecimento da biodiversidade na Amazônia onde é desenvolvido o projeto “Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)”, que visa fortalecer territórios e suas comunidades para conservação da biodiversidade. Desenvolve-se em comunidades locais para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável, conservação da biodiversidade e manutenção dos estoques de carbono em mais de 20 territórios entre terras indígenas, unidades de conservação e territórios produtivos. A estratégia é a associação nestes territórios com sistemas agroecológicos (<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1470301/>).

As ações da FAO e do PMI atuam sobre a perspectiva de aumento da produção de alimentos de sistemas alimentares de grandes corporações que devem aumentar em 85% até o final da década. Mas que desafortunadamente contribuem para a insegurança alimentar e nutricional que afetou mais de 267 milhões de pessoas em 2020 na América Latina e no Caribe, 60 milhões a mais que no ano anterior e tende a piorar.

Nos discursos dos CEOs destas duas agências internacionais é recomendado a importância dos fatores climáticos como eixo de encontro dos trilhos de desenvolvimento, que associem avanços econômicos, com melhores condições de saúde, alimentação e nutrição de povos e nações, em harmonia com o ciclo vital do planeta.

O advento da pandemia COVID-19, segundo o Diretor Executivo do PMI, David Beasley se expressou como efeito dominó, sendo devastador para a economia global e determinou o aumento da fome. Com o alto preço e desperdício de alimentos que, junto à violência devido os conflitos armados e as catástrofes climáticas em países da África Subsaariana e da Ásia Central e Meridional, estimulou a migração e a imigração forçada de inúmeros povos em busca de melhores condições de vida.

A esperança para começarmos este novo ano, apontada pela FAO e o PMI, deve priorizar mais investimentos para a adoção de práticas sustentáveis de manejo do solo pela segurança fundiária para a proteção de terras agrícolas. Restaurar a conexão entre solo-terra-água no desenvolvimento de sistemas alimentares para colocar o desenvolvimento nos trilhos do bem-estar de comunhão entre o planeta e aos seres humanos. São propostas inúmeras ações de enfrentamento da poluição gerenciamento sustentável do solo pela busca de inovação e soluções sustentáveis junto aos agricultores e agricultoras como agentes prioritários de mudança.

A perspectiva de esperança está na resiliência dos pequenos agricultores que produzem cerca de um terço dos alimentos do mundo. Estes abnegados agricultores e agricultoras são os agentes de mudança para a promoção da soberania e a segurança alimentar pelo seu trabalho resiliente diário para produzir a nossa comida, garantindo que alimentos seguros e nutritivos. Os sistemas alimentares familiares e tradicionais que diariamente trabalham para produzir e disponibilizar a nossa comida seja, numa comunidade, numa cidade, numa província, país ou nação são a chave de esperança para a humanidade ter alimentos adequados e saudáveis e que estejam disponíveis para todas as pessoas.

Temos que iniciar este ano trilhando os caminhos propostos pelos ideários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de inclusão e de não discriminação baseada nos Direitos Humanos para garantir a igualdade entre todos do planeta. Em que a necessidade de investimentos de países e agencias internacionais na abordagem das causas e impactos da degradação do solo devido a erosão, poluição e salinização, e a posse da terra ameaçada por interesses de grandes corporações da indústria alimentar deve representar os desafios a serem superados.

O Diretor da FAO assumiu que a entidade ajudará e facilitará a implementação do manejo sustentável do solo em todos os níveis para uma melhor produção, melhor nutrição, um ambiente melhor e uma vida melhor para todos, sem deixar ninguém para trás. ”, disse Dongyu.

Para isto, são necessárias ações que percorram caminhos que tragam ações baseadas em experiências resilientes de produção de alimentos oriunda de solos vivos e biodiversos. Em que a busca pela produção e consumo de alimentos nutritivos e seguros deve fazer parte de modelos de gestão e a governança que reúna governos e sociedade. Com investimento forte e potente para a adoção de práticas de revitalização dos solos e de segurança fundiária para enfrentar a crise climática em busca de caminhos sustentáveis para a reversão de sistemas alimentares contemporâneos.

Restaurar as conexão solo-terra-água para o desenvolvimento global de sistemas alimentares é assumir a reconciliação necessária com os valores éticos de desenvolvimento humano por meio do vínculo ser humano e natureza como Direito amplo e irrestrito a Vida de todos os seres vivos do Planeta Terra.

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Nos meses de dezembro de 2021 a janeiro de 2022, as instituições financeiras multilaterais mostraram o seu compromisso para mitigar os efeitos negativos da pandemia nos países, com o FMI promovendo uma revisão aos limites de acesso dos seus mecanismos flexibilizados, o Banco Mundial e o levantamento de recursos para os países mais pobres e o BID com projetos no setor da saúde, amparados pela agenda “Visão 2025”.

Fundo Monetário Internacional – FMI

Revisão de modificações temporárias nos limites de acesso do fundo em resposta à pandemia COVID-19

Para enfrentar a pandemia, o FMI fez várias modificações nos limites de acesso ao uso dos recursos do Fundo para aumentar o espaço de empréstimo sob os limites rígidos do financiamento emergencial. Em dezembro de 2021, o FMI aprovou prorrogações de 18 meses (até o final de junho de 2023) dos aumentos temporários aos limites cumulativos de acesso sob seus instrumentos de financiamento de emergência, ou seja, a janela regular do Instrumento de Financiamento Rápido (*Rapid Financing Instrument-RFI*, em inglês), a janela de choque exógeno da Facilidade de Crédito Rápido (*Rapid Credit Facility-RCF*, em inglês) e as janelas de Grande Desastre Natural (*Large Natural Disaster – LND*, em inglês) da RFI e do RCF.

Com essa ação, o Fundo permitiu que todos os outros limites de acesso que foram temporariamente aumentados retornassem aos níveis de pré-pandemia a partir de 1º de janeiro de 2022, segundo a informação oficial.

Para maiores informações: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/12/23/pr21403-imf-executive-board-approves-temporary-extension-of-cumulative-access-limits>

Banco Mundial

Custos dos serviços de saúde aos mais pobres

Novas evidências compiladas pelo **BM** e pela **Organização Mundial da Saúde (OMS)** mostram que a pandemia COVID-19 provavelmente interromperá duas décadas de progresso global em direção à Cobertura Universal de Saúde. As organizações também revelaram que mais de meio bilhão de pessoas estão sendo empurradas para a pobreza extrema porque têm que pagar pelos serviços de saúde do próprio bolso. As informações estão contidas em [dois relatórios complementares](#), lançados no **Universal Health Coverage Day**, destacando o impacto negativo que a COVID -19 trouxe para a vida das pessoas no acesso aos serviços de saúde.

Como se sabe, em 2020, a pandemia interrompeu os serviços de saúde e colapsou os sistemas de saúde dos países além de seus limites, enquanto lutavam para lidar com o impacto da COVID-19. Como resultado, por exemplo, a cobertura vacinal caiu pela primeira vez em dez anos, e as mortes por tuberculose e malária aumentaram.

Os grupos mais pobres e aqueles que vivem em áreas rurais são os menos capazes de obter serviços de saúde, e os menos propensos a lidar com as consequências de pagá-los. Até 90% de todas as famílias que incorrem em empobrecimento já estão dentro ou abaixo da linha de pobreza - ressaltando a necessidade de isentar as pessoas pobres dos gastos com saúde,

apoiando tais medidas com políticas de financiamento à saúde que permitem que boas intenções sejam realizadas na prática.

Além da priorização de serviços para populações pobres e vulneráveis, apoiadas por meio de gastos públicos direcionados e políticas que protejam os indivíduos de dificuldades financeiras, também será fundamental melhorar a coleta, pontualidade e desagregação de dados sobre acesso, cobertura de serviços, gastos com saúde fora do bolso e despesas totais. Somente quando os países têm uma imagem precisa da forma como seu sistema de saúde está se saindo, eles podem efetivamente direcionar ações para melhorar a maneira como atende às necessidades de todas as pessoas.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/12/more-than-half-a-billion-people-pushed-into-extreme-poverty-due-to-health-care-costs>

Comunidade global e o levantamento de recursos para os países mais pobres

Em dezembro, o **BM** anunciou um pacote de reabastecimento de US\$ 93 bilhões da [Associação Internacional de Desenvolvimento – IDA \(*International Development Association, em inglês*\)](#) para ajudar os países de baixa renda a responder à crise da COVID-19 e construir um futuro mais verde, mais resiliente e inclusivo. O financiamento reúne US\$ 23,5 bilhões em contribuições de 48 países de alta e média renda com financiamento levantado no mercado de capitais, reembolsos e contribuições próprias do Banco.

O pacote de financiamento, acordado durante uma reunião de dois dias organizada virtualmente pelo **Japão**, é o maior já mobilizado na história de 61 anos da **IDA**. O modelo único de alavancagem da **IDA** permite que ele obtenha maior valor a partir de recursos de doadores – cada US\$ 1 que os doadores contribuem para o IDA é agora alavancado em quase US\$ 4 de apoio financeiro para os países mais pobres.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/15/global-community-steps-up-with-93-billion-support-package-to-boost-resilient-recovery-in-world-s-poorest-countries>

Força-Tarefa de líderes multilaterais sobre a escala de ferramentas COVID-19: "Das Vacinas às Vacinas"

Em dezembro de 2021, os chefes do **BM**, **FMI**, da **OMS** e da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** realizaram consultas de alto nível com **GAVI** e **UNICEF** com o objetivo de aumentar o uso de vacinas COVID-19 e outras medidas médicas críticas em países de baixa renda e de baixa renda média, apoiando-os a estarem mais preparados para a implementação das vacinas.

De acordo com os chefes das organizações, os países de baixa renda e de baixa renda média estão enfrentando sérios desafios na implantação e na aplicação de vacinas. Durante a reunião, os líderes ressaltaram que para enfrentar os desafios, os governos que já alcançaram alta cobertura deveriam: cumprir suas promessas de doação o mais rápido possível para acelerar as entregas a curto prazo para **COVAX**; liberar os fabricantes de contratos e opções e implementar *swaps* de entrega, para que eles possam priorizar a oferta de **COVAX**, **AVAT** para países que possuam baixa cobertura. Já para os governos não alcançaram alta cobertura vacinal, foi sugerido: contrair doses adicionais imediatamente através de **AVAT**, **COVAX** ou bilateralmente; estabelecer no país a capacidade de aumento para recrudescer a taxa de

utilização de vacinas à medida que os suprimentos aumentam; e coordenar entre as autoridades de saúde e finanças para aumentar o uso dos recursos dos bancos multilaterais de desenvolvimento que estão prontamente disponíveis para a compra e implantação de vacinas.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2021/12/22/joint-statement-seventh-meeting-of-the-multilateral-leaders-task-force>

Crescimento global desacelera até 2023

Após uma forte recuperação em 2021, a economia global está entrando em uma desaceleração acentuada em meio a novas ameaças das variantes COVID-19 e um aumento da inflação, dívida e desigualdade de renda que poderia colocar em risco a recuperação das economias emergentes e em desenvolvimento, de acordo com as últimas *Perspectivas Econômicas Globais* do relatório do **BM**. A expectativa é de que o crescimento global desacelere acentuadamente de 5,5% em 2021 para 4,1% em 2022 e 3,2% em 2023, à medida que a demanda reprimida se dissipa e que o apoio fiscal e monetário não siga o mesmo ritmo em todo o mundo.

A variante Ômicron indica que a pandemia provavelmente continuará a interromper a atividade econômica no curto prazo. Além disso, uma notável desaceleração nas principais economias — incluindo a China e os Estados Unidos — pesará sobre a demanda externa em economias emergentes e em desenvolvimento. Isto surge quando os governos em muitas economias em desenvolvimento não têm tido espaço político para apoiar a atividade, se necessário, novos surtos de COVID-19, persistentes gargalos da cadeia de suprimentos e pressões inflacionárias, e vulnerabilidades financeiras elevadas em grandes faixas do mundo poderiam aumentar o risco de uma desaceleração econômica acentuada.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/01/11/global-recovery-economics-debt-commodity-inequality>

Projetos do setor saúde

Preparação pandêmica e saúde, cobertura universal e saúde, doenças infecciosas e vacinação e nutrição são os elementos chaves para o **BM** quando se trata de promover as melhorias das quais a saúde necessita, especialmente em países de baixa renda.

O foco dos projetos do **BM** no setor da saúde continua em prol da vacinação em massa da COVID-19. Porém, existem projetos que propõem reforçar os sistemas públicos de saúde vigentes nos países, como podemos ver a seguir.

Para fortalecer o Plano de Vacinação do **Peru**, o **BM** aprovou um empréstimo de US\$ 500 milhões que ajudará **na aquisição de 40 milhões de vacinas COVID-19** para vacinar 20 milhões de pessoas (62% da população), incluindo adultos que não completaram seu calendário de vacinação e menores. As vacinas serão entregues no primeiro semestre de 2022, dos laboratórios Moderna e Pfizer.

No **Peru**, como no resto da América Latina, a COVID-19 afetou seriamente a saúde e os meios de subsistência da população, bem como a economia do país. A pandemia também ameaçou os importantes ganhos sociais e econômicos do país nas últimas duas décadas, exacerbando a pobreza e a desigualdade. Para enfrentar o impacto dessa crise, o país deve acelerar os esforços para fechar as lacunas vacinais.

Para maiores informações: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/20/the-world-bank-will-finance-covid-19-vaccines-for-20-million-peruvians>

A **Ucrânia** foi beneficiada com um financiamento adicional de US\$ 150 milhões para o Projeto de Resposta e Vacinação de Emergência COVID-19. Esses fundos ajudarão a prevenir, detectar e responder às ameaças apresentadas pela COVID-19 e **fortalecer o sistema público de saúde** do país. Ver: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/10/ukraine-to-expand-covid-19-vaccination-with-additional-world-bank-financing>

Na **Indonésia**, o **BM** aprovou um empréstimo de US\$ 400 milhões para fortalecer a qualidade e a eficiência do programa nacional de seguro de saúde no país como parte dos esforços para **melhorar a prestação de cuidados de saúde**, expandir a cobertura e investir no capital humano. Ver: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/16/world-bank-approves-support-to-strengthen-health-insurance-improve-quality-of-health-care-in-indonesia>

O **BM** aprovou um empréstimo de US\$ 300 milhões para a **Colômbia** fortalecer a sua resiliência a riscos naturais, mudanças climáticas e **emergências em saúde**. Ver: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/17/el-banco-mundial-otorga-us-300-millones-a-colombia-para-fortalecer-capacidades-ante-eventos-naturales-adversos>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

O Ano de 2021 do BID no Setor da Saúde

A região da América Latina e do Caribe é a mais atingida pela pandemia, sendo responsável por quase um terço de todas as mortes de COVID-19 – mais de 1,5 milhão de pessoas. A região também continua enfrentando desigualdades e sérios desafios econômicos e sociais. Com a continuidade da pandemia, a região necessita cada vez mais de investimento para promover melhorias para os cidadãos.

O ano de 2021 para o **BID** foi marcado por mais aprovações de financiamentos de projetos que ajudassem aos países a diminuir os efeitos trágicos da pandemia.

Uma das áreas que mais receberam incentivos foi a da saúde. No total, o **BID** aprovou 103 projetos em 2021 para um total de US\$ 14 bilhões, enquanto os desembolsos devem chegar a US\$ 12,1 bilhões. No contexto da COVID-19, o financiamento ajudou aos países a garantirem as vacinas e aumentaram o acesso ao crédito para que as pequenas e médias empresas, os principais impulsionadores do emprego pudessem expandir seus negócios.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-closes-year-nearly-20-billion-new-financing-latin-america-caribbean>

BID e o Marco Ambiental e de Política Social

Em dezembro de 2021, o BID lançou um novo **Marco Ambiental e de Política Social** (*Environmental and Social Policy Framework*, em inglês) como parte de seu compromisso de ajudar a alcançar o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe.

O atual quadro político mundial estabelece padrões que os projetos do BID precisarão cumprir para proteger as pessoas e o meio ambiente. Além de atualizar políticas anteriores, é abrangente em áreas como gênero e diversidade, engajamento dos tomadores de decisões para salvaguardar trabalhadores e comunidades. O quadro se aplica a novos empréstimos de

investimento, subvenções, garantias e tem disposições específicas para empréstimos baseados em políticas e projetos de cooperação técnica.

Em relação ao setor da saúde e proteção, o novo Marco promove uma importante melhoria na proteção das comunidades afetadas contra uma variedade de impactos adversos. Oferece orientações sobre como proteger as comunidades da exposição a doenças contagiosas que poderiam ser provocadas ou pioradas por meio de atividades do projeto, incorporando lições aprendidas com a pandemia atual. Inclui também provisões para preparação de emergência e resiliência a riscos naturais.

Para maiores informações: <https://www.iadb.org/en/news/idb-launches-new-environmental-and-social-policy-framework>

Projetos do setor saúde

Os projetos aprovados pelo **BID** para a área da saúde foram orientados pela “[Visão 2025](#)”, roteiro proposto que visa alcançar o crescimento inclusivo na América Latina e no Caribe. A saúde é um setor que está como um dos objetivos deste roteiro para apoiar as populações mais vulneráveis e recuperar os sistemas de saúde da região.

O **BID** aprovou um empréstimo de US\$ 300 milhões para melhorar o acesso aos serviços públicos de saúde da **Província de Buenos Aires (PBA), Argentina**.

Na **Argentina**, como em outros países, a pandemia reduziu a cobertura efetiva dos serviços básicos de saúde, que ainda não retornou aos níveis pré-pandêmicos. A **PBA** é a maior e mais populosa província do país, que abriga cerca de 40% da população (17,5 milhões de pessoas). Cerca de um terço dessa população tem sua única opção de cobertura médica nos serviços públicos de saúde. O projeto visa integrar os serviços públicos de saúde do primeiro, segundo e terceiro níveis de atenção como rede de serviços que prioriza a atenção à saúde da população com cobertura pública exclusiva. Esta iniciativa busca também ampliar a capacidade de atendimento para prevenção, detecção e cuidado da COVID-19. Ver: <https://www.iadb.org/en/news/idb-approves-300-million-improve-healthcare-buenos-aires-argentina>

Honduras obteve um empréstimo contingente de **US\$ 400 milhões** aprovado pelo **BID** para ajudar a amortecer o impacto de eventuais desastres naturais e emergências graves ou catastróficas de saúde pública nas finanças públicas. O país está exposto a múltiplos perigos naturais, como terremotos, inundações, furacões e secas, cuja frequência e intensidade devem aumentar à medida que o impacto das mudanças climáticas se intensifica. O país também é vulnerável a pandemias, como a COVID-19, e epidemias, incluindo dengue, chikungunya e zika.

A operação foi aprovada no âmbito do [Centro de Crédito Contingente para Desastres Naturais e Emergências em Saúde Pública – CCF\(Contingent Loan for Natural Disaster and Public Health Emergencies, em inglês\)](#), instrumento inovador destinado a promover maior grau de resiliência financeira para os países. O CCF também aumenta o financiamento do Banco para as mudanças climáticas para a América Latina e o Caribe. Os recursos só serão desembolsados para o país em caso de emergência e serão utilizados para financiar gastos públicos extraordinários.

Ver: <https://www.iadb.org/en/news/honduras-tackle-natural-disasters-public-health-emergencies-idb-contingent-loan>

O ano de 2021 foi vivido intensamente pelas instituições financeiras multilaterais (IFMs) e ao que tudo indica, o ano de 2022 será da mesma forma, devido às incertezas sobre o fim da pandemia.

Analisando as ações das IFMs, acertadamente continuam concentradas em debelar os efeitos negativos provocados pela COVID-19. Ações, publicações e projetos continuam voltados para este tema, assunto dominante nos últimos dois anos.

Porém, o ano de 2022 dá indícios da necessidade de se ir além, promovendo o mesmo em relação a cobertura universal de saúde, insegurança alimentar, a desnutrição, as doenças negligenciadas, entre outros problemas relacionados ao setor da saúde que são tão preocupantes quanto a COVID-19.

Saúde, Comércio e Propriedade Intelectual: Os Desafios do Terceiro Ano da Pandemia

Claudia Chamas

Ainda não há consenso em torno da proposta de suspensão dos direitos de propriedade intelectual no âmbito da pandemia de Covid-19, apresentada pela Índia e África do Sul em outubro de 2020. Havia esperança de entendimento por ocasião da [12ª Conferência Ministerial \(MC12\)](#) da [Organização Mundial do Comércio \(OMC\)](#), que deveria ter ocorrido em novembro de 2021, mas foi adiada pelo advento da variante [ómicron](#).

O atraso causou mais apreensão em meio a um processo decisório marcadamente polarizado e lento. Ademais, a deterioração do multilateralismo, a fragilização das instituições-chave para a gestão e implementação das regras comerciais multilaterais, os conflitos políticos diversos inclusive de posicionamento no interior da União Europeia, a proliferação de acordos comerciais e de investimentos plurilaterais e bilaterais adicionam dificuldades a condições desgastadas.

A difusão acelerada da variante ómicron aprofundou a crise e escancarou as desigualdades do acesso a vacinas e aos sistemas de saúde. Pôs em evidência, ainda, as fraturas no sistema econômico internacional. Os países desenvolvidos foram duramente abalados pela nova onda e ficou claro que soluções de rotina (“business as usual”) não se aplicam a um problema global dessa natureza. Os países pobres continuam vulneráveis à escassez de vacinas e outros cuidados de saúde. Não havendo muros que impeçam a rápida disseminação do vírus, continuará presente, nesse cenário, a ameaça do surgimento de novas variantes, mais transmissíveis e virulentas, com impacto potencial sobre todos os países, como já se observa. A experiência demonstra que não se trata de retórica vazia afirmar que “ninguém estará seguro até que todos o estejam”. Faz-se necessária, portanto, coordenação política abrangente e em alto nível.

Em 10 de janeiro, o Conselho Geral da OMC se reuniu para debater o apelo da Índia a respeito de convocação de reunião ministerial virtual sobre a resposta da OMC à pandemia de Covid-19, inclusive proposta de suspensão de direitos de propriedade intelectual referentes a vacinas e outros tratamentos. A carta do governo da Índia foi enviada ao Presidente do Conselho Geral da OMC, Embaixador de Honduras Decio Castillo, em 23 de dezembro de 2021. Na ocasião, a Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, exortou os países a mobilizarem esforços e vontade política para lograr novo compromisso multilateral sobre propriedade intelectual e Covid-19. O Embaixador classificou o evento como útil e enfatizou que continuará a realizar consultas sobre a proposta indiana, tendo em mente a urgência da matéria ([WTO](#), 2022).

Em 21 de janeiro, a convite do governo suíço e às margens do encontro de Davos, 28 ministros de comércio se reuniram para discutir os principais assuntos em pauta na OMC: a relação entre comércio internacional e saúde, a redução dos subsídios à pesca, a reforma da política comercial agrícola e o fortalecimento, no médio prazo, do sistema multilateral de comércio baseado em regras. No que diz respeito à reforma da organização, questões relevantes incluem: transparência na aplicação dos acordos da OMC, sistema de solução de controvérsias da OMC funcional e melhoramento das regras da OMC ([SECO](#), 2022).

À parte as discussões de suspensão de direitos de propriedade intelectual, em 17 de dezembro de 2021, os diretores do [Fundo Monetário Internacional](#), do [Banco Mundial](#), da [Organização Mundial da Saúde](#) e da Organização Mundial do Comércio realizaram consultas de alto nível com o [Fundo das Nações Unidas para a Infância \(UNICEF\)](#) e a iniciativa [Gavi, the](#)

[Vaccine Alliance](#). O objetivo foi aumentar o acesso a vacinas relacionadas ao Covid-19 e outras medidas de saúde com foco em países de renda média-baixa. Houve declaração conjunta intitulada “[Das vacinas às vacinações](#)”. Entre várias sugestões, destaca-se o apelo aos governos de países que já alcançaram alta taxa de vacinação para que “cumpram suas promessas de doação o mais rápido possível para acelerar as entregas de curto prazo à [COVAX](#); liberem os fabricantes de contratos e opções e implementem entregas, priorizando o fornecimento para o COVAX, o AVAT [["African Vaccine Acquisition Trust"](#)] e os países de baixa cobertura” ([WTO](#), 2021).

Em 24 de janeiro, houve o lançamento da [nota política conjunta](#) do Grupo Banco Mundial e da OMC. O documento intitulado “The role of trade in developing countries' road to recovery” destaca que o comércio pode contribuir para a erradicação da pobreza e a recuperação econômica e elenca um rol de medidas para atingir desenvolvimento mais robusto, inclusivo e verde. Contudo, questões de propriedade intelectual e transferência de tecnologia no tocante à Covid-19 não são abordadas ([WTO](#), 2022).

Mais um encontro informal ocorreu em 27 de janeiro passado, em seguimento às consultas com as delegações. Segundo nota da OMC: “As consultas destacaram a necessidade de mais trabalho sobre o texto apresentado no final do ano passado pelo ex-embaixador da Nova Zelândia, David Walker, que facilitou as negociações entre os membros da OMC com o objetivo de encontrar uma resposta multilateral e horizontal à pandemia de COVID-19.” No entanto, o Presidente do Conselho Geral reconheceu as diferenças entre os países não apenas quanto ao conteúdo, mas também sobre os encaminhamentos futuros da negociação. A diretora-geral da OMC pretende obter resultado convergente no fim de fevereiro ([WTO](#), 2022).

Para o dia 11 de fevereiro, a OMC organiza o [evento](#) “Technical Workshop on COVID-19 Vaccines R&D, Manufacturing and Distribution”, visando a “apoiar as discussões em andamento e melhorar o conhecimento sobre os aspectos práticos da pesquisa e do desenvolvimento de vacinas, fabricação e distribuição”. Está previsto compartilhamento de experiências entre os especialistas. O público-alvo compõe-se de funcionários dos países-membros e observadores da OMC ([WTO](#), 2022).

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) aderiu ao [Grupo de Desenvolvimento Sustentável](#) da [Organização das Nações Unidas](#) (ONU), que reúne todas as entidades da ONU com o objetivo de monitorar e implementar os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS) até 2030. A aliança permitirá melhorar e expandir o acesso a bases de dados de conhecimento, e oportunidades de capacitação com foco em criatividade, empreendedorismo, tecnologia e inovação para o enfrentamento dos desafios globais, tais como a pandemia da Covid-19 e a mudança climática. As respostas às emergências do mundo contemporâneo são extremamente dependentes de tecnologia e inovação. A presença na OMPI no grupo ajudará a entender os cenários de propriedade intelectual que se movem rápido. O suporte da OMPI à COVID-19 abarca cinco áreas: assistência política e legislativa; assistência técnica e capacitação; apoio à inovação e transferência de tecnologia; resolução de disputas de propriedade intelectual; e recursos de conhecimento ([UNSDG](#), 2022).

Comércio e Cadeias de Suprimentos Globais: Reflexões da UNCTAD

[Rebeca Grynspar](#), Secretária-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento ([UNCTAD](#)), alerta para a relevância de cadeias de suprimentos globais funcionais e resistentes, uma vez que itens críticos para o funcionamento das economias e sobrevivência das pessoas são dependentes do seu bom funcionamento. A pandemia contribuiu para o desequilíbrio nas capacidades de transporte e entrega. Países em desenvolvimento, em geral afastados dos principais centros de produção, são os mais afetados, em função do aumento das taxas de frete e dos congestionamentos dos portos provocados pelo impulso do comércio eletrônico. Ao mesmo tempo, do lado da oferta, houve redução de diversas operações ([UNCTAD](#), 2022).

Essas circunstâncias influenciam as cadeias de abastecimento de insumos e de produtos intermediários e acabados em saúde – biológicos, imunobiológicos, químico-farmacêuticos, equipamentos médico-hospitalares. Provocam escassez de bens e elevam os preços ao consumidor, exigindo melhor capacidade de transporte para o mesmo volume comercial. Para 2022, com o agravamento das tensões geopolíticas, não há perspectiva de solução da crise nas principais plataformas das cadeias de suprimento, uma vez que alguns países podem transferir a produção para locais mais convenientes do ponto de vista geográfico e político. Novos acordos econômicos como o [African Continental Free Trade Area \(AfCFTA\)](#) e o [Regional Comprehensive Economic Partnership](#) (RCEP) estão alterando os padrões globais de comércio, tanto pela intensidade das trocas como pela criação de novas rotas de transporte ([UNCTAD](#), 2022).

Grynspar defende que há oportunidades para os países em desenvolvimento no quadro da crescente automação e dos fenômenos de “reshoring” e “nearshoring” – retorno das indústrias ao seu país de origem ou em países próximos, por meio do estabelecimento de pactos regionais e fortalecimento das cadeias de valor, reduzindo custos de transação e estimulando benefícios de economias de escala ([UNCTAD](#), 2022).

Esse é um ponto que precisa ser mais bem avaliado, pois há entraves na oferta de financiamento e barreiras ao acesso às tecnologias avançadas e às cadeias de fornecedores ultraespecializados. Exemplo importante é a dificuldade para superar os obstáculos no esforço de ampliação da produção de vacinas de mRNA, caso do [plataforma](#) de desenvolvimento tecnológico na África do Sul.

Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

Armando De Negri Filho

No sempre prolífico espaço dos movimentos e organizações não governamentais de interesse público que lidam com a saúde global e temas associados, 2021 terminou com o lançamento da pesquisa realizada pelo G2H2 sobre o Tratado Pandêmico e suas complexidades e 2022 começou com os informes sobre as desigualdades no Mundo, da OXFAM e do Laboratório de Desigualdades liderado por Thomas Piketty – para não nos deixar esquecer as desigualdades que se aceleraram e seguem acelerando em tempos de pandemia. Em torno aos debates no Comitê Executivo da OMS – WHO EB, se destacam as notas do TWN – Third World Network, analisando criticamente as iniciativas em torno ao Acelerador de Ferramentas COVID-19 e sobre as propostas de reforma dos Regulamentos Internacionais de Saúde – IHR, assim como outra nota sobre as reformas fracassadas na OMC. Finalmente se destacam os debates promovidos pelo G2H2 na semana que antecedeu o WHO EB e artigo de Francine Mestrum do *Global Social Justice* sobre a captura política das proteções sociais por parte do neoliberalismo.

Seguem extratos dos documentos e posições mencionados:

1. 24 de novembro de 2021: Lançamento do **relatório G2H2 "A política de um tratado pandêmico da OMS em um mundo desencantado"** O relatório (PDF): [The Politics of a WHO Pandemic Treaty](#) Web site do Informe: [The Politics of a WHO Pandemic Treaty](#)
Gravação do zoom da reunião: [here](#)
Apresentação em slides do relatório: [Geneva slides final](#)

O relatório: Após quase dois anos lutando contra uma emergência de saúde sem precedentes, o mundo continua a ser confrontado com novas ondas da pandemia COVID-19 e o Sul global encontra-se nas garras de uma nova forma de desigualdade sistêmica consagrada na estratégia de distribuição de vacinas patentemente falha. Em uma próxima Sessão Especial da Assembleia Mundial da Saúde, a Organização Mundial da Saúde e seus Estados-membros estão se esforçando para chegar a um acordo sobre a negociação de um novo instrumento legal internacional para preparação e resposta da pandemia. Mas o mundo precisa de um novo "tratado pandemia"? É a coisa certa, na hora certa? O Geneva Global Health Hub (G2H2) desempacotou essas questões pertinentes através de pesquisas realizadas envolvendo uma ampla gama de especialistas, incluindo aqueles que abordaram concretamente a resposta do COVID-19 em seus países. O G2H2 mapeou a complexidade desta proposta de tratado e suas potenciais implicações para o cenário futuro da governança global da saúde.

O relatório resultante lançado pelo G2H2 em 24 de novembro aborda a necessidade de novas abordagens para o desafio de um futuro pandêmico. Na esteira das duras mas reais lições que o COVID-19 continua a gerar, ele se concentra em algumas das estruturas políticas e econômicas patogênicas que devem ser reconhecidas se a comunidade internacional quiser seriamente restaurar o multilateralismo democrático e dar ao mundo e às pessoas uma chance adequada de lidar melhor com futuras emergências e crises em saúde.

2. **O Relatório Mundial de Desigualdade 2022** [The World Inequality Report 2022 presents the most up-to-date & complete data on inequality worldwide:](#)

7 de dezembro de 2021. O Relatório Mundial de Desigualdade 2022 apresenta os dados mais atualizados e completos sobre as diversas facetas da desigualdade em todo o mundo a partir de 2021: riqueza global, renda, gênero e desigualdade ecológica. A análise é baseada no trabalho de vários anos de mais de cem pesquisadores de todo o mundo. Os dados estão disponíveis no banco de dados mais completo sobre desigualdade econômica, o Banco de Dados de Desigualdade Mundial [World Inequality Database](https://wid.world/). O relatório inclui um prefácio dos ganhadores do Prêmio Nobel econômico de 2019 Abhijit Banerjee & Esther Duflo. O Relatório Mundial da Desigualdade 2022, os números e conjuntos de dados estão disponíveis no site complementar do relatório: <https://wir2022.wid.world/>

Em poucas palavras: Em 2021, após três décadas de comércio e globalização financeira, as desigualdades globais permanecem extremamente acentuadas: são tão grandes hoje quanto estavam no auge do imperialismo ocidental no início do século XX. Além disso, a pandemia de Covid exacerbou ainda mais desigualdades globais. Nossos dados mostram que o 1% mais alto ficou com 38% de toda a riqueza adicional acumulada desde meados da década de 1990, com aceleração a partir de 2020. De modo geral, a desigualdade de riqueza permanece em níveis extremos em todas as regiões (ver figura 1.1) "A crise do COVID exacerbou as desigualdades entre os muito ricos e o resto da população. No entanto, nos países ricos, a intervenção do governo impediu um aumento maciço da pobreza, não foi o caso nos países pobres. Isso mostra a importância dos estados sociais no combate à pobreza.", explica Lucas Chancel, autor principal do relatório.

Gabriel Zucman afirma: "Os Relatórios Mundiais de Desigualdade abordam uma necessidade democrática crítica: documentar rigorosamente o que está acontecendo com a desigualdade em todas as suas dimensões. É um recurso inestimável para estudantes, jornalistas, formuladores de políticas e sociedade civil em todo o mundo." Lucas Chancel acrescenta: "Se há uma lição a ser aprendida com a investigação global realizada neste relatório, é que a desigualdade é sempre uma escolha política".

Mensagens chave: A MENA – Mediterrâneo e Norte da África é a região mais desigual do mundo, a Europa tem os menores níveis de desigualdade. As nações ficaram mais ricas, mas os governos tornaram-se pobres, quando olhamos para a lacuna entre a riqueza líquida dos governos e a riqueza líquida dos setores privado e público. As desigualdades de riqueza aumentaram no topo da distribuição. O aumento da riqueza privada também tem sido desigual dentro dos países e no nível mundial. Multimilionários globais capturaram uma parcela desproporcional do crescimento da riqueza global nas últimas décadas: o 1% mais alto ficou com 38% de toda a riqueza adicional acumulada desde meados da década de 1990, enquanto os 50% mais baixos capturaram apenas 2% dela. As desigualdades de gênero permanecem consideráveis a nível global, e o progresso dentro dos países é muito lento. Desigualdade ecológica: nossos dados mostram que essas desigualdades não são apenas uma questão de país rico versus pobre, mas sim uma questão de alta emissão versus emissores baixos em todos os países. Como explica Lucas Chancel "A desigualdade econômica global alimenta a crise ecológica e torna muito mais difícil enfrentá-la. É difícil ver como podemos acelerar os esforços para combater as mudanças climáticas sem mais redistribuição de renda e riqueza".

3. [A Desigualdade Mata | Oxfam Brasil](#)

"Enquanto um pequeno grupo de pessoas lucrou como nunca durante a pandemia, aumentando suas riquezas de maneira extraordinária, a maior parte da população global está arcando com os principais prejuízos – Desemprego, perda de renda, mortes. A pandemia

aprofundou as desigualdades e isso está desestruturando nossas sociedades e matando pessoas. A atual estrutura econômica do mundo concentra riqueza, empobrece e mata milhões de pessoas, destrói o planeta e coloca em risco o futuro da existência humana no planeta. Queremos uma economia centrada na igualdade, em que ninguém precise viver na pobreza extrema e ter apenas que sobreviver. Todas e todos têm o direito de ter oportunidades para prosperar e ter uma vida mais digna. Os 10 homens mais ricos do mundo têm hoje seis vezes mais riqueza do que os 3,1 bilhões mais pobres do mundo. No Brasil, os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população). Um imposto único de 99% sobre os ganhos obtidos pelos 10 maiores bilionários durante a pandemia poderia pagar vacinas suficientes para a população do mundo. O 1% mais rico do mundo emite mais do que o dobro de CO² do que os 50% mais pobres do mundo, intensificando as mudanças climáticas e contribuindo para desastres naturais.”

4. **OMS: Iniciativas de preparação e resposta a emergências em saúde atendem ao interesse dos países desenvolvidos** Nova Deli/Kochi 24 de janeiro, (K M Gopakumar e Nithin Ramakrishnan)
<https://wp.twnnews.net/sendpress/email/?sid=NTkwODU&eid=NDM3Ng>
Third World Network www.twn.my

O relatório do diretor-geral da OMS ao Conselho Executivo (EB) revela que as iniciativas de preparação e resposta à emergência da OMS comprometem princípios de responsabilização e governança participativa, para atender ao interesse dos países desenvolvidos.

...”Acesso ao Acelerador de Ferramentas COVID-19 (ACT): De acordo com o parágrafo 14 do relatório do DG: "O projeto de pesquisa e desenvolvimento da OMS para a ação para prevenir epidemias e os três pilares verticais do Produto Vertical do Acelerador de Ferramentas de Acesso ao COVID-19 (ACT) fornecem uma base para construir um mecanismo global transparente e coordenado pelo qual as prioridades de pesquisa e inovação são estabelecidas a montante". Diz ainda: "A OMS continua a explorar com parceiros maneiras pelas quais os sucessos do ACT Accelerator podem ser institucionalizados e construídos ao longo dos próximos meses e anos".

O ACT Accelerator, um mecanismo baseado no White paper da Fundação Bill e Melinda Gates, foi lançado em 24 de abril de 2020 para facilitar o desenvolvimento e distribuição equitativa dos testes, tratamentos e vacinas para o COVID-19. A iniciativa tem três pilares para vacinas, terapêuticas e diagnósticos. As principais organizações para o pilar da vacina são GAVI, a Aliança de Vacinas, Coalizão para Inovações de Preparação epidêmica (CEPI) e OMS. A Wellcome Trust e a UNITAID lideram o pilar terapêutico, enquanto a Fundação para Novos Diagnósticos Inovadores (FIND) e o Fundo Global são os líderes em diagnósticos.

Além dos três pilares, há um Pilar Conector do Sistema de Saúde trabalhando para garantir que as ferramentas cheguem às pessoas necessitadas. A OMS também hospeda o secretariado act-accelerator conhecido como ACT-A Hub. Cada pilar tem seus próprios fluxos de trabalho com a participação de organizações da indústria e da sociedade civil selecionadas. Embora exista um conselho de facilitação act-A para fins de governança, o mandato do conselho é abordar as questões estratégicas, políticas e financeiras e a advocacia política para o ACT Accelerator. Não há mandato para que o conselho tome qualquer decisão substantiva em relação ao ACT Accelerator, como a proteção da propriedade intelectual dos resultados de P&D ou o licenciamento de produtos desenvolvidos através do ACT-A, uma vez que isso está sob a alçada de cada pilar composto por alguns atores, incluindo certos doadores.

O Act Accelerator não poderia causar nenhum impacto significativo para abordar o acesso injusto aos produtos de saúde COVID-19, especialmente no enfrentamento das barreiras de propriedade intelectual para aumentar a produção. À medida que a OMS se reúne esta semana, os Estados-Membros dos países em desenvolvimento precisam ter plena consciência de que a tendência do fortalecimento da preparação e resposta à saúde da OMS favorece os países desenvolvidos e suas corporações farmacêuticas, minando os órgãos de governo da OMS e a responsabilização aos Estados-Membros.”

5. **OMS: Os Estados-Membros concordam em trabalhar nas alterações dos Regulamentos Internacionais de Saúde** Genebra, 26 de Janeiro (TWN)
<https://wp.twnnews.net/sendpress/email/?sid=NTkwODU&eid=NDM5MA>

Third World Network, www.twn.my

“OMS: Os Estados-Membros concordam em trabalhar nas alterações dos Regulamentos Internacionais de Saúde Genebra, 26 de Janeiro (TWN) – Os Estados-Membros da OMS concordam em iniciar o processo no Grupo de Trabalho dos Estados-Membros sobre o Fortalecimento da Preparação e Resposta à Saúde da OMS (WGPR) para alterar o Regulamento Sanitário Internacional (IHR) de 2005. Uma minuta de decisão (EB150/CONF./3) a este respeito é divulgada para apreciação e adoção na 150ª Sessão de Diretoria Executiva (EB150) que acontece nesta semana de 24 a 29 de janeiro. A minuta de decisão intitulada "Fortalecimento do Regulamento Sanitário Internacional (2005) através de um processo de revisão das regulamentações por meio de possíveis alterações" foi enviada para a página de documentos do EB150 em 24 de janeiro.

O projeto é proposto pela Albânia, Austrália, Canadá, Colômbia, Índia, Japão, Mônaco, Montenegro, Noruega, Peru, República da Coreia, Reino Unido e Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, Uruguai e Estados-Membros da União Europeia. A minuta é proposta no âmbito da Agenda item 15.1 sobre a apreciação do relatório provisório do WGPR e do relatório do Diretor-Geral de Fortalecimento da Preparação e Resposta da OMS às emergências em saúde. O texto da decisão foi finalizado através de uma série de negociações informais sobre um texto inicial divulgado pelos EUA. Os EUA haviam circulado anteriormente propostas substantivas para alterar as disposições do IHR e organizaram pelo menos duas consultas informais a esse respeito. Essas propostas buscam impor obrigações onerosas aos países em desenvolvimento. No entanto, a minuta de decisão para apreciação pelo EB150 fornece alguma clareza sobre o propósito e o escopo de quaisquer alterações ao IHR (2005).

O Parágrafo Operacional (OP) 1.2 fornece alguma explicação ao termo "alterações potenciais". Afirma que as alterações devem ser limitadas e abordar questões ou desafios específicos e claramente identificados, como equidade, tecnologia ou outros desenvolvimentos. Eles também poderiam abordar as lacunas que não podem ser tratadas de outra forma, mas são fundamentais para apoiar a implementação eficaz e o cumprimento do IHR (2005), e sua aplicação universal para a proteção de todas as pessoas do mundo da disseminação internacional da doença de forma equitativa. As possíveis alterações, portanto, não levariam à reabertura de todo o instrumento para renegociação.

Os OPs enfatizam a insuficiente solidariedade global e a colaboração, ao mesmo tempo em que exigem que os Estados-Membros tomem todas as medidas adequadas para considerar as possíveis alterações ao IHR 2005. Os OPs são os seguintes: "(OP1) Observando a necessidade urgente de fortalecer ainda mais a implementação e o cumprimento do IHR (2005), e

conscientes de que os Estados-Membros enfrentam desafios, inclusive entre outros, devido às restrições de capacidade e à insuficiência de solidariedade e colaboração global, decidiu: (OP1.1) Observar que o WGPR incluirá, como parte de seu trabalho contínuo, tempo dedicado para permitir discussões sobre o fortalecimento do IHR (2005), inclusive por meio de implementação, conformidade e possíveis alterações.

(OP1.2) Exortar os Estados-Membros a tomarem todas as medidas adequadas para considerar possíveis alterações ao IHR (2005), com o entendimento de que isso não levaria à reabertura de todo o instrumento de renegociação. Tais alterações devem ser limitadas no escopo e abordar questões específicas e claramente identificadas, desafios, incluindo equidade, desenvolvimentos tecnológicos ou outros, ou lacunas que não poderiam ser efetivamente tratadas de outra forma, mas são fundamentais para apoiar a implementação eficaz e o cumprimento do IHR (2005), e sua aplicação universal para a proteção de todas as pessoas do mundo da disseminação internacional da doença de forma equitativa."

O OP1.2 reconhece a equidade tanto como uma questão central quanto como uma questão transversal em toda a implementação do IHR. Isto está em consonância com as opiniões dos Estados-Membros da região africana, que solicitaram ao WGPR que estudasse a questão da equidade em ambas as dimensões. O Preâmbulo da decisão ressalta ainda "a importância da implementação e do cumprimento do IHR (2005) das Partes dos Estados, incluindo a colaboração e a cooperação internacional, e o desenvolvimento, manutenção e fortalecimento das capacidades fundamentais".

Também enfatiza "a importância do acesso solidário e equitativo e de distribuição de contramedidas médicas no contexto das emergências em saúde, bem como o fortalecimento da força de trabalho em saúde e cuidados e o enfrentamento das preocupações de acesso". No entanto, a decisão não forneceu nenhum cronograma ou outros detalhes do processo/negociação da alteração. A aprovação da decisão abriria caminho para o início das discussões no âmbito do WGPR para alterar o IHR (2005). Também oferece uma oportunidade a todos os Estados-Membros apresentarem suas propostas para as possíveis alterações do IHR (2005)."

6.Reunião sobre a resposta da OMC à pandemia em meio a fortes divergências.
<https://wp.twnnews.net/sendpress/email/?sid=NTkwODU&eid=NDM5NQ> TWN Info Service on Trade, IP and Health. 27 January 2022. Third World Network. www.twn.my

Reunião sobre a resposta da OMC à pandemia em meio a fortes divergências. Publicada no SUNS #9501, de 27 de janeiro de 2022.(D. Ravi Kanth) – O presidente do Conselho Geral da OMC decidiu convocar uma reunião informal aberta e dedicada em 27 de janeiro sobre a questão da resposta da OMC à pandemia, incluindo a renúncia temporária de TRIPS, como a Índia aumentou a aposta para uma decisão rápida sobre a renúncia para combater a piora da pandemia COVID-19. Em uma reunião informal do Conselho Geral (GC) em 25 de janeiro, a Índia expressou grande preocupação de que, apesar das negociações contínuas sobre a renúncia de TRIPS desde outubro de 2020, não houve nenhuma resolução sobre a questão, mesmo que a pandemia tenha causado estragos em todos os países, disseram as pessoas, que pediram para não serem citadas. O Sri Lanka também compartilhou suas preocupações sobre várias questões na reunião.

O presidente da GC, embaixador Dacio Castillo, de Honduras, anunciou que, em meio a divergências acentuadas sobre o que precisa ser feito sobre a resposta da OMC à pandemia, incluindo o componente IPR (direitos de propriedade intelectual), "pretendo ouvir as opiniões

dos deputados sobre como levar este trabalho adiante de forma prática, pragmática e orientada a resultados, para que possamos traçar juntos o caminho a seguir". Ele também indicou que não houve acordo sobre a chamada da Índia para convocar uma reunião ministerial virtual para abordar a resposta da OMC à pandemia, incluindo a renúncia temporária de TRIPS durante suas consultas, uma vez que alguns membros buscaram "um resultado holístico, abrangente e equilibrado, compreendendo tanto os aspectos da política comercial, como a renúncia ao TRIPS". Parece claro que a União Europeia, membros do Grupo de Países liderados pelo Canadá e os Estados Unidos querem vincular a renúncia trips às controversas recomendações feitas pelo relatório de Walker (sobre a resposta da OMC à pandemia), disseram as pessoas, que pediram para não serem citadas.

O presidente, no entanto, admitiu que há "opiniões divergentes" sobre como proceder com o relatório preliminar de Walker (contido no documento Job/GC/281). Muitas organizações da sociedade civil global criticaram severamente o relatório de Walker por avançar nos compromissos de acesso ao mercado prescritivo para combater a pandemia em vez de abordar a renúncia temporária do TRIPS. No entanto, estão sendo feitas tentativas de ressuscitar o controverso relatório Walker e ligá-lo à renúncia trips. Sem nomear essas delegações, o presidente da GC disse que "várias delegações disseram considerar isso (o relatório Walker) uma boa base e cautela (contra) "reabrir" o texto, pois pode desvendar o trabalho que já foi realizado".

O embaixador Castillo disse: "Ouvi algumas delegações notando que eu, em minha capacidade, poderia realizar um processo semelhante ao do documento de resultado. Outras delegações mencionaram a possibilidade de um Facilitador." Como relatado no SUNS no mês passado, algumas delegações querem propor o atual presidente do Conselho de VIAGENS, o embaixador Dagfinn Sorli da Noruega, ou um dos enviados do Grupo de Países de Ottawa como um facilitador para supervisionar as negociações sobre a resposta da OMC à pandemia.

Divergências acentuadas: Na reunião informal, o presidente do GC reconheceu que há divergências acentuadas entre os membros sobre quando remarcar a 12ª conferência ministerial da OMC (MC12) e se ela deve ser realizada pessoalmente ou virtualmente; se uma reunião ministerial virtual poderia ser realizada exclusivamente sobre a resposta da OMC à pandemia; e se uma reunião ministerial virtual poderia ser realizada em outras questões, como subsídios à pesca e reformas propostas pela OMC (ver SUNS #9499 de 25 de janeiro de 2022)."

Resposta da OMC à Pandemia: O presidente do GC disse que "todas as delegações que se apresentaram observaram que a resposta da OMC à pandemia continua sendo uma prioridade máxima para os deputados e a Organização como um todo". Ele disse que três pontos principais emergiram de suas consultas: 1. Muitas delegações consideram que apenas um resultado holístico, abrangente e equilibrado, que compreende tanto os aspectos relacionados à política comercial, quanto a renúncia ao TRIPS, será crível. As delegações pareciam concordar que as discussões sobre ambos teriam que prosseguir em conjunto. 2. As delegações concordam que muito trabalho foi feito no texto facilitador (contido no documento JOB/GC/281), mas há opiniões divergentes sobre como proceder com este rascunho. Várias delegações disseram considerar uma boa base e cautela contra a "reabertura" do texto, pois pode desconstituir o trabalho que já foi realizado.

Ele disse que "algumas delegações consideram o texto facilitador muito "fraco" e diluído. Outros o vêem como muito prescritivo. 3. Algumas delegações também se referiram às consultas de alto nível lideradas por DG com alguns deputados sobre os aspectos relacionados

ao PI. Uma sugestão foi ter uma reunião de transparência dedicada do Conselho de VIAGENS sobre essas consultas, no momento oportuno. O presidente disse que pretende convocar uma reunião informal aberta e dedicada sobre a resposta da OMC à pandemia na manhã de quinta-feira (27 de janeiro). "O diretor-geral também deverá participar da sessão dedicada. Olhando para o futuro, temos apenas quatro semanas para o primeiro Conselho Geral do ano, que está marcado para 23 e 24 de fevereiro. Ouvi delegações querendo se engajar construtiva e rapidamente e começar a trabalhar, e continuo pronto para ajudar na minha capacidade como Presidente do GC."

Ele disse que é sua intenção "trabalhar em conjunto com o diretor-geral e com vocês, os deputados, nas próximas semanas em direção a uma resposta confiável e abrangente da OMC à pandemia, para ver como construir sobre o trabalho que já foi realizado e como melhorá-lo". Em sua intervenção, a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, disse que os membros têm que encontrar maneiras "inteligentes" de acelerar o trabalho em todas as frentes. Ela também informou aos membros que vai reestruturar o Secretariado da OMC em 1 de Fevereiro com base nas recomendações do relatório da McKinsey & Company. Alguns diretores aparentemente renunciaram antes de sua aposentadoria por causa de um suposto ressentimento no Secretariado sobre o funcionamento aparentemente arbitrário do DG, disseram pessoas familiarizadas com o desenvolvimento.

7. Palavras, palavras, palavras... Sobre o poder das palavras e sua relação com as coisas.

22 de janeiro de 2022, Francine S. R. Mestrum. <https://wsimag.com/culture/68152-words-words-dot-dot-dot>

O diálogo exige que identifiquemos as diferenças. Resumindo: a democracia, a diferença de opinião organizada, depende da nossa aceitação da imperfeição, da nossa crença e da nossa crença em diferentes formas de falar sobre ela. Nessa perspectiva, não há um único mundo, mas sim diferentes mundos possíveis.

Confusão semântica: Se pudessemos viver com essa verdade e navegá-la criticamente, a vida permaneceria relativamente simples. Mas não é assim que a sociedade funciona. Precisamos de significado, certamente, mas muitas vezes uma necessidade igual de impor nosso próprio significado aos outros. Então acontece que cooptamos palavras que já adquiriram um significado preciso para significar outra coisa. Só então começa a grande confusão. Seguindo a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann, a linguagem percebe um mundo. A linguagem é usada por pessoas, grupos e instituições para construir um mundo – uma realidade, e a linguagem é usada pelos indivíduos para apreender tal realidade: através da conversa, a realidade do mundo que a linguagem objetifica torna-se objeto de consciência individual, pelo qual uma realidade social pode ser compartilhada.

Trata-se de uma longa e esperançosa introdução não muito tediosa à grande confusão de conceitos no discurso político que existe hoje. Fala-se muito sobre falsas "verdades", e isso nem sempre tem a ver com algo que é verificável como errado, como alegar fraude eleitoral onde não há nenhuma. A verdade falsa também surge através do uso indevido das palavras, dando um novo significado às palavras – despercebida. Isso cria uma "realidade social" diferente porque muitas vezes é produto de um único orador, institucional ou não, mas geralmente é o enganoso deliberado dos leitores e ouvintes que pensam que um significado convencionalmente estabelecido está sendo referido, quando esse não é mais o caso. Quero dar alguns exemplos concretos, mostrar como podemos, sem querer, acabar na realidade de outra pessoa, devido a eles darem um novo significado às palavras existentes.

Outros mundos: A proteção social é talvez o exemplo mais dramático. Em todo o mundo, os governos têm procurado mecanismos para proteger os cidadãos contra doenças ou perda de renda. Esses mecanismos, baseados na solidariedade e nos direitos, tomaram sua forma mais elaborada na Europa Ocidental e em alguns países da América Latina. Eles eram chamados de "estados de bem-estar" e, em princípio - mas não de fato - eram universais. Eles estavam intimamente ligados ao processo de industrialização e à sociedade assalariada, que cresceu fortemente a partir do século XIX.

Foi também o modelo defendido pelos pensadores do desenvolvimento para os países que ganharam independência no século XX. A proteção social era vista como um meio de quebrar diferenças étnicas e laços comunitários. Ao dar segurança às pessoas, elas se tornaram menos dependentes de suas comunidades e poderiam responder mais facilmente às expectativas do mercado de trabalho. Dessa forma, também se pensava, era mais fácil criar coesão nacional para projetos de desenvolvimento nacional. Isto é brilhantemente descrito no famoso relatório de Lester Pearson [Lester Pearson](#).

Nunca funcionou nos países do Sul. A partir da década de 1990, as instituições internacionais propuseram começar com a "redução da pobreza" e com uma campanha implícita contra as formas de seguro social. A partir daí, segundo o Banco Mundial, os governos foram responsáveis apenas por apoiar pessoas extremamente pobres. Todos os outros poderiam comprar seguros no mercado. Nessa linha de pensamento, desenvolvida ao longo de várias décadas, o propósito da proteção social mudou completamente. Não era mais uma política para garantir contra os caprichos do mercado, mas um incentivo para participar do mercado. O Banco Mundial também fala agora de "proteção social", mas continua sendo uma política de pobreza com solidariedade mínima. O "contrato social" que vem com ele não é resultado de um debate democrático entre governo, mercado e sociedade civil, nem uma questão de direitos e deveres. Hoje é uma questão de adaptar-se ao mercado, não de regula-lo ou ajustá-lo.

Ainda falamos de "proteção social" hoje, mas o conceito assumiu um significado completamente diferente do que costumava ser. Mesmo nos países da Europa Ocidental, onde o sistema "antigo" ainda existe, um novo paradigma está sendo introduzido através de mudanças passo a passo. As palavras permanecem, mas os valores que as sustentam e, portanto, as políticas, estão mudando. Renda básica [Basic income](#) é outro conceito que agora esconde uma infinidade de significados. Embora Thomas Paine [Thomas Paine](#) ou mesmo Milton Friedman [Milton Friedman](#) sejam frequentemente referidos para a origem da ideia, o conceito original de Philippe Van Parijs [Philippe Van Parijs](#) era muito claro: uma renda básica cria liberdade "real" ao conceder uma quantia incondicional de dinheiro a todos, ricos ou pobres, trabalhando ou não trabalhando. Essa quantia deve ser alta o suficiente para permitir que alguém que não queria trabalhar vivesse com dignidade e "vá surfar em Malibu todos os dias".

A ideia foi particularmente popular entre movimentos ecológicos e libertários de esquerda que viam nela uma oportunidade de promover laços comunitários voluntários e tornar possível a liberdade individual total. Esse sistema é necessariamente muito caro e difícil de combinar com a proteção social existente com a assistência à saúde, apoio às famílias jovens ou pessoas com deficiência. É por isso que até os maiores defensores mudaram para uma quantidade limitada, o que infelizmente também significava que a liberdade total desapareceu da agenda.

Outros, no entanto, utilizam o conceito de "renda básica" para o apoio financeiro que pode ser dado às pessoas pobres, uma forma de renda mínima garantida. Esta é, no entanto, uma filosofia completamente diferente. Hoje, o termo é usado de forma intercambiável para se referir às duas políticas diferentes, de modo que ninguém sabe exatamente o conceito que está sendo falado. A razão pode ter a ver com a ignorância ou com uma evasão deliberada dos debates de valores difíceis aos quais uma renda básica pode dar origem. Isto não facilita a comunicação.

Por fim, gostaria de abordar uma terceira confusão de conceitos: caridade versus solidariedade. Os significados de ambos os conceitos são claros, mas são cada vez mais usados de forma intercambiável. Caridade é um mecanismo unidiretor. Aqueles que têm algo dão a pessoas que não têm nada, que, portanto, inevitavelmente se encontram em uma posição de inferioridade e têm que dizer obrigado. Aqueles que dão estão em uma posição de poder, sem querer e inevitavelmente. A solidariedade vem do 'solidário'; uma responsabilidade comum, ou na linguagem contemporânea "reciprocidade". A seguridade social é originalmente um sistema de solidariedade: todos pagam para prover a todos. Todos dão e todos recebem, de acordo com a renda e necessidade, através da redistribuição.

Há muitos outros exemplos, como a forma como a "liberdade" é falada nesta crise COVID-19. Torna-se absoluto e individual, esquecendo que toda liberdade depende da liberdade dos outros e, portanto, é necessariamente coletiva. Ou pense na "ditadura" sob a qual vivemos com o Passe Seguro COVID, como se isso tivesse algo a ver com a chamada violação da liberdade individual que as pessoas concedem a si mesmas. As medidas coletivas para a saúde pública tornam-se então impossíveis e impensáveis.”...

8. Para além da agenda do Conselho Executivo da OMS: Realidades do povo, determinantes da saúde, governança democrática...

Série de workshops da sociedade civil e briefings públicos e debates organizados pelo Geneva Global Health Hub (G2H2), 17 a 21 de janeiro de 2022.

Documentos, vídeos e documentos em [17-21 January 2022: Beyond the agenda of the WHO Executive Board. Series of civil society workshops and public briefings and debates hosted by G2H2, – G2H2](#)

Na semana anterior à 150ª Sessão do Conselho Executivo da OMS, uma série de reuniões organizadas pelo Geneva Global Health Hub (G2H2) e alguns de seus membros forneceram um espaço para compartilhar, avaliar e debater os desafios da política de saúde e governança que vão além dos itens abordados pela agenda formal da OMS, fazendo a ponte entre as políticas de saúde e a realidade das pessoas, abordando determinantes da saúde e promovendo a governança democrática.

Programação -Oficinas da sociedade civil:

Segunda-feira, 17 de janeiro de 2022, 13:00-14:30 e 15:00-16.30 CET As organizações da sociedade civil global ainda são relevantes nas organizações da ONU? Workshop organizado pelo IAHP.

Terça-feira, 18 de janeiro de 2022, 13:00-14.30 e 15.00-16.30 CET De volta a Alma Ata: OMS, espaço democrático e participação dos cidadãos na formação de políticas de saúde Workshop organizado por Viva Salud.

Mesa redonda intersectorial - Quarta-feira, 19 de janeiro de 2022 14.00-15.30 CET Nosso futuro em jogo: A captura corporativa do multilateralismo Mesa redonda pública organizada pelo Grupo de Trabalho do Povo sobre Multistakeholderismo Documentação: site TNI

Quarta-feira a sexta-feira: Briefings públicos e debates.

Quarta-feira, 19 de janeiro de 2022 16.00-17.30 CET Sistemas de saúde e resposta pandêmica na América Latina: Lições para os debates do Tratado pandemia Sessão organizada pela PHM/ALAMES

Quinta-feira, 20 de janeiro de 2022, 13.00-14.30 CET A "Revisão Universal de Saúde e Preparação": Olhando para o novo mecanismo de prestação de contas proposto de uma sociedade civil e perspectiva global de governança da saúde pública Sessão organizada pela Save the Children

Quinta-feira, 20 de janeiro de 2022, 15.00-16.30 CET Dietas saudáveis: Por que elas são tão cruciais após o COVID-19? Sessão organizada pela SID.

Sexta-feira, 21 de janeiro de 2022, 15:00-16.30 CET . O tratado pandêmico e o direito ao desenvolvimento: aprender com as aulas COVID-19 Sessão organizada pela Equipe de Projeto G2H2.

Instituições da sociedade civil com atuação na saúde global

Lara Daibert, Laurenice Pires e Luis Eugenio de Souza

Neste informe, destacamos a iniciativa do [Sustainable Health Equity Movement \(SHEM\)](#), associado a [World Federation of Public Health Associations \(WFPHA\)](#), junto ao Comitê Executivo da Organização Mundial da Saúde. A seguir, são relacionadas iniciativas recentes – posteriores a novembro de 2021 – de outras onze instituições, identificadas em buscas nos respectivos *websites*. Acrescente-se que foram visitados os *websites* de 19 instituições, sendo que, deste total, oito não informam atividades recentes, relevantes para o acompanhamento da conjuntura global da saúde.

O [Sustainable Health Equity Movement \(SHEM\)](#), juntamente com a [World Federation of Public Health Associations \(WFPHA\)](#), enviou uma carta ao Presidente do Comitê Executivo da Organização Mundial da Saúde (CE-OMS), Dr. Patrick Amoth, com cópias para o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom e para a 3ª Vice-Presidente do Comitê Executivo, Sra. Carla Moretti, da Argentina. Na carta, o movimento apresenta três questões-chave que entende que devem ser levadas à Assembleia Mundial da Saúde (AMS): a distribuição equitativa de vacinas contra a COVID-19, a negociação e adoção urgente de um Tratado Pandêmico, e o reconhecimento da COVID-19 como uma sindemia, cujo combate depende da compreensão e ação sobre múltiplas e complexas dimensões. Neste sentido, sugere a realização de uma Reunião de Alto Nível sobre a “Multideterminação e resposta integral e coordenada à sindemia da COVID-19”, na ocasião da 77ª Assembleia Geral da ONU, agendada para setembro de 2022.

A proposta do SHEM foi acolhida e apresentada pela Ministra da Saúde da Argentina, Dra. Carla Vizzotti, em sua manifestação no dia de abertura da reunião, e endossada pelos representantes do Peru e do Timor Leste. Além disso, a WFPHA, organização acreditada que mantém relações oficiais com a OMS, leu, durante a reunião, [declaração](#) em que apresentou e reforçou a proposta. Além da WFPHA [declaração](#) foi submetida conjuntamente pelas organizações não governamentais em relações oficiais com a OMS: Federação Internacional para o Envelhecimento e Médicos Internacionais pela Prevenção da Guerra Nuclear, e teve o apoio das seguintes organizações da sociedade civil: ASPHER, Commonwealth Organisation for Social Work, Eastern Mediterranean Public Health Network (EMPHNET), European Student Think Tank, Global Ageing Network, Health Care Without Harm, International Federation of Environmental Health, #Students_Against_COVID, International Veterinary Students' Association, World Patients Alliance (WPA). O SHEM também contou com o apoio da [InterAcademy Partnership](#).

Além do SHEM, dentre as organizações da sociedade civil acompanhadas, o [Global Health Council](#) submeteu declarações à 150ª sessão do Comitê Executivo da OMS, com destaque para a declaração sobre o Pilar 2 da agenda, nomeadamente o item que trata da preparação e resposta frente a emergências de saúde pública. No posicionamento, a organização defende uma abordagem de toda a sociedade para a prevenção, preparação e resposta a pandemias, que incluía a significativa participação da sociedade civil.

A [Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina](#) também enviou uma [declaração](#) ao Comitê Executivo da OMS, em que, juntamente com a [Associação Internacional de Estudantes de Veterinária](#), se posiciona sobre os itens 8 e 10 da agenda da reunião, destacando a importância de vacinas contra o HIV e HPV, bem como testagem e tratamento adequado para estas doenças.

Ainda sobre a reunião do Comitê Executivo, juntamente com o [Movimento para a Saúde das Pessoas \(PHM\)](#) e Medicus Mundi, o [Geneva Global Health Hub \(G2H2\)](#) acompanhou de perto o encontro, e promoveu [debates diários](#) entre organizações da sociedade civil sobre os temas discutidos na reunião, pontos controversos e avaliações sobre cada dia do evento.

Em [carta aberta](#) publicada no dia 30 de janeiro de 2022, mais de uma centena de organizações da sociedade civil, incluindo o [People's Vaccine Movement](#), além de especialistas e profissionais da saúde escrevem à Organização Mundial da Saúde solicitando que se acelere a conclusão e publicação de orientações sobre o autoteste para SARS-CoV-2 e destacando a urgência de uma declaração imediata manifestando apoio à adoção desta importante ferramenta para o controle da COVID-19.

Em 19 de janeiro, a [Gavi, Aliança para a Vacina](#), publicou uma [chamada](#) a autoridades mundiais para que renovem o apoio à vacinação em 2022 como parte do esforço global contra a COVID-19. Líderes da OMS, UNICEF, Gavi, e da Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias, todos parceiros no COVAX – mecanismo global para a distribuição de vacinas contra a COVID-19 – fizeram um apelo pela arrecadação de pelo menos 5,2 bilhões de dólares para o estabelecimento de um consórcio que pretende garantir ao mínimo 600 milhões de doses adicionais de vacina para enfrentar a pandemia.

O [Movimento para a Saúde das Pessoas](#) publicou, em 7 de janeiro de 2022 seu [boletim de número 16](#), em que aborda novas perspectivas para a atenção à saúde centrada nas pessoas com a eleição de governos mais progressistas, como no Chile e em Honduras. Vale destacar que, no final de dezembro de 2021, a organização publicou um *policy brief* intitulado “[Precisamos de um tratado pandêmico agora?](#)”. O documento, publicado em inglês e espanhol, explora questões trazidas pela proposta levantada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e avalia as limitações dos atuais instrumentos vinculantes disponíveis, destacando a importância de uma abordagem de direitos humanos, centrada na equidade e na justiça. Também sobre o tratado pandêmico, o Geneva Global Health Hub (G2H2) publicou, em novembro de 2021, o relatório “[A política de um tratado pandêmico da OMS em um mundo desiludido](#)”.

No mesmo dia 7 de janeiro, o [Consórcio de Universidades para a Saúde Global](#) publicou relatório que sintetiza as discussões ocorridas em evento realizado em outubro de 2021. “[A estrada para a COP27: Mudança Climática e Saúde por Três Lentes](#)” inclui resumos de três sessões com especialistas de diferentes regiões do mundo que apresentam soluções de alto impacto para tratar a crise climática e melhorar os resultados da saúde. Líderes do continente africano também dividem seus comentários sobre o que esperar da reunião da COP27 na África, em 2022.

No dia 4 de fevereiro o [Centro para Estudos Estratégicos Internacionais \(CSIS\)](#) vai realizar um painel online que marca um ano da distribuição das vacinas contra a COVID-19. O evento discutirá lições aprendidas, a divulgação de informações enganosas e estratégias para aumentar a confiança nas vacinas. O [painel de alto nível](#) será realizado em parceria com a London School of Hygiene & Tropical Medicine.

Tendo como base as metas definidas pela OMS, desde o início do mandato de Tedros, - a saber, (1) mais um bilhão de pessoas beneficiadas com cobertura universal de saúde; (2) mais um bilhão de pessoas melhor protegidas contra emergências de saúde; (3) mais um bilhão de pessoas gozando de melhor saúde e bem-estar; e, (4) mais eficácia e eficiência da OMS, prestando melhor apoio aos países – a [NCD Alliance](#) produziu um [relatório com recomendações](#) sobre as principais prioridades relacionadas às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT),

justificando que a preparação e resposta a pandemias precisa considerar as pessoas que vivem com DCNT, pois elas estão entre as mais afetadas pela pandemia de Covid-19. De forma geral, a recomendação é de que a 75ª AMS considere o relatório da declaração política da terceira reunião de alto nível sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis e adote propostas de decisão política para sua adoção.

Em outro registro, a [International Federation of Social Workers](#) e o [United Nations Research Institute for Social Development](#) anunciaram a realização da Cúpula Global dos Povos entre 29 de junho a 2 de julho de 2022, tendo como tema Co-building a New Eco-Social World: Leaving No One Behind people's. A [IFSW](#) e a [UNRISD](#) lideram as discussões sobre o tema central atuando como catalisadores de propostas possam contribuir para o desenvolvimento de novos valores, políticas e práticas locais e globais para a co-construção em direção a um novo mundo. O secretário geral do IFSW e co-facilitador da Cúpula Global do Povo resumiu [seis pontos](#) principais em que todos podem se envolver para o alcance coletivo desse objetivo. Os pontos são: econômico, desenvolvimento, nacionalismo, negócios, trabalho e responsabilidade estatal. O IFSW também divulgou a "[Declaração do Programa de Justiça Climática do IFSW sobre a COP26: um compromisso com ação contínua e responsabilidade](#)", como ação de seu [Programa de Justiça Climática](#), onde "reitera seu apoio aos esforços coletivos e internacionais em prol da justiça climática que levaram ao Pacto Climático de Glasgow"(...) como um apelo à ação e à prestação de contas".

Em síntese, os últimos três meses não foi um período muito intenso de atividades, notando-se que, do total de 19 instituições acompanhadas, quase a metade (oito) não registrou nenhum evento ou declaração pública desde novembro. A exceção foi o G2H2 que fez o acompanhamento sistemático, com debates diários sobre a pauta do Conselho Executivo da OMS. Assim como o G2H2, as demais instituições que se manifestaram se voltaram para a reunião do CE- OMS, abordando, sobretudo, pontos relativos à pandemia de Covid-19, como vacinas e testes para o SARS-CoV-2 e o tratado da pandemia. Além da pandemia, as vacinas contra o HIV e o HPV e a mudança climática foram temas de duas manifestações, sendo o último tema o único que não foi dirigido, especialmente, ao CE-OMS.

G-77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

11a. Global South-South Development Expo (GSSD Expo) 2022



Entre os dias 12 e 14 de setembro de 2022 será realizada em Bangkok na Tailândia, a **décima primeira Global South-South Development Expo (GSSD Expo) 2022**, cujo tema será: **“Avanços**

da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Recuperação Sustentável do Covid-19: Rumo a um Futuro Inteligente e Resiliente”.

Organizada pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e coorganizada pelo Governo da Tailândia e pela Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), a GSSD Expo é uma oportunidade para apresentar soluções e iniciativas de desenvolvimento bem-sucedidas baseadas em evidências, em colaboração com agências das Nações Unidas e todos os outros parceiros. Esta edição terá três objetivos principais:

Facilitar a discussão sobre como a cooperação Sul-Sul e triangular poderá melhorar e apoiar os esforços de recuperação, particularmente no enfrentamento da pobreza extrema, insegurança alimentar, inequidade na vacinação e outros desafios globais.

Identificar, apresentar e facilitar a criação e o fortalecimento de iniciativas específicas de cooperação multissetorial Sul-Sul e triangular que tenham o potencial de contribuir significativamente para uma rápida recuperação.

Rever e discutir políticas de desenvolvimento e esforços de capacitação, identificando impedimentos e medidas corretivas a serem introduzidas por meio de metodologias de cooperação Sul-Sul e triangular nos níveis nacional, regional e global.

Para saber mais sobre a [EXPO 2022](#); [Para ler a nota conceitual](#)

Idéias Sul-Sul: Cooperação Sul-Sul e Tecnologia Financeira em uma Arquitetura Econômica Globalmente Inclusiva

Este artigo foi lançado em fevereiro de 2021, pelo South-South thinkers (uma rede de coalização global de pensadores globais do Sul) e examina como os recentes avanços nas tecnologias de computação e telecomunicações estão promovendo a inclusão financeira no Sul Global, transformando drasticamente a maneira como o setor financeiro opera. Discute também o surgimento de empresas de tecnologia financeira (FinTech) sediadas no Sul Global e seus papéis na promoção da inclusão financeira em suas respectivas regiões. Uma ênfase do artigo é a internacionalização de empresas FinTech sediadas no Sul e a evolução da Cooperação Sul-Sul na arena FinTech.

Para acessar o [artigo completo](#)

G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁸⁶, Nairóbi (UNEP)⁸⁷, Paris (UNESCO)⁸⁸, Roma (FAO/IFAD)⁸⁹, Viena (UNIDO)⁹⁰ e Washington ((G-24)⁹¹.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Sua Excelência, o Senhor Makhdoom Shah Marmood Hussain Qureshi proferiu um discurso contundente em nome do país, durante a cerimônia de passagem de cargo, na sede das Nações Unidas.

O Ministro agradeceu a Ministra de Relações Exteriores da Guiné, Dra. Morissanda Kouyate por liderar com sucesso o G-77 e a China durante o ano de 2021 e agradeceu aos 134 membros do Grupo por depositarem sua confiança no Paquistão para presidir o G-77 e a China nestes tempos difíceis.

Destacou que durante os últimos quarenta e cinco anos, o G-77 e a China contribuíram significativamente para o avanço dos objetivos econômicos e sociais dos países em desenvolvimento. O grupo liderou e concebeu muitas ideias e promoveu abordagens inovadoras

⁸⁶ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁸⁷ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁸⁸ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁸⁹ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁹⁰ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁹¹ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

para a cooperação econômica internacional, como a meta para os países utilizarem 0,7% do seu Produto Nacional Bruto para Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA⁹²); disponibilidade de tratamento especial e preferencial no comércio para países em desenvolvimento e o acesso ao mercado isento de impostos para os Países Menos Desenvolvidos (PMDs).

Desde a primeira Conferência da UNCTAD até a Cúpula do Rio (1992), a adoção da Agenda 2030 e dos ODS, até a recente Conferência sobre as Mudanças Climáticas em Glasgow, o G-77 e a China têm sido os propulsores do progresso nas negociações internacionais para o desenvolvimento.

Continuou dizendo que nos tempos difíceis atuais, é essencial que “nosso Grupo” se mantenha coeso e unindo esforços coletivos para garantir e promover a prosperidade de nossos povos em condições de equidade e igualdade.

Considerou que o mundo está enfrentando uma crise tripla – a pandemia de Covid-19; a desaceleração econômica relacionada; e a ameaça representada pelas mudanças climáticas.

Ainda lutamos contra um vírus vicioso que vem causando enormes prejuízos humanos, econômicos, sociais e psicológicos. O G-77 e a China já haviam alertado que se todas as pessoas do mundo, incluindo as dos países em desenvolvimento, não fossem vacinadas rapidamente, o vírus não poderia ser vencido e retornaria. Devido à desigualdade no acesso à vacina, é isso que estamos testemunhando. É por isso que estamos nos reunindo virtualmente hoje. A lição deve ser aprendida. A produção e distribuição universal de vacinas e o fortalecimento dos sistemas de saúde são a melhor resposta à mutação do vírus Covid-19 e ao fim desta pandemia.

A pandemia afetou desproporcionalmente os países em desenvolvimento. Tanto por causa de sistemas de saúde enfraquecidos quanto por recursos escassos. Milhões de pessoas sofreram enormemente e em silêncio. Além das vidas perdidas, mais de 150 milhões de pessoas foram levadas à pobreza extrema. Mais de duas dezenas de países em desenvolvimento estão em situação de endividamento. Alguns já estão inadimplentes. Mais de vinte países sofrem de insegurança alimentar. A fome persegue alguns, especialmente os que se encontram em zonas de conflito na África e no Afeganistão.

Embora o aporte financeiro maciço (mais de US\$ 17 trilhões) tenha ajudado os países mais ricos, a maioria dos países em desenvolvimento ainda sofre com a recessão mais severa dos últimos 100 anos. Apesar do G-20 ter acordado na da suspensão da dívida e o aumento do financiamento de instituições para o desenvolvimento, o mundo em desenvolvimento teve acesso a menos de US\$ 100 bilhões em recursos adicionais para estimular suas economias. Com o ressurgimento da demanda nos países mais ricos e a interrupção das cadeias de produção e fornecimento, os preços de todas as commodities e bens essenciais dispararam, acrescentando ainda, o aumento da inflação, aos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento e especialmente pelos setores mais vulneráveis de sua população.

O cumprimento dos ODS e da Agenda 2030 vêm sofrendo atrasos e estima-se que já seja de pelo menos uma década. Será necessário um esforço global hercúleo para permitir que os países em desenvolvimento se recuperem e voltem a caminhar em prol de seus ODS dentro dos prazos previstos. Os países em desenvolvimento necessitam apoio financeiro de pelo menos US\$

⁹² ODA refere-se à ajuda destinada a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento

4,3 trilhões para fazê-lo. Esses recursos devem ser mobilizados de todas as fontes possíveis: reestruturação da dívida; cumprimento da meta de ODA de 0,7%; redistribuição dos novos SDRs⁹³ (reservas especiais do FMI) de US\$ 650 bilhões; e maiores financiamentos concessionais do FMI e dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento não podem se recuperar se seus orçamentos forem ainda mais limitados por pacotes de austeridade, aumentos nos preços de energia e enfraquecimento de suas moedas. Nenhum país deve ser impedido de servir seu povo.

Também é essencial abordar as causas estruturais e subjacentes do subdesenvolvimento e da crescente desigualdade.

Uma questão crítica é a saída ilícita de trilhões de dólares dos países em desenvolvimento, drenando sua capacidade de alcançar o crescimento e desenvolvimento sustentados. Os bens roubados dos países em desenvolvimento devem ser devolvidos sem demora e ofuscação. Precisamos adotar novos instrumentos sobre lavagem de dinheiro e cooperação tributária e estabelecer um órgão da ONU para monitorar, deter e reverter os fluxos financeiros ilícitos, conforme recomendado pelo Painel FACTI⁹⁴.

O G-77 e a China também devem promover reformas apropriadas na arquitetura financeira internacional e no regime de comércio mundial para induzir a equidade e avançar nas metas de desenvolvimento. As finanças e o comércio mundial não podem continuar a deixar para trás os mais vulneráveis.

Nossos países precisam instalar infraestrutura adequada para energia, transporte, manufatura, agricultura, para obter um crescimento sustentado. Um investimento de US\$ 1,5 trilhão é necessário anualmente em infraestrutura sustentável nos países em desenvolvimento. A ONU pode e deve desempenhar um papel de liderança na mobilização desse investimento.

Junto com a pandemia e a crise de desenvolvimento, nossos países também enfrentam a ameaça existencial das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Os países em desenvolvimento foram os que menos contribuíram para a crise climática. No entanto, somos nós que sofremos as maiores consequências desta crise.

Promessas ousadas foram feitas pelos países industrializados na COP-26 em Glasgow. Resta saber se essas promessas, como a redução das emissões de carbono em 45% até 2040; fornecimento de mais de US\$ 100 bilhões anualmente em financiamento climático e financiamento duplo de adaptação; para responder às "perdas e danos" sofridos pelos países em desenvolvimento, será realmente cumprida.

É claro que o maior ônus da mitigação deve ser assumido pelos países industrializados. Não se pode pedir aos países em desenvolvimento que sacrifiquem o desenvolvimento pelo seu povo para remediar a crise criada pelo mundo industrializado. Todas as ações climáticas devem aderir ao Princípio da Responsabilidade Comum, mas diferenciada entre todos os países.

O Paquistão trabalhará com todos os membros do nosso Grupo para desenvolver uma ação eficaz e concertada para responder aos múltiplos desafios enfrentados pelos nossos países.

⁹³ Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

⁹⁴ O Painel FACTI é o Painel de Alto Nível sobre Responsabilidade Financeira Internacional, Transparência e Integridade para Alcançar a Agenda 2030, sob a responsabilidade do ECOSOC

Espero que possamos convocar a Terceira Cúpula do Sul em Uganda este ano. O Paquistão trabalhará com Uganda para garantir o sucesso da Cúpula, que oferecerá uma oportunidade para o Grupo definir suas políticas e prioridades para a próxima década, coincidindo com a Década de Ação para implementar os ODS.

Também faremos todos os esforços para melhorar a coordenação, transparência e consistência no trabalho do G-77 e da China.

A coordenação ativa entre o Grupo em Nova York e seus vários capítulos em outros locais também é essencial para garantir a coerência nas ações globais do Grupo. Talvez possamos criar um Conselho de Coordenação para este fim.

O Grupo deve também reforçar a sua unidade, coerência e solidariedade. Cada um de nossos membros deve ter empatia, apoiar e acomodar os interesses de outros membros em um espírito de solidariedade.

A Cooperação Sul-Sul é um importante instrumento para promover essa solidariedade. Nesse sentido, saudamos a Iniciativa de Desenvolvimento Global da China. Existem vários exemplos bem-sucedidos de tal cooperação dentro do G-77. Devemos reforçar e fortalecer a Cooperação Sul-Sul, sem substituir a Cooperação Norte-Sul.

Nossos países e povos enfrentam desafios monumentais. Precisamos mudar as políticas que perpetuam a desigualdade e a pobreza. Precisamos de uma resposta positiva do Norte aos objetivos e aspirações legítimos do mundo em desenvolvimento. Sem isso, não conseguiremos apoio mútuo, solidariedade e unidade. Que este apoio mútuo, solidário e unido, se torne nossos princípios orientadores enquanto nos esforçamos para construir um amanhã melhor para nossos povos.

Outros destaques do G-77 e da China

Entre os dias 30 de novembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, o G-77 e a China participaram de 10 reuniões da Assembleia Geral.

New York – 30 de novembro de 2021 – Discurso de abertura proferido por Sua Excelência Dr. Morissanda Kouyaté, Ministra de Relações Exteriores, Cooperação Internacional, Integração Africana e Guineenses vivendo no exterior da República da Guiné, presidente da 45ª Reunião anual de Ministros de relações exteriores do Grupo dos 77.

A ministra deu as boas-vindas à 45ª Reunião Anual de Ministros do Grupo dos 77 e declarou que a presença dos participantes, mesmo de forma virtual, demonstra a importância e o apoio ao grupo.

Lembrou que o mandato da Guiné, como Presidente do G-77, no início de 2021, foi marcado pela crise global da Covid 19 que afetou todos os setores de desenvolvimento.

O diálogo interativo sobre a pandemia Covid 19 e os desafios para o desenvolvimento, que a Presidência do G-77 está propondo para esta reunião, será uma oportunidade para continuar as discussões sobre a Agenda 2030, de acordo com os princípios e objetivos que sustentam a ação do nosso Grupo.

Nos diversos fóruns internacionais, a Guiné tem defendido os interesses coletivos do G-77 e da China a favor de uma agenda de desenvolvimento diferenciada, baseada no espírito de parceria e responsabilidade comum.

Como parte do reposicionamento do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas para a implementação da Agenda 2030, nosso Grupo sempre reafirmou que a eliminação da pobreza em todas as suas formas e em todas as suas dimensões é a prioridade, objetivo absoluto e fundamental. Nesse sentido, é da maior importância que as atividades operacionais do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas levem em consideração a necessidade de fortalecer as capacidades dos países em desenvolvimento e de assegurar os recursos financeiros relacionados.

A 15ª sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada de forma virtual, em 1º de outubro em Bridgetown, Barbados, se insere no contexto de relações mais equitativas em relação ao comércio, investimento e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.

A cooperação Sul-Sul é uma contribuição importante para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, a “Terceira Cúpula do Sul” será a oportunidade perfeita para reafirmar os princípios e objetivos de nosso Grupo desde sua criação em 1964.

Na 26ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática (COP 26) realizada em Glasgow de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021, nosso Grupo enfatizou a importância de obter recursos financeiros regulares e suficientes para os países em desenvolvimento, de acordo com a estrutura da convenção e o Acordo de Paris, para capacitá-los a fortalecer suas ações para adaptar e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Ao expressar nosso profundo agradecimento aos países em dia com suas contribuições regulares, gostaria de reiterar meu apelo aos outros Estados Membros para que cumpram com suas obrigações financeiras.

Também gostaria de agradecer aos países que já contribuíram generosamente para apoiar o processo preparatório para a "Terceira Cúpula do Sul", e solicitar contribuições de outros, de acordo com o mandato conferido por nossos Ministros das Relações Exteriores em sua 43ª Reunião Ministerial, realizada em Nova York em setembro de 2019.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para estender nossos mais sinceros parabéns ao Paquistão, que assumirá a presidência de nosso Grupo no próximo ano, e assegurar-lhe nosso total apoio. Também presto uma merecida homenagem à Secretaria Executiva do G-77, sob a liderança do Embaixador Mourad Ahmia, por sua dedicação e boa colaboração.

A promoção do multilateralismo a serviço de relações econômicas internacionais mais equitativas constitui uma diretriz permanente do Grupo dos 77, que continuará a inspirar nossa ação nos próximos anos, no seio das Nações Unidas.

A República da Guiné teve a honra de presidir o G-77 neste momento crítico da história. O nosso Grupo empregou todos os esforços para contribuir para a implementação e promoção dos seus princípios e objetivos ao longo deste ano, com o apoio de todas as delegações. Continuaremos com estes esforços até o fim de nosso mandato.

New York – 02 de dezembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2022. Oitavo relatório anual de

progresso do Plano estratégico do patrimônio do Escritório das Nações Unidas em Genebra no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

New York – 06 de dezembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 135 da agenda: Relatórios financeiros e demonstrações financeiras auditadas e relatórios do conselho de auditores no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

New York – 09 de dezembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2022. Relatório final de progresso do projeto de recursos empresariais (UMOJA) no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

New York – 10 de dezembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2022. Construção e gestão de imóveis em relação ao progresso sobre a substituição de blocos de escritório no Escritório das Nações Unidas em Nairobi (UNON) no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

New York – 15 de dezembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2022. Condições de deterioração e capacidade limitada de serviços de conferência no Escritório das Nações Unidas em Nairobi (UNON) no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

New York – 23 de dezembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no encerramento no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

New York – 14 de janeiro de 2022

Declaração feita por Sua Excelência a Ministra de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e integração Africana e Guineenses vivendo no exterior, da República da Guiné na cerimônia de passagem de cargo de Presidente do G-77 e da China para o Paquistão

New York – 20 de janeiro de 2022

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Munir Akram, representante permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na reunião conjunta do Presidente do ECOSOC e Presidente da Assembleia Geral

O Embaixador destacou o desafio triplo (recuperação da Pandemia do Covid-19; realização dos ODS durante o resto da década de ação e a ameaça das mudanças climáticas) como pontos fundamentais para todos os países.

Destacou ainda a desigualdade de acesso às vacinas que prejudicam enormemente a recuperação da pandemia do Covid-19 nos países em desenvolvimento. Reafirmou que as barreiras ao desenvolvimento incluindo os equipamentos médicos, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e ampliação das capacidades de fabricação locais e regionais são desafios importantes a serem enfrentados.

Saudou a iniciativa do Presidente da AGNU para convocar uma reunião de alto nível para discutir a equidade das vacinas e apelou ao ECOSOC e AGNU que continuem a desempenhar seus respectivos papéis para garantir a equidade das vacinas.

Outros pontos importantes levantados pelo Embaixador:

Geração de recursos financeiros para recuperar as economias pois a dívida dos países em desenvolvimento é um fardo insustentável. O Grupo, portanto, apoia o Debate Temático de Alto Nível sobre "Sustentabilidade da Dívida para Melhor Recuperação" a ser convocado conjuntamente pelos Presidentes da Assembleia Geral e do ECOSOC.

Da mesma forma, é necessário garantir que a nova alocação de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) do FMI sejam utilizadas para a recuperação dos países em desenvolvimento necessitados.

A universalização do acesso à proteção social deve ser uma prioridade em 2022.

Necessidade de investir em infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente é fundamental para a recuperação da COVID-19 e a conquista do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Acompanhamento das propostas do acordo de Paris e Pacto Climático de Glasgow.

O relatório do Secretário-Geral intitulado "Nossa Agenda Comum" traz várias novas iniciativas de interesse para os países em desenvolvimento.

Combate ao racismo, busca da igualdade e o princípio de não deixar ninguém para trás incorporado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O G-77 e a China continuarão a dar prioridade aos países menos desenvolvidos, países sem acesso ao mar, e países insulares em desenvolvimento.

O ano de 2022 terá uma série de marcos e eventos cruciais para a agenda de desenvolvimento sustentável, incluindo a adoção do Quadro de Biodiversidade Pós-2020, 2ª Conferência de Alto Nível sobre a Década Internacional de Ação "Água para o Desenvolvimento Sustentável" (2018-2028), a 2ª Conferência dos Oceanos, a Reunião de Alto Nível sobre a Nova Agenda Urbana e a 5ª Conferência do Programa Mundial de Alimentos.

O G-77 e a China continuam comprometidos no processo de garantir uma recuperação sustentável e inclusiva guiada pela Agenda 2030 e está pronto para trabalhar ativamente com a Assembleia Geral e o ECOSOC para alcançar esse objetivo.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as

partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Desde a sua fundação, o MNA tem dado voz aos países em desenvolvimento e tem encorajado suas ações em assuntos globais. O MNA representa os interesses e aspirações dos países em desenvolvimento e surgiu no contexto da descolonização pós Segunda Guerra Mundial. No cenário da guerra fria, os países em desenvolvimento argumentavam que não queriam ser obrigados a se aliar com uma das duas superpotências antagônicas e que deveriam sim, se unir e apoiar a autodeterminação nacional contra qualquer forma de colonialismo ou imperialismo.

Como condição para fazer do movimento, o país não pode ter assinado nenhum acordo militar multilateral com uma das grandes superpotências. No entanto, a ideia de não alinhamento não significa que um país deva remanescer passivo ou mesmo neutro na esfera da política internacional.

Ao contrário da (ONU) ou da OEA, o MNA não possui constituição formal ou secretaria permanente. Todos os membros do MNA igual peso dentro de sua organização e as posições do movimento são alcançadas por consenso na Conferência de Cúpulas de Chefes de Estado ou de Governo, que geralmente se reúne a cada três anos, quando se elege o novo presidente.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaques do MNA

New York – 29 de dezembro de 2021

Comunicado do Grupo de países que fazem parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (NPT) sobre como prosseguir para a convocação da décima Conferência de Revisão do NPT em 2022

O grupo de países dentro do MNA que fazem parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (NPT) reafirma que a Conferência de Revisão do tratado (RevCon) é uma oportunidade para avaliar a implementação das obrigações dos países em relação ao tratado. Aprendendo com o fracasso da conferência anterior, o Grupo continua empenhado em garantir o sucesso da próxima RevCon, que ajudará a cumprir o objetivo do NPT como instrumento indispensável para alcançar um mundo livre de armas nucleares.

Recordando a alta prioridade atribuída pela maioria dos Estados-Membros da ONU que são Partes do NPT, a convocação da décima RevCon o mais cedo possível em 2022 deverá ser

um item prioritário na sede da ONU, bem como a disponibilidade de instalações e serviços necessários para a sua realização. O Grupo está pronto para contribuir no processo de consulta para decidir o novo calendário da reunião.

Para ler o [comunicado por inteiro](#)⁹⁵.

New York – 07 de janeiro de 2022

Comunicado do Escritório de Coordenação do MNA sobre a convocação de uma reunião do Gabinete de Israel em 26 de dezembro de 2021 no Golã Sírio Ocupado

O Escritório de Coordenação do MNA condena veementemente a convocação de uma reunião do Gabinete de Israel em 26 de dezembro de 2021 no Golã sírio ocupado, bem como sua declaração de gastar 317 milhões de dólares para dobrar o número de colonos no Golã sírio ocupado construindo dois novos assentamentos. Esta reunião e plano provocam uma escalada e uma grave violação do direito internacional e das resoluções relevantes das Nações Unidas, particularmente a resolução 497 (1981)⁹⁶ do Conselho de Segurança.

O MNA reitera que todas as medidas e ações tomadas, ou a serem tomadas por Israel, a potência ocupante, que pretendam alterar o status legal, físico e demográfico do Golã Sírio Ocupado e sua estrutura institucional, bem como como as medidas israelenses para aplicar sua jurisdição e administração lá, são nulas e sem efeito legal.

Para ler o [comunicado por inteiro](#)

⁹⁵ O site só abre com o browser FIREFOX

⁹⁶ Resolução 497 (1981) na íntegra:

O Conselho de Segurança,

Tendo considerado a carta de 14 de dezembro de 1981 do Representante Permanente da República Árabe Síria contida no documento S/14791,

Reafirmando que a aquisição de território pela força é inadmissível, de acordo com a Carta das Nações Unidas, os princípios do direito internacional e as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança,

1. Decide que a decisão israelense de impor suas leis, jurisdição e administração nas colinas de Golã sírias ocupadas é nula e sem efeito jurídico internacional;
2. Exige que Israel, a potência ocupante, rescinda imediatamente a sua decisão;
3. Determina que todas as disposições da Convenção de Genebra Relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949, continuam a ser aplicadas ao território sírio ocupado por Israel desde junho de 1967;
4. Solicita ao Secretário-Geral que informe o Conselho de Segurança sobre a implementação desta resolução no prazo de duas semanas e decide que, em caso de descumprimento por parte de Israel, o Conselho de Segurança se reunirá com urgência, o mais tardar em 5 de janeiro de 1982, considerar a adoção de medidas apropriadas de acordo com a Carta das Nações Unidas.

G7 e G20: Novas lideranças; OCDE: Novas adesões

Pedro Burger, Paulo Esteves. Thaiany Medeiros Cury. Vinicius Roland e Júlia Abbud Ribeiro

G7 - Alemanha: discurso engajado

A Alemanha assumiu a presidência do G7, com expectativas de que vá liderar o G7 com foco na agenda de Ação Climática e defesa da agenda multilateral para preparação contra futuras pandemias e desenvolvimento sustentável das economias.

A Alemanha trouxe como seus cinco principais objetivos na cadeira da presidência do G7 (i) a sustentabilidade através de alianças estratégicas; (ii) estabilidade econômica e transformação; (iii) suporte para vidas saudáveis; (iv) investimentos sustentáveis para o futuro; e (v) união.



Photo: Bundesregierung

Foi declarado que as políticas prioritárias para a Alemanha dentro do G7 envolverão temas de cooperação multilateral e coesão, trazendo um discurso de união e continuidade para os parceiros do bloco, com a ressalva de que a Alemanha trará também novas formas de cooperação para enfrentar os desafios globais, tentando trazer a China para um diálogo construtivo sobre ações globais contra o aquecimento global e respeito aos direitos humanos.

A pauta ambiental já vem anunciada desde dezembro de 2021, quando a Ministra de Relações Exteriores alemã, Annalena Baerbock, do Partido Verde, reforçou as consequências da crise climática global para a paz e segurança de países em desenvolvimento e para a Europa. A proposta do país para o G7 é que seja criado um “Clube do Clima” para avançar pautas ambientais com viés de transformações equitativas, em sintonia com prosperidade econômica para um futuro sustentável.

A Ministra Svenja Schulze, de Cooperação Econômica e Desenvolvimento declarou que:

“Sob seu novo governo, a Alemanha não apenas continuará a ser um parceiro confiável no desenvolvimento global, mas também se envolverá ainda mais politicamente. Há muito o

que conversar se quisermos alcançar as metas da Agenda 2030. Os países do G7, como os mais ricos do mundo, têm uma responsabilidade especial em responder à pandemia Covid-19 e às mudanças climáticas. Eles devem mostrar solidariedade global com os mais pobres.”⁹⁷

Dessa forma, vemos a postura de cooperação e solidariedade com países menos favorecidos para o combate à pandemia, com viés de cumprir metas da agenda 2030 e trazer uma pauta global também na esfera da saúde pública. A ver se terá alguma concretude.

A Alemanha propõe a continuidade do papel do G7 em relação ao controle da pandemia e arquitetura da saúde global, com o seguimento do Acelerador ACT, o programa COVAX de vacinação, assim como apoio à produção local de vacinas em países em desenvolvimento para o alcance da vacinação de 70% da população mundial, conforme proposto pela OMS. Compromisso repetido em vários fóruns multilaterais, a ainda não alcançado.

Na esteira da estreia da Alemanha, a ameaça de invasão à Ucrânia pela Rússia trouxe a primeira situação delicada para gerir: o discurso de unidade com outros membros europeus veio à tona, com promessa de solidariedade à Ucrânia e ameaças de retaliação econômica contra a Rússia, apesar do discurso voltado para soluções através do diálogo.

Análise: Em resumo, no discurso inicial a Alemanha vem indicando que tentará conduzir os países industrializados da Europa para um movimento de crescimento verde, preocupação com o multilateralismo e cooperação mútua global, visando atingir as metas da agenda 2030, redução das emissões de carbono, estímulo para melhoria das condições de trabalho, apoio à vacinação global para a superação da pandemia de Covid-19 e preparação para futuras pandemias (com especial destaque para a resistência microbacteriana), com a ajuda de bancos de desenvolvimento para a integração com outros blocos, principalmente os envolvidos com países em desenvolvimento.

Transpareceu também em suas metas de abertura uma grande preocupação no respeito de direitos humanos, o que poderá fomentar atritos com países que ignoram esses padrões ambientais e de direitos humanos, principalmente no que tange as relações comerciais em cadeias globais de produção.

Referências

Germany takes over G7 presidency, em: [Germany to use G7 presidency to accelerate climate action | News | DW | 21.01.2022](#)

Políticas Prioritárias da Alemanha na Presidência em 2022: [2022-01-21-g7-programm-en-data.pdf \(g7germany.de\)](#)

[Programme for the German G7 Presidency: Progress towards an equitable world \(g7germany.de\)](#)

Germany’s G7 Presidency in 2022: An opportunity for development cooperation, em: [Germany’s G7 Presidency in 2022 | BMZ](#)

“Germany to use G7 presidency to accelerate climate action”, em : <https://www.dw.com/en/germany-to-use-g7-presidency-to-accelerate-climate-action/a-60504925>

⁹⁷ Tradução livre, original disponível em: [Germany’s G7 Presidency in 2022 | BMZ](#)

G20 - A presidência da Indonésia: expectativas de mudança e o que ainda se mantém

Neste período, o G20 iniciou suas atividades sob a nova presidência da Indonésia. Entre as reuniões iniciais, destacam-se: primeiro encontro dos Sherpas, primeira reunião dos ministros das finanças e bancos centrais e encontro da força tarefa conjunta das finanças e saúde. Uma importante conferência no âmbito do Think Tanks do G20, Inception Conference, terá lugar nos dias 9 e 10 de fevereiro.



Sendo a terceira presidência do G20 em meio à pandemia de Covid-19, a Indonésia mantém o foco no processo de recuperação da economia global, considerando um mundo mais desigual devido ao aumento da pobreza e da falência em atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No primeiro encontro dos Sherpas, em 7 e 8 de dezembro, em Jakarta, o Ministro da Economia, Airlangga Hartarto ressaltou a oportunidade de mostrar a liderança da Indonésia na arena global para enfrentar desafios, bem como o interesse nacional em uma recuperação econômica inclusiva, forte e sustentável.

O tema para essa presidência é *“Recover Together, Recover Stronger”*, com ênfase em três tópicos principais:

Arquitetura global da saúde: reforço da arquitetura e governança em saúde pós-pandêmica, bem como incentivar os países da ASEAN, especialmente a Indonésia, a tornarem-se um hub de transferência para o desenvolvimento e produção de vacinas;

Transformação digital: esforço para incentivar a economia através da tecnologia digital e encorajar a digitalização de novas formas de crescimento.

Transição energética: expandir o acesso à tecnologia limpa e acessível e a criação de um fundo para acelerar a transição para energia sustentável.

A nova presidência inovou em introduzir a chamada *“Sofa Talk”*, uma sessão de brainstorming para os Sherpas do G20 dialogarem de forma mais profunda sobre os esforços para melhoria do G20. Além disso, houve uma visita ao Centro para a Inovação da Indústria Digital (PIDI) como um esforço para apresentar a indústria digital da Indonésia. O encontro

contou com delegações de 24 países, convidados e organizações internacionais presencialmente e 15 delegados de forma virtual.

Ao fim, o Ministro ressaltou as expectativas e responsabilidades do grupo, para que não seja uma “torre de marfim”, que não é sensível às condições econômicas globais. Para ele, o G20 deve ser uma referência na solução da incerteza e problemas globais. Para isso, a Indonésia convida os países em desenvolvimento e organizações internacionais para formular ações concretas para a recuperação econômica. Ressalta, ainda, que a chegada de delegações ao país vai trazer benefícios econômicos, diretos e indiretos, nos setores hoteleiro, transporte, pequenas e médias empresas e o aumento da confiança dos investidores na Indonésia.

Já no campo das Finanças e Saúde, a primeira reunião dos Deputados das Finanças e Bancos Centrais (FCBD), ocorreu nos dias 9 e 10 de Dezembro de 2021. O evento contou com o expert staff associado ao Ministro das Finanças para Macroeconomia e Finanças, Wempi Saputra.

Saputra reforçou a responsabilidade do G20 enquanto fórum de cooperação internacional onde são discutidas agendas para a reforma da ordem econômica global e que, com a liderança da Indonésia, será criada uma melhor governança e ambiente operacional para a recuperação econômica global em curso.

Foram seis sessões ao total, em que se discutiram os seguintes tópicos: as perspectivas e riscos econômicos globais; padronização progressiva de políticas relacionadas à pandemia, com a maioria dos membros levantando a importância de coordenar a distribuição e a necessidade de financiamento das vacinas e uma comunicação adequada; impacto a longo prazo da pandemia com reformas que garantam a resiliência do setor financeiro e de instituições financeiras não-bancárias (NBFIs); Rede Internacional de Segurança Financeira; dívida dos países pobres; Moeda Digital do Banco Central; transição energética; tributação internacional, com concordância dos deputados, para criar uma arquitetura fiscal mais justa e estável.

Já na Reunião da Força Tarefa Conjunta sobre Finanças e Saúde (JFHTF), que ocorreu no dia 26 de Janeiro, estiveram presentes os membros, convidados, a Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo Monetário Internacional (FMI), Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, OCDE e outras. Foi apresentado o Relatório do Programa de Trabalho que inclui questões sobre o reforço da coordenação financeira e sanitária, a criação do secretariado do JFHTF, e o Fundo Mundial de Financiamento da Saúde.

Sobre a Pandemia, os membros reforçaram o apoio ao ACTA- Accelerator e a meta de 70% da população mundial vacinada até meio de 2022. Ressaltaram o papel do novo Secretariado no apoio à coordenação sanitária e financeira para a prevenção, preparação e resposta da pandemia e outras emergências sanitárias, em conformidade com o Regulamento Sanitário Internacional.

O aumento dos casos originados pela variante Omicron dominou essa e outras discussões no âmbito do grupo, que deu importância à vacinação dos países menos desenvolvidos e com acesso limitado às vacinas.

A OMS e o Banco Mundial, junto aos Ministros das Finanças e Saúde, trabalharão em prol de uma maior identificação, a fim de aumentar a cooperação entre os setores de finanças e saúde. Novos resultados vão ser apresentados no encontro de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais em 17 e 18 de Fevereiro.

No encontro do FWG (Framework Work Group) foi salientada a importância de políticas macroeconômicas para encorajar a recuperação econômica, a inflação e equilibrar a cadeia de abastecimento. Para isso, foi enfatizada a necessidade de um maior compartilhamento de conhecimentos entre os membros.

Para concluir, nos dias 9 e 10 de fevereiro, o T20 vai realizar a Inception Conference, marcando a entrega da presidência do T20 da Itália para a Indonésia. Será uma cerimônia de abertura para o grupo de Think Tanks e institutos de pesquisa. O objetivo é orientar as inovações políticas durante a presidência indonésia do G20 que abordam áreas prioritárias, desde mudança climática à transição digital, coesão social ao crescimento e à estabilidade financeira.

REALIZING
INCLUSIVE
RECOVERY FROM
THE COVID-19
PANDEMIC

T20
INDONESIA
2022 THINK
INCEPTION CONFERENCE

WEDNESDAY & THURSDAY
9-10 FEBRUARY 2022
06:20 PM (UTC+07:00, JAKARTA TIME)

REGISTER HERE
event.t20indonesia.org/inception

YOUTUBE LIVESTREAM
live.t20indonesia.org/inception

Análise: As perspectivas para essa nova presidência estão baseadas na ênfase a uma maior cooperação entre os países, principalmente aqueles em desenvolvimento. O discurso do Ministro Airlangga Hartarto configura uma crítica às gestões anteriores, em que o G20 parecia desvinculado das questões práticas da realidade. Percebe-se, também, um tom de entrada definitiva nas arenas de poder por parte da Indonésia, ressaltando seus interesses, como refletido na fala do presidente Joko Jokowi Widodo: “Utilizaremos isto para lutar pelos interesses da Indonésia, bem como pelos interesses dos países em desenvolvimento”⁹⁸. Resta aguardar pelos próximos passos, em futuros encontros e na Cimeira, para saber que posições concretas serão assumidas pela presidência e que ações serão adotadas pelo grupo. De fato, a presidência da Indonésia tem quatro grandes desafios: (i) conciliar diferentes interesses e produzir decisões significativas em um quadro de crescente rivalidade entre China e Estados Unidos e crescentes tensões geopolíticas entre as potências ocidentais e a Rússia; (ii) redefinir o papel do G20 na promoção da cooperação e coordenação internacionais em um quadro de

⁹⁸ Tradução livre. Disponível em: <https://g20.org/g20-presidency-strengthens-indonesias-leadership-in-the-eyes-of-the-world/> Acesso em: 31/01/2022.

crise ou paralisia das instituições multilaterais; (iii) redefinir a natureza do G20 entre um grupo destinado à promoção de coordenação diante de crises ou um talk-shop acerca de questões de caráter estrutural. Tal definição aponta para a perda de relevância do G20 em um contexto em que deve (iv) enfrentar a concorrência do G-7 que busca re-centrar as decisões de política internacional entre as potências ocidentais.

Referências

G20 Finance and Central Bank Deputies Meeting Runs Well with Productive Discussions. G20. Disponível em: <https://g20.org/g20-finance-and-central-bank-deputies-meeting-runs-well-with-productive-discussions/> Acesso em: 31/01/2022.

The 2nd G20 Joint Finance and Health Task Force (JFHTF) Meeting: G20 Finance and Health Ministries Continue to Collaborates on Pandemic and Future Health Emergencies Prevention, Preparedness, and Response (PPR). G20. Disponível em: <https://g20.org/the-2nd-g20-joint-finance-and-health-task-force-jfhtf-meeting-g20-finance-and-health-ministries-continue-to-collaborates-on-pandemic-and-future-health-emergencies-prevention-preparedness-and-resp/> Acesso em: 31/01/2022.

1st G20 Sherpa Meeting: Indonesia Calls for World's Cooperation to Achieve Inclusive, Sustainable Economic Recovery. G20. Disponível em: <https://g20.org/1st-g20-sherpa-meeting-indonesia-calls-for-worlds-cooperation-to-achieve-inclusive-sustainable-economic-recovery/> Acesso em: 31/01/2022.

Kicking off G20 Presidency, Indonesia Holds First G20 Sherpa Meeting in Jakarta. G20. Disponível em: <https://g20.org/kicking-off-g20-presidency-indonesia-holds-first-g20-sherpa-meeting-in-jakarta/> Acesso em: 31/01/2022.

Indonesia Calls for Macroeconomic Policy Synergy at G20 FWG Meeting. G20. Disponível em: <https://g20.org/indonesia-calls-for-macroeconomic-policy-synergy-at-g20-fwg-meeting/> Acesso em: 31/01/2022.

A OCDE em expansão, incluindo o Brasil

Em dezembro e janeiro, no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), dois eventos merecem destaque: a abertura dos debates acerca do ingresso do Brasil (e de outros cinco países – Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia) na organização e a publicação de relatório sobre a efetividade dos certificados de vacina (1). Tais eventos produzem impactos sobre a inserção internacional do Brasil (incluindo aqui a saúde global) e sobre suas políticas públicas no campo da saúde.

Após três décadas de aproximação, o Brasil está mais perto do ingresso na OCDE. Em 1991, o país enviou sua primeira missão à organização, iniciando processo de convergência com o grupo e, em 1999, o organismo internacional criou um programa direcionado especificamente para o país. Em 2017, o país manifestou sua intenção de ingressar como membro pleno no grupo e, no ano seguinte, o pleito brasileiro tornou-se prioridade da atual administração federal (2). Os eventos centrais do processo de acessão do Brasil à OCDE estão descritos no quadro 1.

**Quadro 1 - Brasil: sequência temporal dos principais passos
no processo de aproximação com a OCDE**

Ano	Passo
1978	Convite para participar do Comitê do Aço
1994	Brasil integra os trabalhos do Comitê de Desenvolvimento e começa a participar de outros comitês da OCDE, como membro pleno ou observador
1996	Brasil integra o Comitê do Aço como membro pleno
1997	Brasil assina as quatro decisões (vinculantes) e as cinco recomendações da área de investimentos internacionais e empresas multinacionais
1999	OCDE cria um programa direcionado ao Brasil
2000	Brasil assina a Convenção de Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais e a revisão das Diretrizes para Empresas Multinacionais e Investimentos Estrangeiros (Diretrizes)
2003	Começa a operar no Brasil a estrutura do Ponto de Contato Nacional (PCN) para a conduta empresarial responsável das empresas multinacionais
2007	OCDE promove o engajamento ampliado com um grupo de grandes economias emergentes – Brasil, China, Índia, África do Sul e Indonésia
2012	OCDE concede status de parceiros-chave da organização a um grupo de países, inclusive o Brasil
2015	OCDE assina acordo de cooperação com o Brasil, com um programa de trabalho a ser desenvolvido até 2017
2017	Brasil apresenta pedido formal de acessão à OCDE

Fonte da Tabela 1: Renato Baumann. 2021. O que esperar da membresia na OCDE? Revista Tempo do Mundo, n.25, p.35.

No dia 25 de janeiro, os membros da OCDE votaram, unanimemente, em favor do início do processo de entrada do Brasil no grupo. O país já adotou 103 dos 251 dos atuais, instrumentos normativos da organização (2). A decisão também contemplou a entrada da Argentina, do Peru e de países europeus como Croácia, Bulgária e Romênia.

Os próximos passos são a formação de *Accession Roadmaps* para cada um desses candidatos e a avaliação desses documentos pelo Conselho da OCDE. Em seguida o grupo verificará a aderência das políticas nacionais aos valores da organização, expressos no [60th Anniversary Vision Statement](#) e no [Ministerial Council Statement](#). Antes de ingressarem definitivamente, os países deverão realizar reformas para adequar suas práticas àquelas da OCDE. Após esse escrutínio, o Conselho votará, por unanimidade, em favor do ingresso do membro, para que ele entre efetivamente na organização (1).

Análise: O ingresso brasileiro na OCDE é bastante controverso e caso se realize pode ter grande impacto sobre a diplomacia brasileira e, particularmente sobre a diplomacia da saúde. De fato, o ingresso na OCDE pode alterar a percepção sobre o posicionamento do Brasil no eixo norte x sul, afetando seu pertencimento à grupos como G-77, BRICS, IBSA ou pelo menos sua capacidade de liderá-los. Além disso, independente de seu ingresso ou não no CAD, a percepção acerca da aderência brasileira aos princípios da cooperação sul-sul também poderá sofrer prejuízos. Finalmente, cabe perceber que o início do processo de acessão se dá no contexto da chamada troika do sul na presidência do G-20 (Indonésia, Índia e, finalmente, Brasil).

Passaporte de Vacinação

Sobre os certificados de imunização, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico publicou estudo sobre os efeitos da adoção dessas medidas em seus Estados-membros. Diante do aumento da taxa de transmissibilidade do novo Coronavírus, a discussão sobre a efetividade do passaporte de imunização tornou-se central nas políticas públicas de saúde nacionais. Por isso, a OCDE investigou a utilidade dessa medida, concluindo que está surgindo um consenso em favor da efetividade das certificações para elevar a adesão popular às campanhas de vacinação, mas destacou que ainda faltam dados para concluir definitivamente que a exigência de certificados causou aumento do número de pessoas imunizadas. Além disso, a pesquisa identificou que 28 Estados-membros já pedem algum tipo de certificado, que varia conforme o nível de incidência do vírus, a região, a ocupação do indivíduo e o tipo de espaço público cujo acesso está condicionado. (3)

Análise: A publicação de relatório acerca do potencial impacto da certificação sobre a adesão das populações à vacina pode reforçar a posição dos grupos que defendem esse mecanismo tanto em países membros como não-membros. Ademais, a multiplicação de países que adotam algum tipo de certificação pode resultar em elevação de custos (políticos ou econômicos) para aqueles que não as adotam.

Referências

OCDE (Global). OECD takes first step in accession discussions with Argentina, Brazil, Bulgaria, Croatia, Peru and Romania. *In:* Site da OCDE. Internet, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-takes-first-step-in-accession-discussions-with-argentina-brazil-bulgaria-croatia-peru-and-romania.htm>. Acesso em: 29 jan. 2022.

GOVERNO FEDERAL (Brasil). Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, da Casa Civil e do Ministério da Economia - Brasil é convidado a iniciar processo de acesso à OCDE. *In:* Site do Itamaraty. Internet, 25 jan. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nota-conjunta-do-ministerio-das-relacoes-exteriores-da-casa-civil-e-do-ministerio-da-economia-brasil-e-convidado-a-iniciar-processo-de-acessao-a-ocde. Acesso em: 28 jan. 2022.

WOLOSZKO, Nicolas (Global). Do COVID certificates spur vaccination take-up? A snapshot of the recent evidence. *In:* OCDE. OECD Economics Department. Site da OCDE. Disponível em: <https://oecdecoscope.blog/2022/01/18/do-covid-certificates-spur-vaccination-take-up-a-snapshot-of-the-recent-evidence/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRICS na Diplomacia da Saúde e Saúde Global

Claudia Hoirisch

A China assumiu a presidência do BRICS em 1/1/2022 com o tema “Promover a Parceria BRICS de Alta Qualidade Inaugurando uma Nova Era para o Desenvolvimento Global” e serão organizados durante o ano uma série de eventos setoriais e reuniões, incluindo as ministeriais e a 14ª Cúpula dos BRICS. Dentre todos os assuntos, o que surpreendeu mais na semana foi saber do tipo de ajuda que vem dos países ricos: 240 milhões de doses de vacina Covid-19 em nações ricas (G7 e nações da EU) irão expirar até março lançando uma nova luz sobre os estoques excedentes das nações ricas que poderiam ter sido usadas em países mais pobres, onde milhões ainda estão para receber suas primeiras doses.

Esses números mostram que vacinar o mundo agora é em grande parte um problema de distribuição e não mais uma questão de oferta. Enquanto os países de renda baixa e média sofrem com a escassez de doses, a Índia segue cobrando uma resposta da OMC quanto ao waiver dos DPI mas a UE rejeitou a convocação: afinal o que está em jogo? A diretora da OMC tentou um acordo secreto com Ministros dos EUA, UE, Índia e AS, mas depois que informações sobre a reunião sigilosa vazaram, a iniciativa fracassou e colocou a DG em uma situação delicada. O embaixador da UE João Aguiar Machado insistiu que "antes de qualquer decisão de convocar uma reunião ministerial virtual e as questões a serem decididas, acredita que a DG da OMC e o presidente do Conselho Geral devem consultar os deputados, para avaliar o caminho a seguir; para ele, qualquer reunião ministerial virtual só deve ocorrer quando houver consenso sobre os DPI e a Declaração e o Plano de Ação sobre a Resposta Mais Ampla à Pandemia.

A posição europeia, liderada pela Alemanha e pelo Reino Unido, se mantém irredutível desde o início, mas afinal, o que está em jogo? Se os países concordarem com o waiver, as farmacêuticas não poderão garantir a receita de R\$ 460 bi com vacinas em 2022. Então, enquanto o *wavier* não é acordado, que ações os países dos BRICS estão fazendo para aumentar a equidade em saúde global?

A Índia por meio da BioE produzirá a Corbevax financiada com recursos da filantropia americana, isenta de patentes e condicionalidades, esta vacina pode finalmente alcançar a equidade global de vacinas. Além da Corbevax, o país adicionou recentemente ao seu banco de imunizantes contra coronavírus, a Covovax, versão indiana da vacina que foi desenvolvida pela Novavax, sediada nos EUA e pela CEPI e que será produzida pelo Instituto Sorológico da Índia (SII). Da mesma forma, a África do Sul não está parada: convidou cientistas do Brasil para estudar o coronavírus e suas mutações no âmbito do CPDV/BRICS e inaugurou uma fábrica na Cidade do Cabo capaz de realizar todas as etapas de produção de vacinas Cov-19. O presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, saudou a planta como um sinal de auto-suficiência africana para que o continente não fique como a última na linha de acesso às vacinas contra pandemias.

Em relação ao NBD, foi anunciado que o Egito foi admitido como membro da instituição; a adesão marca novo avanço no processo de expansão global da entidade, que em setembro admitiu a entrada de Bangladesh, Emirados Árabes Unidos e Uruguai. Por fim, o maior pacto comercial do mundo liderado pela China, um dos BRICS, entra em vigor. Segundo dados do BM, o Acordo abrangerá 30% da população mundial, contribuirá com cerca de 30% do PIB global e representará US\$ 12,7 trilhões, mais de 1/4 do comércio global em bens e serviços. A entrada em vigor do Acordo RCEP é uma manifestação da determinação da região em contribuir para os esforços globais de recuperação pós-pandemia. Por meio de novos compromissos de acesso a

mercados e regras e disciplinas simplificadas, promete fortalecer as cadeias de suprimentos na região e promover a participação de empresas nas cadeias regionais de valor e nos pólos produtivos.

China assume a presidência pro-tempore do BRICS, países começam a marcar reuniões setoriais e a traçar o calendário do grupo para 2022

A China assumiu a presidência do BRICS em 1/1/2022 com o tema “Promover a Parceria BRICS de Alta Qualidade Inaugurando uma Nova Era para o Desenvolvimento Global”. Uma série de eventos setoriais e reuniões, incluindo as ministeriais e a 14ª Cúpula dos BRICS, serão organizados durante o ano.

No 15º encontro do Comitê Diretor de CTI do BRICS ocorrido em 17/01/2022, discutiu-se a finalização de eventos e programas científicos do Calendário dos BRICS e acordou-se que até o final do mês, todos os países notificarão as datas, local e formato específico das reuniões.

O que já se sabe é que neste ano a Índia sediará reuniões do GT sobre Biotecnologia e Biomedicina e a Reunião do GT STIEP (Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo). A China, por sua vez, propôs sediar a 10ª reunião ministerial do BRICS em C&T e o Encontro de Altos Funcionários (Senior Official Meeting) em setembro de 2022. O tema do encontro promoverá a CTI Aberta, Inclusiva e Compartilhada. À margem da reunião ministerial, será organizada uma exposição apresentando os resultados de projetos bem-sucedidos apoiados no âmbito do Programa Quadro dos BRICS (2015-2022).

Novo roteiro para a cooperação CTI entre Índia e Rússia

Um novo roteiro para a cooperação em CTI para os próximos 5 anos foi assinado em dezembro de 2021 por ocasião da reunião entre o presidente russo Putin e o PM indiano Narendra Modi para a 21ª Cúpula Anual Índia-Rússia em Nova Deli, Índia. Ambos os países também explorarão apoiar as interações entre clusters para melhorar as parcerias tecnológicas. Os temas identificados para as áreas potenciais de cooperação são saúde e tecnologia médica, ciências da vida e biotecnologia, entre outras.

A ajuda que vem dos países ricos: 240 milhões de doses de vacina Covid-19 em nações ricas irão expirar até março

Funcionários da Unicef informaram à Reuters que 100 milhões de doses foram rejeitadas por países mais pobres em dezembro de 2021 pois estavam perto de expirar.

A consultoria analítica britânica Airfinity-, que desde o início da pandemia se transformou na principal referência sobre mercado e projeções de produção de imunizantes, estimou que em janeiro que outros 241 milhões estariam por expirar no G7 e nas nações da UE até março, lançando uma nova luz sobre os estoques excedentes das nações ricas que poderiam ter sido usadas em países mais pobres, onde milhões ainda estão para receber suas primeiras doses. Esses números mostram que vacinar o mundo agora é em grande parte um problema de distribuição e não mais uma questão de oferta. Mesmo após lançamentos bem-sucedidos dos boosters, existem doses excedentes disponíveis que correm o risco de serem desperdiçadas se não forem compartilhadas muito em breve. O surgimento da Ômicron e a probabilidade de variantes futuras mostram que não há tempo a perder.

A previsão da Airfinity leva em conta doses administradas, reforços para todos com mais de 12 anos, hesitação vacinal e doações em nações do G7 e na UE. Os países precisam que

essas vacinas tenham uma vida útil mínima de dois meses, caso contrário, não haverá tempo hábil para uso. Uma vez que essa exigência de dois meses é levada em conta em nossa análise, o número de doses potencialmente desperdiçadas pode subir para 500 milhões até março de 2022⁹⁹.

Enquanto os países sofrem com a escassez de doses, a Índia segue cobrando uma resposta da OMC.

A Índia propôs uma reunião ministerial na OMC para tratar da resposta da entidade, mas a UE rejeitou a convocação: afinal o que está em jogo?

A reunião ministerial da OMC deveria acontecer no final de novembro de 2021, mas foi suspensa 72 horas antes por causa do surto da variante Ômicron que atrapalhou voos internacionais de e para Genebra, sede da entidade. Diante deste fato, a Índia impôs pressão máxima e propôs aos outros 163 países-membros da OMC, a realização de uma reunião ministerial virtual para tratar da resposta da entidade à pandemia de Cov-19. Uma reunião do Conselho Geral foi realizada dia 10/1/2022 para examinar a demanda da Índia que defende a proposta de suspensão (*waiver*) por três anos de certas provisões do Acordo TRIPS para ajudar países com capacidade de produção insuficiente no setor farmacêutico a ter acesso a vacinas anti-Cov-19.

A pressão política indiana veio na esteira do crescimento de casos da variante Ômicron no mundo e a Índia não deseja fazer concessões em outras áreas. Além disso, o país tem pressa na aprovação da proposta pelo fato de que o tema "*waiver*" perderá relevância, na medida em que forem chegando mais doses de vacinas aos países. A diretora da OMC Ngozi Okonjo-Iweala tentou um acordo secreto com Ministros dos EUA, UE, Índia e África do Sul, mas depois que informações sobre a reunião sigilosa vazaram, a iniciativa fracassou e colocou a DG em uma situação delicada.

A Índia propôs que as sessões sejam realizadas virtualmente. Nigéria, Tanzânia, Venezuela e Maurício apoiaram a proposta da Índia. EUA e a Austrália também apoiariam a cúpula ministerial, mas com a condição de que um texto sobre a suspensão temporária das patentes fosse acordado antes.

Como um bloco, a UE mantém uma posição relutante em debater a isenção dos DPI durante a pandemia e agora considera que o chamado da Índia "é prematuro".¹⁰⁰ O embaixador da UE João Aguiar Machado insistiu que "antes de qualquer decisão de convocar uma reunião ministerial virtual e as questões a serem decididas, acredita que a DG da OMC e o presidente do Conselho Geral devem consultar os deputados, para avaliar o caminho a seguir; para ele, "qualquer reunião ministerial virtual só deve ocorrer quando houver consenso sobre os DPI e a Declaração e o Plano de Ação sobre a Resposta Mais Ampla à Pandemia". Para isto, o embaixador europeu disse que é preciso abordar gargalos identificados em relação à produção e distribuição de vacinas Cov-19, como acesso restrito a matérias-primas e outros insumos, bem como cadeias de suprimentos complexas". A posição europeia, liderada pela Alemanha e pelo Reino Unido, se mantém irredutível desde o início, mas algumas associações da sociedade civil começaram a pressionar o presidente francês Macron, que desde o primeiro dia do ano até os próximos seis meses, assumiu a função de presidente do Conselho da EU. Para acelerar a

⁹⁹ [240mn Covid-19 vaccine doses in rich nations to expire by March | Latest News India - Hindustan Times](#)

¹⁰⁰ [OMC: UE REJEITA PROPOSTA DA ÍNDIA E DE OUTROS PAÍSES PARA CONVOCAR REUNIÃO MINISTERIAL PARA TRATAR DA ISENÇÃO DE PATENTES QUE FOI SUSPensa EM NOVEMBRO \(pharmabaires.com\)](#)

vacinação em países pobres, seria interessante Macron fazer um levantamento de patentes, ajudar a aumentar o compartilhamento de doses e estabelecer alianças com estruturas estrangeiras para acelerar a vacinação global.

A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, exortou os Estados-membros a redobrar seus esforços urgentemente, sugerindo que "com a vontade política necessária, os membros podem no espaço das próximas semanas alcançar compromissos multilaterais sobre propriedade intelectual e outras questões para que a OMC possa contribuir plenamente para a resposta global à Covid-19 e às futuras pandemias". Para ela, "mais de dois anos se passaram desde o início da pandemia. O surgimento da variante Ômicron, nos forçou a adiar a 12ª Conferência Ministerial e nos lembrou dos riscos de permitir que grandes partes do mundo permaneçam não-vacinadas." Na reunião de janeiro foi discutida a reunião ministerial proposta, notadamente sobre o tempo, a cobertura de questões e a necessidade de estreitar ainda mais as diferenças em Genebra antes do compromisso ministerial.

O presidente do Conselho Geral, embaixador Castillo, disse que continuaria a realizar consultas com os membros sobre a proposta indiana, ressaltando "a urgência e a importância de alcançar um resultado significativo". "Uma resposta comum da OMC à Covid-19 continua a ser uma prioridade urgente para os membros".

Mas afinal, o que está em jogo?

Se os países concordarem com o waiver, as farmacêuticas não poderão garantir uma receita de R\$ 460 bi com vacinas, apenas em 2022.

A consultoria Airfinity estimou que a receita das grandes empresas farmacêuticas chegará a quase US\$ 84,9 bi apenas com a venda de vacinas para combater a Covid-19, no ano de 2022¹⁰¹. Os imunizantes serão os dois produtos médicos mais vendidos do ano: a Pfizer/BioNTech terá vendas de US\$ 42,7 bi, seguida pela Moderna, com US\$ 25,7 bi. O terceiro maior ator nesse mercado é a AstraZeneca, com estimativas de US\$ 4,3 bi, seguido pela Janssen com US\$ 3,5 bi.

Essas vacinas estão sob proteção de patentes, o que tem levado a um intenso debate diplomático sobre o monopólio que ficou garantido mesmo diante da pior pandemia em cem anos, com milhões de mortos e uma crise social que desfez trinta anos de avanços no combate à pobreza.

Em 2021, os ricos ficaram mais ricos, enquanto um novo exército de pobres surgiu. A fome está de volta, enquanto o desemprego atingiu níveis inéditos em vários países. Apesar disso, os países de empresas detentoras de patentes dessas vacinas se recusaram a negociar a suspensão dos DPI, conforme havia sido proposto por indianos e africanos. O que os emergentes alegam é que, com a suspensão das patentes, o monopólio seria retirado e versões genéricas poderiam ser produzidas. Mesmo depois de mais de um ano de negociações, os países ricos não cedem. Por meses, o governo brasileiro tampouco aderiu à iniciativa dos países em desenvolvimento.

Para tentar reduzir a pressão, empresas e governos fizeram doações e estabeleceram alguns contratos limitados de transferência de tecnologia. Mas, para ativistas de direitos

¹⁰¹<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/01/21/sem-quebrar-patente-farmacenticas-terao-receita-de-meio-trilhao-com-vacina.htm?cmpid=copiaecola>

humanos, cientistas e governos de países pobres, apenas a suspensão da patente poderia de fato desafogar o mercado, permitir a produção de versões genéricas dos produtos e garantir uma maior cobertura de vacinas.

A consultoria analítica indica ainda que, mesmo com o aumento da capacidade de produção, haverá mais demanda que oferta dos produtos. Isso se dá pelo fato de que 3 bilhões de pessoas no mundo ainda não estão vacinadas, principalmente nos países em desenvolvimento. Além disso, países ricos aceleraram uma corrida para garantir a 3ª ou 4ª doses para sua população. O analista-chefe da Airfinity, Claus Johansen, estima que a Pfizer e a Moderna venderão 5,4 bilhões de doses este ano, mas a demanda global é muito maior do que isso.

Se for necessária uma vacina adaptada à Ômicron, escalar para fabricar irá diminuir o ritmo de produção. A projeção atual da Airfinity para a produção global de vacinas para 2022 é de 8,7 bilhões de doses. Mas se uma nova dose for necessária, o grupo de análises calcula que apenas 5 bilhões de doses serão fabricadas, com alguns produtores deixando o mercado inteiramente à medida que a demanda por suas doses desaparece.

Ainda de acordo com projeções da Airfinity, à medida que a pandemia se transformar em endemia, empresas farmacêuticas devem elevar os preços dos produtos. Se confirmado o perfil menos agressivo da variante Ômicron, o setor acredita que a corrida por vacinas não aumente de intensidade.

Enquanto o waiver não é acordado, que ações os países dos BRICS estão fazendo para aumentar a equidade em saúde global?

Índia por meio do Biological E. Limited (BioE) produzirá a Corbevax, isenta de patentes

Dois anos após a pandemia, a Corbevax é a primeira vacina Covid-19 projetada para a equidade em saúde global e servirá como um modelo de como desenvolver uma vacina para o uso em pandemias. O protótipo da vacina foi desenvolvido por cientistas americanos da Texas Children's CVD, Baylor College of Medicine e Dynavax Technologies, financiada com recursos da filantropia americana e foi licenciada sem patentes ou condicionalidades à Biological E. Limited (BioE) na Índia. A BioE e o CEPI anunciaram que irão avançar no desenvolvimento e fabricação da vacina, com o CEPI inicialmente contribuindo com US\$ 5 milhões para o esforço. Os EUA concordaram em dar US\$ 50 milhões para expandir a capacidade de produção da empresa em 25 de outubro.

Seu uso já foi autorizado na Índia onde o governo já ordenou 300 milhões de doses. A fabricante BioE, planeja produzir inicialmente 75 milhões e escalar para 100 milhões ou mais doses por mês a partir de fevereiro de 2022. Aproximadamente 150 milhões de doses já foram produzidas e estão prontas para serem distribuídas. Além da empresa fornecer para a Índia, planeja entregar mais de um bilhão de doses adicionais para outros países.

Esta nova vacina anti-Cov-19 possui algumas características distintas que a tornam adequada para uso em locais pobres em recursos: é segura, eficaz e pode ser produzida localmente em quantidades muito altas, é fácil de armazenar e barata. Espera-se que a Índia seja apenas o começo, já que a vacina está sendo negociada com a OMS e outras agências das Nações Unidas para que possa ser usada em mais países.

A Corbevax é feita por meio de fermentação microbiana na levedura, semelhante ao processo utilizado para produzir a vacina recombinante de hepatite B que muitos países pobres

em recursos já produzem e utilizam há décadas. Em breve, vacinará mais pessoas do que as doses de vacina doadas até agora pelo governo dos EUA ou qualquer outro país do G7. Poderá ser usada em países de baixa e média renda na África, Ásia e AL, onde a disponibilidade de vacinas tem sido abismal. A Texas Children's CVD e a Baylor já licenciaram a tecnologia de vacinas Cov-19 para empresas na Indonésia e Bangladesh e licenciaram para produção em países africanos como Botsuana. Esses acordos de tecnologia de vacinas e licenciamento, juntamente com parceiros de co-desenvolvimento, representam o exemplo ideal de como as vacinas COVID podem e devem ser produzidas localmente em países do sul global.

Se tivéssemos tido uma fração do apoio concedido às empresas biotecnológicas ou multinacionais que produzem novas vacinas tecnológicas, o mundo já poderia ter sido vacinado. Possivelmente, teríamos evitado o surgimento de Ômicron, Alpha e Delta que podem ter emergido de pessoas não vacinadas. Por isso, é preciso que os governos e as nações do G7 ajudem a co-desenvolver a Corbevax com novos parceiros em outros países de baixa renda. Isso inclui avançar com segurança para o mecanismo COVAX de compartilhamento de vacinas para distribuição global.

Esta vacina pode finalmente alcançar a equidade global de vacinas e superar a hesitação e a recusa das vacinas devido a sua segurança. Espera-se que a Corbevax seja capaz de suprir a demanda em países com pouco acesso à vacinação e permita acabar de uma vez com a pandemia.

Com a Covovax (SII) e Corbevax (BioE), o número de vacinas Covid que receberam autorização de uso emergencial na Índia subiu para oito¹⁰².

Além da Corbevax, a Índia adicionou recentemente ao seu banco de imunizantes contra coronavírus, a Covovax, versão indiana da vacina que foi desenvolvida pela Novavax, sediada nos EUA e pela Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e será produzida pelo Instituto Sorológico da Índia (SII). Requer duas doses e é estável a temperaturas refrigeradas de 2-8 °C. O SII pode produzir até 2 bilhões de doses por ano.

Estas duas novas vacinas se juntam à lista de seis vacinas Covid-19 já aprovadas na Índia - Covishield (SII), Covaxin (Bharat Biotech), ZyCoV-D (Zydus Cadila), Sputnik V (Gamaleia, Rússia), Moderna e Johnson & Johnson (EUA).

A droga "antiviral" Molnupiravir também foi adicionada ao arsenal. As três drogas receberam aprovação de uso emergencial (EUA) pela Central Drug Authority, órgão regulador máximo de medicamentos da Índia.

A Genova Biopharma indiana está trabalhando em uma candidata à vacina m-RNA Cov-19 específica para a Ômicron¹⁰³

A Genova Biopharmaceuticals está trabalhando em uma candidata à vacina m-RNA COVID-19 específica para a variante Ômicron, e o produto estará pronto para testes clínicos em humanos, sujeitos a aprovações regulatórias.

Da mesma forma, a África do Sul também tem realizado ações no âmbito do CPDV/BRICS e inaugurou uma fábrica capaz de realizar todas as etapas de produção de vacinas Cov-19

¹⁰² [Covovax, Corbevax, Molnupiravir: Como funcionam as novas vacinas e pílula covid-19 da Índia \(outlookindia.com\)](https://outlookindia.com).

¹⁰³ [India's Genova developing Omicron-specific COVID-19 vaccine \(msn.com\)](https://www.msn.com)

África do Sul convidou cientistas do Brasil para estudar o coronavírus e suas mutações e magnata da biotecnologia sul-africano naturalizado americano abre primeira fábrica de vacinas Covid-19 na Cidade do Cabo com capacidade de verticalizar a cadeia

O presidente sul-africano Cyril Ramaphosa convidou cientistas dos países membros do BRICS em dezembro de 2021 para visitar seu país e estudar o coronavírus e suas mutações com especialistas locais. Isto porque a OMS durante uma reunião de emergência em 26 de novembro de 2021, intitulou a nova cepa Ômicron como uma "variante de preocupação" e naquele momento, a Ômicron tinha suposta origem na África do Sul. A cooperação se dará no contexto da implantação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS em formato virtual.



O bilionário de biotecnologia sul-africano naturalizado americano Patrick Soon-Shiong inaugurou uma fábrica na Cidade do Cabo em 19/1/2022, a primeira a produzir vacinas Covid-19 na África do início ao fim. A fábrica deve produzir seus primeiros frascos de vacina coronavírus de segunda geração no prazo de um ano e produzir um bilhão de doses anualmente até 2025. A fábrica será a terceira fábrica de vacinas Covid da África do Sul, mas a primeira no continente a fazer a fórmula em todas as etapas, em vez de produzi-la a partir de lotes semiacabados.

Com apenas 10,9% dos 1,3 bilhões de pessoas totalmente vacinadas, a África é o continente menos vacinado do mundo. Isso se compara com aproximadamente 63% nos EUA e cerca de 70% na Europa. Atualmente, a África fabrica menos de 1% de todas as vacinas administradas no continente, de acordo com a OMS. O presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, saudou a planta como um sinal de auto-suficiência africana para que a África não fique como a última na linha de acesso às vacinas contra pandemias, e não precise implorar por vacinas para o Ocidente.

A empresa de Soon-Shiong desenvolveu uma vacina de células T (espícula nucleica), de 2ª geração, e quer fabricá-la na África, para a África e exportá-la para o mundo. A vacina está sendo desenvolvida "a partir do zero", com substância medicamentosa de RNA, até "o produto final".

A J&J tem uma fábrica operacional de "envasamento e acabamento" na África do Sul, e a Pfizer/BioNTech fez uma parceria com a BioVac para envasar sua vacina mRNA a partir de 2022. Enquanto isso, um consórcio de biotecnologia sul-africano está trabalhando em um projeto piloto para ajustar a fórmula da vacina de mRNA da Moderna.

A fundação familiar do bilionário, juntamente com a Fundação Rockefeller, os Institutos Nacionais de Saúde dos EUA, a Comissão Europeia e a Fundação Bill & Melinda Gates, arrecadaram mais de 1 bi de rands (US\$ 65 milhões) para financiar o projeto. Em breve, outros US\$ 195 milhões precisarão ser levantados para desenvolver a nova planta, que também produzirá vacinas contra o câncer. O projeto NantWorks também trabalhará em imunoterápicos à base de células que podem levar a novas vacinas e tratamentos contra o câncer.

NDB admite Egito como novo membro

O Novo Banco de Desenvolvimento, anunciou em 29/12/2021 que admitiu o Egito como membro da instituição. O Egito é um dos países que mais crescem no mundo, uma economia importante no continente africano e no Oriente Médio, bem como um ator-chave nas instituições financeiras de desenvolvimento. A adesão marca novo avanço no processo de expansão global da entidade, que em setembro admitiu a entrada de Bangladesh, Emirados Árabes Unidos e Uruguai.

Maior pacto comercial do mundo liderado pela China entra em vigor^{104, 105}

O Acordo Regional de Parceria Econômica Abrangente (RCEP) da região Ásia-Pacífico entrou em vigor em 01/01/2022 para Austrália, Brunei Darussalam, Camboja, China, Japão, República Democrática do Laos, Nova Zelândia, Cingapura, Tailândia e Vietnã, abrindo caminho para a criação da maior área de livre comércio do mundo. O Acordo entrará em vigor em 1/2/2022 para a República da Coreia; quanto aos demais Estados signatários, passará a vigorar 60 dias após o depósito do respectivo instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação ao Secretário-Geral da ASEAN como Depositário do Acordo RCEP.

Segundo dados do BM, o Acordo abrangerá 30% da população mundial, contribuirá com cerca de 30% do PIB global e representará US\$ 12,7 trilhões, mais de um quarto do comércio global em bens e serviços.

A entrada em vigor do Acordo RCEP é uma manifestação da determinação da região em contribuir para os esforços globais de recuperação pós-pandemia. Por meio de novos compromissos de acesso a mercados e regras e disciplinas simplificadas e modernas promete fortalecer as cadeias de suprimentos na região e promover a participação de micro, pequenas e médias empresas nas cadeias regionais de valor e nos pólos produtivos.

Visita do presidente brasileiro à Rússia¹⁰⁶

Depois que o candidato a presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva recebeu um tratamento de chefe de estado na Alemanha, França e Espanha, o presidente brasileiro decidiu viajar para Moscou em fevereiro para encontrar Putin. O momento está longe do ideal, dadas as atuais tensões geopolíticas entre Moscou e a OTAN, entretanto, a visita de Bolsonaro àquele país está longe de ser aleatória: com Trump fora do governo, o líder que Bolsonaro mais admira talvez seja Putin. O 1º MRE do presidente Bolsonaro, Ernesto Araújo, disse ter proposto a criação de um grupo Trump-Putin-Bolsonaro.

A visita de Bolsonaro a Putin neste momento também é um lembrete da importância do agrupamento dos BRICS para seus Estados-membros: o grupo fornece um seguro contra o isolamento diplomático. Em 2014, por exemplo, quando Putin invadiu a Criméia, o governo Obama pediu à então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que condenasse o comportamento

¹⁰⁴ <https://asean.org/rcep-agreement-enters-into-force/>

¹⁰⁵ [Maior pacto comercial do mundo liderado pela China entra em vigor - 02.01.2022, Sputnik Brasil \(sputniknews.com\)](#)

¹⁰⁶ [Oliver Stuenkel BR no Twitter: "After Brazil's leading presidential candidate Lula received a statesman-like treatment in Germany, France and Spain, Jair Bolsonaro wants to show voters that he, too, has powerful friends abroad -- and thus decided to travel to Moscow next month to meet Putin and then Orbán" / Twitter.](#)

da Rússia e desconvidasse Putin da próxima cúpula dos BRICS. Apesar de não simpatizar com Putin, Dilma Rousseff deu as boas-vindas ao presidente da Rússia em Fortaleza.

Embora Putin não saiba como o Ocidente reagirá a uma possível invasão russa na Ucrânia, ele pode estar certo que China, Brasil, Índia e África do Sul irão se abster em criticar Moscou, e que ele estará sendo aguardado na 14ª Cúpula dos BRICS a ser presidida pela China ainda este ano.

Brasil e China arrastam negociações e não renovam compromissos de parceria¹⁰⁷: impasse impede renovação dentro do prazo de planos que balizam relações bilaterais. Itamaraty destaca dificuldades impostas pela pandemia

Com conversas que se arrastam desde 2019, os governos do Brasil e da China não conseguiram renovar a tempo os dois principais documentos que definem como diretrizes e as prioridades da relação bilateral. Isto porque venceram em dezembro de 2021 tanto o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China como o Plano de Ação Conjunta — com validade de cinco anos — assinados entre os dois países em 2012 e 2014, respectivamente.

Enquanto o Plano Decenal traz princípios comuns que devem reger a parceria, o documento quinquenal é mais detalhado, reúne metas e indica interlocutores em diversas áreas, como C&T, agricultura, cooperação financeira e educação, entre outros.

Ambos os documentos servem de bússola para orientar a relação bilateral a longo prazo.

Embora o fim da validade dos textos não tenha maiores efeitos práticos, o fracasso da diplomacia de ambos os governos em atualizá-los até o fim do ano passado é um reflexo simbólico do esfriamento das relações sino-brasileiras em boa parte do mandato do presidente Bolsonaro. Diferentes fatores contribuíram para que os dois governos chegassem ao fim de 2021 sem um consenso sobre o que deveria constar nos novos documentos: a pandemia da Covid-19 e a realização — por exigência chinesa — de todas as reuniões em ambiente virtual; o imenso aparato burocrático de Pequim, que exige múltiplas aprovações em diferentes instâncias na negociação de documentos; e os sucessivos atritos que marcam as relações bilaterais até a demissão do ex-MRE Ernesto Araújo.

As consultas internas e a troca de propostas coincidiram com alguns dos momentos mais tensos do relacionamento do Brasil com seu maior parceiro comercial. No início de 2020, por exemplo, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, publicou um texto comparando a Covid-19 ao acidente nuclear de Tchernóbil (1986), na antiga União Soviética. Na publicação, o parlamentar ainda afirmou que o regime chinês tinha responsabilidade pela disseminação da doença. A manifestação gerou reação do embaixador da China em Brasília, Yang Wanming, que classificou a fala de "insulto maléfico" e acusou o deputado de ter contraído um "vírus mental". O episódio envolvendo Eduardo não foi isolado. Em diferentes ocasiões, o próprio presidente Bolsonaro a favor da tese de que o coronavírus teria sido criado no laboratório chinês e fustigou o país asiático para criticar o imunizante Coronavac — trunfo político de um de seus adversários, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Ernesto, por sua vez, chegou a pedir a Pequim a substituição do embaixador chinês no Brasil, no que foi ignorado. Segundo pessoas que acompanham o tema, o clima de conflagração que só passou a ser revertido com a chegada do novo chanceler, Carlos França, respingou no calendário de

¹⁰⁷ [Brasil e China arrastam negociações e não renovam compromissos de parceria - 22/01/2022 - Mundo - Folha \(uol.com.br\)](#), [Brasil e China arrastam negociações e não renovam compromissos de parceria \(outline.com\)](#)

negociações dos dois planos no âmbito da Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação).

Houve prejuízos sobre o fluxo de informação que trafega entre Brasília e Pequim, com reflexos também nas conversas que ocorriam na Cosban. O órgão é o principal mecanismo de coordenação institucional da relação Brasil-China, liderado pelo vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) e pelo número 2 do regime chinês, Wang Qishan.

Os governos do Brasil e da China continuam discutindo os documentos. Também está sobre a mesa uma tentativa de reformulação da estrutura da própria Cosban, mas o tema enfrenta resistência dos chineses. O objetivo é tentar fazer as negociações avançarem para que o impasse não afete a realização, ainda no primeiro semestre, de uma reunião planejada entre os vices. O encontro virtual ainda não está agendado, mas interlocutores temem que a não realização do evento venha a representar mais um sinal negativo nas relações sino-brasileiras. A janela de oportunidade para tentar salvar a reunião da Cosban é curta. No Brasil, as eleições presidenciais deve mobilizar o calendário de autoridades a partir do segundo semestre; enquanto isso, os chineses já estão em fase de preparações do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, marcado para outubro.

Presidente do CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China), o diplomata Luiz Augusto de Castro Neves explica que o Plano Decenal e o Plano de Ação Conjunta "visam a uma ordem de prioridades" na relação bilateral e, essencialmente, "balizam o governo e servem de orientação para a iniciativa privada". Ex-embaixador do Brasil na China, ele credita o atraso exclusivamente aos efeitos da pandemia e não vê componente político na não renovação dos planos. "Os chineses entendem muito bem que nas relações há um discurso e uma realidade. Em momento algum o comércio Brasil-China foi prejudicado por questões não comerciais", afirmou, ao ser questionado sobre o histórico de ataques de Bolsonaro e aliados contra Pequim.

Procurado, o Itamaraty informou que um dos resultados da última reunião de alto nível da Cosban foi uma determinação para o início de "discussões para aprimorar a estrutura" do mecanismo e "preparar novo documento para orientar as relações bilaterais". A reunião ocorreu em maio de 2019, em Pequim, e teve a participação de Mourão e Wang Qishan.

O Brasil fez a primeira proposta de reestruturação em dezembro de 2020. A última contraproposta chinesa foi recebida em janeiro de 2022. O processo negociador segue em 2022, por meio de reuniões virtuais, e o Brasil espera concluí-lo com a máxima brevidade." O Itamaraty também afirma que não compartilha detalhes das negociações em curso.

Saúde global e diplomacia da Saúde na América Latina

Sebastian Tobar, Miryam Minayo, Luana Bermudez e Carlos Linger

Apresentação

Um ano após a pandemia ter sido declarada pela Organização Mundial da Saúde, são 373.428.857 casos positivos de Covid-19 e 5.660.598 mortes em todo o mundo, dos quais 132.400.000¹⁰⁸ casos positivos e 2.489.629 mortes correspondem à região das Américas.

A região tem sido uma das áreas mais afetadas mundialmente, não apenas pelos dados epidemiológicos, mas pelo profundo impacto econômico, social e político.

De acordo com a última coletiva de imprensa da OPAS¹⁰⁹, do dia 26 de janeiro, na última semana, mais de 8 milhões de novos casos de Covid-19 foram registrados na região. Este número constitui o maior número de casos por semana desde o início da pandemia e representa um aumento de 32% em relação à semana anterior. O número de óbitos em toda a Região também aumentou: 18 mil novos óbitos foram registrados na última semana, o que equivale a um aumento relativo de 37% em relação à semana anterior.

Na América do Norte, os Estados Unidos continuam com o maior número de novas infecções, embora na última semana tenha havido uma redução significativa. No sul do México, ao contrário, nos últimos sete dias, o número de novas infecções triplicou.

Na América Central, onde o número semanal de mortes aumentou 107% em relação à semana anterior, Belize registra as maiores taxas de novas infecções, e o aumento do número de infecções está acelerando em Honduras e Costa Rica.

Na América do Sul, o número de casos de Covid-19 no Paraguai e em algumas Guianas está dobrando quase a cada dois dias, e o número de infecções é particularmente alto na Bolívia, Peru e Equador. A Argentina registrou mais de 797.000 casos, enquanto o total registrado no Brasil (477.000) implica um aumento de 193% em relação à semana anterior.

Enquanto isso, no Caribe, Haiti e Martinica continuam a relatar aumentos significativos no número de casos, pois ambos os países também relataram algumas das taxas de cobertura vacinal mais baixas da Região.

Entre os efeitos indesejados da pandemia, a OPAS identificou em sua última entrevista coletiva que os países da região correm o risco de perder duas décadas de progresso no campo da imunização. A perda de aulas nas escolas tem afetado a saúde mental e a segurança alimentar de crianças e adolescentes, chamando a atenção para a necessidade de estratégias intersetoriais entre os Ministérios da Saúde, Educação e Proteção Social.

Situação política da Região

A região está passando por mudanças interessantes, que podem gerar expectativas de maior integração diante das mudanças políticas em alguns países. Por outro lado, persistem alguns conflitos.

¹⁰⁸ <https://covid19.who.int/>

¹⁰⁹ <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-americas>

A Argentina foi nomeada a nova Presidência da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, abrindo oportunidades para uma ação comum e maior integração regional.

Com a chegada de Gabriel Boric à presidência do Chile e Xiomara Castro em Honduras, parece que uma nova onda rosa vai ganhar forma.

Este ano, alguns países da região terão eleições presidenciais que podem marcar um novo rumo político. Brasil e Colômbia são dos grandes países, cujos processos eleitorais vão ser marcantes para a região, no sentido da articulação de governos de esquerda direita.

Em Costa Rica, também terá eleições e atualmente experimenta uma grade fragmentação com 25 candidatos à Presidência^{110, 111} que disputaram as eleições gerais de 6 de fevereiro, um número recorde na história do país, descrito como uma das democracias mais sólidas da América Latina.

No Brasil, as possibilidades de que Lula volte a presidência abre uma janela de oportunidades para a emergência de um Big Player na arena do multilateralismo e dos processos de integração regionais.

No caso de Colômbia, ainda não se sabe se o candidato Petros¹¹², que embora tenha a maioria da intenção de votos alcance para não ir a segunda volta, donde poderia se alinhar a oposição em sua contra.

O triunfo de Gabriel Boric, no Chile, despertou muitas expectativas e medo nas elites conservadoras. O Ministro de Fazenda do novo presidente chileno vai ser Mario Marcel, que ocupa a posição de Presidente do Banco Central de Chile. Também Boric designou como chanceler uma especialista em direitos humanos, Antônia Urrejola, que foi muito combativa ao denunciar as violações que ocorreram na Venezuela e na Nicarágua.

Na América central, Nicarágua, El Salvador e Honduras, embora tenham diferenças ideológicas se projetam internacionalmente mais próximo à China e abandonam a priorização do relacionamento com os Estados Unidos.

Nicarágua entra em uma nova etapa do governo sandinista apresentando características pouco democráticas e com a presença de muitas características autoritárias.

¹¹⁰ As eleições gerais da Costa Rica de 2022 estão programadas para ocorrer no domingo, 6 de fevereiro de 2022, de acordo com as disposições da Constituição Política da Costa Rica de 1949, atualmente em vigor, para eleger um presidente, dois vice-presidentes e os 57 deputados da Assembleia Legislativa. Neste 2022, há a possibilidade do retorno ao poder de um dos dois partidos tradicionais: Libertação Nacional ou Unidade Social Cristã. <https://www.france24.com/es/programas/enlace/20220129-costarica-elecciones-presidenciales-candidatos-democracia>

¹¹¹ <https://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/proximas-elecciones-presidenciales-en-costarica-aun-presentan-resultados>

¹¹² As eleições na Colômbia ocorrerão em março para o parlamento e em maio para o presidente. A reativação econômica que começou a se fortalecer a partir do segundo semestre de 2021, permitiu que os números fechassem o ano mais animadores e aumentasse a produtividade perdida durante os meses de quarentena. Nos últimos meses, a Colômbia esteve imersa em um surto social sem precedentes, que muito possivelmente influenciará a decisão de voto dos cidadãos para 2022. O candidato Gustavo Petro tem um problema e está no segundo turno em meio às suas propostas radicais. Da mesma forma, os outros candidatos também enfrentam um caminho complexo para chegar ao segundo turno com segurança. <https://www.canalinstitucional.tv/panorama-politico-social-elecciones-2022>

Em Honduras, a nova Presidente Xiomara Castro¹¹³, mulher de Manuel Zelaya, é a primeira mulher em ocupar a presidência. A presidente Xiomara no discurso de posse, anunciou que irá isentar do pagamento da conta de energia elétrica cerca de 1,7 milhão de famílias que consomem menos de 150KW por mês e anunciou que entregou ao Congresso o projeto de revogação das Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDES) — áreas entregues a transnacionais para turismo ou extração de minérios. Castro promete construir o “socialismo democrático”, se aproximando dos países da ALBA mas muito cauteloso em se alinhar com a Venezuela e prometendo que uma das tarefas de seu governo será combater a corrupção e a impunidade e assegurando que pedirá ajuda às Nações Unidas nesse sentido¹¹⁴.

Na Venezuela, Juan Guaidó está se abrindo ao debate sobre um relaxamento das sanções impostas pelos Estados Unidos ao governo de Nicolás Maduro. A iniciativa que Guaidó levou ao governo dos Estados Unidos atinge medidas econômicas adotadas contra o chavismo visando fixar um cronograma eleitoral pactuado com a Venezuela. Procura-se a retomada de um diálogo no México depois da extradição e a prisão do Empresário Alex Saab, ligado a Maduro e ao Palácio de Miraflores, que enfrenta várias acusações de corrupção e lavagem de dinheiro e que aguarda julgamento pelos Estados Unidos. Maduro não quis ouvir nenhuma proposta da oposição.

Em geral, a América Latina terá que enfrentar uma profunda crise econômica, desemprego, crise da dívida e agitação social. O impacto sanitário se une a aprofunda a recessão econômica, que em constituindo um denominador comum da América Latina e o Caribe. A região não vai crescer o suficiente para mitigar o impacto do crescimento da pobreza, desemprego e a fragilidade dos sistemas de proteção social. De acordo com a CEPAL¹¹⁵ a região da América Latina e do Caribe desacelerará sua taxa de crescimento em 2022 para 2,1%, após crescer 6,2% em média no ano passado.

Será também o ano em que poderemos estar perante a consolidação de determinados modelos de governo em alguns países. No caso do Peru, seu presidente Pedro Castillo esta semana fez declarações à CNN¹¹⁶ dizendo: "*Não quero que meu país se torne Venezuela e Nicarágua*". Alguns atores da direita conservadora, como o peruano Vargas Llosa^{117,118} manifestaram preocupação com o surgimento do comunismo na região, como Castro em Honduras, Castillo no Peru e Boric no Chile. Na Bolívia¹¹⁹, o país fechou o ano com um crescimento de 5%. O governo, enfrenta protestos sistemáticos das regiões, de opositores políticos e de civis grupos contrários, que se opõem às suas leis, que descrevem como autoritárias e persecutórias.

Embora o problema da migração não seja novo na América Latina e o Caribe, atualmente tem ganhado protagonismo na região. Tradicionalmente a migração ocorre do sul ao norte:

¹¹³ <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/28/o-que-esperar-do-governo-de-xiomara-castro-em-honduras>

¹¹⁴ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-60149357>

¹¹⁵ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47669-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe->

¹¹⁶ https://www.youtube.com/watch?v=Lp7QQ_XDPIg

¹¹⁷ <https://www.centrodeinformes.com.ar/mario-vargas-llosa-sobre-pedro-castillo-no-sabe-donde-esta-parado-es-un-pobre-senor-que-no-tiene-idea-de-los-problemas-elementales-del-peru/>

¹¹⁸ <https://atilioboron.com.ar/vargas-llosa-estamos-a-punto-de-perder-latinoamerica-a-manos-de-la-izquierda/>

¹¹⁹ <https://www.france24.com/es/programas/enlace/20211210-bolivia-crisis-politica-polarizacion-economia>

grupos de homens solteiros fugiam em busca de oportunidades de trabalho nos Estados Unidos. Agora, configura-se um novo fenômeno: diante das condições de vida adversas em América Central e Venezuela, famílias inteiras fogem por condições de insegurança alimentar, violência e falta de acesso à saúde.

Todos esses processos políticos não ficaram isentos de algumas incertezas e contradições dificultando alinhamentos regionais, além da persistência da Covid-19 que continua gerando problemas para todos os países da região.

XXII Reunião de Ministros das Relações Exteriores da CELAC

A reunião teve lugar em Buenos Aires, no dia 7 de janeiro de 2022. Durante o encontro, o Presidente da República argentino, Alberto Fernández, assumiu a Presidência da CELAC. A Nicarágua resistiu à presidência argentina, mais Maduro da Venezuela e Diaz Canel de Cuba conseguiram persuadir o Presidente Ortega¹²⁰ para apoiar ao país do cone sul.

Cuba, Nicarágua e Venezuela vem batalhando com a ideia de reduzir a influência regional da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a proposta que a CELAC seja um foro multilateral que atenuar a presença dos Estados Unidos na região.

O presidente Fernandez quer se propor como um *fixer* diplomático que possa acercar posições dos países da chamada onda rosa, como Bolívia, Cuba, Nicarágua e Venezuela com a Agenda Regional da Casa Branca.

A situação tem se complexificado: na nova posse de Ortega, em Nicarágua, estava presente o iraniano Mohsen Rezaei¹²¹, apontado como um dos autores intelectuais do atentado à Associação de Mutuais Israelitas na Argentina (AMIA). Logo depois de mais de 28 anos do atentado que causou a morte de 85 pessoas e mais de 300 feridos, constituindo o maior atentado terrorista sofrido naquele país¹²².

Como atual vice-ministro de assuntos econômicos do Irã, Rezaei liderou a delegação iraniana na Nicarágua, embora tenha um pedido de captura internacional pela Interpol¹²³.

A situação de Nicarágua e Irã tem gerado barulho na CELAC. A OEA tem condenado a visita de um acusado por o atentado da AMIA a Nicarágua e tem respaldado a alerta vermelha de Interpol. A delegação Argentina insto *“às autoridades nicaraguenses, a todos os membros do sistema interamericano e a todos os membros da Interpol a que agem de jeito apropriada em relação com a notificação de alerta vermelha da Interpol”*

Argentina tem pedido aos países da OEA *“redobrar os esforços para que se faça justiça”* pelas vítimas do atentado. Os representantes dos Estados Unidos e México apoiam a Argentina nos esforços de procura de justiça.

Arturo McFields, representante de Nicarágua no Comité Permanente da Organização de Estados Americanos, rejeitou o pedido conjunto dos EUA e da Argentina para que se investigue

¹²⁰ <https://www.infobae.com/politica/2022/01/07/alberto-fernandez-sera-designado-presidente-de-la-celac-tras-una-larga-negociacion-con-cuba-venezuela-y-nicaragua/>

¹²¹ <https://monitoreamos.com/mundo/quien-es-mohsen-rezaei-uno-de-los-iranies-acusados-por-el-atentado-a-la-amia-que-estuvo-en-la-asuncion-de-ortega>

¹²² <https://www.argentina.gob.ar/noticias/amia-27-anos-del-atentado-memoria-y-justicia>

¹²³ <https://www.lavoz.com.ar/politica/el-gobierno-le-pidio-a-interpol-la-detencion-de-mohsen-rezaei-pero-se-confundio-de-persona/>

a presença de uns dos acusados de ser autor intelectual do atentado à AMIA, expressando: "Nicarágua, como nação soberana e independente, e como povo digno, pode convidar ao seu país a quem quiser".¹²⁴

A situação da visita do iraniano Mohsen Rezai a Nicarágua abre uma nova ferida do processo de coesão da CELAC e suas possibilidades de posicionamentos comuns.

A região da América Latina e do Caribe desacelerará sua taxa de crescimento em 2022

A região da América Latina e do Caribe desacelerará sua taxa de crescimento em 2022 para 2,1%, após crescer 6,2% em média no ano passado. Essa desaceleração ocorre em um contexto de importantes assimetrias entre países desenvolvidos, emergentes e em desenvolvimento quanto à capacidade de implementar políticas fiscais, sociais, monetárias, sanitárias e de vacinação para uma recuperação sustentável da crise desencadeada pela pandemia de Covid-19.

Segundo o relatório anual da CEPAL, a região enfrenta um 2022 muito complexo: persistência e incerteza sobre a evolução da pandemia, forte desaceleração do crescimento, baixo investimento, produtividade e lenta recuperação do emprego, persistência dos efeitos sociais causados pela crise, menor espaço fiscal, aumento das pressões inflacionárias e desequilíbrios financeiros.

Publicação disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/47669-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2021?utm_source=CiviCRM&utm_medium=email&utm_campaign=20220119_balance_preliminar_2021

Pobreza extrema na região sobe para 86 milhões em 2021 como consequência do aprofundamento da crise social e sanitária derivada da pandemia da COVID-19

Em 25 de janeiro de 2022, a CEPAL lançou seu relatório anual Panorama Social da América Latina, a CEPAL estima que entre 2020 e 2021 houve um aumento de cerca de 5 milhões de pessoas na extrema pobreza. A Organização das Nações Unidas pede o progresso em direção a sistemas de proteção social universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes.

Em seu relatório, a CEPAL expõe como a crise sanitária continua na América Latina e no Caribe, destacando sua vulnerabilidade como região e a consequência para o aumento da taxa de pobreza extrema na América Latina, que teria aumentado de 13,1% da população em 2020 para 13,8% em 2021, um retrocesso de 27 anos. Estima-se que a taxa geral de pobreza tenha diminuído ligeiramente, de 33,0% para 32,1% da população. Isso significa que o número de pessoas em extrema pobreza passaria de 81 para 86 milhões, e o número total de pessoas em pobreza cairia ligeiramente de 204 para 201 milhões, informou hoje a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

No lançamento do relatório, o Secretário Executivo da CEPAL afirmou que "*a 'recuperação' econômica de 2021 não foi suficiente para mitigar os profundos efeitos sociais e trabalhistas da pandemia, intimamente ligados à desigualdade de renda e de gênero, à pobreza, à informalidade e a vulnerabilidade em que a população vive*".

¹²⁴ https://www.eldiarioar.com/politica/nicaragua-rechazo-criticas-oea-presencia-mohsen-rezai-asuncion-ortega_1_8671133.html

O Coeficiente de Gini - usado internacionalmente para medir a distribuição de renda - aumentou 0,7 ponto percentual para a média regional entre 2019 e 2020. Essa deterioração está diretamente relacionada às repercussões da pandemia.

Alicia Bárcena observou: *“A pandemia é uma oportunidade histórica para construir um novo pacto social que proporcione proteção, certeza e confiança. Um novo contrato social deve avançar e fortalecer a institucionalidade dos sistemas de proteção social e promover seus sistemas universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes. Anos de menor crescimento econômico estão por vir e, se não forem mantidos os esforços para proteger o bem-estar da população, os aumentos da pobreza e da desigualdade na região serão maiores”*. Um pacto social requer um novo contrato fiscal progressivo, acompanhado de objetivos muito específicos, como dar sustentabilidade financeira à proteção social universal e com níveis adequados de suficiência que inclua toda a população, destacou.

Também é urgente reestruturar os sistemas de saúde, avançar para a cobertura universal, com atendimento oportuno e de qualidade para toda a população, e que o Estado atue como garantidor do direito à saúde.

Finalmente, o relatório aborda a proposta da CEPAL de caminhar para uma sociedade do cuidado, o que implica reconhecer que o cuidado é uma necessidade universal e ao mesmo tempo expressa diversidades estruturais como o ciclo de vida, as condições físicas, as condições socioeconômicas e de renda e as diferenças territoriais. *“Universalidade, coordenação interinstitucional e Inter setorial, corresponsabilidade e sustentabilidade financeira são pilares fundamentais das políticas de atenção integral que a região necessita”* um pacto social requer um novo contrato fiscal progressivo, acompanhado de objetivos muito específicos, como dar sustentabilidade financeira à proteção social universal e com níveis adequados de suficiência que inclua toda a população, destacou.

Relatório disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47718-panorama-social-america-latina-2021>

MERCOSUL em risco

O MERCOSUL continua tendo problemas e seus Estados parte tem interesses divergentes enfrentando a maior crise nos anos de existência do Acordo.

No último semestre, o Brasil esteve à frente da presidência do bloco. Em 17 de dezembro, foi realizado Cimeira dos Presidentes do MERCOSUL, na qual Argentina, Paraguai e Uruguai se comprometeram a uma “modernização do MERCOSUL por meio do fortalecimento do livre comércio e a convergência e harmonização dentro do bloco. Nessa oportunidade, os países se prometeram também a uma “revisão da Tarifa Externa Comum”, que é aplicada aos bens importados ao Mercosul, como instrumento essencial para o fortalecimento da união aduaneira.

Uruguai, que havia se oposto à revisão da tarifa após um acordo entre Argentina e Brasil, condiciona o seu apoio à redução tarifária à liberalização das negociações bilaterais com terceiros países, enquanto tenta avançar num acordo de livre comércio com a China.

São 3 os principais pontos de dissidência¹²⁵: I.) a redução da tarifa externa comum, II.) a possibilidade dos Estados parte poder negociar acordos de livre comércio com terceiros países e III.) as iniciativas necessárias para desbloquear o acordo MERCOSUL/União Europeia.

Uruguai defende que a maior abertura permitirá maiores benefícios do comércio em uma economia pequena e focada na agroindústria. Uma maior abertura permitiria reduzir custos que a proteção tarifária manufatureira impõem sobre o bem-estar para seus investimentos que não seriam compensados pelo livre intercâmbio no interior do bloco.

Os Acordos Unilaterais seriam opostos aos princípios fundacionais do MERCOSUL.

Dentro do Acordo MERCOSUL/União Europeia um dos temas-chaves que obstaculiza é o da propriedade intelectual e da governança do acordo. A União Europeia, questiona o compromisso de Brasil na preservação da Amazônia e em geral sobre os temas de proteção ambiental em todo o bloco. A União Europeia anunciou um instrumento complementar ao Acordo vinculado a Desenvolvimento Sustentável e Comércio.

Covid-19 e saúde sexual

20,4 milhões de mulheres na América Latina descontinuaram o uso de métodos contraceptivos em 2021¹²⁶, aumentando o risco de gravidez indesejada¹²⁷.

Como efeito da pandemia de Covid-19, a função de prevenção da saúde foi muito enfraquecida. Houve uma grande descontinuidade no fornecimento de anticoncepcionais e no aconselhamento de planejamento familiar. O mais importante está relacionado à escassez e interrupção do atendimento nos serviços do primeiro nível de atenção, ou seja, os postos de saúde, até mesmo os hospitais, apesar de continuarem funcionando durante a pandemia, a equipe estava muito mais dedicada ao atendimento do Covid-19. O resultado dessa tabela é que 20,4 milhões de mulheres na América Latina descontinuaram o uso de métodos contraceptivos em 2021, aumentando o risco de gravidez indesejada.

Quando as gravidezes indesejadas aumentam, os abortos aumentam e a mortalidade materna e infantil aumenta.

O aumento da mortalidade materna está relacionado, por um lado, ao fato de haver grávidas com Covid-19, mas o maior impacto se deve ao fato de a concentração da oferta de serviços de saúde na resposta à pandemia levar à descontinuação da detecção precoce da gravidez e da assistência à gravidez. Menos controles gestacionais foram registrados e os riscos, casos de eclampsia ou complicações não detectadas a tempo aumentaram.

O indicador de necessidades não atendidas de planejamento familiar na América Latina remonta a 30 anos. Hoje temos na região os resultados que tivemos em 1990, mais ou menos.

Primeira Reunião das Autoridades Reguladoras Nacionais da Região de 2022

Sob a liderança da Administración Nacional de Medicamentos Alimentos y Tecnología Médica –(ANMAT) da Argentina, foi realizada a Primeira Reunião de Autoridades Reguladoras Nacionais da Região de 2022 e com a presença de ANVISA (Brasil), Health Canada, ISP (Chile), INVIMA (Colômbia), CECMED (Cuba), FDA (Estados Unidos) e COFEPRIS (México) reuniram-se

¹²⁵ <https://www.infobae.com/opinion/2022/01/29/el-mercosur-en-riesgo/?outputType=amp-type>

¹²⁶ <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/COVID19-TechBrief-Supplies-23Mar20.pdf>

¹²⁷ <https://accion.coop/pais/voces/covid-y-salud-sexual/>

com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) para trocar experiências e desenhar novas ferramentas para sistemas de regulação sanitária.

Um dos pontos estratégicos do dia foi o status do documento "**Política para fortalecimento dos sistemas regulatórios de medicamentos e outras tecnologias em saúde**¹²⁸", destinado a fortalecer a convergência e harmonização regulatória.

Ao final da reunião, a Argentina transferiu a coordenação desta Rede de Autoridades Reguladoras para a ANVISA do Brasil, que exercerá sua presidência no período 2022-2024.

Organização dos Estados Americanos

A OEA publicou no fim de janeiro um [Compendio de Estratégias, Ferramentas e Ações implementadas pelos Serviços de Emergência para enfrentar a Covid-19](#). A publicação foi elaborada pelo Grupo Técnico Subsidiário sobre Sistemas de Emergência e Segurança (GT-SES) e apresenta um panorama regional organizado em cinco categorias: tecnologia, operações, informação e estatísticas, recursos humanos e comunicação.

Este exercício de sistematização de atividades efetivas contra a pandemia começou em maio de 2021 durante a primeira reunião do GT-SES, onde foi elaborado um [Mapa de Experiências de Covid-19](#). A partir dessa atividade, o GT organizou diversas reuniões e conversatórios e elaborou o Compendio, que tem como objetivo conhecer as diferentes experiências de adaptação e enfrentamento da Covid-19; fomentar o aprendizado dos pontos convergentes, das diferenças, os acertos e os erros; evitar a duplicação de esforços ineficazes; introduzir as mudanças necessárias com base nas experiências exitosas para enfrentar futuras crises; e gerar conhecimento útil para todos que atuam na área de atenção e resposta a emergências.

Além disso, em cumprimento a um pedido da Assembleia Geral da OEA de 2019, o organismo publicou também uma [Guia de Boas Práticas em Matéria Eleitoral](#). O documento apresenta um compilado de princípios, direitos, aspectos processuais eleitorais, decisões do Comitê Jurídico Interamericano, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, resoluções da Assembleia Geral e do Conselho Permanente da OEA, além de recomendações das Missões de Observação Eleitoral (Ver [aqui](#))

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

A CIDH realizou em dezembro o [182 Período de Sessões](#), que foi realizado de maneira híbrida pela primeira vez desde o início da pandemia. Durante o período foram realizadas 16 audiências públicas sobre temas de direitos humanos na região, como a situação dos direitos dos povos indígenas, a situação dos direitos sexuais e reprodutivos, do direito a alimentação de crianças e adolescentes, o acesso a justice de pessoas LGBTI em contextos de violência, entre outros. (Ver resumo de todas as sessões [aqui](#))

Como de praxe, também foi realizada uma reunião aberta com organizações da sociedade civil para trocar informação sobre a situação dos direitos humanos na região, que contou com a participação de mais de 50 organizações dos países membros. Aproveitando a

¹²⁸ <https://www.paho.org/es/documentos/sesion-informativa-nueva-resolucion-sobre-politica-para-fortalecer-sistemas-regulatorios>

ocasião, a CIDH definiu as datas dos próximos períodos de sessões: 7 a 18 de março, 6 a 17 de junho e 24 de outubro a 4 de novembro.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, aconteceu no meio do período de sessões, então a CIDH se reuniu com a jornalista colombiana Jineth Bedoya, que foi sequestrada por grupos paramilitares na Colômbia em maio de 2000. O caso de Bedoya levou a Corte Interamericana de Direitos Humanos a condenar a Colômbia e declarar o país intencionalmente responsável pela violação dos direitos à integridade e liberdade pessoal, honra, dignidade e liberdade de expressão da jornalista. Esta decisão é considerada um precedente histórico na luta contra a impunidade dos crimes contra jornalistas. (Ver [aqui](#))

Além disso, a CIDH também rendeu homenagem pelo Dia dos Direitos Humanos à todas as vítimas de violações de seus direitos e as mais de 2 milhões de pessoas que faleceram por causa da Covid-19 e seus familiares. Em [nota](#) a CIDH reitera a obrigação dos Estados de garantir os direitos humanos de todas as pessoas que moram ou transitam pelos países e ressaltou que a pandemia aumentou as desigualdades já existentes na região. O órgão identificou também uma série de desafios que a região enfrenta e que precisam ser abordados: jornalistas e defensores de direitos humanos seguem sendo vítimas de violações graves; a violência contra mulheres e meninas persiste; a mobilidade humana segue colocando pessoas em risco; pessoas privadas de liberdade enfrentam condições difíceis; pessoas em situação histórica de vulnerabilidade estão expostas a condições de pobreza e falta de acesso a diversos direitos; e os povos indígenas tem seus territórios negados e são vítimas de ataques a suas comunidades.

A Comissão também lançou algumas publicações, primeiro uma [Guia de Boas Práticas e Orientações para a implementação de suas decisões](#), difundida no marco do 182o período de sessões. O documento apresenta uma sistematização de boas práticas para a implementação das decisões e recomendações da comissão.

A segunda publicação foi o Informe sobre o [Direito à livre determinação dos Povos Indígenas e Tribais](#), parte do plano estratégico da Relatoria da comissão sobre os direitos dos povos indígenas que tem como objetivo aumentar a visibilidade de práticas, experiências e desafios enfrentados por estes povos. O documento traz as demandas dos povos indígenas e tribais da região, analisa padrões internacionais e formula uma série de recomendações aos Estados membros para que cumpram seus papéis no reconhecimento e implementação do direito à livre determinação.

Por fim, a CIDH publicou o relatório sobre a [Situação de Direitos Humanos no Chile](#), como resultado de uma visita feita no país em janeiro de 2020 para avaliar e conhecer as causas e consequências dos protestos sociais iniciados em outubro de 2019. O relatório analisa a institucionalidade democrática vigente, as demandas da sociedade chilena, a resposta do Estado aos protestos e as medidas adotadas para atender às demandas da população.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá e Felix Rosenberg

A União Africana concede prioridade máxima ao fabrico de vacinas no continente, fortalecida com entrada em vigor do Tratado de Agência Africana de Medicamentos (AMA). Construir uma Nova Ordem de Saúde Pública no continente foi o lema da Primeira Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África. A OMS AFRO considera o 2021 o mais desafiante. Realização da IX Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, a primeira de 2022 sob a presidência *pro tempore* de Angola.

União Africana e CDC África

*Progressos na produção de vacinas em África¹²⁹
Reunião de 6-7 de dezembro em Kigali, Ruanda*

De 6 a 7 de dezembro de 2021, a União Africana, juntamente com o CDC África, AUDA-NEPAD (*African Union Development Agency*), a AfCFTA (*African Continental Free Trade Area*) e principais parceiros, reuniram-se em Kigali, no Ruanda, para analisar os progressos alcançados no fabrico de vacinas em África. Os objetivos da reunião foram: (a) uma atualização sobre os progressos alcançados nas parcerias para o fabrico africano de vacinas em África (*Partnerships for African Vaccine Manufacturing in Africa - PAVM*); (b) acordo sobre uma abordagem endossada pela UA para facilitar a aprovação regulamentar das vacinas produzidas em África; (c) discutir as necessidades críticas de formação do mercado para quando os países africanos produzirem vacinas; e (d) rever os progressos alcançados pelos centros de fabrico de vacinas (hubs) e pilotar um programa do centro de produção de ingrediente farmacêutico ativo (IFA).

A reunião em formato híbrido contou com a participação de alguns Chefes de Estado da União Africana (ou seus representantes), parceiros e mais de 15.000 participantes de África e do mundo. Os seguintes países foram enaltecidos pelos resultados obtidos na aceleração de fabrico local de vacinas: (1) **Marrocos** que assinou um Memorando de Entendimento com a Recipharm – uma farmacêutica multinacional sediada na Suécia com presenças na Europa, Índia, Israel e América do Norte; (2) o **Egito** tem acordos não só com o laboratório nacional VACSERA (fundado em 1897), proprietário da Egyptian Company for Production of Vaccines, Sera and Drugs (EGY VAC), empresa líder no campo de produtos biológicos e vacinas, mas também com a SINOVAC, tendo já produzido 25 milhões de doses; (3) o **Ruanda** e o **Senegal** assinaram acordos com a BioNTech para a produção de vacinas mRNA. Está prevista a construção da primeira instalação de fabrico de mRNA em África em meados de 2022¹³⁰; (4) a África do Sul e parceiros estabeleceram o *hub* de mRNA, a BIOVAC tem acordo com a Pfizer para a produção de vacinas mRNA e Aspern obteve licença com a Johnson & Johnson; (5) o **Gana** anunciou planos para a produção de vacinas contra a Covid-19; (6) a **Argélia** iniciou a produção local de vacinas com a SINOVAC e anunciou parceria com a Rússia para a produção de Sputnik V; (7) a **Nigéria** publicou a política nacional de vacinas e a empresa *Biovaccines* assinou o Memorando de Entendimento para fabricação.

¹²⁹ https://africacdc.org/wp-content/uploads/2021/12/F20211207_Vx-Mfg-in-Africa-DRAFT-Post-Summit-Communique-V3.0-DrJohn-dec10-converted-Nicaise14122021FINALV1.0.pdf

¹³⁰ <https://www.businesswire.com/news/home/20211026005703/en/Announcement-at-kENUP-Roundtable-BioNTech-Plans-mRNA-Facility-in-Africa-in-Mid-2022>

A reunião do Ruanda também registou a entrada em vigor, no dia 5 de novembro de 2021, do Tratado da Agência Africana de Medicamentos (AMA), abrindo assim o espaço para começar a atuar como uma entidade formal que irá desempenhar claramente um papel crítico na harmonização regulamentar para o fabrico de vacinas no continente.

Primeira Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África sob o lema “A New Public Health Order in the 21st Century” (virtual, 14 a 16 de dezembro de 2021)

Organizada pela União Africana (UA) e CDC África e durante três dias, as principais sessões se centraram na necessidade de abordar os desafios de saúde de longa data no continente, incluindo a iniquidade das vacinas e fracos sistemas de saúde. Mais de 140 responsáveis políticos africanos, cientistas, especialistas em saúde pública, em dados e representantes da sociedade civil apresentaram as últimas lições aprendidas assim como as ações necessárias para melhor proteger o continente contra crises de saúde atuais e futuras.

No discurso de abertura, o Presidente da Comissão da União Africana (UA) disse que o continente africano não foi poupado aos efeitos devastadores da Covid-19, empurrando os já fracos sistemas de saúde para os seus limites. Considerou que o momento deveria ser de esperanças para o futuro e uma oportunidade histórica de construir uma *Nova Ordem de Saúde Pública* que possa proteger eficazmente contra futuras crises de saúde e que esta conferência fosse considerada o primeiro passo para se concretizar esse desígnio. Afirmou ainda que A Nova Ordem de Saúde Pública da UA interpela o continente para (a) colaboração continental para fortalecer a capacidade de produção africana de vacinas, diagnósticos e terapêuticos; (b) reforçar as instituições de saúde pública para cuidados centrados nas pessoas; (c) expandir a força de trabalho da saúde pública; (d) estabelecer parcerias respeitosas e orientadas para a ação; (e) colaborar com o sector privado. E que todos estes pilares sejam parte da abordagem do continente para satisfazer as aspirações da Agenda 2063 - *A África que Queremos*.

O Presidente do Ruanda, Paul Kagame, tido como acérrimo defensor do financiamento nacional dos sistemas de saúde, afirmou que há necessidade de compromissos renovados por parte dos governos e parlamentos africanos para elevar o financiamento interno para a saúde em África e embora esta tenha sido uma prioridade da União Africana durante muitos anos, os progressos não têm sido suficientemente rápidos. Por isso, criticou que a África não pode continuar a confiar somente no financiamento externo para algo tão vital para o seu futuro como é a saúde. Os governos precisam de investir muito mais nos sistemas nacionais de saúde. Chamou ainda a atenção de que a capacidade de implementar programas de saúde críticos, incluindo campanhas regulares de vacinação em massa, depende da qualidade dos serviços nacionais de saúde e da confiança que o público neles deposita. Por sua vez, o Diretor do CDC África disse que talvez o surto passado de Ébola de 2014 a 2016 tenha sido um apelo à ação e de que algo maior estava para vir. E talvez a Covid-19 seja o sinal de que algo ainda maior venha a ocorrer. Por isso, o continente deve estar preparado e tomar nas próprias mãos o destino de segurança sanitária. Nas suas palavras, a África tem de preparar-se para combater a próxima pandemia de uma forma que não tenha paralelo na forma como está combatendo a atual, devendo-se aproveitar o atual estado de mobilização, empenho e investimentos financeiros.

À cerimónia de abertura, seguiram-se discussões plenárias sobre a epidemiologia da Covid-19, o impacto sobre os sistemas de saúde e acesso às vacinas, preparação do sistema de saúde, abordagens de toda a sociedade e soluções digitais.

Os Prêmios CPHIA 2021 foram entregues durante a cerimônia de encerramento a profissionais de saúde como reconhecimento das suas contribuições para a ciência, pesquisa e desenvolvimento em África.

Após o sucesso desta primeira conferência, os organizadores anunciaram planos para a próxima (CPHIA2022) a ser acolhida no Ruanda, de 13 a 15 de dezembro de 2022¹³¹.

Vale registrar que à margem desta primeira conferência e por iniciativa conjunta do Secretariado Executivo da CPLP e do Alto Comissariado para Covid-19 da Guiné-Bissau, em parceria com o CDC África, decorreu em formato virtual, a Conferência “**Covid-19 no espaço CPLP: impactos, experiências e lições**”, no dia 15 de dezembro de 2021. Nela participaram os Ministros da Saúde ou seus representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No conjunto dos oradores, o Brasil foi representado pela Fiocruz através de Paulo Buss e Felix Rosenberg, destacando-se igualmente a participação de outros institutos membros da RINSP-CPLP (Cabo Verde, Moçambique e Portugal)¹³².

OMS AFRO

Balanço de 2021

A organização considera o ano findo como muito desafiante. A pandemia de Covid-19 continuou a espalhar-se, alimentada por novas variantes, enquanto o acesso a vacinas ficou muito aquém do necessário, causando atrasos nos esforços de vacinação no meio de pedidos reiterados de equidade. A região também enfrentou uma série de outras grandes emergências sanitárias, incluindo cólera, Ébola, Marburgo e meningite. Graças aos conhecimentos especializados da região em resposta a emergências sanitárias, os surtos foram controlados com algum sucesso. Apesar desses desafios, OMS afirma que África fez progressos significativos em matéria de saúde, incluindo o lançamento da nova vacina oral contra a poliomielite, fortalecendo o sequenciamento genômico e a vacinação contra a Covid-19 bem como a eliminação da doença do sono na Costa do Marfim e do tracoma na Gâmbia. Destacando o último mês de dezembro, a OMS AFRO aponta o exemplo do Botswana como o primeiro país com uma epidemia grave de HIV a atingir um marco fundamental na eliminação da transmissão vertical de mãe para filho. Recorde-se que os países com elevada incidência de HIV são definidos como aqueles em que mais de 2% das mulheres grávidas vivem com o vírus. A OMS atribui uma certificação a países que conseguirem reduzir a taxa de transmissão do HIV de mãe para filho para menos de 5%, elevar cuidados pré-natais e tratamento antirretroviral a mais de 90% das grávidas e com uma taxa de casos inferior a 500 por 100.000 nados-vivos. A Diretora Regional da OMS AFRO considera um enorme feito para um país que tem uma das epidemias de HIV mais graves do mundo e que o Botswana demonstra que é possível uma geração livre de Aids.

Ela realçou que a África fez progressos significativos contra o HIV durante a última década, reduzindo as novas infecções em 43% e quase reduzindo para metade as mortes relacionadas com a Aids. Contudo, é pouco provável que o continente acabe com a doença enquanto ameaça à saúde pública até 2030, com muitos países a ficarem para trás de marcos-chave de eliminação, estando a Covid-19 a agravar os desafios.

¹³¹ <https://africacdc.org/news-item/first-international-conference-on-public-health-in-africa-closes-with-urgent-call-for-a-new-public-health-order/>

¹³² <https://saude.cplp.org/informacao/noticias/noticia-detalle/?news=6582>

Em dezembro do ano passado, A OMS lançou uma campanha online de três semanas dirigida a 30 milhões de mulheres africanas com idades entre os 16 e os 35 anos para informar e educar sobre saúde sexual.

O 13º surto de Ébola na República Democrática do Congo (RDC) foi controlado. O surto de Ébola que eclodiu na província do Kivu Norte em outubro na RDC – foi o segundo em 2021. De acordo com a Diretora Regional, uma vigilância mais efetiva da doença, o envolvimento da comunidade, a vacinação orientada e uma resposta rápida contribuíram decisivamente para uma contenção do Ébola nessa parte do continente¹³³.

Principais lições de vacinação contra a Covid-19 em África

É considerada a maior campanha de vacinação de sempre em África e está bem encaminhada apesar de todos os desafios pela frente. Todas as 54 nações de África, exceto uma, estão a vacinar e já foram administradas cerca de 250 milhões de doses no continente. No entanto, apenas 3% das quase 8 bilhões de doses administradas globalmente foram administradas em África, e apenas cerca de 8% dos africanos estão totalmente vacinados, em comparação com mais de 60% em muitos países ricos. Passaram dez meses desde que as primeiras vacinas chegaram a África e à medida que os fornecimentos aumentam, a Organização Mundial de Saúde (OMS) está a ajudar os países africanos a rever e a refinar os seus esforços de campanha de vacinas Covid-19. Até agora, 23 países africanos empreenderam revisões que avaliam todas as áreas de campanha de vacinação num país, desde a coordenação e planeamento, até à formação, logística, monitorização, prestação de serviços, segurança das vacinas e comunicações de risco e envolvimento da comunidade. Vinte e três países africanos também já atualizaram os seus planos nacionais de imunização com base nas recomendações destas revisões.

Algumas lições são específicas aos contextos, mas estão a surgir temas recorrentes em toda o continente. Entre eles, citam-se: (a) a melhoria no planeamento; (b) as limitações no financiamento e fornecimento de vacinas atrasaram a África, pois enfrentou um défice de 1,3 bilhões de dólares para custos operacionais, incluindo logística da cadeia de frio e custos de viagem e pagamento de vacinadores e supervisores, bem como uma escassez de seringas e outros insumos cruciais; (c) há necessidade de se aumentar a procura de vacinas, porque a informação partilhada por uma série de países africanos indica que a desconfiança e a desinformação estão a fazer baixar essa procura; (d) alguns países estão a lutar para administrar mesmo 50% das doses disponíveis, outros estão a encontrar formas criativas de impulsionar a procura, como por exemplo, o grupo de trabalho contra desinformação e gestão de boatos no Gana trabalha a nível nacional e regional para tratar de *fake News*; (e) os centros de atendimento telefónico gratuito no Senegal fornecem fatos ao público; (f) os países africanos não são estranhos à vacinação de grandes faixas da sua população contra doenças como o sarampo, a poliomielite e o Ébola e muitos países estão a tirar partido destas experiências, bem como das infraestruturas existentes para as suas campanhas de vacinação contra a Covid-19; (g) passagem à digital - a maioria dos países tentou entrar na era digital durante o processo de vacinação contra a Covid-19, com o objetivo de recolher e registar dados em tempo real para tornar a experiência de vacinação mais suave: no Gana foram utilizados códigos QR para monitorizar os indivíduos vacinados; na Etiópia, as plataformas de mensagens ajudaram a manter um registo das vacinações a nível provincial; em Angola os cidadãos foram encorajados

¹³³ <https://www.afro.who.int/news/2021-year-review>

a fazerem o pré-registo da vacinação para evitar a aglomeração nos locais de imunização e vários países fizeram bom uso das plataformas digitais para monitorizar os eventos adversos após a imunização.

Mas há muito a melhorar na capacidade da África em capturar dados que podem informar a ação em tempo real. A OMS AFRO continua a apoiar técnica e financeiramente as revisões e estabeleceu mecanismos para coligir e atualizar regularmente as lições destes diferentes países para partilhar em África¹³⁴.

No entanto, embora o fornecimento de vacinas tenha aumentado nos últimos meses, a taxa de vacinação permanece baixa, com apenas 10% da população do continente totalmente vacinada. A África recebeu até agora cerca de 500 milhões de doses de vacina e administrou 327 milhões¹³⁵.

Primeira conferência de imprensa de 2022

Na primeira conferência de imprensa de 2022, a Diretora Regional apresentou a primeira oradora, a Dra. Andrea Howard, Diretora da Unidade Clínica e de Formação da Universidade de Columbia, EUA, que irá discutir as lições aprendidas na luta contra o HIV. Esta é uma área de particular interesse para a Diretora Regional por antes ter trabalhado extensivamente na aceitação do tratamento do HIV e na equidade. O segundo orador foi o Dr Harley Feldbaum, Chefe de Estratégia e Política do Fundo Global de Luta contra a Aids, Tuberculose e Malária que falou sobre os esforços desse Fundo para aumentar o acesso ao tratamento da Covid-19. A Diretora Regional lamentou que já houve mais de 10,4 milhões de casos de Covid-19, e mais de 234 000 vidas tristemente perdidas em África devido à pandemia e que pela primeira vez desde o início dessa quarta vaga de Omicron, a África está a assistir a uma queda significativa em novos casos, e a um prometededor decréscimo nas mortes relatadas.

Os casos caíram 20% na semana até 16 de Janeiro, enquanto o número de mortes diminuiu 8%. A diminuição das mortes é ainda pequena, e é necessário um maior controlo para determinar se a tendência será mantida. E, no entanto, enquanto quatro sub-regiões relataram uma queda em novos casos, estamos a acompanhar de perto a situação no Norte de África, onde os casos aumentaram 55%, e a Tunísia e Marrocos viram ambos um aumento exponencial, ultrapassando a África do Sul como os países com mais casos no continente. Enquanto o vírus continuar a circular, novas ondas pandémicas são inevitáveis. A África deve não só alargar as vacinações, mas também obter um maior e equitativo acesso a terapêuticas críticas da Covid-19 para salvar vidas e combater eficazmente esta pandemia.

Atualmente, os doentes com formas graves do vírus estão a ser tratados com corticosteroides, que estão largamente disponíveis e são acessíveis, e oxigénio médico, cujo fornecimento continua a ser um desafio em muitos países e os países africanos enfrentam grandes obstáculos no acesso a uma gama completa de tratamentos Covid-19, devido à disponibilidade limitada e aos custos elevados, dando exemplos sobre os tratamentos com anticorpos *Casirivimab* e *Imdevimab*, que podem ajudar a evitar que pessoas com sintomas leves a moderados avancem para doenças mais graves, sendo o custo muito proibitivo, rondando entre 550 e 1220 dólares americanos por uma única dose. A Diretora Regional receia que a profunda desigualdade que deixou a África no fim da fila de vacinas não se repita com estes tratamentos que salvam vidas. E acredita que o acesso universal a diagnósticos, vacinas e

¹³⁴ <https://www.afro.who.int/news/key-lessons-africas-covid-19-vaccine-rollout>

¹³⁵ <https://www.afro.who.int/news/cases-drop-first-time-africas-fourth-covid-19-wave-ebbs>

terapêuticas abreviará o caminho para o fim desta pandemia. Lembrou que no total, a OMS aprovou 11 medicamentos que podem ser utilizados para tratar a Covid-19, estando sendo revisto os dados sobre dois antivirais orais - Pfizer e Molnupiravir da Merck - que, segundo o relatório dos fabricantes, mostram uma promessa na redução do risco de hospitalização em alguns pacientes. Decorrem negociações com fabricantes para assegurar a capacidade de fornecimento global e um acesso equitativo e sustentável. Como primeiro passo, a OMS está a apoiar o envio de um número ainda limitado Tocilizumab para países africanos. Este medicamento imunossupressor é utilizado para tratar pacientes com Covid-19 gravemente doentes, e estão satisfeitos por terem assegurado essas doses a partir do fornecimento global ainda muito limitado¹³⁶.

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cabo Verde e a Guiné-Bissau estão entre os 15 Estados-Membros)

Acordo de financiamento com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para “Food Security Storage System in West Africa”

O Presidente da Comissão da CEDEAO, Jean-Claude Kassi Brou e o Diretor da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Xavier Muron, na presença da Embaixadora francesa na Nigéria e da CEDEAO, Emmanuelle Blatmann, assinaram em dezembro de 2021, um Acordo de Subvenção para um financiamento complementar da fase interina em apoio ao sistema de segurança alimentar na África Ocidental.

Este novo financiamento segue uma fase-piloto financiada pela União Europeia no valor de 56 milhões de euros (dos quais 31,9 milhões de euros delegados à AFD) para apoiar a Estratégia sub-regional da CEDEAO sobre “Food Security Storage System in West Africa”. Adoptada em 2012, esta estratégia combina estoques locais, nacionais e uma reserva sub-regional de segurança alimentar (RFSR - *Regional Food Security Reserve*) para assegurar a solidariedade no caso de uma grande crise alimentar na sub-região.

Essa contribuição da AFD visa aumentar a prontidão da região para gerir crises alimentares, nutricionais e pastoris com uma variedade de causas. Aumentar a capacidade de gestão de crises implica consolidar, a curto prazo, os progressos conseguidos da primeira fase da RFSR e construir uma parceria multilateral em torno do sistema regional de segurança alimentar a médio e longo prazos.

A CEDEAO, através do seu Departamento de Agricultura, Ambiente e Recursos Hídricos, é responsável pela implementação do novo projeto. As atividades do projeto serão implementadas nos quinze (15) Estados-Membros, bem como em dois (2) países membros do CILSS¹³⁷ (Chade e Mauritânia) que estiveram envolvidos na implementação da fase-piloto¹³⁸.

¹³⁶ <https://www.afro.who.int/regional-director/speeches-messages/opening-statement-covid-19-press-conference-20-january-2022>

¹³⁷ O Comité Permanente Interestados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) foi criado a 12 de setembro de 1973, na sequência das grandes secas que atingiram o Sahel nos anos 70. Tem atualmente treze (13) Estados-Membros, sendo 8 costeiros (Benim, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia [já saiu da organização], Senegal, Togo), 4 do interior (Burkina Faso, Mali, Níger, Chade) e 1 estado insular (Cabo Verde, também já não pertence à organização). <http://www.cilss.int/index.php/640-2/>

¹³⁸ <https://www.ecowas.int/the-ecowas-commission-and-the-french-development-agency-afd-sign-a-new-grant-agreement-of-e8-million-to-support-the-food-security-storage-system-in-west-africa/>

60ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO¹³⁹

A Sexagésima Cúpula Ordinária de Chefes de Estado e Governo realizou-se em dezembro de 2021 em Abuja, na Nigéria e sede da organização, sob a égide da presidência *pro tempore* de Nana Addo Akufo-Addo, Presidente do Gana.

Participou a maioria dos Chefes de Estado com especial destaque do Presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, que pela primeira vez participou na qualidade de Chefe de Estado depois de vencer as últimas eleições. Também de destacar a participação de representantes da União Africana, da Comissão Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel (*United Nations Office for West Africa and the Sahel* – UNOWAS).

Os Chefes de Estado e de Governo tomaram conhecimento do relatório do Presidente da CEDEAO, bem como os relatórios da 47ª Reunião Ordinária do Conselho de Mediação e Segurança e a 87ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros da CEDEAO.

Em seguida e reafirmando o seu empenho em aprofundar o processo de integração na África Ocidental, após deliberações, aprovaram as principais recomendações contidas nos diferentes relatórios, tendo debruçado nas seguintes questões pacíficas:

Adoção da visão 2050 da CEDEAO - "*A comunidade de povos plenamente integrada numa região pacífica e próspera, com instituições fortes que respeitem as liberdades fundamentais e trabalhem em prol da inclusão e desenvolvimento sustentável*".

A Cúpula congratula-se com o processo participativo que presidiu ao desenvolvimento dessa Visão, tendo em conta as profundas aspirações dos Cidadãos da África Ocidental. Endossaram as orientações estratégicas articuladas em torno de 5 pilares fundamentais: i) Paz, Segurança e Estabilidade; ii) Governança e Estado de Direito; iii) Integração Económica e Interconectividade; iv) Transformação e Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável; (v) Inclusão Social.

A Cúpula encarregou também o Presidente da CEDEAO para acelerar a preparação de documentos operacionais, incluindo o quadro estratégico a médio prazo com planos adequados, para acompanhar a implementação da Visão 2050 da CEDEAO.

Os Chefes de Estado e de Governo congratularam-se com a recuperação económica na Comunidade com o crescimento previsto do PIB real de 4,1% em 2021 contra uma ligeira contração de 0,8% em 2020. No entanto, exprimiram preocupação com o aumento das pressões inflacionistas. Por isso, instaram os Estados-Membros a prosseguirem a implementação de políticas económicas sólidas susceptíveis de apoiar a recuperação económica inclusiva, sustentável e criadora de emprego, assegurando simultaneamente a estabilidade macroeconómica. Os Chefes de Estado e de Governo tomaram nota da situação de convergência macroeconómica no seio da CEDEAO na primeira metade de 2021 e instaram os Estados-Membros a tomar as medidas adequadas para cumprir as disposições da Lei de Convergência e Estabilidade Macroeconómica entre os Estados-Membros da CEDEAO a partir de 2022. A Cúpula também tomou nota do relatório financeiro do Fundo Especial para o financiamento das atividades do Roteiro revisto para a Moeda Única (ECO) da CEDEAO e orientou o Presidente da CEDEAO a estreitar a colaboração com os Bancos Centrais Bancos da Comunidade com vista a

¹³⁹https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2021/12/ENGLISH_Final-Communique%CC%81_Summit-12-Dec-2021-VF_17h45_211213_185725.pdf

assegurar um financiamento adequado para a implementação diligente de atividades do Roteiro de o lançamento do ECO em 2027.

Os Chefes de Estado e de Governo se congratularam com a reabertura das fronteiras terrestres no espaço da CEDEAO para a livre circulação de pessoas e bens, exortando os Estados-Membros a fazê-lo de forma a: (a) implementar as diretrizes adoptadas pela CEDEAO sobre a harmonização e a facilitação do comércio e dos transportes transfronteiriços e mitigação de riscos à saúde e resposta à pandemia da COVID-19. (b) melhorar a coordenação, colaboração e cooperação através de agências fronteiriças entre os Estados-Membros que partilham fronteiras contíguas; (c) adoptar o reconhecimento mútuo dos testes PCR nas fronteiras; (d) harmonizar os períodos de validade dos resultados dos testes nos Estados-Membros; (e) fornecer equipamento e melhorar instalações em todos os pontos de entrada; (f) reabrir todas as fronteiras terrestres da CEDEAO em 1º de janeiro de 2022.

A Cúpula também se congratulou com a preparação do Plano Director para o desenvolvimento de infraestruturas sub-regionais, cuja implementação assegurará a promoção da integração regional, do desenvolvimento económico e da competitividade da Comunidade.

Os Chefes de Estado e de Governo ainda tomaram nota do Quadro Estratégico global para o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, com o objetivo de aumentar a contribuição dos recursos haliêuticos para o desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e redução da pobreza na África Ocidental e melhorar a governança sub-regional das pescas através de melhor coordenação das políticas nacionais de pesca.

Também tomaram nota da Estratégia de Apoio ao Emprego dos Jovens em Sector Agro-Silvopastoril e das Pescas para combater a migração urbana e imigração descontrolada nesta sub-região com os objetivos de (a) criar o maior número de empregos remunerados para jovens (homens e mulheres) nos setores agro-silvopastoril, das pescas e nas cadeias de valor agroalimentar e (b) combater o êxodo rural e emigração descontrolada.

Os Chefes de Estado e de Governo expressaram as suas preocupações sobre vários problemas ambientais na África Ocidental, que dificultam o seu desenvolvimento social e económico e exacerbados pelas alterações climáticas, cujos efeitos e impactos são consideráveis na sub-região. E para abordar esta questão, a Cúpula adoptou a Declaração sobre as Alterações Climáticas, instando os Estados-Membros a reforçarem e acelerarem a implementação de quinze (15) iniciativas e ações já empreendidas para reforçar a governança climática a nível sub-regional e assegurar a transição energética.

A Cúpula tomou nota da Estratégia Sub-regional de Prevenção e Resposta às Violências Sexual e Baseadas no Género e a eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas; da política da CEDEAO sobre prevenção e resposta ao assédio sexual nos locais de trabalho e nas instituições de ensino.

Por fim, foram conhecidos os galardoados de 2021 com os diferentes prêmios de excelência da CEDEAO, destacando-se o de ciência e tecnologia em reconhecimento do trabalho realizado por um pesquisador e inventor do Benin relativo à idealização e fabrico de uma cabine de desinfecção.

Os Chefes de Estado e de Governo decidiram realizar a próxima Cúpula Ordinária em Acra, no Gana, numa data a confirmar.

Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC – Angola, STP e Guiné Equatorial)

Realizou-se em Brazzaville, na capital do Congo, uma reunião de Ministras do Género e da Promoção da Mulher dos Estados-Membros desta Comunidade sobre os desafios da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU¹⁴⁰. A reunião teve o patrocínio do Presidente do Congo e atual Presidente pro tempore da Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), representado pelo seu Primeiro-Ministro e Chefe de Governo.

Na agenda da reunião, destacam-se a apresentação e validação do roteiro do processo de criação da rede de mulheres mediadoras da África Central, a validação dos documentos estratégicos para a implementação dos eixos prioritários do Plano de Ação Regional sobre a Resolução 1325 e questões afins, nomeadamente: (a) apresentação e validação do Plano de Ação sobre Género e Gestão do Risco de Catástrofes na África Central; (b) apresentação e validação do Plano de Ação sobre Género e Agricultura.

Durante os trabalhos, as ministras tomaram nota do relatório da reunião de peritos da CEEAC sobre a implementação da Resolução 1325 na África Central e validaram a Declaração da Conferência de Kinshasa sobre "*Mulheres, Paz e Segurança na África Central*", apresentada pela Comissária responsável pelo pelouro da promoção do Género, Desenvolvimento Humano e Social dessa Comunidade. Do mesmo modo, muitos projetos de resolução a serem submetidos à Conferência de Chefes de Estado e de Governo foram e validados pelas Ministras.

Além de Ministras responsáveis da pasta do Género, marcaram presenças: o Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e Chefe do Gabinete Regional das Nações Unidas para a África Central - UNOCA, o Presidente da Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Central - ECCAS, o Embaixador angolano Gilberto Da Piedade Verissimo e a Representante da União Africana¹⁴¹.

Comunicado final da XX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central

A convite do Presidente do Congo e atual Presidente pro tempore da CEEAC, realizou-se a 19 de janeiro de 2022 e em formato presencial, a XX Conferência de Chefes de Estado e de Governo desta Comunidade. Estiveram presentes, além do Presidente anfitrião, os Chefes de Estado da Guiné Equatorial, República Centro Africana, de Angola, da República Democrática do Congo. Os do Burundi, Camarões, Gabão e Ruanda, foram representados pelos seus Primeiros-ministros, Ministros das Relações Exteriores e Embaixadores. Na qualidade de convidados especiais, participaram o Representantes Especial do Secretário-Geral e Chefe do Gabinete Regional da ONU para a África Central (UNOCA), da União Africana e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

A Cúpula apreciou o relatório do Conselho de Ministros e tomou nota dele, com destaque sobre da Declaração "*Mulheres, Paz e Segurança*" adoptada pela Reunião de Ministras

¹⁴⁰ Em 30 de outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 1325 sobre as mulheres, a paz e a segurança. Esta resolução reconhece o impacto dos conflitos armados sobre as mulheres e meninas e exorta os Estados-Membros para sua proteção e plena participação nos acordos de paz.

¹⁴¹ <https://ceeac-eccas.org/presidence/reunion-des-ministres-du-genre-et-de-la-promotion-de-la-femme-des-etats-membres-de-la-ceeac-sur-les-defis-de-la-resolution-1325-du-conseil-de-securite/>

responsáveis pela promoção de mulheres de dezembro de 2021. Os Chefes de Estado e de Governo decidiram realizar a XXI Cúpula em julho de 2022 em Kinshasa, na República Democrática do Congo¹⁴².

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, Angola e Moçambique)

Decorreu em Lilongwe, no Malawi, a 12 de janeiro de 2022, a Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo desta. A Cimeira foi oficialmente aberta e presidida pelo Presidente da do Malawi e Presidente pro tempore Lazarus McCarthy Chakwera.

Participaram na Cimeira os Chefes de Estado e de Governo ou seus representantes do Congo, Malawi, Moçambique, África do Sul, Zâmbia, Botswana (Vice-Presidente), Namíbia (Vice-Presidente), Tanzânia (Vice-Presidente), Zimbábue (Vice-Presidente e Ministro da Saúde e Cuidados Infantis), Eswatini (Primeiro-ministro), Reino do Lesoto (Ministro das Finanças), Angola (Secretário de Estado), Maurícias (Alto Comissário do Estado) e Seychelles (Alto Comissário da República). Também participaram na Cimeira a Presidente do Conselho de Ministros, os Ministros e os Altos Funcionários dos Estados-Membros da SADC que integram o Comité Ministerial do Órgão (CMO), o Secretário Executivo da SADC, a Liderança da Missão da SADC na República de Moçambique (SAMIM) e os Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes das Forças de Segurança. A Cimeira apreciou o Relatório da Cimeira da Troika do Órgão mais os Países Contribuintes com Efetivos (PCC) e Moçambique realizada a 11 de janeiro de 2022 e felicitou a liderança e as forças da SAMIM pela realização com sucesso das suas operações e pelas conquistas alcançadas desde o desdobramento da Missão, em julho de 2021.

A Cimeira aprovou o Quadro de Apoio Regional a Moçambique no combate ao terrorismo, o qual descreve, entre outros elementos, as intervenções em prol da consolidação da paz, da segurança e da recuperação económica da Província de Cabo Delgado. Saudou o Governo de Moçambique pelo início do processo de implementação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, visando assegurar a prestação de serviços sociais e básicos às populações.

A Cimeira acolheu a iniciativa de convocar uma Conferência Internacional visando apoiar a reconstrução económica e social da Província de Cabo Delgado e apelou aos parceiros de cooperação internacionais para apoiarem a mesma¹⁴³.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP

IX Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – formato híbrido

Os Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ou seus Representantes, reuniram-se na modalidade híbrida, a partir de Luanda, no dia 19 de janeiro de 2022, com o objetivo de avaliar o grau de implementação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP para o período entre 2014 e 2020 e abordar assuntos relacionados com o reforço da cooperação neste setor.

Na Declaração Final, congratularam-se com a escolha do tema «*O digital e a ciência nas sociedades pós-Covid19: desafios e perspectivas*», atendendo aos impactos da pandemia nos contextos nacionais de ensino superior, ciência e tecnologia e aos desafios a enfrentar, que demandam ao aprofundamento do diálogo e à partilha de informação, tendo em vista uma

¹⁴²<https://www.adiac-congo.com/content/communique-final-de-la-xxe-session-ordinaire-de-la-conference-des-chefs-detat-et-de-0>

¹⁴³https://www.sadc.int/files/4716/4199/8002/PT_final-Communique_for_the_Extra-Ordinary_Summit_of_Heads_of_State_and_Government_-_SAMIM4-12_January_2022-1505hrs.pdf

atuação concertada no contexto da CPLP. Aprovaram: (a) o Relatório do Grau de Cumprimento do Plano de Ação de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020); (b) o Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2022-2026); (c) o Plano de Ação de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2022-2023); (d) manter vigente o Plano de Ação de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2022-2023) até à aprovação do novo Plano Estratégico e respetivo Plano de Ação para o período de 2024 a 2026; (e) saudar o lançamento do projeto de Repositório Científico da CPLP/Portal de Acesso Aberto da CPLP, realizado no dia 2 de dezembro de 2021, em formato virtual, sob a Presidência *pro tempore* Angolana, o qual facilitará o acesso livre aos Repositórios Científicos, softwares livres e acervos bibliográficos de acesso à produção científica dos Estados-Membros; (f) saudar o desenvolvimento de atividades no âmbito do projeto RIPES – Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior, implementado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC); (g) saudar a aprovação do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros, como um instrumento que visa contribuir de forma efetiva para uma maior mobilidade e circulação no seio da Comunidade, para o incremento das relações de cooperação em todos os domínios e para a promoção do sentimento de pertença à CPLP; (h) tomar boa nota da redinamização dos trabalhos da Comissão Temática de Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, com a nomeação da nova Coordenadora no decurso da VIII Reunião da Comissão Temática, realizada a 27 de outubro de 2021; (i) saudar a participação, no ponto relativo à Cooperação com Organizações Internacionais da agenda da reunião ministerial, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e da Agência Nacional ERASMUS+ Educação e Formação; (j) congratular-se com a implementação do projeto «**PROCULTURA – Promoção do Emprego nas Atividades Geradoras de Rendimento no Setor Cultural nos PALOP-TL**», financiado pela União Europeia e cofinanciado pelo Camões, I.P. (Cooperação Portuguesa), e pela Fundação Calouste Gulbenkian, por meio do qual se divulga o concurso de bolsas internacionais para estudos de nível superior, pós-graduado e residências artísticas nas áreas da música e artes cénicas e do qual a CPLP e a AULP são parceiras, nomeadamente no acompanhamento da implementação da Atividade A1.3. de Apoio ao intercâmbio de estudantes das áreas disciplinares do setor da cultura entre instituições de ensino superior dos PALOP-TL e dos países do Programa Erasmus+; (k) incrementar os esforços atinentes à edificação de “espaços” do ensino superior, de ciência, tecnologia e de inovação da CPLP, em linha com a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, através de sinergias com a UNESCO e outras organizações internacionais, para capacitação de recursos humanos em ciência, tecnologia e inovação; (l) impulsionar a criação e articulação de redes da CPLP de investigação, ciência, tecnologia, inovação e mobilidade de investigadores docentes, estudantes e quadros técnicos; (m) promover a realização da Capital da Ciência e Tecnologia da CPLP a ser acolhida pelo Estado membro que detém a Presidência *pro tempore* da Comunidade; (n) incentivar a materialização da proposta de Portugal para uma discussão alargada entre as agências de financiamento e avaliação da atividade científica e tecnológica, e encorajar a realização de um encontro entre todas essas agências¹⁴⁴.

144

<https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fCESCT%2fDeclarac%c%a7a%cc%83o+Final IX+RMIN CTES 19jan22.pdf>

A Europa entre a Rússia e a Ômicron

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A virada de ano na Europa foi marcada pelo avanço da variante Ômicron e pela crise de segurança que se instaurou com o posicionamento militar da Rússia ao longo da fronteira com a Ucrânia e na Bielorrússia. Com milhares de tropas, tanques e vasto arsenal bélico, a Rússia nega que esteja preparando uma invasão militar, mas diz que o Ocidente deve levar em conta suas demandas de segurança, que incluem a previsão de garantias vinculantes de que a Ucrânia e a Geórgia não se tornem membros da Otan.

A variante Ômicron se espalha rapidamente pelo continente europeu e já responde por 32% dos casos conhecidos na região europeia da OMS¹⁴⁵. Uma preocupação apontada pelo diretor regional, Hans Kluge, é a sua chegada aos países do leste europeu, que têm baixo índice de vacinação e podem sofrer severas consequências com esta nova onda europeia. Seu discurso alerta que, sob este ritmo, metade da população da região europeia da OMS estará infectada com a Ômicron nas próximas 6 a 8 semanas.

Outra marca epidemiológica do período entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, na Europa foi o aumento dos casos de Influenza no inverno. Este cenário, contrasta com uma baixa ocorrência da influenza em 2021, em consequência de medidas sanitárias de enfrentamento à Covid-19, como o uso de máscara e distanciamento social. Relatório publicado pelo ECDC alerta que o abrandamento das medidas de restrição durante a primavera pode levar à uma explosão de casos, dado que os números atuais já são superiores ao período pré-pandêmico. Há preocupações acerca da capacidade dos sistemas nacionais de saúde suportarem uma dupla-pandemia e com a eficácia da vacina, que desenvolvida em um período no qual o vírus quase não circulava¹⁴⁶¹⁴⁷.

O avanço da variante Ômicron, figurou na agenda política e foi objeto da última Cimeira do Conselho Europeu de 2021, que abordou e emitiu conclusões sobre o tema. Outro fato marcante foi a morte do presidente do Parlamento Europeu, o italiano David Sassoli, cujo mandato terminaria este mês. Sua substituta, a deputada conservadora maltesa anti-aborto, Roberta Metsola é a terceira mulher a ocupar o posto e a mais jovem presidente do Parlamento Europeu, com 43 anos. Eleita em votação secreta com 458 votos, de um total de 616 votos válidos, Metsola presidirá o Parlamento durante a segunda metade da legislatura, até a constituição de uma nova Câmara, com as eleições de 2024.

A agenda política da União Europeia (UE) é definida pelo Conselho Europeu, materializada nas Conclusões emanadas das reuniões do Conselho e na agenda estratégica. Estas conclusões identificam questões específicas que preocupam a UE e definem medidas

¹⁴⁵ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/statements/2022/statement-two-years-on,-we-could-be-entering-a-new-phase-in-the-pandemic-with-plausible-hope-for-stabilization,-yet-too-early-to-drop-our-guard>

¹⁴⁶ https://www.reuters.com/world/europe/return-flu-eu-faces-threat-prolonged-twindemic-2022-01-17/?utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_term=The%20Reuters%20Daily%20Briefing&utm_content=17-1-22&utm_campaign=17-1-22

¹⁴⁷ <https://www.ecdc.europa.eu/en/news-events/winters-flu-season-epidemic-has-started-what-we-know-so-far-and-what-needs-be-done>

específicas a tomar ou objetivos a atingir. Em 2019, o Conselho Europeu chegou a acordo sobre uma agenda da UE para os próximos 5 anos (2019-2024), centrada em 4 prioridades¹⁴⁸¹⁴⁹:

1. Proteger os cidadãos e as liberdades;
2. Desenvolver uma base econômica forte e dinâmica;
3. Construir uma Europa com impacto neutro no clima, verde, justa e social;
4. Promover os interesses e valores europeus na cena mundial

Atualmente presidido pelo belga Charles Michel, o Conselho Europeu é o órgão da UE que reúne os Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros, definindo orientações gerais. Seus projetos são traduzidos pela Comissão Europeia em propostas legislativas, alteradas e votadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia.

O Conselho Europeu é, portanto, diferente do Conselho da União Europeia. A este, cabe apreciar alterações propostas pelos eurodeputados¹⁵⁰, o que lhe permite acelerar ou retardar a análise de um texto legislativo. Em alguns casos, o Conselho pode legislar sozinho, caso em que o papel do Parlamento fica limitado à consulta¹⁵¹. É composto pelos ministros dos países membros.

O Conselho da União Europeia começa o ano sob a presidência rotativa da França. Emmanuel Macron diz que a presidência francesa da União Europeia (UE) terá como objetivo "avançar em direção a uma Europa poderosa no mundo, totalmente soberana, livre nas suas escolhas e capaz de comandar o próprio destino." De julho à dezembro de 2022 o exercício da presidência rotativa caberá à Tchêquia.

A presidência francesa da União Europeia em 2022 enfrentará vários desafios. Será concomitante com a eleição presidencial na França e com o fim da presidência de Charles Michel no Conselho Europeu, uma vez que seu mandato termina em maio. A campanha eleitoral na França começa em março, com a escolha do presidente em abril e as legislativas em junho. Macron ainda não é oficialmente candidato, mas não há muitas dúvidas de que tentará a reeleição. Esse calendário político vai interferir na presidência francesa da União Europeia e na condução dos assuntos do bloco, de acordo com Angélica Szucko, pesquisadora de relações internacionais da UNB¹⁵². No início de dezembro, Macron elencou as prioridades estabelecidas pela França à frente do bloco europeu, focadas em questões relacionadas à soberania, fortalecimento da economia e na transição ecológica. A França pretende criar um mecanismo para que os governos enfrentem as crises migratórias. Macron também pretende impulsionar a criação de um salário-mínimo europeu padrão. Uma proposta que, segundo a pesquisadora, deve encontrar muitos obstáculos, pois os sistemas de proteção social têm diferentes abrangências.

A transição ecológica, aliás, é importante pano de fundo da ameaça de invasão da Ucrânia pela Rússia. [Fiori](#) nos empresta sua grande angular, que mostra a dependência europeia

¹⁴⁸ <https://www.consilium.europa.eu/pt/european-council/role-setting-eu-political-agenda/>

¹⁴⁹ <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2019/06/20/a-new-strategic-agenda-2019-2024/>

¹⁵⁰ Quando não há aprovação, o Parlamento tem três meses para aceitar a posição do Conselho, alterá-la novamente ou rejeitá-la, caso em que a proposta não é adotada.

¹⁵¹ <https://www.rfi.fr/br/europa/20220101-fran%C3%A7a-assume-presid%C3%A2ncia-rotativa-da-uni%C3%A3o-europeia-%E2%80%93-entenda-como-funciona>

¹⁵² <https://www.rfi.fr/br/podcasts/rfi-convida/20220104-quest%C3%A3o-das-energias-renov%C3%A1veis-ser%C3%A1-desafio-para-presid%C3%A2ncia-francesa-da-ue-diz-especialista-da-unb>

do gás siberiano. Defensora mundial da redução do uso de carvão e combustíveis fósseis como fonte energética, a União Europeia está considerando o “gás natural” e a “energia nuclear” como “fontes limpas de energia”. Para Fiori, a crise energética faz com que a Europa decida e ao mesmo tempo seja coagida a transformar o gás natural em sua principal fonte de “energia limpa”. Em sua visão panorâmica, a disputa em torno da Ucrânia e seu entrelaçamento com a atual crise energética europeia, deve ser lida sob a luz do contexto pós-guerra Fria, que traz histórico de invasões e humilhações por parte da Otan contra a Rússia, que está ciente de que só ela pode aumentar a oferta do gás necessário à calefação das casas e à diminuição dos custos de produção, neste momento em que a Europa atravessa crises energética, pandêmica e inflacionária.

Além da substituição de Charles Michel na presidência do Conselho Europeu e da eleição presidencial na França, outras eleições podem trazer novos ares à cena política europeia. Nesta última semana, Sérgio Mattarella foi reeleito presidente da Itália e em Portugal, o primeiro-ministro socialista António Costa, venceu as eleições legislativas e conquistou a maioria no parlamento. O ano de 2022 seguirá desafiando o continente europeu e, principalmente, a presidência rotativa da França do Conselho da União Europeia, que quer investir em soberania, fortalecimento da economia e da transição ecológica, em um cenário de crise sanitária, energética e de segurança.

***Me mahi tahi tātou u mo te oranga katoa* - Trabalhamos juntos para o bem-estar de todos – deveria ter sido a máxima dos últimos dois anos!**

Lúcia Marques

Com a frase *me mahi tahi tātou u mo te oranga katoa*, que na língua indígena da Nova Zelândia, *Te Reo Māori*, significa “trabalhamos juntos para o bem-estar de todos”, o representante neozelandês assinou [declaração](#) na Sessão Especial (Agenda 15.1 e 15.2) da 150ª Sessão do *Executive Board*, para a Assembleia Mundial da Saúde, sobre as medidas para o estabelecimento de um órgão de negociação intergovernamental (Comitê Permanente) encarregado de redigir e negociar um novo instrumento internacional de prevenção, preparação e resposta à pandemia e emergências.

A iniciativa tem sido bem recebida, com recomendações¹⁵³, mas a parte mais difícil da tarefa ainda está por vir: um período intenso de negociações à frente, cujas modalidades devem permitir a todos os Estados-Membros (grandes e pequenos, desenvolvidos e em desenvolvimento) para participar efetivamente (destaque da Nova Zelândia). Além disso, qualquer negociação deve levar em conta as múltiplas tragédias que foram trazidas à tona e as desigualdades escancaradas pela pandemia. E muita desigualdade ainda está por vir, como mostra o [relatório](#) elaborado pelo *Global Preparedness Monitoring Board* (GPMB), um órgão convocado pela Organização Mundial da Saúde e pelo Banco Mundial para essa análise. A pandemia COVID-19 expôs um mundo desigual e dividido e o ecossistema de emergência de saúde reflete esse mundo quebrado e fragmentado. Para passar das palavras à ação, o GPMB indica ação imediata sobre os seis pontos mais críticos para a reforma do ecossistema de saúde global – que já estamos carecas de saber, mas falhamos. Entre elas, um acordo internacional sobre saúde, prevenção, preparação e resposta a emergências.

E quando se fala em prevenção, significa que os sistemas de saúde devem ir além de focar na cura das doenças, de cuidados hospitalares, primários e comunitários. Deve-se entender e assumir todos os aspectos que envolvem o bem-estar, isto é, a saúde e seus determinantes sociais: moradia, alimentação, educação, meio ambiente. O atraso social da pandemia será sentido mais fortemente este ano de 2022: crianças fora da escola, perda de emprego, inflação, interrupção de tratamento e vacinação para outras doenças etc., agravados pelos eventos climáticos extremos e conflitos.¹⁵⁴

Encerramos 2021 e iniciamos 2022 como novos casos de Covid-19 se espalhando rapidamente pelo mundo, impulsionados pela variante Ômicron. A vacinação se mostrou uma

¹⁵³ A [OIM](#) (Organização Internacional para Migração) defende uma cobertura de saúde verdadeiramente universal em emergências de saúde para que todos os migrantes tenham acesso equitativo aos serviços de saúde. E colocou sua infraestrutura e expertise à disposição do Comitê; [Malásia](#), chama a atenção para as deficiências identificadas no Regulamento Sanitário Internacional (RSI), particularmente em torno do alerta precoce, que provoca relutância dos países em compartilhar informações – vimos acontecer recentemente quando a África do Sul anunciou a nova variante de preocupação Ômicron. E manifestou preocupação com a duplicidade e sobreposição de iniciativas que podem levar a informações conflitantes; [Tailândia](#), usando um acrônimo, reforça que a iniciativa deve ser visionária, ousada, mas suave (S-O-F-T): S (*Strategic/estratégico*) – ações baseadas em evidências; O (*operational*) – ajustadas às necessidades reais dos Estados-membros; F (*forward-looking/prospectivo*) – financiamento para fortalecimento dos sistemas de saúde e para a pós-recuperação; T (*time-efficient*) – rápido para que haja eficiência. [Filipinas](#), apoia a criação do Comitê, dá as boas-vindas à proposta de Revisão Periódica Universal da Saúde e se oferece para participar desse mecanismo.

¹⁵⁴ <https://www.ft.com/content/258588c0-93c8-4978-8e73-5eb28d43f12a>

ótima arma. E mostra que tornar a vacina acessível a todos os países é urgente. Mas não se trata só de fazer chegar vacinas aos países mais vulneráveis, trata-se de facilitar/criar a infraestrutura para que a vacinação aconteça; muitos países de baixa e média renda, não acostumados às campanhas de imunização em massa como as realizadas nos países ocidentais e ainda carecem de sistemas estabelecidos para a entrega de vacinas em escala, de pessoas capacitadas para aplicar as vacinas. Muitos deles vivem a realidade dura dos conflitos, que geram deslocados e refugiados, destruição de infraestruturas de saúde, de alimentação, de energia, outros precisam lidar com doenças como malária, cólera e tuberculose. Países do Oriente Médio, da Ásia Pacífico e da África vivem essa realidade.

Em seu [discurso](#) na abertura da 150ª Sessão do Conselho Executivo, da OMS, o diretor Tedros Adhanom Ghebreyesus, destacou: “metade da carga global da doença poderia ser evitada apoiando ambientes mais seguros e saudáveis que permitem às pessoas fazer escolhas saudáveis e adotar comportamentos saudáveis.” Ele também destacou a mais importante lição aprendida com a emergência que vivemos: a centralidade da saúde. “A COVID-19 é muito mais do que uma pandemia – é uma crise global que atinge todas as áreas da vida: economia, educação, famílias, emprego, negócios, tecnologia, comércio, viagens, turismo, política, segurança – e muito mais.”

Outros destaques do *Executive Board*

Estratégia Global – Uma das cinco prioridades traçadas para os próximos cinco anos é aproveitar o poder da ciência, da inovação da pesquisa, dos dados e das tecnologias digitais como facilitadores críticos para a prevenção, detecção precoce e resposta rápida a epidemias e pandemias. **Bangladesh, Índia, Indonésia** estão entre os 13 países que propuseram a Estratégia Global e Plano de Ação em Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual. O projeto [EB150/CONF./1](#) ressalta que a relação, incluindo o equilíbrio entre saúde pública, inovação e propriedade intelectual é um componente crítico de sistemas de saúde sustentáveis e resilientes, bem como, mas não limitado à prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde, incluindo a COVID-19 pandemias e futuras pandemias.

Comitês Regionais – Integraram os documentos principais do *Executive Board*, os relatórios elaborados pelos Comitês Regionais (**OMS Sudeste Asiático, OMS Pacífico Ocidental e OMS Mediterrâneo Oriental**) que estiveram reunidos entre 24 de agosto e 29 de outubro de 2021.

Para os membros da OMS Sudeste Asiático, o fortalecimento da implementação e cumprimento do Regulamento Sanitário Internacional (2005) é uma prioridade assim como o estabelecimento de um novo mecanismo global que permitiria uma distribuição mais equitativa de produtos pandêmicos e para facilitar a transferência de tecnologia e o licenciamento voluntário. Também adotaram uma resolução sobre saúde escolar. [Relatório completo.](#)

Os Estados-Membros do Pacífico Ocidental enfatizaram a importância de construir um consenso não só entre os Estados-Membros, mas também com outras partes interessadas, uma vez que os governos sozinhos não podem implementar as amplas medidas de preparação e resposta necessárias. Também adotaram resolução sobre saúde escolar. [Relatório completo.](#)

O Comitê Regional para o Mediterrâneo Oriental adotou resoluções sobre doenças integradas às emergências, construindo comunidades resilientes para melhor saúde e bem-estar. Estabeleceu um grupo ministerial de alto nível para controle do tabaco e de produtos de nicotina. [Relatório completo.](#)

Conferência sobre os Países Menos Desenvolvidos adiada por conta da Covid-19

A 5ª Conferência da ONU sobre os Países Menos Desenvolvidos ([LDCs](#)) foi adiada por conta do aumento de casos da Covid-19. A conferência aconteceria agora no final de janeiro, em Doha. A última conferência aconteceu em 2011, em Istambul, quando foi estabelecido o Plano de Ação de Istambul para a década 2011-2020. Na conferência, com nova data ainda a ser confirmada, os líderes deverão adotar o novo plano: [Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos](#)PDF (DPoA).

O [relatório](#) *Estado dos Países Menos Desenvolvidos 2021: construindo melhor resposta à Covid-19*, elaborado para a Conferência, é uma avaliação abrangente sobre onde os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) estão em tempos de pandemia. E fornece recomendações onde as ações são mais necessárias - desde o investimento em pessoas até a transformação estrutural sustentável e o uso de tecnologias até a mobilização das finanças.

Também produzido para a Conferência, o [relatório](#) sobre *Desafios e Oportunidades para Países Árabes Menos Desenvolvidos: Mauritânia, Somália, Sudão e Iêmen*. Estes três últimos também são atormentados por conflitos e enfrentam desafios crônicos. O relatório apresenta progressos e desafios enfrentados pelas LDCs árabes, com foco nas vulnerabilidades especiais que esses países estão enfrentando devido a conflitos e instabilidade política. Esse relatório também integra os documentos do Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável (AFSD), como o principal mecanismo regional anual para o acompanhamento e revisão da implementação da Agenda 2030 na região árabe, que acontecerá em março.

A conferência é organizada pelo Escritório das Nações Unidas do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Terra e Pequenos Estados em Desenvolvimento de Ilhas Pequenas (ONU-OHRLLS) que apoia grupos de países vulneráveis no Sistema das Nações Unidas. São [46 países menos desenvolvidos](#) (LDCs)¹⁵⁵, [32 países em desenvolvimento sem terra](#) (LLDCs)¹⁵⁶ [38 Estados em desenvolvimento de pequenas ilhas](#) (SIDS)¹⁵⁷, que têm seus próprios desafios especiais.

Myanmar avança para uma guerra civil

A situação no país está se deteriorando. O conflito pós-golpe está se ampliando e intensificando. Em algumas regiões, a guerra civil já está instalada e já gerou milhares de fugitivos e refugiados, em especial mulheres e crianças, que estão se abrigando em abrigos para gado, na Tailândia, na fronteira com Myanmar¹⁵⁸. Entre esses fugitivos (não se declaram

¹⁵⁵ Países da Ásia Pacífico, Oriente Médio e África.

¹⁵⁶ Países com falta de acesso territorial ao mar, com isolamento dos mercados mundiais, altos custos de trânsito, envolvendo complexos processos de travessia de fronteira, terrenos difíceis, etc. Em muitos casos, os vizinhos de trânsito da LLDC são eles mesmos países em desenvolvimento e muitas vezes enfrentam desafios econômicos semelhantes. Os altos custos de transporte corroem a vantagem competitiva das LLDCs, desencorajam os investidores. O Cazaquistão tem a maior distância do mar (3.750 km), seguido pelo Afeganistão, Chade, Níger, Zâmbia e Zimbábue com distâncias da costa marítima mais próxima de 2.000 km.

¹⁵⁷ Países insulares que enfrentam vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais únicas. Localizados no Caribe, o Pacífico e o Atlântico, o Oceano Índico e o Mar do Sul da China (AIS). Questões como tamanho populacional, distâncias de rotas comerciais, pequena extensão territorial, ou localizados em rota de ciclones e tempestades tropicais. Ex.: Tonga e Ilhas Marshal.

¹⁵⁸ Myanmar, até 1989, Birmânia, é um dos 10 Estados Membros do bloco do Sudeste Asiático – ASEAN. Localizado no sul da Ásia continental, faz divisa com China, Laos, Índia, Bangladesh, Tailândia e baía de Bengala. Rico em minerais e biodiversidade. É membro do Movimento Não Alinhado. País multiétnico,

refugiados, pois aguardam o momento oportuno para voltar a Myanmar e continuar a luta) estão centenas de pessoas comuns que foram para a linha de frente e se juntaram à Força de Defesa Popular (FDP) para combater as forças militares. São trabalhadores, ativistas, políticos, celebridades que passaram por treinamento com armas e explosivos. O regime agora usa helicópteros e caças para atacar os manifestantes/guerrilheiros. O governo tailandês dificulta o trabalho dos grupos de ajuda porque teme que os acampamentos improvisados se tornem permanentes. Bangladesh já lida com mais de um milhão de refugiados birmaneses da etnia Rohingya.¹⁵⁹

Neste final de janeiro estava prevista uma reunião do Conselho de Segurança da ONU com o representante da ASEAN para discutir a situação caótica em Myanmar. Mas não aconteceu – os ataques do grupo terrorista ISIS/Daesh na Síria e na África e a situação na Ucrânia exigiram atenção urgente do conselho. A ASEAN está dividida sobre essa questão espinhosa e o debate tem girado sobre como o bloco regional pode ajudar a tirar Myanmar da crise, sem legitimar a junta militar que tomou o governo há quase um ano. O caso também não encontra consenso no Conselho de Segurança da ONU.

A chefe de direitos humanos da ONU, Michelle Bachelet, mais uma vez apelou para que a comunidade internacional intensifique a pressão sobre os militares de Myanmar para parar sua campanha de violência contra os cidadãos e para o retorno imediato ao governo civil, quase um ano depois de tomar o poder em um golpe de Estado.¹⁶⁰

O escritório de direitos humanos da ONU (OHCHR) deve apresentar um relatório detalhado em março, mas os relatos iniciais são de violações, como jornalistas sendo torturados; trabalhadores da fábrica sendo intimidados, silenciados e explorados; prisões arbitrárias, detenções e julgamentos falsos de opositores políticos e ataques indiscriminados, incluindo ataques aéreos e uso de armamento pesado em áreas povoadas.

Várias opções estão sobre a mesa para pressionar a junta militar birmanesa, desde sanções econômicas a restrições de negócios com empresas que possam estar ligadas a um governo militar envolvido em ilegalidade e abuso de direitos humanos. O regime possui empresas estatais e também obtêm recursos econômicos através da exploração ilegal (e extorsão) de pedras preciosas, metais preciosos, projetos imobiliários e de construção e o negócio de armas. E drogas. Uma série de empresas estrangeiras importantes que investiram no país se retiraram à medida que o governo militar continua a apertar o controle.¹⁶¹ Situação que só agrava as condições de vida da população, que ainda sofre com a Covid-19, baixa taxa de imunização e destruição do sistema de saúde, juntamente com o colapso dos setores bancário, transporte, educação e outros, agravando a crise, deixando a economia à beira do colapso.

Para Bachelet, a resposta internacional tem sido ineficaz e carece de um senso de urgência proporcional à magnitude da crise. Para ela, as ações por parte do Conselho de Segurança da ONU e da ASEAN foram insuficientes.

tem mais de 100 grupos étnicos, com maioria budista. Desde 1997, os militares que sempre dominaram o país, conhecidos como Tatmadaw, são acusados de violar os direitos humanos.

¹⁵⁹ <https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/breaking-out-of-myanmars-tragic-impasse>

¹⁶⁰ ['Esforço urgente e renovado' necessário para restaurar o governo civil em Myanmar: Bachelet | Notícias da ONU \(un.org\)](#)

¹⁶¹ <https://www.straitstimes.com/asia/se-asia/oil-majors-totalenergies-and-chevron-withdraw-from-myanmar>

Organização de Cooperação Islâmica (OIC) e ONU discutem situação da comunidade Rohingya e Islamofobia.

O secretário-geral da OIC, Hissein Brahim Taha, e o secretário-geral adjunto das Nações Unidas para o Oriente Médio, Ásia e Pacífico, Jeddah, Khaled Khiari estiveram reunidos para discutir e revisar as áreas de cooperação entre as duas organizações, com foco em segurança, paz e desenvolvimento e sobre a importância da coordenação entre as duas partes. Eles também discutiram a situação da comunidade Rohingya e contra a Islamofobia e como melhorá-la.¹⁶² Não há declaração ou ata disponível sobre este encontro.

A OIC estabeleceu desde 2007 um Observatório da Islamofobia para acompanhar e monitorar eventos, incidentes e os impactos da islamofobia. O último [relatório](#) é 2020 e antecede o golpe militar em Myanmar, em 1º de fevereiro de 2021.

Islamofobia¹⁶³

Islamofobia é uma combinação de ódio, medo e preconceito contra o Islã, contra os muçulmanos, bem como contra qualquer coisa associada à religião, como mesquitas, centros islâmicos, alcorão, Hijab, etc. Constitui também ódio, estigmatização, racismo e discriminações no cotidiano, na mídia, no local de trabalho, no âmbito político, etc. Ela repousa na mente e reflete em atitudes, e pode ser manifestada através de ações violentas, como queimar mesquitas, vandalizar propriedades, abusar de mulheres usando véu. Isso é a islamofobia identificável, mas ela também pode se manifestar também através de declarações, comportamentos e gestos.

Por que é tão difícil ajudar os Rohingya? Os impactos da Islamofobia

Os apelos do Secretário Geral da ONU e da chefe de direitos humanos para a situação dos Rohingya recebem poucas respostas da comunidade internacional. Por que é tão difícil ajudar? Por que pertencem à comunidade muçulmana? Nos últimos anos a islamofobia tem crescido no mundo. E mais recentemente o crescimento do nacionalismo tem contribuído para o crescimento do ódio étnico¹⁶⁴ – não só contra os muçulmanos, mas também contra povos índios e minorias étnicas.

Sobre minorias, o escritor Tehnaz Dastoor¹⁶⁵, faz uma excelente [análise e reflexão](#) sobre o modelo cultural que ganhou força no século 21, e foi exacerbado pela pandemia, no qual todos os muçulmanos são apresentados como terroristas, antinacionalistas (a menos que residam em países dominados por muçulmanos) e às vezes sub-humanos, especialmente no cinema: forças democráticas sempre lutam para salvar os outros dos islamistas raivosos/violentos/sujos. Sempre usando o estereótipo do branco lindo, inocente e louro contra o muçulmano raivoso e sujo. Os grupos fundamentalistas como ISIS e Talibã são usados como exemplo para fortalecer a islamofobia. Contrariando essa máxima, no caso dos muçulmanos Rohingya, os opressores violentos e brutais foram os budistas, geralmente devotos da paz.

¹⁶² [Secretário-Geral discute cooperação com secretário-geral adjunto das Nações Unidas Khaled Khiari \(oic-oci.org\)](#)

¹⁶³ [Islamofobia \(oic-oci.org\)](#)

¹⁶⁴ [Discursos de ódio incitando violência contra muçulmanos levantam preocupações na Índia](#)

¹⁶⁵ Doutor em Economia Política pela Universidade de Cincinnati, EUA, professor adjunto do College, em Nova York, e um dos autores convidados do *The Straits Times*, da *Asia News Network*.

Estamos presenciando este impulso anti-islâmico na Índia, nos dias de hoje. Os religiosos hindus, que praticam um modo de vida amante da paz, defendem assassinato, genocídio e discursos de ódio pronunciados contra os mulçumanos indianos.

Falando em Direitos Humanos e minoria islâmica...

A China concordou em deixar Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, a visitar a região de Xinjiang após os Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim, de acordo com um relatório do South China Morning Post, que citou fontes não identificadas. Foi concedida com a condição de que a viagem fosse "amigável" e não enquadrada como uma investigação.

Os EUA e grupos de direitos humanos vêm criticando o tratamento da China aos uigures, uma minoria étnica muçulmana em Xinjiang. Pequim nega todas as alegações de abuso e descreve suas políticas como necessárias para combater o extremismo religioso. Vários grupos que acompanham as denúncias, observam a queda nas taxas de natalidade entre os Uigures e acusam o governo chinês de esterilizar as mulheres. Em contraste, Pequim está encorajando a população chinesa, predominantemente da etnia Han, em todo o país, a ter mais filhos para evitar uma crise demográfica iminente.

Afeganistão por um fio

Um desastre humanitário está se desenrolando. O país enfrenta um inverno congelante, com escassez de alimentos, de energia e de combustível – e falta de dinheiro para pagar salários dos poucos que tem emprego. E há poucos dias passou por dois terremotos, de magnitude 4.9 e 5.3, em uma área montanhosa, que já vinha sendo castigada por fortes chuvas. A região é bastante pobre. O terremoto destruiu casas e matou homens, mulheres e crianças e desabrigou muitas famílias. Ainda há desaparecidos sob os escombros. O governo talibã disse que até 1.000 casas foram danificadas e que barracas, alimentos e remédios estavam sendo enviados às vítimas. Para os civis, os terremotos se somaram à miséria de viver em um país destruído por anos de guerra e instabilidade.¹⁶⁶

Alguma assistência internacional começou a ser enviada, mas não é suficiente para lidar com a enorme crise. Grande parte do país permanece inacessível no inverno. Não é só fome, a falta de estabelecimentos básicos de saúde também ajudou a piorar a crise.

O contínuo isolamento internacional do Talibã afegão agravou a situação. A falha em tornar um governo mais inclusivo e restaurar o direito das mulheres ao trabalho e permitir-lhes acesso à educação tem permanecido uma das principais razões para o regime não obter aceitação diplomática. E seu histórico por abusos de direitos humanos durante sua primeira passagem no poder, faz com que os países sigam observando para ver se e como os fundamentalistas vão cumprir as promessas de um governo inclusivo. Apesar de não ser reconhecido por nenhum governo, países como China, Rússia, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Irã mantiveram suas embaixadas em Cabul abertas.

A ONU pediu uma intervenção internacional para evitar o colapso completo do sistema bancário do Afeganistão. Rússia, China e alguns outros países também pediram aos EUA que descongelem as reservas do banco central afegão – US\$ 9 bilhões - para deter o desastre iminente.

¹⁶⁶ ['Somos desabrigados': Vítimas de terremotos gêmeos afegãos aguardam ajuda | The Straits Times](#)

O colapso econômico causaria mais instabilidade no Afeganistão, facilitando grupos terroristas, o tráfico e o contrabando de drogas. E também poderia se desdobrar numa guerra civil. Isso certamente teria efeitos além do Afeganistão. Essa perspectiva terrível também tem sido a razão pela qual a Rússia, a China e outros países regionais têm estabelecido um envolvimento ativo e favorável com o governo talibã.¹⁶⁷

O secretário-geral da ONU, António Guterres, [exortou](#) as nações a aumentar significativamente a ajuda humanitária para milhões de afegãos que vivem em um [inferno congelante](#). A AP relata que o [frio](#) está devastando os mais vulneráveis, enquanto as organizações estão lutando para ajudar as pessoas que não têm comida ou combustível. Estradas em partes do país estão agora profundas na neve e a passagem para centenas de caminhões que transportam ajuda alimentar é lenta e difícil. Há registros que os afegãos estão recorrendo a medidas desesperadas para se alimentarem, incluindo [a venda de seus rins](#) e seus filhos.

Na nova arena global, Índia tenta recuperar o bonde na Ásia Central

Inicialmente indecisa, Índia demorou um pouco a se posicionar. Em se tratando de geopolítica, a política externa indiana sempre tem sido cautelosa: prefere ver o desenrolar do jogo para se decidir. Aliada dos Estados Unidos e rival da China, Índia tenta se reequilibrar na nova arena global: já não confia tanto nos EUA e precisa das relações comerciais com a China. E segue os passos da China nas relações com a Ásia Central, de olho nas relações comerciais e de infraestruturas de transportes e portos (mesmo caminho feito pela China com sua iniciativa da Rota da Seda) e pensando na segurança e estabilidade regional, uma vez que o Talibã pode desestabilizar a região.



Índia parece estar competindo com a China por influência na região. Dois dias depois da cúpula virtual organizada pela China com líderes do Kazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão para estabelecer laços ainda mais estreitos, a Índia e os cinco países da Ásia Central se encontraram numa [cúpula](#) organizada pelo governo indiano. Afeganistão e Porto de Chabahar¹⁶⁸, no Irã, foram pautas de destaque. Conectividade, energia, TI e

¹⁶⁷ [Afeganistão à beira da catástrofe: colaborador da Alvorada | The Straits Times](#)

¹⁶⁸ O mesmo porto vai abrigar uma cidade industrial chinesa, uma espécie de Zona Franca e faz parte do mega acordo China e Irã, assinado no final de 2020. O envolvimento da Índia nas atividades do porto,

cuidados de saúde também entraram na pauta.¹⁶⁹

Decidiram criar um grupo de trabalho conjunto para fornecer ajuda ao Afeganistão para enfrentar a crise humanitária e a questão do reconhecimento do Talibã.¹⁷⁰

Também concordaram em criar um roteiro para impulsionar o comércio e melhorar a conectividade. Uma secretaria Índia-Ásia Central, em Nova Délhi, deve ser criada para apoiar o novo mecanismo. Outro grupo de trabalho conjunto vai trabalhar o Porto de Chabahar, para fornecer acesso marítimo (Oceano Índico) a países sem litoral: o Afeganistão e os cinco países da Ásia Central carecem de conectividade com o mar e Índia carece de conectividade com os seis países centrais e Irã, desviando do Paquistão¹⁷¹. Inaugurado em 2017, as operações estratégicas do porto estão sob responsabilidade da Índia, que já investiu um bom dinheiro na infraestrutura do porto, bom como no desenvolvimento de estradas e sistema de esgoto, de olho no comércio com os seis países.¹⁷²

Cúpula China e Ásia Central

Estrategicamente, às vésperas dos Jogos olímpicos de Inverno (com boicote liderado pelos EUA, é esperado que os cinco líderes compareçam à cerimônia de abertura dos jogos), China realiza a segunda cúpula com os cinco países da Ásia Central – a primeira teve como principal tema o Afeganistão e as relações com o Talibã (Marques, página 63 do [Informe CRIS Fiocruz 18-2021 Saúde Global e Diplomacia da Saúde.pdf](#)).

A cúpula focou estabelecer e ampliar cooperação e colaboração em várias áreas temáticas, acoplando a iniciativa Belt and Road, agora mais verde e mais digital, com destaque para cooperação **para prevenção e controle de epidemias, apoiar vacinas como bens públicos globais e garantir acessibilidade das vacinas**, energia verde, finanças digitais, inteligência artificial, **redução da pobreza, mudanças climáticas, proteção do ambiente ecológico e da biodiversidade**, praticar o conceito de desenvolvimento de inovação, focar no espírito científico, segurança da informação digital e do ciberespaço e expandir o intercâmbio bilateral e multilateral. Os seis países concordam em realizar colaboração efetiva com a **OMS** e se esforçar para construir uma rota da seda saudável e manter a segurança global da saúde pública. [Declaração](#) conjunta da cúpula China e Ásia Central

As duas cúpulas ocorrem no momento em que os países da Ásia Central buscam diversificar os laços comerciais e diplomáticos.

Ocidente e Oriente em rota de colisão – torcida é para que a diplomacia prevaleça

A Ucrânia e sua possível entrada para a OTAN – uma questão antiga - são a ponta do iceberg que envolve história, ideologia, política, economia e aspectos estratégicos em uma nova

garante isenção de sanções americanas. <http://camiranbrasil.com.br/noticias/economia/porto-de-chabahar-no-ira-vai-abrigar-a-cidade-indu>

¹⁶⁹ <https://apnews.com/article/kazakhstan-afghanistan-business-asia-india-b8b32748fc76a0a29223dfeeb13895b1>

¹⁷⁰ Todas as discussões sobre o Afeganistão e o “governo” Talibã envolvem os mesmo pontos: formação de um “governo verdadeiramente representativo e inclusivo”, combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas e preservação dos direitos das mulheres, crianças e etnias nacionais. grupos e minorias.

¹⁷¹ O Paquistão está construindo o porto de Gwadar, a cerca de 80 quilômetros de distância (com investimento chinês, no âmbito da Rota da Seda. O Paquistão não permite que a Índia use sua rota terrestre para chegar ao Afeganistão e países da Ásia Central.

¹⁷² <https://www.arturhoje.com.br/india-entrega-2-guindastes-para-o-porto-de-chabahar/>

arena global. Não se fala em outra coisa. O mundo observa o movimento dos jogadores divididos entre o Ocidente e Oriente. Todos temem que aconteça o que aconteceu em 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia – uma península ao sul da Ucrânia, no Mar Negro, cujo porto de Sebastopol é estratégico.

O Conselho de Segurança da ONU, reunido em emergência, [espera que a diplomacia prevaleça](#). Uma nova rodada de conversas deve ocorrer na segunda semana de fevereiro. Uma guerra no coração da Europa, com tanta coisa em jogo, não é a melhor situação. Todos os envolvidos sabem disso, mas, no momento, Putin ainda tem espaço para pressionar mais, embora esteja no limite.

A Ucrânia é a mais russa das ex províncias soviéticas e o berço da Rússia moderna. Depois da Rússia, é o maior país da Europa e tem papel geográfico estratégico crucial entre o Leste e o Oeste. É uma região industrial importante, com seus gasodutos transportando petróleo e gás da Rússia para a Europa. Inclusive cortando a Bielorrússia. “Uma batalha econômica baseada na geografia e um dos exemplos modernos de utilização da tecnologia na tentativa de vencer as restrições geográficas de eras anteriores.” (Marshall, 2018, pag. 42)¹⁷³.

De um lado, os Estados Unidos já não são tão poderosos – melhor palavra seria “confiável” - depois da sua retirada desastrosa do Afeganistão e de sua traição à França, quando a surpreendeu com o acordo AUKUS (Austrália, Reino Unido e EUA envolvendo tecnologia de submarinos de energia nuclear. E seu presidente Joe Biden, que completou este mês um ano de governo, enfraquecido; uma Europa, que vive um inverno rigoroso e crise de abastecimento e depende do gás que chega pelo gasoduto que atravessa a Ucrânia e Bielorrússia (25% do petróleo da Europa vem da Rússia); e uma OTAN que negocia a adesão de outros países atlânticos e do leste europeu. EUA querem impor sanções, mas Europa, com exceção do Reino Unido, que tem sua própria indústria produtora de gás, tenta ser menos agressiva, uma vez que depende do gás e petróleo russos.

De outro lado, a Rússia que quer fazer cumprir a promessa antiga, quando houve a desagregação da União Soviética, de não expansão e dissolução da OTAN, criada na Guerra Fria. Ao contrário, não só a OTAN não se desfez, como recebeu novos membros, entre eles, as ex províncias soviéticas Estônia, Letônia e Lituânia, e seus vizinhos Polônia e Hungria. Uma Rússia com armas poderosas: gás e petróleo. E que corre contra o tempo, uma vez que EUA amplia a produção de gás que, liquefeito, pode ser transportado por navio – construir portos que possam armazenar esse ouro líquido é uma questão de tempo. Putin está correndo contra o tempo.

Em sua retaguarda, está a China, que já foi concorrente de Moscou, mas coopera em vários níveis e, em 2021, ambos os países assinaram um amplo acordo de colaboração. Vladimir Putin participará da cerimônia de abertura dos Jogos de Inverno e terá uma reunião com o líder chinês. No entanto, a China é um aliado que evita conflito. Demonstra sua força, quando provocada (vide a situação com Taiwan). Ela prefere negociar. Nos últimos anos, vem estabelecendo acordos, no âmbito da Rota da Seda, em todo o mundo e em especial na Ásia Pacífico, Oriente Médio e Ásia Central, que se tornou a região geográfica de ouro por sua riqueza

¹⁷³ MARSHAL, T. *Prisioneiros da Geografia: 10 mapas que explicam tudo que você precisa saber sobre política global*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

e localização estratégica. Pequim está fortalecida com a entrada em vigor de sua iniciativa RCEP, maior acordo comercial do mundo¹⁷⁴.

Não tão poderoso, mas com capacidade de costurar alianças, um outro jogador em cena: o Irã. Que já tem um mega acordo abrangente com a China e excelentes relações com os países da Ásia Central. E que acaba de iniciar as conversas com Moscou para renovar uma parceria de 20 anos, por mais 20 com um atrativo. O item-chave da nova parceria estratégica entre os dois vizinhos será uma rede de compensação baseada na Eurásia projetada para competir com o SWIFT, o sistema global de mensagens entre bancos. Começando com Rússia, Irã e China (RIC), esse mecanismo tem o potencial de unir nações membros da Organização de Cooperação de Xangai (SCO), União Econômica da Eurásia (EAEU), ASEAN, BRICS e outras organizações regionais de comércio/segurança. O peso geoeconômico combinado de todos esses atores inevitavelmente atrairá muitos outros no Sul Global e até na Europa.¹⁷⁵

O secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, acha que Rússia não invadirá a Ucrânia. Ao iniciar seu segundo mandato como secretário-geral das Nações Unidas, em entrevista à Associated Press, disse que o mundo está pior em muitos aspectos do que há cinco anos atrás por causa da pandemia COVID-19, da crise climática e das tensões geopolíticas que provocaram conflitos em todos os lugares. Seu [Relatório Anual 2021 - Relatório Anual \(un.org\)](#) reflete esse cenário, mas também oferece um roteiro para reunir o mundo para enfrentar esses desafios de governança e revigorar o multilateralismo para o século XXI.

Leia a entrevista na íntegra aqui: [Mundo pior devido à Covid, mudança climática e conflito.](#)

Analistas comentam sobre a situação e os vários ângulos desse novo-velho cabo de força: <https://www.ft.com/gideon-rachman>; [Ao redor dos corredores: Rússia, Ucrânia, Cazaquistão e a ordem de segurança europeia \(brookings.edu\)](#); <https://globoplay.globo.com/v/10255247/>

¹⁷⁴ A iniciativa *Regional de Parceria Econômica Abrangente* (RCEP) é uma proposta de acordo de livre comércio entre os dez estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Vietnã) e seus cinco parceiros FTA (Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e Coreia do Sul) e abre caminho para a criação da maior área de livre comércio do mundo. Segundo dados do Banco Mundial, o acordo abrangeria 2,3 bilhões de pessoas ou 30% da população mundial, contribuiria com US\$ 25,8 trilhões cerca de 30% do PIB global e representaria US\$ 12,7 trilhões, mais de um quarto do comércio global em bens e serviços, inclusive para insumos médicos e regulação sanitária.

¹⁷⁵ <https://dossiersul.com.br/relacao-ira-russia-atinge-ponto-de-estrategia-maxima-pepe-escobar/>

Estados Unidos da América na Saúde global e Diplomacia da Saúde

Luis Augusto Galvão

A situação da epidemia nos EUA segue em melhoria depois de um aumento sem precedente e claramente demonstra o fator protetivo das vacinas.

O susto

O governo americano durante 2021 adotou novas estratégias para enfrentar os problemas de saúde pública e dos desafios da crise climática. Essas agendas trazem um claro compromisso no combate ao racismo sistêmico e na retomada das responsabilidades americanas nas relações internacionais.

Apesar de vários desafios internos, como o movimento antivacina e as notícias mentirosas nas redes sociais a atuação do governo demonstrou claros sinais de controle da situação. Lamentavelmente, no final do ano com o surgimento da nova variante do vírus da pandemia a estratégia foi colocada em escrutínio e as autoridades tiveram de sair em defesa dos princípios da estratégia (indiscutivelmente corretos) e promover correções frente ao fato de que a nova morfologia da pandemia que passa a se assemelhar as pandemias viróticas existentes.

Apesar do passo atrás algumas conquistas parecem estarem consolidadas. As informações publicadas confirmam o fato de que as vacinas estão protegendo a população dos casos graves que no início da pandemia ameaçaram a capacidade dos serviços de saúde em todo o mundo. Também a colaboração entre os pesquisadores os serviços e empresas e a população parece ter alcançado um novo patamar de diálogo nutrido por uma imprensa aliada ao processo de geração e disseminação de informações confiáveis.

O que parecia que já era passado e as estratégias que pareciam a prova de desafios continuam na mesa de análise e de negociação. Um susto para todos!

A defesa do RSI e as propostas de avanço

No cenário internacional os EUA voltaram à mesa de trabalho conjunto no contexto das instituições multilaterais com uma participação ativa e genuína. O regulamento sanitário internacional sempre teve um grande apoio das instituições americanas que participaram ativamente na reforma e nos novos instrumentos que se constituíram no RSI versão 2005.

Também os EUA continuaram a apoiar as atividades de implementação e avaliação das funções essenciais necessárias para o funcionamento efetivo do RSI ao nível dos países e internacional. O fato de que muitas das avaliações não se coadunaram com os resultados dos países durante a pandemia, incluindo o fato de que países extremamente bem avaliados não tiveram os resultados esperados e vice-versa, levaram a uma inevitável revisão do RSI. O fato de que ele também não foi um instrumento eficiente para combater o racismo sistêmico na distribuição das vacinas, nem para garantir a governabilidade da OMS e a cobertura universal de saúde levaram a grupos de países questionarem se existiria solução no contexto do RSI ou se seria necessário um novo pacto de saúde global.

Enquanto essa discussão, que inclui a questão de financiamento, deve continuar até a assembleia mundial da saúde os representantes dos EUA estão defendendo um mecanismo de investimento na capacidade dos países em saúde pública através do Banco Mundial. Existe experiência previa como os vários projetos de vigilância em saúde que com o apoio dos USDCD

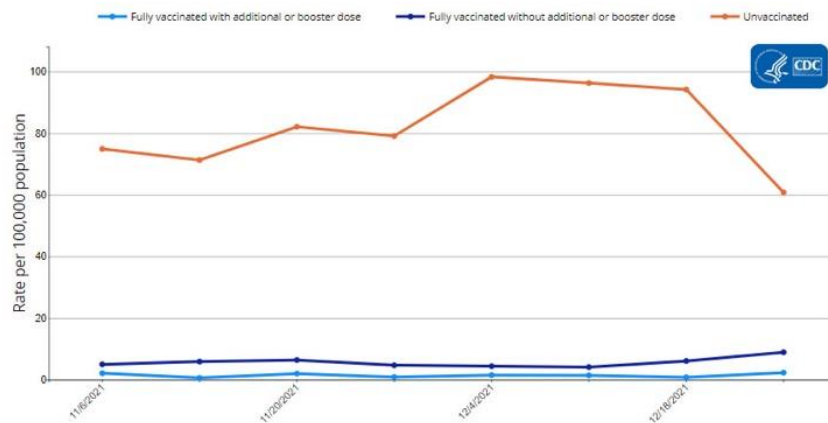
e do banco Mundial estabeleceram sistemas de vigilância que parecem ter sido um pilar de sustentação cumprindo um papel crucial durante a pandemia nas Américas, na Ásia e na África.

A nova conversa internacional

Nos últimos dias foram vários os eventos promovidos para conversar sobre qual seria o papel dos UA em um novo contexto geopolítico, aonde países grandes têm demonstrado uma nova inserção não só no comercio, mas nas atividades estratégicas mundiais. Essa conversa, que não é nova, parece que continuará presente e sem dúvida influenciará o que ocorrerá na saúde global.

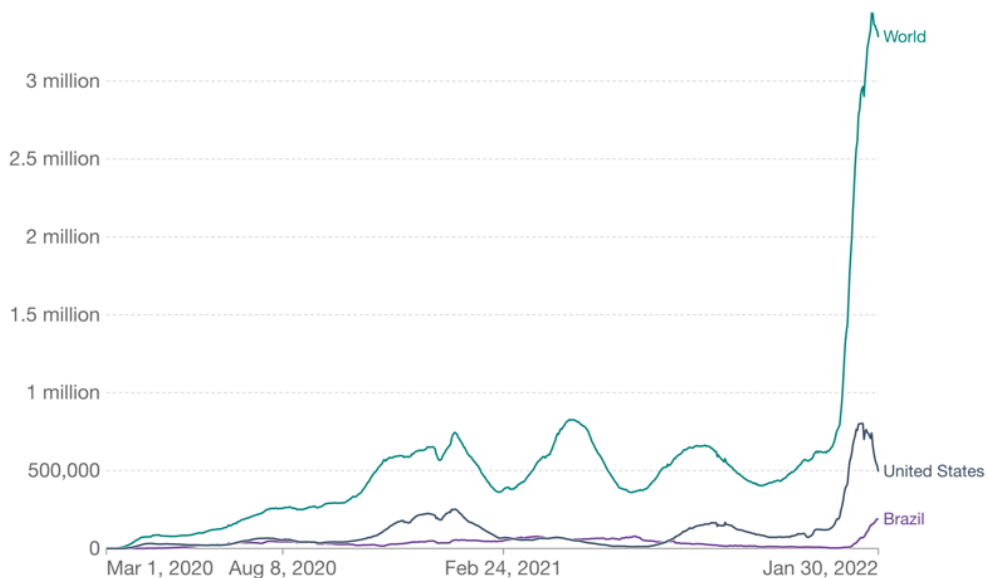
Parece que fazer da saúde global uma área atrativa à diplomacia, aos negócios e a própria busca pela paz, soberania e sustentabilidade é a grande tônica das conversas. No bojo dessa discussão devem surgir novas ideias e novos líderes que muito provavelmente representarão também as lutas do novo século na busca pela equidade de gênero, espaço e respeito geracional pelo futuro, eliminação do racismo sistêmico e saídas viáveis para as crises climática e sanitária e econômica.

O “Bicho”



Daily new confirmed COVID-19 cases

7-day rolling average. Due to limited testing, the number of confirmed cases is lower than the true number of infections.



Source: Johns Hopkins University CSSE COVID-19 Data

CC BY



Search by Country, Territory, or Area



Overview

Measures

Data Table

Explore

WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard

Back to top

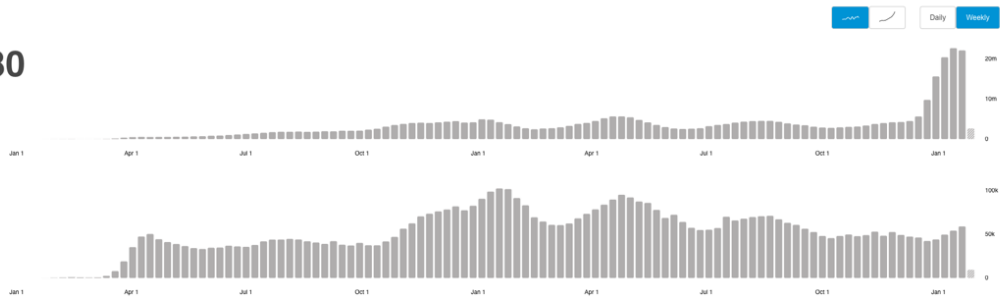
Globally, as of 4:57pm CET, 31 January 2022, there have been 373,229,380 confirmed cases of COVID-19, including 5,658,702 deaths, reported to WHO. As of 28 January 2022, a total of 9,854,237,363 vaccine doses have been administered.

Global Situation

373,229,380
confirmed cases

5,658,702
deaths

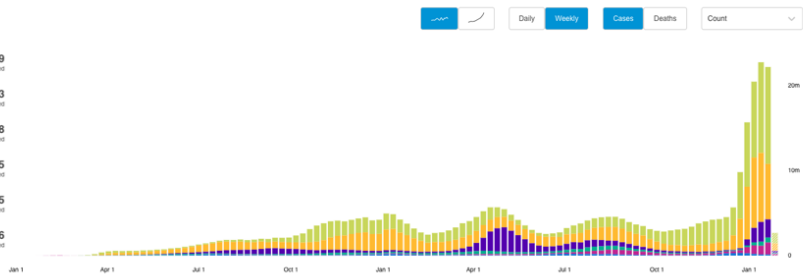
Source: World Health Organization
Data may be incomplete for the current day or week.



Situation by WHO Region

Europe	143,224,359 confirmed
Americas	135,082,663 confirmed
South-East Asia	52,155,418 confirmed
Eastern Mediterranean	18,933,395 confirmed
Western Pacific	15,767,915 confirmed
Africa	8,064,866 confirmed

Source: World Health Organization
Data may be incomplete for the current day or week.



A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

Diplomático

China e Celac, que inclui os estados soberanos das Américas com exceção de EUA, Canadá e Brasil, se reuniram no começo de setembro e estabeleceram um plano de cooperação para 2022-2024¹⁷⁶. Entre os pontos, cooperação em saúde pública. A reunião foi no México, que transmitiu a presidência rotativa da Celac para a Argentina. O Brasil, fundador da Celac e do Mercosul, deixou de ser o maior destino das exportações da Argentina, agora é a China¹⁷⁷.

Brasil e China começam o ano de 2022 sem a renovação do Plano Decenal de Cooperação Brasil-China, assinado em 2012, e do Plano de Ação Conjunta, assinado em 2014. Ambos expiraram em dezembro passado¹⁷⁸. A reunião da Cosban, que teria o vice-presidente brasileiro como anfitrião, continua sem data marcada. Em novembro, houve reunião da subcomissão de Ciência e Tecnologia e Inovação. Nela, a Fiocruz apresentou sua trajetória de colaboração com instituições científicas chinesas como, por exemplo, o acordo com o Centro de Controle de Doenças da China, cujo memorando foi assinado na Primeira Reunião da Subcomissão de Saúde, em 2017.

Centro Chinês de Estudos dos Países de Língua Portuguesa (CEPLP) lançou um relatório socioeconômico sobre os países de língua portuguesa¹⁷⁹. O principal canal diplomático chinês com países de língua portuguesa é o Fórum de Macau. O organismo tem um novo secretário-geral, o diplomata chinês Ji Xianzheng¹⁸⁰.

Sanitário

Novo protocolo de testagens em massa da China incluirá 20 amostras para cada testagem nucleica. Dessa forma, o país espera manter a agilidade nas testagens. O número era de 10 e, anteriormente, de cinco pessoas por teste. Caso o exame dê positivo, as vinte pessoas são notificadas e devem ficar em quarentena até que novos exames deem resultado negativo para o sars-cov-2. Cidades de até 5 milhões de pessoas devem ser capazes de completar os testes em três dias e, as com mais de cinco milhões, em três dias¹⁸¹¹⁸².

Zhengzhou, capital de Henan, testou 12,5 milhões de pessoas em seis horas¹⁸³.

Olimpíadas de inverno em Pequim e feriado de Ano Novo Chinês têm mantido as autoridades sanitárias em vigilância máxima. Embora tenha aumentado 46% em relação ao ano anterior, o número de viagens durante o período de 40 dias do Ano Novo Chinês ainda é inferior

¹⁷⁶ https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202112/t20211207_10463459.html

¹⁷⁷ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/28/china-ocupa-espaco-que-era-do-brasil-na-argentina.ghtml>

¹⁷⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/01/brasil-e-china-arrastam-negociacoes-e-nao-renovam-compromissos-de-parceria.shtml>

¹⁷⁹ http://portuguese.news.cn/2022-01/20/c_1310432584.htm

¹⁸⁰ <https://observador.pt/2022/01/10/diplomata-chines-ji-xianzheng-e-o-novo-secretario-geral-do-forum-de-macau/>

¹⁸¹ <https://www.globaltimes.cn/page/202201/1246316.shtml>

¹⁸² http://portuguese.news.cn/2022-01/19/c_1310431346.htm

¹⁸³ <https://www.globaltimes.cn/page/202201/1245388.shtml>

ao dos níveis pré-pandemia, quando ocorriam 3 bilhões de viagens. No dia 1º de fevereiro começa o Ano do Tigre.

Como quase todos os casos de Covid-19 em 2021 e 2022 foram importados, uma grande preocupação com os jogos é a manutenção da estratégia de Covid-zero na capital Pequim. É a primeira cidade a sediar os jogos olímpicos de inverno e de verão. Um sistema de “circuito fechado” foi montado para isolar o evento da cidade. Testes diários, hotéis exclusivos, transporte sinalizado, vias especiais etc. Aqui um vídeo com alguns detalhes do esquema: <https://www.youtube.com/watch?v=PAXKkcGoM8URela>

ARCoV, uma das vacinas de mRNA em desenvolvimento na China, foi aprovada na Fase 1 de testes clínicos¹⁸⁴¹⁸⁵.

Das quase 11 bilhões de doses de vacinas aplicadas em todo o mundo¹⁸⁶, 3 bilhões foram na China¹⁸⁷. Não há restrições para não vacinados no país.

Socioeconômico

A China cresceu 8.1% em 2021 e sua moeda, pela primeira vez, foi a quarta mais comercializada no mundo, com 2.7% do mercado global¹⁸⁸. O dólar representa 41% do volume total. O Produto Interno Bruto per capita foi de US\$ 12,5 mil dólares, se aproximando de um país de “alta renda”¹⁸⁹. O Banco Mundial considera “renda alta” países com per capita superior a US\$ 12,696, A expectativa é que a China alcance esse patamar no ano que vem.

O Banco Central da China deve baixar ainda mais os juros este ano com o objetivo de estimular a economia. Segundo a Bloomberg, a medida deve aliviar a saída de capitais de países exportadores para a China, como Brasil e Chile, que tendem a perder investimentos com a subida dos juros nos EUA¹⁹⁰. Levantamento do Caixin dos congressos e órgãos consultivos provinciais indica que os investimentos em infraestrutura, construção, renovação urbana e moradia popular ainda são as principais ferramentas de estímulo econômico. A questão do consumo, ainda muito debatida por ser vista por alguns economistas como a única saída para o crescimento continuado do PIB, ainda é afetada pela pandemia e a queda do valor dos imóveis¹⁹¹.

O Conselho de Estado lançou um “white paper” sobre a exploração espacial. Entre os tópicos, “Fortalecer a cooperação espacial internacional baseada em objetivos comuns e servir à Iniciativa do Cinturão e Rota, e garantir que a indústria espacial beneficie os países

¹⁸⁴ [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lanmic/PIIS2666-5247\(21\)00280-9.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lanmic/PIIS2666-5247(21)00280-9.pdf)

¹⁸⁵ https://www.globaltimes-cn.translate.google.com/page/202201/1246935.shtml?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=op,wapp

¹⁸⁶ <https://www.nature.com/articles/d41586-022-00130-6>

¹⁸⁷ http://en.nhc.gov.cn/2022-01/29/c_85748.htm

¹⁸⁸ <https://asiatimes.com/2022/01/yuan-overtakes-yen-in-global-transaction-volume/>

¹⁸⁹ <https://www.globaltimes.cn/page/202201/1250099.shtml>

¹⁹⁰ <https://www.bloomberg.com/news/features/2022-01-26/how-china-the-fed-shape-2022-s-global-economy-by-moving-in-opposite-directions>

¹⁹¹ <https://www.caixinglobal.com/2022-01-28/opinion-chinese-provinces-two-sessions-show-whats-in-store-for-2022-101836292.html>

participantes da Iniciativa, especialmente os países em desenvolvimento”¹⁹². O documento, quinquenal, é publicado desde 2000.¹⁹³

O Comitê de Finanças Verdes da Sociedade Chinesa de Finanças e Bancos, estabelecida pelo Banco Central e outras organizações em 2015, lançou relatório em que estima que o país investirá meio quadrilhão de yuanes (US\$ 75 trilhões) em neutralidade de carbono nos próximos 30 anos¹⁹⁴.

¹⁹²

http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202201/28/content_WS61f35b3dc6d09c94e48a467a.html

¹⁹³ <https://spacenews.com/china-presents-space-plans-and-priorities-in-new-white-paper/>

¹⁹⁴ <https://asiatimes.com/2022/01/china-projects-75-trillion-in-carbon-neutrality-investment/>

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Carlos Linger – Médico, pesquisador e assessor do CRIS/Fiocruz

Carlos Machado de Freitas - Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde; Escola Nacional de Saúde Pública; Fiocruz

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Guilherme Franco Netto – Médico, Doutor em Saúde Pública, Especialista de CT&I em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Léo Heller - Pesquisador do Instituto René Rachou, Fiocruz; Ex-relator das Nações Unidas para os Direitos Humanos à água e ao saneamento

Lívia Almeida de Menezes - Pediatra, Mestre em Saúde da Criança e da Mulher, Coordenadora de Atenção do IFF/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luiz Cláudio Meirelles - Engenheiro Agrônomo, Mestre em Engenharia de Produção, Coordenador Geral do Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

Luís Eugênio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria de Fátima Ramos Moreira - Engenheira Química, Doutora em Saúde Pública, Vice-coordenadora de Pesquisa, Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marcos Augusto Bastos Dias - Obstetra, Doutor em Ciências, Pesquisador e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança do IFF/FIOCRUZ

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tom Meirelles - Pediatra; especialista em Gestão Hospitalar pela ENSP/FIOCRUZ; Diretor do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz)

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vinicius Roland

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são 42 Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Próximos seminários – Série 2022

Seminário 01/2022 – 09/02/2022 – *Agenda política global e saúde: Perspectivas 2022*

Seminário 02/2022 – 23/02/2022 – *Saúde global e diplomacia da saúde: Perspectivas 2022*

Os seminários serão transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ: Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 01/2022

Período de 1 de dezembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2022.

179 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.